



Ana Claudia Silva Figueiredo

**“Amor de Papelão”: trajetórias de casais
em situação de rua na Cidade do Rio de
Janeiro**

Tese de Doutorado

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção de grau de Doutora pelo Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia
Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Valter Sinder

Coorientadora: Prof.^a Maria Sarah da Silva Telles

Rio de Janeiro
Agosto de 2023



Ana Claudia Silva Figueiredo

**“Amor de Papelão”: trajetórias de casais
em situação de rua na Cidade do Rio de
Janeiro**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutora pelo Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais do Departamento
de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela
Comissão Examinadora abaixo.

Prof. Valter Sinder

Orientador

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof.^a Maria Sarah da Silva Telles

Coorientadora

Departamento de Ciências Sociais – PUC-Rio

Prof.^a Clarice Ehlers Peixoto

Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof. Dário de Sousa e Silva Filho

Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof.^a Maira Covre Sussai Soares

Instituto de Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Nádia Xavier Moreira

Departamento acadêmico - Escola Superior de Defesa

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2023

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Ana Claudia Silva Figueiredo

Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Maranhão, Pós-Graduada (Mestrado em Serviço Social) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Compõe o quadro técnico como servidora estatutária da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro desde 2004. Profissional com vasta experiência e conhecimentos específicos na execução e gestão da Política de Assistência Social, da Política de Acolhimento e Atendimento a crianças e adolescentes com foco na violação de direitos (trabalho infantil, violência doméstica e sexual). Atualmente presta assessoria técnica ao gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social da Cidade do Rio de Janeiro e desenvolve pesquisas sobre População em Situação de Rua.

Ficha Catalográfica

Figueiredo, Ana Claudia Silva

“Amor de papelão”: trajetórias de casais em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro / Ana Claudia Silva Figueiredo; orientador: Valter Sinder; coorientadora: Maria Sarah da Silva Telles. – 2023.

230 f.: il. color.; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2023.

Inclui bibliografia

1. Ciências Sociais – Teses. 2. Exclusão social. 3. População em situação de rua. 4. Modos de vida. 5. Relacionamentos íntimos e amorosos. I. Sinder, Valter. II. Telles, Maria Sarah da Silva. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Ciências Sociais. IV. Título.

CDD: 300

Ao amigo Hildnir Leite,

Você foi uma pessoa fundamental na realização desta pesquisa, incansável em todos os momentos. Passamos dias intensos de pesquisa de campo, sob o sol, sob a chuva e sob o frio. Quando o cansaço das muitas caminhadas pelas ruas nos vencia, a gente fazia uma pausa, sentava e continuava falando da rua e dos casais. Obrigada por tudo amigo, parece inacreditável a sua partida tão precoce, me faltam palavras para agradecer a sua parceria.

Agradecimentos

Esse é um momento especial que me faz lembrar que eu não caminhei sozinha. Nós somos um conjunto de muitas coisas e estamos conectados por muitos laços de afetos. Agradeço a Deus por guiar a minha vida e me mostrar sempre o melhor caminho a seguir.

Ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciências Sociais da PUC Rio, professores e funcionários pelo acolhimento.

Ao Professor Valter Sinder e a Profa. Sarah da Silva Telles, pela orientação, segurança, cuidado e disponibilidade na condução deste trabalho. Apesar dos desafios impostos pela Pandemia, que promoveu uma nova forma de comunicação, a qualidade dos nossos encontros virtuais sempre atendeu as expectativas desejadas.

Ao Professor Dário de Sousa Filho e a Professora Clarice Peixoto, agradeço pelas valiosas sugestões e contribuições no exame de qualificação que foram incorporadas a esta tese e por aceitarem participar da banca de defesa.

As Professoras Nádia Xavier e Maira Covre Sussai, por aceitarem ao convite de participarem com satisfação da banca de defesa.

As Professoras Olivia Nogueira Hisch e Beatriz Brandão dos Santos pela predisposição de compor a banca de defesa como suplentes.

As professoras Ingrid Vorsatz e Sindely Alchorne, gratidão pelo incentivo e recomendação ao ingresso no doutorado.

À minha teacher Hosana Albuquerque, obrigada pela paciência e dedicação no meu processo de aprendizagem e superação com o idioma inglês.

Agradeço as mulheres fortes e de vanguarda que trago como referência, cada uma com a sua importância em diferentes momentos da minha vida (minha mãe Leninha, minha Dindinha Graça e as avós do coração Mariá e Iracy in memoriam).

As colegas de curso Ana Livia, Andréa Maldonado, Jaqueline Lobo, Taís Ventura e Vatusi de Paula, gratidão por tudo meninas, pelas trocas valiosas, almoços e cafés, sigamos pela vida afora. Vatusi nessa reta final você foi incrível! Sem palavras para agradecer a leitura atenta a este texto final.

Ao meu companheiro Glauco Figueiredo por toda a paciência do mundo, amor, respeito e carinho. Obrigada pela sua dedicação a nossa família, sem o seu apoio incondicional tudo seria mais difícil. Vamos realizar um monte de coisas que tivemos que adiar. Bora ser feliz e viajar! Nesta extensão, agradeço aos seus pais Enock e Suely, sempre dispostos a nos ajudar.

À Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e a Secretaria Municipal de Assistência Social pela concessão da Licença Especial para Estudo, esse benefício foi fundamental para que eu me dedicasse com exclusividade ao Doutorado. Gratidão

a Daniele Murtha e Maria Domingas Pucu por me ajudarem a viabilizar esse processo.

Aos colegas de labuta que me inspiram com o entusiasmo ao trabalho e que contribuíram diretamente com essa pesquisa Daniele Murtha, Maria Domingas Pucu, Fernanda Banus, Marcelo Cunha, Marcelo Jaccoud, João Grand, Evelyn Serra, Deildo Jacinto, Regina Santos, Paula Caldas e as minhas correspondentes internacionais Danielle Viveiros e Diana Jennifer...rs.

Aos amigos da vida com os quais compartilho e desejo compartilhar muitos momentos: Nádia Xavier, Glória Vargas, Maria Domingas, Dione Nichsol, Regina dos Santos, Fernanda Banus. As amigas de longas datas do “Eu quero uma casa no campo” (Fabi, Taty e Jaque), gratidão pela amizade e boas vibrações.

Nádia Xavier, você sempre acreditou que um dia essa pesquisa ia sair do papel. Obrigada pelas trocas intelectuais! E o melhor de tudo, você vai estar na banca de defesa!

Aos amigos Sérgio e Adelice Faria, gratidão por tudo! Nunca vou esquecer do carinho e da torcida de vocês, lembranças eternas dos nossos cafês açucarados.

Aos meus dois mediadores no campo de pesquisa: Hildnir Leite e Marcelo Jaccoud, sem vocês a pesquisa de campo não teria sido tão reveladora.

Aos amigos do Instituto LAR, Dinha, Ivan, Vânia Katsivalis e Nelson, o apoio e a empatia do trabalho de vocês com o público alvo desta pesquisa foi imprescindível. Obrigada pelo acolhimento, pela credibilidade e respeito que tiveram a esta pesquisa.

Aos participantes da pesquisa por confiarem a mim os relatos de suas vidas, abrir a caixa dos sentimentos e emoções, falar das dificuldades e adversidades que fazem parte da vida nas ruas. Impossível não me sentir tocada com seus relatos, isso abre os meus horizontes de como é importante não caminhar sozinho em qualquer que seja as circunstâncias. Raquel e Roberto, vocês deram régua e compasso a esta pesquisa. Todos os dias que estivemos juntos, vocês estavam sempre sorrindo mesmo naqueles dias em que a vida parecia mais dura do que já era. Como diz Ivan Lins: *“O amor tem feito coisas. Que até mesmo Deus duvida. Já curou desenganados. Já fechou tanta ferida. O amor junta os pedaços...”*

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Figueiredo, Ana Claudia Silva; Sinder, Valter; Telles, Maria Sarah da Silva. **“Amor de Papelão”: trajetórias de casais em situação de rua na Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2023. 230p. Tese de Doutorado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta tese tem como objetivo compreender os relacionamentos íntimos e amorosos entre casais em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro, buscando conhecer as suas trajetórias de vida a partir da perspectiva dos diferentes fatores socioeconômicos e culturais, que produzem esse fenômeno social na contemporaneidade, e como essas questões afetam a sociabilidade e a afetividade. Constituem ainda objetivos desta tese, descrever e tipificar o perfil das relações conjugais e que formas de alianças são estabelecidas; descrever a dinâmica conjugal e como se organiza na rua, isso envolve as questões do cotidiano, as estratégias de sobrevivência e a vida sexual; identificar qual a relevância da conjugalidade no contexto da rua e os sentimentos, as emoções e as expectativas dos casais. As narrativas, a observação participante e os registros de imagem extraídas do trabalho etnográfico constituem recursos privilegiados de leitura do *modus operandi* de vida desses sujeitos e suas percepções acerca da vida amorosa. A análise do conjunto do material etnográfico revelou que os relacionamentos íntimos e amorosos, em seus diversos arranjos, efêmeros ou duradouros, fazem parte da rotina da População em Situação de Rua, subvertendo qualquer questionamento se a rua é o local adequado e apropriado para essa experiência. Entre os casais pesquisados, os vínculos amorosos e conjugais construídos na rua se mostram relevantes e contribuem no processo de resgate e fortalecimento da autoestima, ante a solidão e o isolamento que a rua produz. A definição dos tipos de conjugalidade foi construída a partir das narrativas dos casais e está ancorada em sentimentos de amor, companheirismo, camaradagem, amizade, solidariedade e apoio mútuo. Essas relações apresentam como características comuns: a fusionalidade, pouco espaço para a individualidade e a tensão cotidiana gerada pela preocupação com a sobrevivência.

Palavras-chave

Exclusão social; população em situação de rua; modos de vida; relacionamentos afetivo-sexuais.

Abstract

Figueiredo, Ana Claudia Silva; Sinder, Walter (Advisor); Telles, Maria Sarah da Silva (Coadvisor) **“Cardboard Love”: trajectories of homeless couples in the city of Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2023. 230p. Tese de Doutorado - Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis aims to understand the intimate and loving relationships between homeless couples in the City Rio de Janeiro, seeking to understand their life trajectories from the perspective of different socioeconomic and cultural factors that produce this contemporary social phenomenon and how these issues affect sociality and affectivity. It still constitutes objectives of this thesis are also to describe and typify the profile of marital relationships and what forms of alliances are established; describe marital dynamics and how they organize themselves on the street, this involves everyday issues, survival strategies and sexual life; identify the relevance of conjugality in the context of the street and the feelings, emotions and expectations of couples. The narratives, participant observation and image records extracted from ethnographic work constitute privileged resources for reading the modus operandi of these subjects' lives and their perceptions about love life. The analysis of all the ethnographic material revealed that intimate and loving relationships, in their various arrangements, ephemeral or lasting, are part of the routine of the Homeless Population, subverting any question as to whether the street is the appropriate place for this experience. Among the couples researched, the loving and marital bonds built on the street are relevant and contribute to the process of rescuing and strengthening self-esteem, in the face of the loneliness and isolation that the street produces. The definition of types of conjugality were constructed from the couples narratives and are anchored in feelings of love, companionship, fellowship, friendship, solidarity and mutual support. These relationships have a common characteristic: fusionality, little space for individuality and the daily tension generated by concerns about survival.

Keywords

Social exclusion; Homeless People; ways of life; sexual-affective relationships.

Sumário

Introdução ao estudo.....	18
Dados sobre a população em situação de rua no Brasil e na Cidade do Rio de Janeiro	25
1. A alma (des) encantadora das ruas: aspectos metodológicos.....	36
1.1. Teoria metodológica e bases conceituais	36
1.2. Etapas de pesquisa e as questões éticas	42
1.3. O uso das imagens fotográficas como recurso metodológico da pesquisa etnográfica	51
2. Caminhos Etnográficos	62
2.1. Refazendo o percurso de memória do campo de pesquisa	62
2.2. Desbravando o Campo de Pesquisa	78
3. Contribuições das Teorias Sócio-antropológicas para o estudo do tema da desigualdade, da pobreza e da exclusão social	88
4. A População em Situação de Rua como expressão da Exclusão Social	99
5. O modo de viver na rua	108
6. Memórias e vínculos	126
7. Amores de papelão	135
7.1. Tipologias dos casais em situação de rua	156
8. A intimidade e constrangimento dos casais na rua.....	173
9. Considerações finais	183
10. Referências bibliográficas	183
Anexo 1: Roteiro Entrevista Semiestruturada.....	203
Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	205
Anexo 3: Autorização do Comitê de Ética para realização da pesquisa	209
Anexo 4: Tabelas com os dados da abordagem social descentralizadas por coordenadorias de assistência social. ...	210
Anexo 5: Vocabulário etnográfico.....	215
Anexo 6: Mapeamento da População em Situação de Rua na Região da AP 1 – Centro.....	218
Anexo 7: Roteiro das caravanas de distribuição de alimentos mapeadas durante a pesquisa de campo.....	227

Anexo 8: Pontos fixos de distribuição de alimentos mapeadas durante a pesquisa de campo	228
Anexo 9: Locais acessados para o banho e necessidades fisiológicas.....	229
Anexo 10: Locais de cenas de uso identificadas na Região do Centro.....	230

Lista de figuras

Figura 1: Cronologia da pesquisa etnográfica	45
Figura 2: Infográfico dados sobre a pesquisa de campo	49
Figura 3: Registro fotográfico de uma fotografia impressa do casal Maria e Francisco colocada em exposição no portão do prédio, cuja calçada serve de moradia improvisada para o casal.	59
Figura 4: Fotografia posada do casal na moradia improvisada na calçada da Rua Gomes Freire.....	60
Figura 5: Imagem realizada à distância em plano aberto, mostra o processo de formação e dispersão das filas de distribuição de comida no Largo da Carioca em diferentes dias	66
Figura 6: Trailer adaptado do Projeto Banho de Cidadania.....	67
Figura 7: Monumento histórico da Estátua equestre de Dom Pedro I na Praça Tiradentes	69
Figura 8: Calça jeans secando no gradil da Estátua equestre de Dom Pedro I na Praça Tiradentes	69
Figura 9: Sapatos encostados no monumento da Estátua equestre de Dom Pedro I na Praça Tiradentes.	70
Figura 10: Homem brincando de bola ao lado da Estátua de equestre de Dom Pedro I na Praça Tiradentes.	70
Figura 11: Embalagem de quentinhas e cobertores ao lado da Estátua equestre de Dom Pedro I na Praça Tiradentes.	71
Figura 12: Barraca de pano e papelão construída na Avenida Gomes Freire em frente ao número 447.....	72
Figura 13: Praça da Cruz Vermelha à distância	73
Figura 14: Incidência de homens nos Arcos da Lapa.....	75
Figuras 15 e 16: Dois momentos da distribuição de comida na Igreja Santo Antônio dos Pobres – Rua dos Inválidos e na Rua Pedro I	77
Figura 17: Etnografando na estação desativada do BRT de Campo Grande na presença de Doc2	81

Figura 18: Moradia improvisada da estação desativada do BRT de Campo Grande	82
Figura 19: Distribuição de comida por grupo de voluntários	83
Figura 20: A casa improvisada na marquise na Rua do Senado S/N.....	103
Figura 21: Barreira de compensados erguida do metro da Cinelândia para proteger contra o frio	104
Figura 22: Barracas de camping na Praça Paris	104
Figura 23: Tenda no Largo da Carioca usada como moradia pelo grupo de pessoas em situação de rua.....	105
Figura 24: Cozinha criativa.....	108
Figura 25: Barraca de camping usada por casais em diferentes pontos da região central da cidade – Rua Primeiro de Março, Praça da Rua da Glória, Praça Paris.....	111
Figura 26: Sequência de imagens mostrando a rotina do trabalho de garimpagem no lixo realizado por Maria nas ruas do Centro do Rio	120
Figura 27: Cozinhas improvisadas nas ruas pelos casais – Largo da Rua da Glória e Praça Edson Cortes	124
Figura 28: Cenas do cotidiano dos casais na Rua	125
Figura 29: A casa inventada e seus objetos simbólicos carregados de memória afetiva	126
Figura 30: Aliança de compromisso	136
Figura 31: O beijo.....	164
Figura 32: Pier da Praça XV.....	165
Figura 33: Casal em troca de olhares	167
Figura 34: Casal no Largo da Carioca.....	169
Figura 35: Café da manhã.....	172
Figura 36: A cama na varanda.....	173
Figura 37: Moradia improvisada na mureta histórica da Rua da Glória.....	178

Lista de Tabelas

Tabela 1: Número de Pessoas em Situação de Rua no Brasil26

Tabela 2: Número de Pessoas em Situação de Rua por Grande
Região27

Lista de quadros

Quadro 1: Levantamento de dados dos Censos sobre população em situação de rua na Cidade do Rio de Janeiro.....	30
Quadro 2: Dados da abordagem social realizada com PSR pela SMAS	33
Quadro 3: Perfil dos Entrevistados	47
Quadro 4: Justificativas apresentadas pelos entrevistados.....	50
Quadro 5: Relato dos entrevistados	160
Quadro 6: Tipologias dos vínculos conjugais e outros aspectos relevantes da conjugalidade.	162

Lista de mapas

Mapa 1: Mapa Cartográfico Provisório	86
--	----

Lista de abreviaturas e siglas

BPC	BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA
BRT	BUS RAPID TRANSIT
CADÚNICO	CADASTRO ÚICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS
CAS	COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CENTRO POP	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
CMS	CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE
CPA	CENTRO PROVISÓRIO DE ACOLHIMENTO
CREAS	CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
FIOCRUZ	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
INCA	INSTITUTO NACIONAL DO CANCER
IPP	INSTITUTO PEREIRA PASSOS
MAM	MUSEU DE ARTE MODERNA
PCRJ	PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
PNAS	POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PNPP	POLÍTICA NACIONAL DE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
PSR	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SAGI	SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
SEASDH	SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
SMAS	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SMS	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SUAS	SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
SUS	SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
TCLE	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
URS	UNIDADE DE REINserÇÃO SOCIAL
VLT	VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS

A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.

Milton Santos, Geógrafo

Introdução ao estudo

“A rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma!”

João do Rio

Esta pesquisa tem como objetivo compreender os relacionamentos íntimos e amorosos entre casais que se identificaram como cis heterossexuais¹ em situação de rua na Cidade do Rio de Janeiro, buscando compreender a partir das narrativas a tessitura desses vínculos e como eles se inscrevem nesse contexto. Como relacionamentos íntimos e amorosos entende-se as relações de caráter afetivo-sexuais que são estabelecidas pelos indivíduos a partir de interesse mútuo das partes envolvidas.

As relações amorosas constituem-se como um componente da vida social humana, estão presentes em diferentes culturas e podem ser compostas de vários significados. Não se trata de evento que esteja relacionado ao lugar social que os indivíduos ocupam e como já sinalizou Frangello (2004), a relação amorosa é uma manifestação comum entre as pessoas que estão em situação de rua.

Os sujeitos desta investigação socioantropológica apontam o quão complexo é essa categoria e o lugar que ela ocupa no imaginário social, como indivíduos dotados de imperativos de desqualificação de toda ordem. A população em situação de rua representa uma "ameaça" à ordem social, pois a forma como ela se instala e usa o espaço público deixando suas marcas e odores, causam uma imediata rejeição à sua presença. A rua configura-se, portanto, como um lugar por excelência de exclusão e abandono e sob essa ótica não existe um reconhecimento social das questões subjetivas e afetivas desses sujeitos.

¹ De acordo com Bagagli (2018), o termo "Cisgênero" é uma palavra composta por justaposição do prefixo "cis" ao radical "gênero". O prefixo "cis", de origem latina, significa "posição aquém" ou "ao mesmo lado", fazendo oposição ao prefixo "trans" que significa "posição além" ou "do outro lado". "Cisgênero" estabelece uma relação de antonímia com a palavra "transgênero". "Transgênero", por sua vez, é uma palavra rotineiramente utilizada como forma de designar pessoas cuja autoidentificação de gênero não coincide com o gênero atribuído compulsoriamente ao nascimento em virtude da morfologia genital externa, podendo incluir travestis e transexuais. Desta forma, "cisgênero" é utilizado para designar aquelas pessoas que não são transgêneras, ou seja, aquelas cujo gênero auto identificado está na "posição aquém" daquele atribuído compulsoriamente ao nascimento em virtude da morfologia genital externa. Casais cisheterossexuais são aqueles em que homem o e a mulher nascem com o sexo biológico masculino e feminino e performam o mesmo gênero. O termo hétero se refere a orientação sexual (homo ou hétero).

Nesta tese, busca-se contrapor essa concepção e ressignificar a rua como espaço de vivências, de construção de vínculos e relacionamentos íntimos e amorosos. O modelo desses arranjos conjugais se inscreve dentro do seu campo de possibilidades, que são construídos a partir das próprias realidades desses sujeitos. As escolhas, as afinidades, os gostos e a empatia também são constructos dessas realidades.

A expressão "Amor de papelão", que intitula esta pesquisa, é inspirada na metáfora cunhada do relato de uma entrevistada para descrever as dificuldades de sua vida íntima e amorosa na cena de rua. O papelão, neste contexto, é apontado como um recurso de proteção ao corpo, evitando o contato do corpo e da pele direto com o chão, e construindo assim, simbolicamente, um espaço privado de acolhimento, intimidade para o casal, ainda que seus corpos estejam suscetíveis a exposição e riscos constantes da rua.

Na atualidade os relacionamentos íntimos e amorosos ganharam diferentes configurações. Existem inúmeras formas das pessoas se relacionarem, não existindo apenas um único significado sobre o amor, cada sujeito elabora e vivencia o amor de uma forma. Conjugalidade e vínculos conjugais têm sido usado como sinônimos. A conjugalidade compreende as relações afetivas de amor, desejo e carinho. As trocas afetivo-sexuais são definidoras da conjugalidade e estão para além do sentido da coabitação. As relações construídas vão depender tanto dos aspectos emocionais, quanto dos aspectos simbólicos e culturais. Os indivíduos que estão em situação de rua, embora excluídos da esfera econômica e social, não estão isentos das experiências afetivas-sexuais. A idealização do amor é uma construção subjetiva que está presente em todas as categorias sociais.

Como essas relações são construídas no contexto da rua e como se dá a tessitura destes vínculos, de que forma a rotina e o modo de viver nas ruas interfere nesses relacionamentos, quais as concepções e expectativas que os casais têm em relação ao amor e a conjugalidade são questões que busquei compreender a partir das narrativas e observações realizadas no campo.

A escolha deste objeto de pesquisa é fruto da minha inserção profissional como assistente social, trabalhando há quase 20 anos na Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) com famílias e indivíduos em situação de extrema

vulnerabilidade e violações de direitos. A SMAS é o órgão executor da Política Pública de Assistência Social na Cidade do Rio de Janeiro e tem como uma das suas funções ofertar a Proteção Social em diferentes níveis de complexidade por meio de serviços, programas, projetos e ações. O atendimento à População em Situação de Rua (PSR) constitui-se como uma questão emblemática para esta política pública. Essa temática encontra-se inserida no escopo desta política na Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, que é responsável pelos serviços de abordagem social, acompanhamento individual e acolhimento institucional, respectivamente ofertados nos CREAS, nos Centros POP e nas Unidades de Reinserção Social.

O atendimento à PSR sempre se mostrou como um desafio profissional, tanto pela complexidade de fatores que envolvem sua constituição quanto pelas falhas nas questões operacionais no que diz respeito ao atendimento e à articulação das políticas voltadas a este público. Ao longo desses anos de atuação, tenho acompanhado esse público de diferentes formas, intervindo diretamente no atendimento técnico ou em cargos estratégicos de coordenação de serviços e formulação de políticas voltadas a este público. Em qualquer dessas posições o desafio pessoal é não ver essas pessoas como números, mas como indivíduos que têm uma história e são dotados de alguma capacidade e necessitam de estimulação e oportunidade para reescreverem suas trajetórias. A construção de vínculos de amizade ou amorosos no espaço da rua se apresentam nesse sentido como caminhos que possibilitam o resgate da autoestima e diminuem o sentimento de solidão.

Entre 2009 e 2012 coordenei as ações voltadas para o atendimento à população em situação de rua na área do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, respondendo tecnicamente pelo planejamento, monitoramento, atendimento e acompanhamento deste público no âmbito da Política de Assistência Social, onde a oferta se dá de forma descentralizada, conforme preconiza a administração pública municipal. Nessa ocasião coordenei o diagnóstico sócio territorial que mapeou os pontos de incidência espacial de população de rua e os diferentes perfis que ocupam a rua: catadores de materiais recicláveis, mães pedintes com crianças, crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e outras violações de direitos, homens e mulheres adultos sozinhos ou acompanhados (homens sozinhos, mulheres sozinhas, homens acompanhados, mulheres acompanhadas, usuários de álcool e

drogas (em cenas de uso), pessoas com transtornos mentais, casais, estrangeiros, pessoas em situação de conflito familiar e comunitário, egressos do sistema penitenciário, entre outros.

Dentre as muitas questões que atravessam o cotidiano nas ruas, debrucei as minhas observações sobre dois pontos: o primeiro, sobre o modo de viver na rua e as estratégias do cotidiano, isso envolve a dormida, a higiene, o trabalho e a alimentação; o segundo, sobre a fragilidade e a reconstrução dos vínculos, a importância da memória afetiva, das emoções e em especial o lugar que os relacionamentos íntimos e amorosos ocupam nessas trajetórias.

Nas minhas primeiras percepções no campo profissional, mesmo antes de formular o problema dessa pesquisa, constatei que não havia um reconhecimento e uma validação social² da conjugalidade entre pessoas em situação de rua e isto se expressa no não reconhecimento dos serviços públicos de acolhimento, pois não há efetivado a modalidade de acolhimento conjugal³. Nas unidades de acolhimento, os quartos são coletivos e os alojamentos organizados por sexo e faixa etária. Por esta razão, muitos casais acabam preferindo não aderir ao acolhimento e permanecem dormindo juntos na rua. Os acolhimentos aceitos de forma separada, se dão em razão do banho, da alimentação ou de alguma outra necessidade premente.

A negação de sua existência também aparece no conteúdo da ouvidoria pública municipal, serviço destinado ao atendimento de queixas, solicitações e reclamações do cidadão carioca⁴. A PSR é uma demanda expressiva e recorrente nas ouvidorias, as queixas são diversas. Entre elas, a presença de casais dormindo,

² Enquanto estive à frente da 1ª CAS – Coordenadoria de Assistência Social responsável pela execução dos serviços socioassistenciais preconizados no SUAS em toda a região do Centro, Por mais de uma vez recebia solicitações para retirada de casais que estavam namorando embaixo do cobertor à luz do dia. Por muitas vezes, pensei: se eles estão sem moradia terão que fazer tudo na rua. Porém esse óbvio não é tão óbvio assim.

³ A proposta do Albergue de Casais encontra-se prevista no Plano Estratégico da Cidade, cujas ações estão previstas para serem executadas até 2024. Essa proposta encontra-se vinculada à meta XX e todo o material da pesquisa de campo desta tese serviu para embasar a proposta técnica elaborada por mim.

⁴ A ouvidoria pública está em consonância com a Lei de Acesso à Informação - Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 - e com as Legislações Municipais que tratam desta questão. Nos termos do decreto nº 42.719/2017, a ouvidoria é uma instância de participação e controle social responsável pelo tratamento das manifestações relativas às políticas e aos serviços públicos prestados sob qualquer forma ou regime, com vistas à avaliação da efetividade e ao aprimoramento da gestão pública. As manifestações da Ouvidoria Pública podem se apresentar por meio de reclamações, denúncias, críticas, sugestões, elogios e solicitações de informações.

relacionando-se sexualmente, entre outras reclamações e incômodos que a PSR representa para sociedade.

Avalio que tais reclamações se estabelecem por consequência do *estigma*, ou seja, um conjunto de características e atitudes pressupostas sobre uma pessoa ou grupo imputadas por terceiros durante as dinâmicas de interação social (Goffman, 1981)⁵. Fora de representar uma perspectiva dual, maniqueísta (positivo ou negativo, bom ou mau), o estigma atribui uma “marca” a sujeitos ou grupos. No tocante aos PSR o preconceito constitui boa parte das atribuições destinadas ao grupo, em particular aos casais. Essa postura expõe como o tabu sobre questões relacionadas ao corpo figuram, ainda nos dias atuais, em lugar de destaque entre os valores morais mais arraigados na sociedade brasileira e carioca. A conduta erótica não pode ser realizada na calçada, perante os olhos e pudores da sociedade, precisa ser escondida. O sistema social é regido por regras, embora algumas práticas sejam permitidas e tenham a licenciosidade obrigatória da sociedade.

De acordo com Rodrigues (1979, p. 35), a “licenciosidade obrigatória” diz respeito à quebra de rotina do cotidiano, aquilo que é permitido ser praticado, mesmo que seja um tabu em determinados contextos e situações sociais. Essa espécie de licença especial concedida em situações específicas, é permitida sem que haja qualquer questionamento por parte da sociedade. A PSR carrega estigmas e preconceitos, logo, suas práticas e o seus comportamentos são sempre desviantes em relação aos outros grupos. O desviante dentro da perspectiva de Velho (1989) é o indivíduo que não está fora da sua cultura, mas faz uma leitura divergente (p. 27).

Para a problematização do tema da PSR na contemporaneidade, dialoguei com diferentes autores clássicos e contemporâneos das Ciências Sociais sobre o estudo das desigualdades sociais, da pobreza e da exclusão social. Apesar da vasta produção teórica, o recorte sobre a afetividade e as emoções no contexto da rua, ainda estão subjacentes às abordagens do fenômeno sob o prisma da pobreza e da exclusão social decorrentes dela⁶.

⁵ GOFFMAN, Erving. **Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. 4ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 1981.: “Neste trabalho o estigma é considerado conforme a perspectiva goffmaniana, trata-se de um conjunto de características e atitudes pressupostas de uma pessoa ou grupo. O estigma é sempre determinado pelo “outro” durante a interação.

⁶ Na pesquisa exploratória sobre o tema usei como referência o banco de periódicos da Capes e a base de dados SIELO (Scientific Electronic Library Online) produzidos nos últimos 5 anos (2015 / 2020) com a palavra-chave “população de rua”. Ao todo identifiquei 792 produções. A partir desse

O uso do termo “população em situação de rua”, adotado nesta pesquisa parte do entendimento ético-político fomentado pelo debate dos movimentos sociais e ratificado na esfera legal como uma condição civil de caráter temporário, que se contrapõe à perspectiva da rua como um lugar/ambiente, uma moradia permanente. Habitar no espaço da rua, portanto, como reforça Schuch e Gehlen (2016), se trata de uma experiência de situacionalidade de uma forma de vida possível.

Para estes referidos autores, a ruptura entre a terminologia “morador de rua” e “pessoas em situação de rua” e/ou “população em situação de rua” atenta para a situacionalidade da experiência nas ruas e visa combater processos de estigmatização dessa população, definindo-os a partir de uma concepção do habitar a rua como uma forma de vida possível e não através de uma falta ou carência - de casa ou local de moradia fixa (Schuch e Gehlen, 2016, p. 13).

A população em situação de rua se expressa como uma questão social multidimensional e complexa. Embora outros fatores como os conflitos e o abandono familiar, o uso abusivo do álcool e drogas possam potencializar rupturas que culmine na ida para as ruas; a pobreza, a exclusão e as vulnerabilidades decorrentes dela são suas principais causas, vide os dados da Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (2009), o Relatório SAGI sobre o perfil da PSR inserida no CADÚNICO (2019)⁷ e a nota Técnica do IPEA sobre Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (2022).

O 3 Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira, coordenado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2019⁸ em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Câncer (Inca) e a Universidade de Princeton, nos EUA, apontou que 3,2% dos brasileiros usaram substâncias ilícitas nos 12 meses anteriores à pesquisa, o que equivale a 4,9 milhões de pessoas. O percentual é maior entre os homens e as drogas ilícitas mais consumidas são a maconha (7, 7%) e a cocaína (3,1%). Destaca-se que essa referida pesquisa foi realizada por meio de levantamento domiciliar e contrasta

levantamento prévio procedeu-se à leitura do título e resumo para verificar os critérios de inclusão e exclusão das referências a serem utilizadas. O filtro adotado nesta seleção foi identificar as produções científicas que abordassem o tema da PSR sob os aspectos afetivos e emocionais. Ao todo foram identificados 28 trabalhos com esse perfil, mas apenas 2 traziam discussões mais aprofundadas sobre os relacionamentos afetivo-sexuais neste contexto.

⁷ https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/pesquisas/documentos/relatorio/relatorio_221.pdf

⁸ <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>

com a Pesquisa Nacional do Crack realizada pela Fiocruz em 2013 que apontou o uso do crack pela população majoritariamente marginalizada, que vive em situação de rua. Isso mostra que o número de pessoas domiciliadas que fazem uso de drogas é maior do que o número de pessoas em situação de rua. Logo não se pode atribuir o fenômeno da PSR exclusivamente ao uso das drogas. Na realidade as famílias mais vulnerabilizadas dispõem de menos dispositivos de acesso ao tratamento da dependência química e a rua se coloca como uma alternativa aos limites da exaustão familiar e os conflitos decorrentes dela.

Este fenômeno é formado por uma população composta por indivíduos de diferentes perfis que podem integrar duas grandes categorias: os que usam o espaço da rua como local de trabalho, em geral trabalhadores precarizados que atuam no mercado informal (ambulantes e catadores), moram em regiões distantes e não têm como manter custos com a passagem e assim acabam dormindo nas ruas; e os que usam a rua como moradia permanente e espaço para construção e manutenção das relações sociais. Em geral, o primeiro grupo, mantém vínculos familiares e o segundo vivenciam o esgarçamento gradual dos vínculos, levando à ruptura dessas relações. Tal qual a realidade das prisões e dos hospícios, o modo de viver nas ruas também desumaniza e em alguma medida provoca a morte social dos sujeitos.

As pessoas que usam as ruas como espaço de “moradia”, dada a sua condição de precariedade financeira, têm suas rotinas diárias marcadas pelas estratégias e lutas pela sobrevivência material, social e psicológica (Snow e Anderson, 1993). A condição permanente de rua promove o isolamento, a invisibilidade, compromete a identidade, afeta a saúde física e mental, assim como a manutenção dos padrões de hábitos simples, socialmente e culturalmente construídos, tais como, comer sentado à mesa com talheres, dormir na cama, manter relações sexuais em espaço privado, tomar banho e fazer as necessidades fisiológicas em locais adequados. O conjunto dessas mudanças impõe uma nova forma de viver, um novo modo de vida, cujas regras e valores são orientados pelo código de conduta da rua. A rua se constitui, portanto, para essas pessoas, como um espaço de relações sociais e simbólicas, não se reduz a um significado pragmático do trabalho, dormitório ou do atendimento às necessidades básicas de vida.

Dados sobre a população em situação de rua no Brasil e na Cidade do Rio de Janeiro

Nas grandes metrópoles brasileiras o fenômeno da população em situação de rua tem se expressado de forma crescente e crônica com os mais variados perfis, composto por pessoas de diferentes ciclos etários e formas de exclusão e isolamento.

De acordo com a pesquisa realizada por Silva (2012), esse fenômeno urbano passou a ter relevância no contexto internacional a partir dos anos 90 com o aumento significativo da população em situação de rua nas grandes capitais europeias e nos EUA. Estes países realizaram os primeiros Censos Homeless e os relatórios descritivos sobre essa questão. No Brasil as primeiras iniciativas para o atendimento a este público foram realizadas pelas organizações religiosas na década de 50, mais tarde absorvida pelo voluntariado e a partir dos anos 90 pelo Estado.

No Brasil, embora a contagem seja uma previsão da Política Nacional de População em Situação de Rua desde 2009, ainda não há dados oficiais sobre a população em situação de rua. O Censo Demográfico (2010) e o Censo realizado em 2022 não incluíram no seu perfil de recenseados a PSR, corroborando negativamente para o seu não reconhecimento público e reforçando sua invisibilidade.

As notas técnicas produzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) desde 2016⁹ têm baseado sua estimativa sobre a população em situação de rua no Brasil nos dados oficiais informados por alguns municípios brasileiros. A última nota técnica (2022)¹⁰ deste Instituto analisou a evolução no quantitativo de população em situação de rua entre 2012 e 2022 a partir de um modelo teórico que considera variáveis de crescimento demográfico, centralidade e dinamismo urbano, vulnerabilidade social, equipamentos e serviços da assistência social voltados à população de rua, bem como o número de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único. Para 2022 o IPEA estima que existam 281.472 pessoas em situação de rua no Brasil.

⁹ Link: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7289/1/td_2246.pdf

¹⁰ Link: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf

Tabela 1: Número de Pessoas em Situação de Rua no Brasil

Ano	População em situação de rua estimada
2012	90.480
2013	96.246
2014	106.650
2015	123.104
2016	138.785
2017	160.614
2018	184.749
2019	204.660
2020	214.451
2021	232.147
2022	281.472

Fonte: IPEA, 2022

O estudo do levantamento expõe que a população de rua no Brasil é formada por um grupo de pessoas que vive abaixo da linha da pobreza, e em condição de indigência, sem moradia, sem renda para manutenção de suas necessidades básicas e sem acesso aos serviços públicos essenciais. A mensuração dos indicadores aqui apresentados mostra que a pobreza pode se dar tanto pela questão monetária, medida por meio da parcela de domicílios com renda per capita abaixo de meio salário mínimo, quanto pela medida de indicadores presentes no índice de vulnerabilidade social, em particular no conjunto de variáveis relacionadas à infraestrutura urbana.

Este estudo comparativo do IPEA mostra que entre 2012 e 2022 houve um aumento expressivo desta população superior a 300 % no intervalo de uma década, especialmente no contexto da Pandemia do Covid 19. Percebe-se também que a explosão desse fenômeno se deu na Região Sudeste (53,75%) obedecendo a mesma escala das pesquisas anteriores, conforme tabela abaixo.

Tabela 2: Número de Pessoas em Situação de Rua por Grande Região

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
2012	3.147	16.088	46.702	15.928	8.615	90.480
2013	3.290	17.062	50.576	16.423	8.895	96.246
2014	3.656	17.804	57.482	17.859	9.850	106.650
2015	4.089	24.754	63.914	19.544	10.803	123.104
2016	4.622	27.698	74.197	21.957	10.313	138.785
2017	5.674	26.590	89.173	27.296	11.881	160.614
2018	7.826	29.827	99.796	32.975	14.325	184.749
2019	8.002	34.705	114.413	32.731	14.809	204.660
2020	9.404	35.721	120.104	34.809	14.413	214.451
2021	17.695	43.723	122.255	32.562	15.912	232.147
2022	18.532	53.525	151.030	39.178	19.207	281.472

Fontes: IBGE/IPEA, 2022

É importante destacar que a Pandemia de Covid¹¹ impactou a sociedade mundial com total ausência de respostas científicas para enfrentar a maior crise humanitária do século. As orientações do isolamento e do trabalho remoto mostraram o tamanho do desafio e da condição desigual que existia entre as pessoas, culminando decisivamente sobre o aumento das vulnerabilidades, da pobreza e dos riscos de exposição ao vírus decorrentes dela. A Pandemia de Covid 19 ampliou os riscos sociais já existentes para uma parcela significativa da sociedade. Dentro deste entendimento, as pessoas em situação de rua mostraram-se como o segmento da população mais vulnerável por não possuir condições de atender aos padrões de higiene, proteção e isolamento, contrariando as recomendações sanitárias.

O cenário da Cidade do Rio de Janeiro, assim como nas grandes metrópoles do mundo, não tem sido diferente. De acordo com o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015)¹², o aumento no número de pessoas em situação de rua é uma realidade que afeta os países de um modo geral, independente da fase de desenvolvimento de seus sistemas econômicos ou políticos, a incapacidade dos Estados de proteger e assegurar os direitos humanos das populações mais

¹¹ A Pandemia de Covid-19 representou uma das maiores crises sanitárias e humanitárias do mundo. De acordo com LIMA *et al* (2020) a pandemia evidenciou uma profunda mudança nas relações entre espaço, tempo e doenças infecciosas. E mostrou o quanto o mundo estava mais vulnerável à ocorrência e à disseminação global, tanto de doenças conhecidas, como novas. A integração das economias em todo o planeta permitiu o aumento de circulação de pessoas e de mercadorias; e acentuou mudanças sociais favoráveis ao contágio das doenças infecciosas. <https://www.scielo.br/j/csp/a/yjBt8kkf6vSFf4nz8LNDnRm/?format=pdf>

¹² Relatório_População-em-situação-de-rua.pdf (terradedireitos.org.br).

vulneráveis tem sido evidente. Contudo, este fenômeno no contexto carioca não se constitui como um evento recente, a PSR existe desde a década de 1960 com a remoção de antigas favelas e invasões, em áreas de classe média e alta, ou em zonas de expansão das fronteiras na Cidade (Bursztyn, 2008).

Há décadas as populações mais pobres da Cidade foram empurradas para as periferias mais distantes, para conjuntos habitacionais, loteamentos, invasões e formas de assentamento precário. Esse movimento de segregação da população da cidade denomina-se gentrificação¹³. O termo *Gentrification* originado da palavra *Gentry* foi cunhado pela socióloga inglesa Ruth Glass (1964), para descrever as transformações observadas em diversos bairros operários de Londres no século XX.

De acordo com Silva Filho (2017, p.2-3), o levantamento sobre “mendicantes”, “vadios”, “desvalidos”, “moleques de rua” vêm sendo empreendidos no Brasil, pelo menos desde 1847 (apud Fraga Filho, 1996). Esses personagens também estão presentes na cena do Rio de Janeiro nas descrições de João do Rio em 1908. O que diferencia o novo perfil da pobreza do antigo é a diversidade de recursos disponíveis no meio urbano que concentra inúmeras vocações. A cidade do Rio de Janeiro, enquanto polo econômico e de referência cultural e política, atraiu o interesse das elites e dos deserdados com a mesma intensidade e transformou ao longo da história o contexto onde a pobreza ganha seu significado e emerge como problema social. Para este referido autor, assim como a favela nos anos 60 sintetizou a representação da pobreza, hoje a rua representa o novo espaço da pobreza - da pobreza do trabalhador informal, da pobreza de um mundo do trabalho degradado por relações de precarização que são correntes na sociedade atual (p. 3).

O último censo realizado na Cidade do Rio de Janeiro¹⁴ no período de 26 a 29 de outubro de 2020, sob a coordenação do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos e da Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, contabilizou 7.272 pessoas vivendo em condições

¹³GLASS, Ruth, London: Aspects of change, Londres, MacGibbon & Kee, 1964; ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. 2018."Gentrificação". In: Enciclopédia de Antropologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao>

¹⁴ Para mais informações sobre o Censo de População em Situação de Rua da cidade do Rio de Janeiro, acesse o portal: <https://psr2020-pcrj.hub.arcgis.com/>

de extrema vulnerabilidade social na metrópole carioca. A metodologia adotada definiu para as entrevistas as pessoas que estavam nas ruas, nas cenas de uso de drogas, na rede de acolhimento (unidades públicas e conveniadas), nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e nas Comunidades Terapêuticas.

Do total de pesquisados, 75,2% (5.469) correspondem ao perfil que estavam nas ruas, nas cenas de uso¹⁵ e nos CAPS¹⁶ e 24,8% (1.803) correspondem ao perfil acolhidos nas unidades de acolhimento¹⁷ e nas comunidades terapêuticas¹⁸. O público é majoritariamente formado por homens (80,7%) em idade produtiva entre e 18 e 49 anos (65,7%) e com baixa escolaridade (67% Ensino Fundamental). A região do Centro apresenta uma incidência de 31% desta população, dentre os entrevistados, 62,8%, declaram exercer alguma atividade laborativa. As principais atividades identificadas são a coleta de materiais recicláveis ou lixo (47,5%) e o trabalho de vendedor ambulante (26%) - venda de mercadorias como água, balas,

¹⁵ De acordo com Bastos e Bertoni (2014), o termo “Cena” é um conceito socioantropológico presente na literatura em ciências sociais de inspiração tanto anglo-germânica como francesa usado para se referir ao espaço de congregação e interação social. A pesquisa de cenas sociais diversas vem norteando estudos etnográficos urbanos desde a década de 1920, na interface com o conceito de subcultura. Cenas de uso é um conceito que se refere às cenas “abertas” de consumo de drogas, muitas vezes contíguas às localidades de residência ou trabalho da classe média (e não mais restritas às “bocas de fumo”, localizadas em comunidades empobrecidas). As cenas abertas de maior dimensão e maior concentração de usuários passaram a ser denominadas “Cracolândia”, termo que se popularizou nos meios de comunicação e na linguagem cotidiana (P. 15-18) - Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras? / organizadores: Francisco Inácio Bastos, Neilane Bertoni. – Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014

¹⁶ Os Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) são unidades para acolhimento às crises em saúde mental, atendimento e reinserção social de pessoas com transtornos mentais graves e persistentes e/ou com transtornos mentais decorrentes do uso prejudicial de álcool e/ou outras drogas. Os CAPS oferecem atendimento interdisciplinar, composto por uma equipe multiprofissional em articulação com as demais unidades de Saúde e articulação com outras políticas públicas quando necessário, sempre incluindo a família e a comunidade nas estratégias de cuidado. Na cidade do Rio de Janeiro dispõe de 18 CAPS, 6 Centros de Atenção Psicossocial álcool e drogas (CAPSad) e 8 Centros de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi) vinculados à esfera municipal e duas unidades na esfera estadual e uma unidade federal.

¹⁷ O Serviço de Acolhimento Institucional encontra-se previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009) como espaços / unidades de acolhimento destinados à famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. A cidade do Rio de Janeiro dispõe de uma ampla rede de acolhimento institucional formada por instituições pública e privada e estão organizadas por ciclos de vida. /www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf.

¹⁸ As Comunidades Terapêuticas são entidades da sociedade civil que acolhem usuários de substâncias psicoativas, com a finalidade de apoiá-los a interromperem este uso e a se organizarem para a retomada de sua vida social. Na cidade do Rio de Janeiro existem cerca de 50 Instituições que se autodenominam Comunidades Terapêuticas, entretanto, apenas 18 estão inscritas no Conselho Municipal Antidrogas.

biscoitos, figuram entre as atividades mais apontadas. A questão do uso das drogas mostra-se relevante e um grave problema de saúde pública, 3.289 entrevistados responderam fazer uso de pelo menos um tipo de droga: 63,3% (2.520) cigarro; 54% (2.137) álcool; 36,4% (1.442) maconha; 20,1% (797) crack/similares; 29,5% (1.169) cocaína; 9,3% (368) inalantes/cola/solvente/tíner. Entre os entrevistados, apenas 20% (752) relataram ter ido para as ruas após a Pandemia e em decorrência da perda do trabalho, da renda e consequentemente da moradia.

Em que pese as dificuldades de operacionalização que envolve o Censo, pela própria especificidade do público que dificulta a adoção de metodologias consagradas, os dados apresentados ajudam a qualificar e investigar as características e perfil da população em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro. Os dados da série histórica dos censos realizados entre 2006 e 2020 nesta metrópole mostram que entre os anos de 2006 e 2020 houve um aumento de 332%, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1: Levantamento de dados dos Censos sobre população em situação de rua na Cidade do Rio de Janeiro

ANO	QUANTITATIVO	FONTE DE DADOS
2020	7.272 ¹⁹	Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos e Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. Levantamento de População em Situação de Rua na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2020.
2018	4.628	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. Levantamento de População em Situação de Rua na Cidade do Rio de Janeiro: Somos Todos Cariocas. Rio de Janeiro: 2018.
2013	5.580	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS. Levantamento de População em Situação de Rua na Cidade do Rio de Janeiro: Um direito à Cidade. Rio de Janeiro: 2013.
2008	1.906	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal de Assistência Social. Levantamento de População em Situação de Rua na Cidade do Rio de Janeiro. In: Cadernos de Assistência Social. Vol. 18, Rio de Janeiro: 2008.
2007	1932	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal de Assistência Social. Levantamento de População em Situação de Rua na Cidade do Rio de Janeiro. In: Cadernos de Assistência Social. Vol. 11, Rio de Janeiro: 2007.
2006	1682	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal de Assistência Social. Levantamento de População em Situação de Rua na Cidade do Rio de Janeiro. In: Cadernos de Assistência Social. Vol. 5, Rio de Janeiro: 2006.

Fonte: Dados dos Censos - Secretaria Municipal de Assistência Social

¹⁹ Para mais informações sobre o Censo de População em Situação de Rua da cidade do Rio de Janeiro, acesse o portal: <https://psr2020-pcrj.hub.arcgis.com/>

Importante destacar que a realização dos Censos de População em Situação de Rua no Brasil atende às diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua²⁰ e o objetivo é garantir em todo território a contagem oficial, a produção, sistematização e disseminação de dados e indicadores sobre a PSR de cada território. Na realização destes censos foram adotadas diferentes metodologias, o que inviabiliza uma análise mais detalhada sobre a perspectiva do aumento. Além do Censo de PSR a SMAS por meio dos seus serviços especializados de abordagem nos diferentes territórios da cidade dispõe de um banco de dados atualizado e descentralizado, conforme o anexo 5.

A implementação do Decreto Federal nº 7.053 em 2009 que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, representou um marco regulatório importante, pois reconhece a População em Situação de Rua como sujeitos de direitos. Tal conquista é fruto da intensa mobilização social de grupos de apoio ao tema que reivindicavam um novo tratamento à questão da pessoa em situação de rua, nem assistencialista nem repressor. A ação da Pastoral da Rua teve um papel fundamental na reivindicação de melhores condições de vida para essas pessoas.

A população em Situação de Rua encontra-se definida nesse decreto como:

O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Decreto Federal, 2009, p.1).

Na cidade do Rio de Janeiro, o Decreto Municipal n.º 46.483/2019 que regulamenta a Política Municipal para PSR, destina ao executivo o compromisso bianual no levantamento de dados e informações a respeito deste público. A realização do Censo tem como prerrogativa não apenas a contagem da PSR, mas a identificação de gargalos e a orientação de políticas públicas que de fato atendam às reais necessidades desta população. O grande desafio encontrado na realização deste Censo (2020) no cenário carioca é evitar a dupla contagem, uma vez que esta

²⁰ Link da Política Nacional para População em Situação de Rua:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm

população é circulante e se movimenta em toda a cidade, e também a definição da categoria População em Situação de Rua, uma vez que a definição da PNPR tem um aspecto abrangente e envolve diversas categorias que compartilham da inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como moradia, como as ocupações.

No campo dos direitos sociais, a implementação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)²¹, em 2004, representou um importante avanço no campo da assistência social, assegurando os serviços de atendimento especializados à PSR. Além dos dados do Censo (2020), a Secretaria Municipal de Assistência Social produz de forma sistemática um banco de dados consolidado com todas as informações referentes aos serviços socioassistenciais ofertados pela Assistência Social no âmbito do município.

De acordo com o banco de dados do referido órgão supracitado, extraídos da Planilha Survey entre janeiro e dezembro de 2022 foram realizados pelo serviço de abordagem social um total de 193.409 intervenções com pessoas em situação de rua entre atendimentos, encaminhamentos, acolhimento institucional, chamadas do 1746, ouvidorias e demandas emergências.

²¹ A PNAS reordenou a política de assistência, incorporando a proteção social como um tema central de suas ações, instituindo o Sistema Único de Assistência Social, definindo as seguranças afiançadas, a territorialização das ações e a matricialidade sociofamiliar como eixos estruturantes do Sistema. A proteção social no âmbito do SUAS está organizada por níveis de complexidade em Proteção Social Básica e Especial. A temática da População em Situação de Rua está referenciada para o atendimento no âmbito dos serviços de proteção social especial no que tange às ações de busca ativa, abordagem social, atendimento / acompanhamento e acolhimento institucional.

Quadro 2: Dados da abordagem social realizada com PSR pela SMAS

DADOS EXTRAÍDOS DA PLANILHA SURVEY	
Regiões	Nº de atendimentos
Centro	41.162
Zona Sul	19.966
Zona Norte	26.169
Zona Oeste	11.699
Ações realizadas	Quantitativo
Nº de encaminhamentos	61.140
Nº de acolhimentos	22.341
Nº de chamadas do 1746	9.527
Nº de ouvidorias	276
Nº de demandas emergenciais	1.129

Fonte: Banco de dados SMAS, 2022.

Esses dados evidenciam a complexidade das demandas da PSR para a cidade do Rio de Janeiro e o quanto é urgente ampliar o debate sobre a intersectorialidade das políticas públicas voltadas a este público, como prever a Política Nacional de População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento dessa política²². Os dados desagregados do total de atendimento por região apontam que as regiões mais emblemáticas, Centro, Zona Sul e Zona Norte, concentram 88% de toda a PSR da cidade. A diferença expressiva entre o número de encaminhamento e acolhimento mostra que o acolhimento não se configura como a maior demanda da população em situação de rua.

A formulação de políticas públicas para este público é urgente e necessária, a alta incidência da rotatividade pela qual esses indivíduos passam pelos serviços

²² A cidade do Rio de Janeiro não tem implementado o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política de População em Situação de Rua. De acordo com a PNPR compete ao Comitê municipal: Elaborar planos de ação periódicos com o detalhamento das estratégias de implementação da Política Municipal para a População em Situação de Rua; Acompanhar e monitorar o desenvolvimento da Política Municipal para a PSR; Desenvolver, em conjunto com os órgãos municipais competentes, indicadores para o monitoramento e avaliação das ações da Política Municipal para a PSR; Propor medidas que assegurem a articulação intersetorial das políticas públicas municipais para o atendimento da PSR; Propor formas e mecanismos para a divulgação da Política Municipal para a PSR; Instituir grupos de trabalho temáticos para subsidiar as deliberações do Comitê; Organizar, periodicamente, encontros para avaliar e formular ações para a consolidação da Política Municipal para a PSR; Estabelecer, através de resolução, os critérios para habilitação das organizações e entidades da sociedade civil, e como se dará o processo de eleição.

da política de assistência social apontam para a necessidade de repensar o modelo de acolhimento vigente e o do papel da intersectorialidade junto a esta questão.

Esta tese encontra-se organizada em 8 capítulos. O primeiro capítulo é dedicado a abordar os aspectos metodológicos que embasaram esta pesquisa. Este capítulo está dividido em três secções. Na subsecção um, apresento as teorias metodológicas que dão sustentação à pesquisa etnográfica e sua interpretação, na subsecção dois, descrevo as etapas da pesquisa e as questões éticas que envolvem a pesquisa com humanos e na terceira, abordo sobre o uso da imagem fotográfica como um recurso metodológico relevante na pesquisa etnográfica.

No segundo capítulo, descrevo a sequência dos caminhos etnográficos, as primeiras observações, medos e desafios de enfrentar um trabalho de campo em plena Pandemia. Este capítulo está subdividido em duas secções. Na primeira secção, descrevo o percurso construído a partir da memória do campo de pesquisa apontando os desafios encontrados e a necessidade de repensar estratégias para a inserção no campo. Na segunda seção, apresento o trabalho de campo desenvolvido de forma concomitante nas regiões do Centro da cidade e Campo Grande e a forma como se deu o mapeamento dos casais e a realização das entrevistas.

No terceiro capítulo, exponho uma revisão teórica sobre as principais contribuições das teorias sociológicas e antropológicas para o estudo das desigualdades sociais, da pobreza e da exclusão social.

No quarto capítulo, problematizo o tema da População em Situação de Rua como expressão da exclusão social na contemporaneidade e os diversos aspectos e abordagens sobre o tema mobilizando estudos teóricos e etnográficos.

No quinto capítulo, apresento uma descrição sobre o modo de viver na rua, o cotidiano e as estratégias de sobrevivência e o significado da casa improvisada e dos objetos neste contexto.

No sexto capítulo, abordo sobre a relevância das memórias e dos vínculos como aspectos subjetivos que fortalecem a sociabilidade, a interação social e a afetividade (de amizade íntima e amorosa).

No sétimo capítulo, contextualizo a conjugalidade enfatizando as transformações culturais que contribuíram para as mudanças no padrão dos relacionamentos íntimos e amorosos. E descrevo em uma secção específica as

particularidades que envolvem o exercício da conjugalidade no contexto da rua, a dinâmica desses relacionamentos e os tipos de conjugalidades identificadas entre os casais nas ruas.

No oitavo capítulo, abordo o tema da intimidade e da sexualidade no contexto da rua sem paredes, buscando compreender em que medida a falta de privacidade interfere no desejo e na vida sexual desses casais.

E por fim, as considerações finais, momento em que apresento os principais resultados desta tese, suas contribuições e os desafios que foram encontrados ao longo desta caminhada.

1. A alma (des)encantadora das ruas: aspectos metodológicos

1.1. Teoria metodológica e bases conceituais

No processo de construção desta pesquisa estão implicadas diferentes perspectivas: a minha percepção como pessoa que anda pelas ruas da Cidade, a percepção técnica como profissional da assistência social que atua com o público da PSR e finalmente minha percepção como pesquisadora. Para Eckert e Rocha (2003), a etnografia de rua compreende um deslocamento dentro da própria cidade, consiste no desenvolvimento da observação sistemática da rua e da descrição de cenários e personagens que fazem parte da rotina deste espaço.

A escolha de pesquisar um tema que é próprio ao campo de atuação profissional no qual estou inserida há 20 anos, me impôs o desafio de exercitar o estranhamento em relação ao objeto de pesquisa. Para DaMatta (1978), as transformações do exótico em familiar ou a do familiar em exótico estão intimamente relacionadas e sujeitas a resíduos, logo “o exótico nunca pode passar a ser familiar; e o familiar nunca deixa de ser exótico” (p.6). O afastamento e o desligamento emocional são apontados por este referido autor como condições fundamentais no processo de apreensão cognitiva do objeto.

Além de DaMatta, Velho (1999) também postula premissas sobre o fazer etnográfico com grupos familiares, próprios do universo social do pesquisador. De acordo com este referido autor, a familiaridade define-se como não sinônimo de conhecimento e estranhar o familiar é um movimento necessário na busca pela compreensão do mundo das coisas onde vivemos e interagimos. Nas suas palavras “estranhar o familiar corresponde ao esforço intelectual de pensar antropológicamente a própria sociedade, desconstruindo criticamente o senso e as certezas dogmáticas” (Velho, 1999, p.13).

O trabalho aqui apresentado seguiu às regras do método etnográfico. Foram descritas às práticas e saberes deste grupo social a partir da observação participante, da interação social dos casais no espaço de rua, suas performances cotidianas e narrativas apresentadas durante o processo de pesquisa.

A concepção do trabalho etnográfico aqui apresentado encontra-se apoiado na literatura clássica de Malinowski (1978). Para este referido autor o método etnográfico pressupõe a observação participante e sua importância fundamenta-se no fato que para se entender o comportamento humano, bem como suas crenças, é necessário que estes sejam analisados *in loco*, devendo o observador estar atento para o ponto de vista do pesquisado. A observação participante permite ao pesquisador analisar posturas, gestos, perceber contradições, valorizações feitas pelo próprio grupo estudado, rede de relações existentes, postura corporal além do próprio ambiente.

A obra de Malinowski, *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922) marcou uma nova forma de abordar o estudo de outras culturas. Para este autor a única forma de compreender a vida das pessoas que estão em outra cultura é viver com elas durante um tempo, aprendendo a sua linguagem e seus costumes. A observação participante e as entrevistas são duas técnicas usadas de forma descritiva e sistemática pelo autor.

Além de Malinowski, Geertz (2008) traz importantes contribuições para a etnografia, ressaltando também a relevância da observação participante e da descrição de tudo que foi apreendido no campo como um esforço intelectual do pesquisador. Dentro da perspectiva geertziana, a etnografia é uma ferramenta da prática do fazer antropológico que permite entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Nas palavras de Geertz (2008, p. 4 - 7),

[...] praticar a etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma "descrição densa". [...] O que o etnógrafo enfrenta, de fato — a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados — é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. E isso é verdade em todos os níveis de atividade do seu trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar as linhas de propriedade, fazer o censo doméstico... escrever seu diário. Fazer a etnografia é como

tentar ler (no sentido de "construir uma leitura de") um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado. (2008, p. 4 – 7)

Geertz (2008) chama atenção para o fato de que a interpretação do trabalho de campo está baseada no fluxo dos discursos capturados e na forma como estes discursos mobilizam os elementos simbólicos que estão atrelados a esta ação. O olhar e a cultura do pesquisador são tão relevantes quanto as narrativas dos sujeitos pesquisados. Essa perspectiva visa compreender o significado do fenômeno sob diferentes pontos de vista.

Por meio da descrição densa da realidade sobre a trajetória no campo afetivo e amoroso dos sujeitos pesquisados, foi possível estabelecer uma teia de significados sobre a importância do amor e da construção dos vínculos conjugais no contexto da rua. Não só as falas, como as práticas, os hábitos cotidianos e as ações que acontecem no dia a dia dos pesquisados nos forneceu subsídios para pensar e formular uma interpretação sobre aquilo que foi percebido. A interpretação consiste mais do que uma descoberta, é alternar o que se sabe sobre o assunto, o conteúdo que será apreendido nas falas e o que se observará em campo²³. A descrição densa deve estar para além da mera decodificação daquilo que se observa, dos discursos, práticas e hábitos.

A partir da sua experiência etnográfica em uma das Aldeias de Bali sobre o jogo absorvente: notas sobre a briga de galos, Geertz sinaliza os elementos que indicam pensar o trabalho de campo e os percursos metodológicos que o pesquisador pode trilhar desde o momento da sua entrada no campo e a vinculação a ser estabelecidas com os interlocutores.

Dentre as questões que o desafiaram no campo de pesquisa, o autor destaca a indiferença que ele e a sua esposa sofreram por parte dos nativos. Para este autor a sua entrada no campo foi marcada por dificuldades, mas ele destaca a importância

²³ Sobre essa afirmativa Geertz (2008) recupera o conceito de Max Weber, que afirma que o homem é um ser amarrado em teias de significados que ele mesmo teceu. A cultura é, portanto, uma ciência interpretativa, em busca do significado. O comportamento é uma ação simbólica. O fluxo do comportamento (ação social) faz com que as formas culturais se articulem. O significado emerge do papel que desempenham. A cultura é pública porque o significado o é. No estudo da cultura, os significantes não são sintomas ou conjunto de sintomas, mas atos simbólicos e o objetivo não é a terapia, mas a análise do discurso social.

de se aguardar o momento oportuno para a aproximação com a comunidade, neste caso, a confusão da briga de galos se mostrou como o momento oportuno para a sua “aceitação “e “abertura” da comunidade (p. 187). O fato de correr junto aos demais moradores da aldeia durante uma incursão policial que buscava constranger uma briga de galos, pois são ilegais em Bali, ele e sua esposa, até então ignorados e tratados como invisíveis pelos aldeões passaram a usufruir de uma interação, ainda que composta pelo estranhamento, agora não pelo fato de serem estrangeiros, mas pelo fato de terem corrido da polícia “como todo mundo” mesmo sendo estrangeiros²⁴.

Por meio da Briga de Galos, Geertz (2008) realizou o mapeamento das estruturas daquela sociedade, seus costumes e práticas. Em sua interpretação, a Briga de Galos, era mais que *apenas* uma rixa ilegal, ela remontava o mundo social Balinês, sua cultura, políticas, economia e práticas de gênero, remontava até mesmo a ordem religiosa do lugar.

Os galos e as rinhas têm um valor significativo para os homens da aldeia, são valores e ensinamentos passados de geração em geração, reforçam a “tradição legal e cultural das aldeias” (p. 192). Trata-se de uma atividade pública de grande importância realizada exclusivamente por homens. Há dois tipos de embate implicados nessas rinhas, o jogo por dinheiro e o jogo absorvente, sendo este último o mais reconhecido e interpretador como o “jogo de status” (p. 207).

A importância da etnografia para esta pesquisa diz respeito às possibilidades que a mesma proporciona quanto ao foco nas interpretações simbólicas dos personagens analisados. Para isso, o entorno, as práticas, as formas mais profundas de se estar em campo colaboram com a coleta de nuances tanto na escrita quanto nos demais elementos como a fotografia, a captura de áudio e vídeo, por exemplo.

Diante de um grupo tão diversos como a PSR, a pesquisa de campo teve os seus desafios e precisou ser reconfigurada. O contexto da Pandemia de Covid-19 impactou na dinâmica do campo e na forma como as interações se davam neste espaço trazendo uma evidente vulnerabilidade as exposições de risco de contaminação do coronavírus e também aos riscos de violação à integridade física

²⁴ Importante destacar que eles eram aparentemente ignorados porque na verdade todos sabiam quem eles eram, apenas não interagiam, na verdade os balineses ignoravam mais como uma performance do modo de ser balinês do que ignorar propriamente dito.

pela minha condição feminina circulando nas ruas quase desertas da cidade do Rio de Janeiro.

A estratégia encontrada para driblar os desafios do campo no contexto da Pandemia foi buscar a figura do mediador, como indivíduo-chave no processo de aproximação e movimentação no campo. A tarefa seguinte foi a identificação de um mediador, que assim como o “Doc” descrito por Foote-Whyte (1975), conhecesse bem o campo de pesquisa, desfrutasse de entrosamento com os “nativos” e viabilizasse a minha inserção e movimentação no campo sem os riscos por mim identificados. Para tanto busquei identificar a figura do mediador dentro da minha própria rede pessoal de contatos, buscando pessoas já vinculadas ao tema da PSR e que tivesse disponibilidade para a pesquisa. Para cada região da cidade (Centro e Campo Grande) aonde a pesquisa foi realizada eu contei com o apoio de um mediador. Em alusão ao Foote-Whyte, eu também os denominei de Doc 1 e Doc 2.

Ambos os mediadores estavam familiarizados com os territórios e conheciam bem a rotina da PSR nas respectivas áreas. Doc 1 atuou por mais de 10 anos como Educador Social da Equipe do Serviço Abordagem Social da SMAS. Sua trajetória de vida pessoal é marcada pelo infortúnio da experiência de já ter estado em situação de rua, ocasião em que foi acolhido e reinserido socialmente na família e no trabalho. Hoje é aposentado, mora na Lapa, observar e cumprimentar as PSR faz parte do seu cotidiano. Doc 2 é assistente social do quadro efetivo da SMAS, trabalha com essa temática há mais de 20 anos na intervenção direta com este público, além do engajamento político nos Fóruns, Conselhos de Diretos e Movimentos organizados que debatem essa temática. Por seu intermédio e a partir de informações prévias sobre o território de Campo Grande, iniciamos um mapeamento na região mais central do bairro aonde se concentrava a PSR em busca de casais.

Ainda que os Docs tenham tido papel estratégico junto ao mapeamento e seleção dos casais, além de profundo conhecimento quanto ao campo e os pesquisados, a empatia e o trato respeitoso durante as abordagens proporcionaram minha entrada no campo. Tive o cuidado de não usar o lugar de Assistente Social como um meio para obter comunicação, e sim como uma informação que no limite me qualificava para informar sobre acessos básicos, preservando meu lugar de pesquisadora, mas não apenas, o que me abriu o campo também foi ter preservado

a empatia e o respeito ainda que alguns dos pesquisados, expressassem desconforto ao conversar comigo em razão do seu estado físico naquele momento: sujos e malcheirosos, desgrenhados, com a dentição estragada ou até mesmo sob efeitos mais ou menos recentes de substâncias entorpecentes. A vergonha do corpo e o incômodo demonstrados foram interpretados como dados analíticos e não como elemento de repulsa, longe de quaisquer preconceitos em relação ao grupo. Estar entre eles demonstrando interesse em conhecer sua vida afetiva por si só foi um fator que despertou curiosidade, questionamentos e aceitação da minha presença por parte do grupo.

As contribuições de Foote-Whyte (1975) também se fizeram relevantes nesta pesquisa considerando que se trata de uma etnografia urbana *at home*, e estamos pesquisando grupos que estão inseridos em uma mesma cultura. Para este autor a observação participante precede de alguns cuidados essenciais aos quais o pesquisador deve estar atento no campo de pesquisa, tais como: observar o local e conhecer a dinâmica de funcionamento; buscar a aceitação do campo de pesquisa e dos nativos; a importância de saber ouvir, escutar, ver, bem como fazer o uso de todos os sentidos na coleta de informações; saber identificar as regras e os códigos do campo; informar de forma clara o significado da pesquisa aos participantes; compreender a cultura do outro sem se comportar e falar de forma igual, e por fim saber organizar as notas das observações realizadas no campo.

Oliveira (2017) destaca que o processo de construção do trabalho etnográfico é constituído de etapas. Olhar, ouvir e escrever são atos cognitivos que ocorrem em momentos diferentes. O olhar etnográfico e o ouvir constituem parte fundamental do levantamento empírico, enquanto escrever caracteriza-se como um momento de grande esforço do analista. O ato de escrever é por excelência o momento de reflexão e interpretação do que se viu e ouviu no campo. É o momento propriamente dito em que se coloca vidas alheias nos textos (Geertz). No entendimento de Oliveira entrar nas formas de vida que lhe são estranhas só é possível a partir da vivência que é assegurada pela observação participante, a interpretação do material etnográfico só é possível pela evocação da memória desta vivência. As informações contidas nos diários e cadernos de campo constituem o elemento mais rico no ato de escrever, eles representam a memória das experiências vividas, as quais pode-se recorrer durante todo o processo de elaboração do texto.

Na descrição dos caminhos etnográficos I e II apresentados nesta tese recorre-se a Silva (2009) para compreender os diferentes fluxos que estão presentes no percurso do pesquisador: situar-se, observar e descrever. O ato de situar-se diz respeito à localização espacial e identificação de questões que podem favorecer ou não a obtenção de dados e informações pertinentes e relevantes para o estudo. Situar-se no campo implica saber reconhecer limites e situações que viabilizem ou inviabilizem a pesquisa.

Para DaMatta (1978), o trabalho etnográfico além das dimensões teórica intelectual que compreende o momento de preparação sobre o objeto a ser investigado e o conhecimento que antecede o planejamento da entrada no campo de pesquisa, se faz presente uma dimensão pessoal e subjetiva a que este autor denomina de “*anthropological blues*” que se refere ao aspecto emocional e interpretativo da pesquisa, momento em que o pesquisador entrar em contato com os seus sentimentos e também com os sentimentos dos agentes pesquisados. Rer os cadernos e diários de campo nesse processo de construção do texto final desta tese, me remete a um momento de lembranças dos intensos dias vividos no campo.

O uso das imagens nesta tese compõe o corpo do texto, são informações que visam ampliar a percepção da rua e dos sujeitos que vivem neste espaço. As imagens são, ainda, cenas das vivências e memórias do campo extraídas a partir do recorte do pesquisador. As imagens somam-se às narrativas e constituem o material etnográfico a ser interpretado, elas são mais do que a comprovação do “eu estive lá”. Importante destacar que todo o arquivo de imagem disponível nesta tese foi produzido ao longo de todo o percurso do trabalho de campo e são de minha autoria.

1.2. Etapas de pesquisa e as questões éticas

A pesquisa que embasa esta tese está organizada em dois momentos, o **primeiro** refere-se ao levantamento bibliográfico acerca do tema e identificação do estado da arte (publicações existentes sobre o tema); ao mapeamento de dados quantitativos disponíveis sobre a problemática da PSR, bem como a contextualização do marco legal; e a definição das categorias e a fundamentação teórica que orientará este trabalho; o **segundo** constitui o trabalho de campo, momento privilegiado de vivências, incursões e trocas com os participantes desta pesquisa.

O trabalho de Campo está dividido em três etapas: o mapeamento prévio do campo; a avaliação do mapeamento e a identificação na necessidade da adoção de estratégias; e a imersão no campo – contato direto com os nativos, a observação participante, a identificação dos interlocutores da pesquisa e a realização das coletas de dados e acompanhamento do cotidiano e da rotina conjugal na cena da rua.

O mapeamento prévio do campo refere-se às primeiras caminhadas, é uma espécie de localização espacial. É também um momento de descobertas, observações intensas, notas e registros de todos os detalhes no diário de campo. Etnografar a rua não se mostrou uma tarefa fácil, a complexidade que envolve o tema tem muitas nuances. Durante 15 dias me dediquei à tarefa de observar a rua, observar como o espaço físico estava sendo ocupado, observar o perfil das pessoas em situação de rua, se as pessoas estavam sozinhas ou acompanhadas, se havia algum indício (gesto ou ação) entre as pessoas, que me levasse a acreditar que eram um casal, considerando que esse era o interesse da pesquisa. Esse mapeamento prévio foi restrito à região do Centro da Cidade.

A segunda etapa do trabalho de campo diz respeito à avaliação das dificuldades identificadas no mapeamento prévio e a adoção de estratégias para mitigar essas dificuldades. Como já sinalizado a figura do mediador se apresenta como um recurso viável, tendo em vista alguns riscos e limitações que o próprio campo trazia pelo cenário da Pandemia e suas implicações na segurança pessoal da pesquisadora, enquanto pessoa do gênero feminino. Além dos dois mediadores, no curso da caminhada etnográfica na região do Centro, o Instituto LAR²⁵, foi um parceiro na construção de pontes com casais em situação de rua que já eram acompanhados nesta referida instituição.

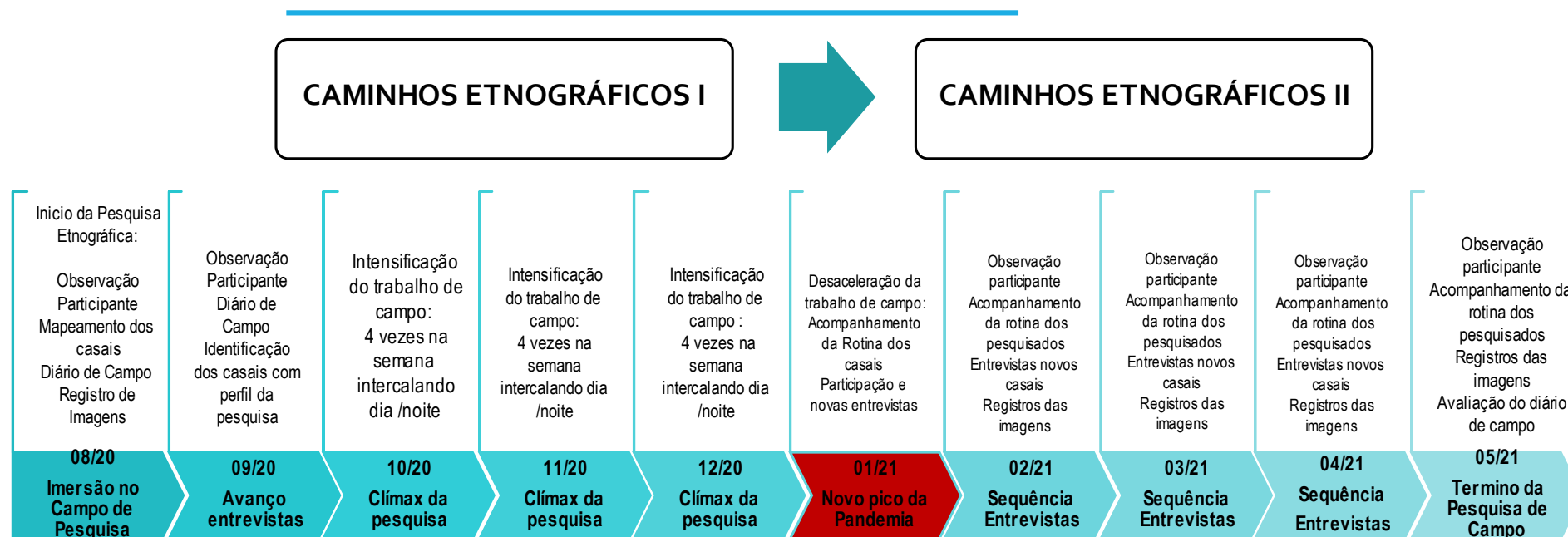
A terceira etapa compreende o momento mais denso desta etnografia e se constitui do contato direto com o público-alvo da pesquisa, a vinculação com o campo, a observação participante, as vivências mais relevantes no campo, a identificação dos casais, a vinculação com eles e a empatia, e a realização das entrevistas e a escuta atenta de suas histórias, os registros do cotidiano deles, o reencontro e o acompanhamento de suas rotinas.

²⁵ Instituto LAR é uma organização sem fins lucrativos que tem como missão apoiar o processo de reinserção social promovendo o resgate da dignidade, da cidadania e da identidade social da PSR.

A pesquisa de campo foi realizada entre agosto de 2020 a maio de 2021 e abrangeu as regiões do Centro e Campo Grande, sendo que 90% da pesquisa foi realizada na primeira região. A definição do tempo de permanência no campo, assim como a quantidade de dias e horários foram sendo construídos ao longo dos 9 meses e dependeram da dinâmica da rua e da disponibilidade dos participantes desta pesquisa. A linha do tempo apresentada no quadro abaixo, tem como objetivo trazer um panorama das sequências etnográficas percorridas, mostrando como a pesquisa foi sendo desenvolvida em cada momento.

Figura 1: Cronologia da pesquisa etnográfica

CRONOLOGIA DA PESQUISA ETNOGRÁFICA



Fonte: Própria autora

O mapeamento de casais em situação de rua realizados nos dois campos de pesquisa apresentou os seguintes resultados: Foram identificados 78 casais em situação de rua, sendo 72 na região do Centro e 6 na região de Campo Grande. Deste universo de 78 casais, 51 foram abordados uma única vez e apenas 37 se enquadraram em relacionamentos com duração de mais de 1 ano. Deste total de 37 casais, a pesquisa prosseguiu com 20 casais (2 de Campo Grande e 18 do Centro). Deste universo de 20, apenas 7 casais se mostraram disponíveis e aceitaram compartilhar o registro dos seus cotidianos, a rotina de trabalho, a sobrevivência nas ruas e falar de forma mais aberta sobre suas intimidades amorosas. A média de acompanhamento variou entre duas e quinze semanas.

Na seleção dos casais que participaram das entrevistas, usei como critério aqueles com perfil cis heterossexual, cujos relacionamentos íntimos e amorosos tinham durabilidade de mais de 1 ano e foram tipificados, pelos próprios sujeitos desta pesquisa, como uma relação de namoro ou casamento. Esse recorte parte do entendimento que as relações amorosas na contemporaneidade são efêmeras, fluídas e com alta rotatividade de parceiros (Bauman, 2004 e Féres-Carneiro 2005). Delimitar um tempo mínimo de duração destas relações me possibilitaria conhecer a trajetória e as histórias dos casais com mais profundidade.

O critério de escolha desse perfil de casais justifica-se ainda, pela minha experiência anterior, durante o mestrado, com a temática da violência conjugal entre casais cishétero. Isso me possibilitaria de alguma forma estabelecer um paralelo entre os padrões de violências apresentadas entre casais domiciliados e entre casais em situação de rua, ainda que este não seja o mote desta pesquisa.

O público-alvo desta pesquisa é composto por pessoas, cujas trajetórias estão inscritas por marcadores sociais que determinam o seu lugar e sua posição social, e no caso das mulheres negras pela interseccionalidade do padrão normativo cisheteropatriarcado.

A Interseccionalidade tem sido uma categoria sociológica utilizada para fazer referência a um conjunto de marcadores sociais que determinam o local da opressão. O cisheteropatriarcado é um conceito adotado por alguns teóricos como Kimberlé Crenshaw para problematizar o lugar da mulher negra na sociedade, promover a descolonização do feminismo e questionar o sistema sócio-político do

cisheteropatriado no qual o gênero masculino e a heterossexualidade têm supremacia sobre os demais gêneros e orientações sexuais (Akotirene, 2019).

Participaram desta pesquisa homens e mulheres cisheterossexuais na faixa de 18 a 56 anos, sendo 60 % das mulheres negras e 40% brancas. Entre os homens, 70% são negros e 30% são brancos. Homens e mulheres com baixa escolaridade, 65% possuem ensino fundamental completo ou incompleto. Todos os entrevistados são pessoas oriundas de regiões e realidades de muita vulnerabilidade social. Apenas dois casais declararam terem ido para as ruas depois da pandemia. Sobre o uso de drogas e álcool 50% declararam fazer uso abusivo e 30% esporádico.

Quanto às atividades de trabalho exercidas nas ruas, foram identificadas as seguintes ocupações: catadores de materiais recicláveis, vendedores ambulantes, guardador de carro, auxiliar de cozinha, repositor de mercadorias e serralheiro. Quanto aos benefícios de transferência de renda, com exceção de dois casais, todos os demais estavam inseridos em uma das modalidades de transferência de renda: Programa Bolsa Família, Auxílio Emergencial, Benefício de Prestação Continuada.

Quadro 3: Perfil dos Entrevistados

PERFIL DOS ENTREVISTADOS	
Faixa Etária	
Feminina	18 a 53 anos
Masculina	31 a 56 anos
Raça/ Cor – Feminina	
Negra	12
Branca	8
Raça/ Cor – Masculina	
Negra	14
Branca	6
Escolaridade – Feminina	
Fundamental Incompleto	6
Fundamental Completo	7
Médio Incompleto	4
Médio Completo	2
Superior Completo	1

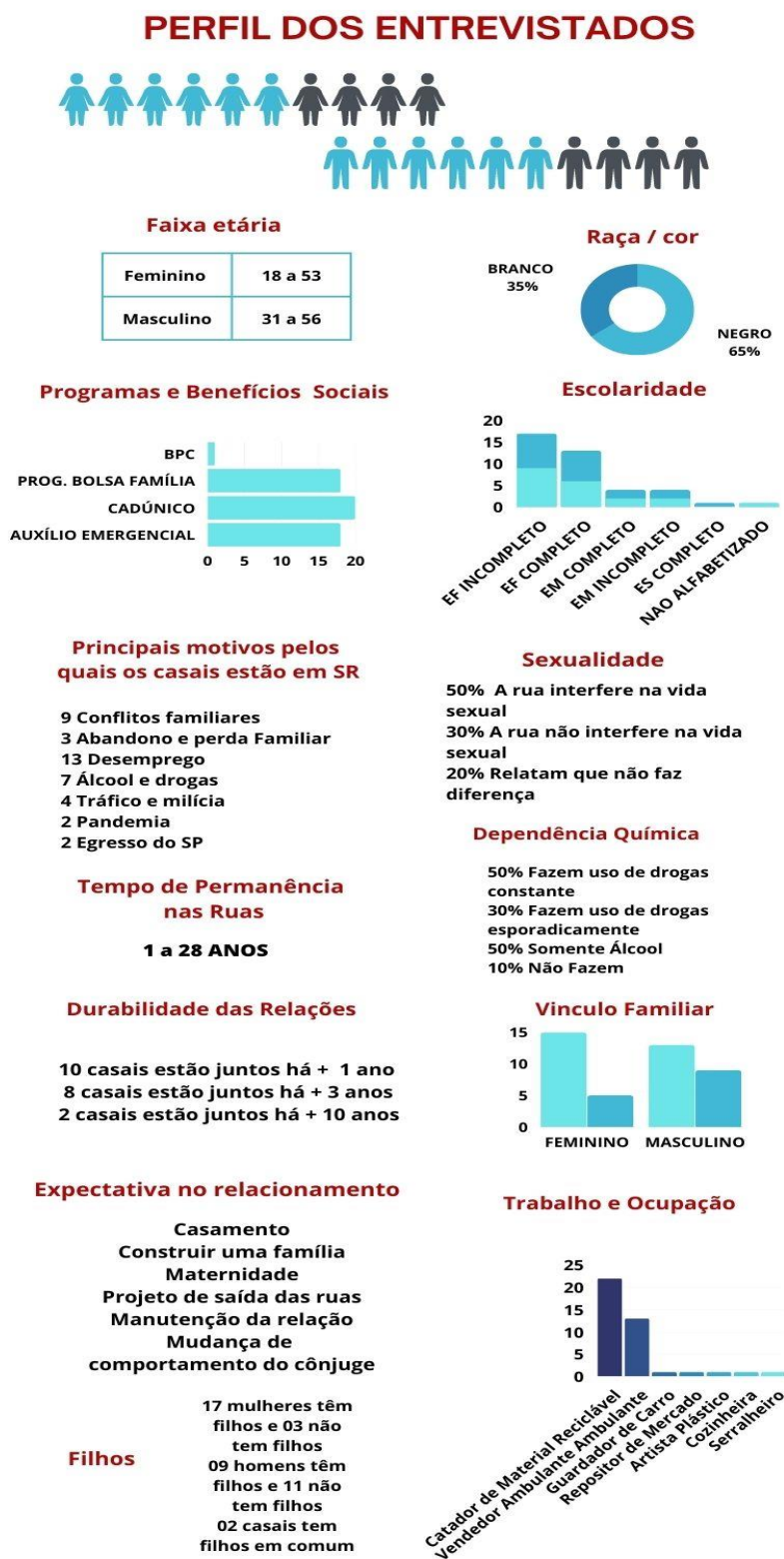
Escolaridade – Masculino	
Não Alfabetizado	1
Fundamental Incompleto	8
Fundamental Completo	3
Médio Completo	8
Trabalho e Renda	
Catador De Material Reciclável	22
Vendedor Ambulante	13
Guardador de Carro	1
Repositor de Mercado	1
Artista Plástico	1
Cozinheira	1
Serralheiro	1
Programas e Benefícios Sociais²⁶	
Benefício de Prestação Continuada (BPC)	2
Programa Bolsa Família	18
Cadastro Único	20
Auxílio Emergencial	18

Fonte: Própria autora

Além destas questões, foram elencadas ao perfil dos entrevistados o tempo de permanência nas ruas, a motivação que os levou para as ruas, o tempo de durabilidade dessas relações, a frequência sexual, as expectativas e os projetos dos casais e se os casais tinham filhos, conforme o infográfico abaixo:

²⁶ Os Programas e Benefícios Sociais compreendem os recursos financeiros repassados diretamente da União para os cidadãos que participam de programas sociais e estão inscritos no CADÚNICO. Estavam em vigência na ocasião desta pesquisa o Auxílio Emergencial, Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Garantia-Safra e Seguro-Defeso (ou Pescador Artesanal).

Figura 2: Infográfico dados sobre a pesquisa de campo



Fonte: Própria autora

Dentre as principais restrições e motivos que trouxeram impedimento aos casais de participarem das entrevistas destacam-se as seguintes situações, vide quadro abaixo:

Quadro 4: Justificativas apresentadas pelos entrevistados

IMPEDIMENTOS E JUSTIFICATIVAS PARA NÃO REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS	NÚMERO DE CASAIS
Ausência de concordância por parte de um dos membros do casal;	03
Conceder a entrevista significava perda de tempo;	01
O desejo de alguma compensação financeira em troca;	02
No momento da abordagem, estavam em estado de torpor em razão do uso de álcool e outras drogas, demonstrando prostração, apatia, sonolência e desânimo;	02
Inibição pela presença da polícia - na Presidente Vargas e na Central do Brasil;	02
Abordagem policial a um dos membros do casal no momento da entrevista que se realiza na Estação da Central do Brasil;	01
Vergonha de falar em razão do seu estado físico (aparência e odor do corpo, vergonha dos dentes, vergonha de sua condição de rua);	02
Questionamento sobre a finalidade da pesquisa e que tipo de retorno a sua participação traria para si e para os demais moradores de rua;	04
Desistência sem justificativa.	03

Fonte: Própria autora

No exame deste material coletado, elencou-se a partir nas narrativas dos participantes desta pesquisa algumas percepções que considero questões centrais para análise, a saber: a concepção da rua na perspectiva dos entrevistados; as estratégias de sobrevivência dos casais na rua e o modo de viver nas ruas; relevância das memórias e dos vínculos afetivos; o significado da relação amorosa e as expectativas, sonhos e projetos; o cotidiano da conjugalidade e da intimidade no contexto da rua.

É relevante destacar que esta pesquisa foi submetida à avaliação do Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro tendo sido aprovado, conforme cópia do termo em anexo²⁷, atendendo a todos os trâmites e prerrogativas das normativas e diretrizes que orientam as pesquisas de campo com seres humanos no Brasil, a saber a Resolução nº 466/2012 e 510/16 do Conselho Nacional de

²⁷ Ver anexo 3

Saúde, que regulamenta os fundamentos éticos e científicos e os procedimentos que devem ser adotados durante a pesquisa, sobre os seus possíveis riscos e benefícios; os protocolos da Plataforma Brasil e o conteúdo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)²⁸.

Na realização das entrevistas com os interlocutores foi utilizado um roteiro de perguntas semiestruturada²⁹, que guiou o conteúdo das narrativas que descrevem a trajetória e as experiências da vida conjugal que se inscrevem no contexto da rua. Ao todo foram realizadas 20 entrevistas completas com a presença dos dois membros do casal. Os participantes foram informados do caráter exploratório da pesquisa e dos instrumentos utilizados na coleta: roteiro de entrevistas, gravação de áudios, captação de fotografias e vídeos. Foram informados ainda, sobre o direito de desistência, bem como a inexistência de compensações financeiras ou de implicações punitivas/negativas em caso de recusa.

As entrevistas foram realizadas no espaço físico da rua e em locais previamente acordados com os entrevistados (padarias, lanchonetes, restaurantes e outros), sempre respeitando a escolha do entrevistado. Em média, cada entrevista variou de 60 a 90 minutos de duração. A fim de preservar a identidade dos entrevistados, os nomes usados são todos fictícios. As gravações de áudio, as fotografias e vídeos foram realizados com a prévia autorização dos entrevistados, assim como foi esclarecido sobre o seu uso em trabalhos acadêmicos, revistas científicas e em amostras de fotografias e vídeos etnográficos.

1.3. O uso das imagens fotográficas como recurso metodológico da pesquisa etnográfica

O uso da imagem na Antropologia está presente desde os primórdios desta ciência. Os clássicos e fundadores da antropologia como Marcel Mauss, Franz Boas, Bronislaw Malinowski, Margaret Mead, já revelavam a importância do uso da imagem na descrição e análise de certas práticas culturais (Peixoto, 2014).

A fotografia foi um recurso usado por Franz Boas durante as expedições realizadas na Ilha de Baffin em 1883 e na Ilha de Vancouver entre 1886 e 1902,

²⁸ Ver anexo 2

²⁹ Ver anexo 1

ambas no Canadá. Do mesmo modo, Malinowski (1922) usou a fotografia durante a investigação sobre a vida dos nativos na Ilha Trobriand entre 1915 e 1918, o referido trabalho resultou na produção de uma coletânea de fotografias etnográficas. Malinowski reuniu nas monografias sobre os nativos da Ilha Trobriand um total de 283 fotografias espalhadas ao longo das 1883 páginas dessas três obras complementares. Nos Nativos de Mailu publicada em 1915 ele havia inserido 34 fotografias; o texto dos Argonautas incorpora 65 pranchas e 92 fotografias na Vida Sexual dos Selvagens, chegando a 116 nos Jardins de Coral (Samain, 1995).

Todavia, Samain (2000) enfatiza que foi a obra de Gregory Bateson e Margaret Mead, *Balinese Character: A Photographic Analysis* (1942), que abriu o campo de discussão sobre a complexa tarefa de organizar e concatenar o registro verbal e o registro visual nas Ciências Sociais. Para este autor, Bateson e Mead, tinham como objetivo explorar as imagens para explicar de que modo uma criança nascida em Bali tornava-se balinesa através dos comportamentos sociais adquiridos durante a infância, via condutas ensinadas pelo meio cultural, distinguir-se-á, para sempre, o modo, o caráter e o estilo de ser e viver de uma criança.

Caiuby Novaes (2017), destaca na história da antropologia que o uso da fotografia ganhou diferentes capítulos, tendo sido utilizada ora como “instrumento” ora como “técnica de registro”, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento dos cadernos de campo. Além da sua relevância nos textos clássicos, a autora chama a atenção para dimensão importante do uso da imagem, nas obras de Claude Lévi-Strauss, a de técnica de registro que acompanhava seu caderno de campo, embora o próprio Claude Lévi-Strauss não tenha ressaltado a importância das imagens em seus trabalhos antropológicos³⁰.

Para Peixoto (2019), as fotografias e os vídeos são conteúdos que produzem informações e permitem analisar diferentes temas. No seu entendimento, a produção de imagens amplia o campo de observação, cria uma outra relação com

³⁰ Para Caiuby Novaes (2000, p.2), embora o uso da fotografia esteja muito presente na obra de Lévi-Strauss, ele trata as fotografias como um documento. “Existem belas fotos, mas para mim trata-se de uma arte de menor valor”. Em que pese suas notas de desdém, é fato que fotografias estão presentes na sua obra e são raras as publicações que ele não detém as artes. As fotografias são para ele apenas indícios, de “seres, de paisagens e de acontecimentos”, que ele sabe que viu e conheceu. A fotografia é, no plano etnográfico, como uma espécie de reserva de documentos, ela permite conservar coisas que não se irá rever outra vez. “Os documentos fotográficos me provam sua existência, sem testemunhar a seu favor, nem torná-los sensíveis a mim” (apud Lévi-Strauss, 1994:9).

os sujeitos e permite uma leitura repetida e minuciosa das atividades realizadas, principalmente, aquelas onde a observação direta, quase instantânea não pode acompanhar nem repetir.

A etnografia no espaço da rua - especialmente durante uma pandemia - se apresenta como uma tarefa de complexidade acentuada, pois envolve questões objetivas impostas pela própria dinâmica das adversidades da rua, e também subjetivas, relacionadas aos sentimentos das pessoas diante da vulnerabilidade extrema e da dura realidade de estar em situação de rua. O uso da fotografia, como sinaliza Caiuby Novaes (2021), é um excelente recurso para o início da pesquisa de campo com o intuito de produzir etnografias, pelas seguintes questões:

Em primeiro lugar, porque a fotografia permite mudar o foco – do verbo para o comportamento, o corpo, os gestos, os detalhes sobre os quais nem sempre é possível falar. Com a fotografia saímos das famosas entrevistas, que frequentemente empobrecem, e muito, a etnografia. As fotos evidenciam imediatamente se o pesquisador conseguiu ou não uma maior intimidade com o tema e as pessoas escolhidas. Sem se aproximar é impossível uma boa foto (p. 6)

O desafio do uso da imagem no contexto desta pesquisa foi produzir um acervo de registros fotográficos que contribuam para a ampliação da visão e da percepção sobre o modo de viver e as relações afetivas das pessoas em situação de rua, mostrando as particularidades, cenas do cotidiano e da rotina dos casais que vivem neste espaço. As imagens apresentadas têm como objetivo produzir informações que se aproximem simbolicamente da percepção extraída do pesquisador do campo de pesquisa. A imagem fotográfica é um recorte da realidade a partir da lente do fotógrafo. Na visão de Sontag (2004) as fotos são, de fato, experiência capturada, e a câmera é o braço ideal da consciência, em sua disposição aquisitiva. As fotos podem fornecer um testemunho, uma prova incontestável de que algo aconteceu, ainda que sua interpretação seja distorcida sempre haverá uma semelhança com a imagem (p. 8-9). As fotografias são ainda "um novo código visual, transformam e ampliam nossas noções do que vale a pena olhar e do que pode ser observado. São uma gramática e, mais importante ainda, uma ética da visão" (p.13). As fotografias são capazes de registrar aquilo que seria apagado com o tempo.

Ainda de acordo com esta referida autora, as fotografias podem ainda desafiar a natureza mutável do tempo, quando algo é capturado o momento é imortalizado e transformado em passado, “*todas as fotografias são momentos mori. Fotografar é participar na mortalidade, vulnerabilidade e mutabilidade de uma pessoa ou objeto*” (p. 9). Enquanto uma pintura ou uma descrição em prosa dependem de interpretação estritamente seletiva, pode-se tratar uma foto como uma transparência estritamente seletiva. Apesar da presunção de veracidade que confere autoridade, interesse e sedução a todas as fotos, a obra que os fotógrafos produzem não constitui uma verdade, as fotografias são sensíveis aos imperativos de gosto e de consciência, sua interpretação depende do olhar do outro também.

As imagens extraídas do campo de pesquisa, documentam que o ambiente das ruas não é estático. A rua é mutável onde um cenário nunca é igual ao outro. Suas transformações são fruto do deslocamento de pessoas, seus objetos e significados, prova disso são os registros fotográficos que demonstram, não raramente, um esforço de reprodução da casa nas ruas, transmitindo um jeito particular de se viver, inventivo, criativo e também encharcado de medo das possibilidades de violências que uma exposição, tão nua de si e dos seus, poderia acarretar. As imagens coletadas nestes cenários também denunciam a miséria, as condições indignas do modo como vive a população de rua.

Sobre o uso das imagens, Peixoto (2014) chama atenção para alguns cuidados que o pesquisador deve ter, salientando que não basta o conhecimento do campo e do instrumento de captação de imagens, é preciso igualmente conhecer o que se pretende apreender com as imagens, buscando quais contribuições específicas ela trará para a pesquisa antropológica em questão. Para esta referida autora, o registro de imagens é uma representação do real, contudo, as imagens criadas podem expressar abstração. Logo, neste sentido faz-se prudente a realização de um “roteiro” prévio sobre as imagens que o pesquisador pretende elaborar a fim de evitar fotografias abstratas e incompreensíveis.

Samain em seu artigo, *Antropologia visual e fotografia no Brasil* (2005), sobre a história da antropologia visual brasileira, lança mão da obra do fotógrafo John Collier Jr., para destacar, entre outros elementos, a relação entre a captura de imagens e a expressão das relações. Neste caso, a utilização de imagens junto à

pesquisa aqui exposta, constitui a permanência do campo junto ao meu processo de escrita.

De acordo com Samain (2005), o I Seminário de Antropologia Visual realizado em 1987 no Rio de Janeiro buscava, entre outros assuntos, estruturação metodológicas quanto ao uso de fotografias junto ao trabalho antropológico. O curso de especialização “Recursos Audiovisuais em Etnologia”, realizado na Universidade Católica de Goiás, e o Curso de Pós-Graduação em Multimeios (fotografia, som, cinema e vídeo), realizado na Universidade Estadual de Campinas (SP), abriram a discussão sobre o uso de imagens nas Ciências Sociais e resultou em uma série de grupos e núcleos de estudo onde a imagem fotográfica passou a tecer a teia de instrumentos analíticos junto às Ciências Sociais, em particular na Antropologia. A partir desses eventos, a antropologia visual ampliou seus horizontes e deixou de se restringir unicamente ao terreno dos registros, das provas e dos documentos. A apropriação do uso das imagens trouxe para a Antropologia novos recursos transversais da infografia, enriquecendo e ampliando os domínios de uma antropologia da imagem, isto é, desses assuntos antropológicos dificilmente traduzíveis por meio das meras palavras ou de outras escritas (Samain, 2005, p.125).

Além de Samain, Peixoto (2019) também versa sobre a práxis antropológica visual, no território brasileiro, destacando que a rápida ascensão desta disciplina expressa no crescimento dos grupos de pesquisas e das produções científicas (trabalhos de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação) suscitou o questionamento acerca da formação e das condições estruturais oferecidas pelos centros de pesquisas em antropologia visual no Brasil. Para esta autora a antropologia visual brasileira *“vem refletindo sobre que tipo de imagens propõem à análise das práticas e representações, e que relações elas podem estabelecer com a realidade social”* (p. 134). No seu entendimento, *a linguagem imagética tem mais expressividade e força metafórica, condensa e torna a percepção dos fenômenos sociais mais sensível, já que é mais alusiva e simbólica ainda que nem sempre mostre exhaustivamente a riqueza dos dados etnográficos.* (apud Peixoto 1998, p. 134)

Ainda que as imagens tragam em si um apelo de impacto dependendo do que é mostrado, a análise dessas imagens não é imediata e a formação para sua

leitura e para a desconstrução dos seus códigos é parte inerente a esta abordagem. Ela é, na verdade, uma condição.

Por meio de imagens uma sociedade constrói, sobre si, um discurso visual. Esta construção deve ser entendida num sentido amplo. Se, por um lado, ela é obra daquele que capta as imagens ou do diretor do filme, por outro lado, no caso de filmes em que não há atores profissionais, como aqueles feitos por antropólogos – os chamados filmes etnográficos –, esse discurso visual é também obra dos próprios ‘informantes’. (Peixoto apud Caiuby Novaes 2004, p. 134).

Peixoto salienta que na construção de imagens etnográficas o pesquisador tem um papel relevante na sua fabricação. A escuta e o olhar devem estar mais aguçados, a pesquisa antropológica com imagens remete a um mergulho mais profundo no campo do compreensível. O trabalho na pesquisa de campo exige não apenas ‘sentir’ as sensações do outro, e sim conhecer as categorias que designam essas sensações e, principalmente, perceber as diferenças entre aquelas do sujeito filmado-fotografado e as do fabricante das imagens. (Peixoto apud Peixoto, 2000, p. 134).

O uso da imagem nesta tese corrobora de modo imperativo com o alargamento das possibilidades interpretativas desse modo de viver dos casais na rua. Por meio dos registros fotográficos busquei cumprir o intuito de documentar as tradições, práticas e ritos, ou seja, a cultura dos casais em situação de rua, seus modos de vida, buscando apreender elementos de aproximação da experiência de casais domiciliados, assim como as particularidades em se estabelecer uma vida conjugal em um ambiente público.

Para Samain (2012), toda imagem oferece algo para pensar (seja um desenho, escultura, fotografia ou pintura); toda imagem é portadora de um pensamento e o veicula ao levar consigo algo do objeto representado – de um lado, a perspectiva de quem a produziu e, de outro, a de todos que já olharam para ela e nela incorporaram “suas fantasias, seus delírios e, até, suas intervenções”; e toda imagem é uma “forma que pensa”, ou seja, independentemente de quem produz ou vê a imagem, pois ela tem vida própria e poder de ideação, “um potencial intrínseco de suscitar pensamentos e ideias”. Para Samain, “as imagens são portadoras de pensamento e como tal nos fazem pensar; [...] indo ainda mais longe, ousamos admitir que elas, ao associarem-se, são ‘formas que pensam’ (p. 22-23).

As imagens aqui apresentadas mostram as cidades em um momento particular, até mesmo histórico, pois os registros ocorreram durante a pandemia de Covid-19 momento no qual o mundo e não obstante a cidade do Rio de Janeiro sofreram radical reconfiguração do uso do espaço urbano. As imagens por si só falam da realidade da cidade. As imagens do Centro da Cidade vazio, antes configurado pela circulação de transeuntes e carros e a movimentação do comércio, deu lugar à circulação e ocupação de pessoas em situação de rua e ao surgimento de uma nova dinâmica imposta pela sua presença como a instalação de locais fixos para doação de comidas, donativos e para higienização, além do circuito filantrópico que se instalou na região com as caravanas e carreatas para distribuição de comida, roupas, kits de higiene pessoal e proteção contra a covid-19.

Outro importante elemento do uso das imagens neste trabalho diz respeito a sua função de expressar momentos sensíveis da vida dos participantes desta pesquisa. As imagens colaboram com a comunicação de elementos complexos que ajudam a expressar o modo de viver na rua e também documentam a precariedade do corpo, visível na aparência da pele, do cabelo, das unhas e da dentição. São ainda, um importante recurso para capturar fragmentos dos indivíduos na intimidade como a troca de afeto e carinho, podendo expressar mais elementos que o texto escrito.

As imagens me ajudaram a refletir de maneira sistemática as informações do campo de pesquisa. No processo de escolha do que expor e o que recolher aos olhos do público que terá acesso a essa pesquisa, considerei as imagens que tinham mais significados e me remetiam com profundidade ao campo naqueles momentos de reflexividade ativa no meu gabinete. Nesses momentos de rever as imagens, também me deparei com as lembranças de cada participante, reavivando o som de suas vozes, sorrisos, lágrimas, silêncios e falas.

As imagens (fotográficas e vídeos)³¹ produzidas nesta tese encontram-se organizadas em 4 categorias: as imagens de mapeamento do campo de pesquisa que possuem o objetivo de descrever como a PSR faz uso dos logradouros públicos demarcando a sua presença física nestes espaços; as imagens dos casais que

³¹ Importante destacar que para fins dessa tese utilizamos como referência de imagem apenas as fotografias. O conteúdo das entrevistas filmadas encontram-se descritos nas narrativas dos interlocutores presentes em diferentes momentos desta tese.

participaram das entrevistas; as imagens das moradias - casas improvisadas de papelão, de pano e de compensados; na marquise do ponto de ônibus e nas marquises dos prédios, na estação do BRT (Sistema de Transporte Rápido de Ônibus) desativada, e as imagens do modo de viver na rua – a rotina e o cotidiano nas ruas.

Na produção dos registros de imagens, foi utilizada a câmera do celular do aparelho moto G 9 power com as seguintes especificações: Câmera Traseira Principal: 64 MP | Lente 79°, | Abertura f/1,7; Câmera Macro: 2 MP | Lente 83°, | Abertura f/2,4, Sensor de profundidade: 2 MP | Lente 87°, | Abertura f/2,4, Flash: LED; Câmera Frontal, 16 MP | Lente 75°, | Abertura f/2,2); e a câmera Sony A6400 com filme em 4k 24fps usando lente Sigma de 30 mm f1.4; na captação dos áudios, usou-se o fone de lapela e gravador de suporte a fim de obter melhor qualidade do som. O acervo de imagens desta pesquisa é constituído de 150 fotografias e 26 horas de gravação em câmera profissional.

As imagens captadas durante o mapeamento do campo de pesquisa consideraram os limites estabelecidos pela própria dinâmica da PSR que impõe o que é permitido ou não ser fotografado no contexto da rua. As negociações do registro das imagens entre o pesquisador e os sujeitos participantes da pesquisa foram fundamentais na produção deste acervo.

No processo de negociação, foi esclarecido ainda os objetivos do uso das imagens bem como os protocolos de autorização da pesquisa. Para os casais que aceitaram participar das filmagens, as entrevistas foram mais longas e pactuadas as seguintes tratativas: pernoite na hospedaria para dormida, banho e o café da manhã, e em situações específicas o almoço. Esse acordo parte do entendimento do tempo que essas pessoas se dedicaram à pesquisa e abriram mão de suas atividades cotidianas de trabalho ou demais buscas de estratégias de sobrevivência.

Destaca-se que durante este processo de construção das imagens, alguns participantes se sentiram pouco confortáveis e relataram sentir vergonha da aparência física agravado diante da possibilidade de familiares e amigos tomarem conhecimento de sua real condição de morador de rua. O alcance público das imagens aparece como uma preocupação para os interlocutores desta pesquisa.

Quanto à postura dos casais durante a captação das imagens, ficaram evidentes duas preocupações: em relação ao banho (era um desejo estar com uma aparência limpa na imagem); a outra poder conferir a finalização das fotografias e vídeos nas máquinas. Quanto ao registro fotográfico, 40% afirmaram nunca terem visto a imagem do casal juntos, o retorno deste registro permitiu a percepção da autoimagem e a identificação das diferenças e detalhes do corpo físico que no cotidiano não são percebidos amiúde. O desejo de guardar uma lembrança desse momento vivido (por meio da fotografia impressa) aparece muito mais como uma demanda feminina do que masculina. A primeira fotografia de Maria e Francisco ficou exposta por dias na grade do portão onde eles improvisaram uma moradia. Ao lado da imagem do casal um pequeno buquê de flores³² artificiais, que ela encontrou no lixo, emoldura a fotografia e dá um ar de romantismo. A fotografia possibilitou à Maria que ela se olhasse ao lado de Francisco como nunca antes tivera visto.

Para Sontag (2004), o retrato, a fotografia possibilita às pessoas um conhecimento que elas próprias nunca poderão ter, metamorfoseando-as em objetos “que podem ser simbolicamente possuídos” (p. 8).

Figura 3: Registro fotográfico de uma fotografia impressa do casal Maria e Francisco colocada em exposição no portão do prédio, cuja calçada serve de moradia improvisada para o casal.



³² O buquê remonta à Grécia antiga e é um adereço simbólico das cerimônias de casamento que representa o desejo de uma união frutífera dos casais.

Figura 4: Fotografia posada do casal na moradia improvisada na calçada da Rua Gomes Freire



Novaes (2017)³³ chama atenção para o papel que o sujeito fotografado tem na construção da imagem de si, considerando que *“ninguém quer sair mal na foto e é exatamente por isso que as pessoas se preparam para construir uma imagem de si quando ela sabe o que essa está sendo registrado”*. A subjetividade do fotografado estará também presente na imagem. E são inúmeras as permissões e as interdições daquilo que pode ou não ser fotografado. A ausência de registros da autoimagem entre os participantes desta pesquisa se justifica pela própria condição precarizada em que vivem. A dinâmica da vida nas ruas não oferece espaço para festas e ritos, comumente celebrados e registrados pelas famílias. Como segmentos excluídos e invisíveis da sociedade, a PSR faz os registros dos seus momentos na memória.

³³ Videoaula - A fotografia na Antropologia. Por Sylvia Caiuby Novaes. <https://www.inarra.com.br/video-aulas>. <https://youtu.be/UuB-m8NJXR0>

Para esta referida autora o uso da fotografia é um recurso importante para uma boa etnografia, mas para tanto se faz necessário um bom recorte sobre o que se pretende pesquisar no campo com profundidade.

O recorte é uma construção do pesquisador, ele não está dado. É fundamental que o fotógrafo enquadre aquilo que ele vai fotografar. Esse enquadramento é um recorte. Ao fotografar algumas coisas vão ficar em primeiro plano, outras em segundo. O fotógrafo vai decidir qual é a profundidade do campo que ele quer naquela imagem. E é isso também o que a gente faz na boa etnografia.

Não cabe todos os dados numa etnografia. Isso é uma coisa que o pesquisador que se inicia tem muita dificuldade de perceber. Por outro lado, eu acho que a fotografia é excelente como recurso de aproximação entre o pesquisador e o universo a ser pesquisado. Porque a fotografia impede, um dos recursos mais utilizados e mais empobrecedores para etnografia que a entrevista. Com a fotografia o pesquisador tem que mudar o seu foco do verbo para o comportamento, para o gesto para as feições, as formas de reação da pessoa para o corpo para inúmeros detalhes sobre os quais nem sempre dá para falar (Novaes, 2017, vídeo aula INARRA)

Na seleção de imagens apresentadas nesta tese o grande desafio é ordenar o seu uso dentro do texto, sem que elas, como indicou Malinowski, sejam vistas como uma simples ilustração, as fotografias não se constituem como parte anexa de um trabalho etnográfico, elas são parte integrantes dele. Samain (1995) a partir de Malinowski conclui que o verbal e o pictórico (desenhos, esquemas e fotografias) são cúmplices necessários para a elaboração de uma antropologia descritiva aprofundada e que nem o texto e nem a fotografia por si só bastam, a interrelação entre eles ganha sentidos e significados.

Em síntese, a imagem (ou as imagens) na antropologia visual constituem-se como objetos de análise *per se* apresentadas sozinhas ou em conjunto, narrando processos sequenciais. Neste trabalho, os dois manejos quanto a distribuição e apresentação das imagens estão presentes como parte do conjunto do texto, com objetivo de destacar seu lugar de dado etnográfico, confundindo-se a semântica, promovendo um discurso ora singular ora global. Retomando a perspectiva multidisciplinar, as imagens, além de sensibilizar os sentidos - o envolve antropologia e arte, conforme destaca Samain - promove registro, arquivo, ou seja, memória cultural e histórica preservando tradições, colaborando assim com a construção de diálogos interculturais da vida urbana na contemporaneidade.

2. Caminhos Etnográficos

2.1. Refazendo o percurso de memória do campo de pesquisa

O trabalho de campo teve início no dia 20 de agosto de 2020 durante a 23^a semana da Pandemia de Covid 19, momento delicado e de tensão devido aos evidentes riscos de contágio do vírus. O cenário exigia o distanciamento social e uma série de mudanças na rotina das pessoas, além das inúmeras consequências sociais e econômicas³⁴

De acordo com a Nota Técnica - Observatório Covid-19 - Fiocruz³⁵, a COVID-19 foi declarada Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional em março de 2020. Em julho de 2020 a taxa de ocupação variou com o patamar entre alto (60% de taxa de ocupação) e muito alto (80% da taxa de ocupação), o que significa que havia um grande alerta sobre esses indicadores. Na semana de entrada no campo de pesquisa a média diária era de 660 casos novos de contaminação. Ainda segundo esta referida nota técnica até agosto de 2021 foram quase 21 milhões de casos e 570 mil óbitos no Brasil. O Município do Rio de Janeiro confirmou mais de 430 mil casos e 31 mil óbitos nesse período.

A Pesquisa População em Situação de Rua em tempos de Pandemia Covid-19 (2021)³⁶ realizada entre agosto e outubro de 2020 em 23 áreas da Cidade (Centro, 100; Zona Sul, 41; Zona Norte, 132 e Zona Oeste, 31) apontou que do universo de 34, 91%, não sabem informar se tiveram Covid / Não tiveram nenhum sintoma, 7% tiveram sintomas, mas não foram diagnosticados e apenas 2 % possuem exame de confirmação.

³⁴ Fuchs-Schündeln N, Krueger D, Ludwig A, Popova I. The long-term distributional and welfare effects of COVID-19 school closures. Working Paper Series [Internet]. National Bureau of Economic Research. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w27773>

³⁵ Esta Nota Técnica é uma publicação do Observatório Covid-19 /Fiocruz. EQUIPE | Raphael Mendonça Guimarães, Carlos Machado de Freitas, Daniel Antunes Maciel Villela, Lenice Costa Reis, Margareth Crisóstomo Portela 2 <https://agencia.fiocruz.br/boletim-observatorio-covid-19-novas-variantes-exigem-atencao> 3 <https://agencia.fiocruz.br/boletim-infogripe-aponta-possivel-reversao-de-tendencia-de-casos-de-srag>

³⁶ Esta pesquisa foi coordenada por um grupo de pesquisadores da PUC RJ (Departamento de Serviço Social) em parceria com a Universidade de Dundee/Escócia-UK, e duas ONGs: Porto ComVida, fundada no início da pandemia, e Pastoral do Povo da Rua, organização com décadas de experiência trabalhando com pessoas em situação de rua. O projeto foi apresentado e aprovado pelo Comitê de Ética da PUC-Rio (PUC-Rio 006/2020 – Protocolo 045-2020). Esse estudo mostrou o papel da centralidade destas instituições na criação de estratégias para controlar a disseminação dos vírus nessa população.

O Centro da Cidade é uma região para onde convergem muitas atividades econômicas e rotas comerciais, criando um intenso movimento pendular da população e foi a região que sofreu os severos impactos da pandemia. Consoante os dados do Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDLRio), e do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (SindilojasRio)³⁷, que juntos representam mais de 30 mil lojistas, o comércio do Centro da cidade registrou o pior desempenho nesse período. Os números mostram que as lojas registraram vendas negativas: menos 5,2% nos produtos do Ramo Mole (vestuário e acessórios, cama, mesa, banho etc.) e menos 6,3% no Ramo Duro (eletrodomésticos, eletroeletrônicos, brinquedos, móveis, perfumes etc.).

O fechamento do comércio durante os momentos mais agudos da Pandemia tornou a Cidade deserta, afastando a circulação de pessoas³⁸. Tradicionais bares, restaurantes e cafeterias do início do século entre outros comércios tradicionais da região sucumbiram à Pandemia encerrando suas atividades³⁹. Andar nas ruas do centro do Rio neste contexto pandêmico remete a um sentimento de melancolia, o encantamento da Cidade de outrora com a sua arquitetura do século passado, com os seus monumentos históricos, o seu capital cultural que reúne um acervo de 17 Museus e 25 Centros Culturais, passou exigir atenção aos que se aventuravam a andar nas ruas vazias e silenciosas e agora (des) encantadoras.

Contrastando com toda essa beleza histórica, o Centro também se configura como uma região tradicionalmente ocupada pela população em situação de rua, esse cenário é anterior à Pandemia. Essa população é composta de pessoas de diferentes lugares e áreas da cidade, da região metropolitana, de outros estados e até mesmo de outros países.

O último censo realizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro apontou que a região concentrava em 2020 cerca de 19,8% (1454) pessoas em situação de rua. Essa procura pelo Centro justifica-se pelo vasto comércio local, a grande circulação de pessoas e a facilidade do acesso à renda, além do fato da região estar na rota da

³⁷ Fonte: Revista O Lojista. Edição julho e agosto de 2020. Versão online

<https://www.sindilojas.rio/2020/09/22/comercio-carioca-vendeu-menos-65-em-agosto/>

³⁸ A pesquisa foi realizada após a publicação do decreto municipal que instituiu o plano de retomada do comércio.

³⁹ Estabelecimentos comerciais de diversos ramos como a Chapelaria Alberto que existia há mais de 125 anos, o restaurante Casa Villarino que existe desde a década de 50 e era considerado o berço da bossa nova, entre dezenas de outros pequenos negócios no centro carioca tradicional.

distribuição de refeições e oferta de serviços voltados para este público. Ademais no momento da Pandemia as vagas emergências de acolhimento ofertadas pela SMAS foram ampliadas nesta região. O Centro de Acolhimento Provisório Sambódromo (CPA 1 Sambódromo) ofertava 170 vagas para homens adultos, O CPA 2 Lapa ofertava 50 vagas para idosos, o CPA 3 Praça Mauá ofertava 60 vagas e o CPA 4 ofertava 50 vagas para o público LGBTQIA+.

Neste primeiro dia de imersão no campo de pesquisa, a minha localização espacial foi guiada pela memória que tinha da Cidade. Em outra ocasião como já expus na introdução desta tese, coordenei as ações da Assistência Social no território e por esta razão dispunha de algumas informações relevantes para facilitar a minha movimentação no campo. A partir mapeamento dos pontos de incidência espacial de PSR e o perfil desse grupo, eu tracei o meu percurso.

Fiz um longo percurso etnográfico a pé de pelo menos 5 horas, entre paradas para descansar e observar a cidade. O meu ponto de partida foi a Estação das Barcas situada na Praça XV. Observei atentamente a Praça e vi que alguns bancos estavam ocupados com pessoas deitadas e outros com volumes de sacolas e roupas penduradas. Daquele ponto em diante, segui pelo Paço Imperial até a Rua Primeiro de Março. O local estava ermo e eu apressei o passo. Deste ponto, segui pela Rua São José passando pelo Terminal Menezes Cortes e pelo Buraco do Lume. Neste trecho de passagem, havia alguns transeuntes se movimentando nos dois sentidos. Fiz uma breve parada de mais ou menos 15 minutos na porta do Mcdonald e, neste ínterim, fui abordada por dois adolescentes, dois homens adultos e um homem idoso. Exceto, no caso dos adolescentes, que me pediram para pagar um lanche, entre os adultos todos pediram dinheiro e fizeram menção às dificuldades de trabalho trazidas pela Pandemia. Como a conversa foi muito breve não posso afirmar se aquelas pessoas eram transeuntes ou se eram pessoas em situação de rua, de todo modo estavam em situação de vulnerabilidade e mendicância⁴⁰.

Distinguir quem são os transeuntes dos não transeuntes no contexto de deslocamento das pessoas nas ruas exige um olhar etnográfico atento ao tempo e aos espaços sociais (Frehse, 2013). Nesta caminhada me baseei em evidências físicas e materiais que pudessem me ajudar nesta distinção das pessoas que circulam

⁴⁰ A mendicância é uma prática comum no centro da cidade, não é uma prática exclusiva da população em situação de rua.

no espaço público da rua, observando os seguintes aspectos: a forma de interação dos transeuntes com a rua (sozinhos ou em grupos), se o ritmo dos passos e as paradas estavam associados à presença de lixeiras e sacos de lixo, se vasculharam as lixeiras, se estavam sentados ou deitados no chão ou bancos de praças, se carregam no corpo mochilas, malas e sacolas com materiais de reciclagem como papelão, pets e latinhas, se apresentavam marcas no corpo como a ausência de sapatos fechados, pés descalços e sujos, mãos sujas, roupas sujas entre outras evidências físicas que indiquem a ausência de cuidados. Nos tempos de Pandemia, essa distinção no cenário urbano era cada vez mais complexa.

Como já apontou Frangella (2004), o corpo é um importante marcador na rua, porque ele traz a visibilidade dos processos de exclusão desta categoria. É sobre o corpo que se projetam as intervenções e manifestações de violência e esse mesmo corpo também produz as possibilidades de resistência da exclusão no contexto da rua. Para esta referida autora, dentro do universo corporal os pés chamam a atenção pelo seu aspecto

[...] encardidos pelo contato constante com a poeira da rua, com os materiais que carregam, com o suor, com a ausência de proteção, com o contato direto ou indireto com o olfato.... a rachadura dos calcanhares, presente normalmente em quem caminha descalço ou de sandálias, acentua-se visivelmente criando vincos profundos (p. 134).

Os pés revelam-se, portanto, como um importante mecanismo de distinção social no universo da rua, mas isso não implica em uma uniformidade, as condições de acesso à prática de asseio e cuidado com o corpo, bem como o acesso a sapatos fechados interferem na sua aparência.

Imbuída dessas percepções e pistas continuei o trajeto pelas ruas mais movimentadas, não parecia coerente entrar nas ruas transversais que estavam esvaziadas. Caminhei pela Avenida Rio Branco três quarteirões sentido Candelária observando a movimentação e depois me dirigi à entrada da Estação do Metrô no Largo da Carioca. Nesse trajeto, cruzei com homens carregando materiais recicláveis e revirando lixeiras. Ao chegar no Largo da Carioca caminhei em marcha mais lenta do que o normal até a Tenda do Centro Presente, serviço vinculado à Polícia Militar, depois cruzei o Largo e fiquei parada na entrada do

Edifício Central observando atentamente o movimento. O número reduzido de transeuntes que circulavam nas ruas ampliava a percepção sobre o aumento da PSR.

O Largo da Carioca é um trecho emblemático, porque mesmo antes da Pandemia, já era um ponto tradicionalíssimo de incidência espacial da PSR. O local oferece uma série de atrativos que reforça essa incidência, como a distribuição de comidas oferecidas diariamente pela tenda Franciscana⁴¹. Em geral, essas filas são compostas por homens adultos que ficam em um movimento circular na região, a concentração se torna mais intensa nos horários em que se aproxima a distribuição de comida até a sua dispersão.

Figura 5: Imagem realizada à distância em plano aberto, mostra o processo de formação e dispersão das filas de distribuição de comida no Largo da Carioca em diferentes dias



Além da distribuição de comidas, no local são ofertados outros serviços de interesse da PSR, como as ações do Projeto Banho de Cidadania que disponibiliza em um trailer adaptado, cabines de banho, sanitários e lavatórios para o uso

⁴¹ A Tenda Franciscana consiste em uma ação em parceria do Sefras (Serviço Franciscano de Solidariedade), o Convento Santo Antônio e a Paróquia São Bonifácio de Língua Alemã para doação de alimentos para a população em situação de rua e também da população desempregada no centro da cidade do Rio de Janeiro. Este serviço se consolidou como a grande ação de enfrentamento à pandemia do coronavírus, chamada “Vida Para Todos”. Além dos alimentos, a tenda também trabalha ofertando cobertores, kits de higiene e itens de proteção individual.

exclusivo da PSR. O Projeto é uma iniciativa da Organização da Reintegração e Estímulo à Socialização e tem como objetivo resgatar a dignidade e recuperar a autoestima da PSR. Durante a Pandemia suas ações foram intensificadas como forma de garantir a higienização e evitar a contaminação deste grupo.

Figura 6: Trailer adaptado do Projeto Banho de Cidadania



O Largo da Carioca se mostrou no decorrer desta pesquisa de campo como um espaço que além de concentrar os serviços de interesse da PSR, constituiu-se como um espaço também de interação social, um importante ponto de referência para observação e mapeamento dos casais em situação de rua. Na percepção dos participantes, o local é apontado como um espaço de trocas de informações de interesse do grupo, assim como ponto de paquera, azaração e namoro entre os pares nas ruas.

Na perspectiva de Goffman (1956), as interações sociais se dão entre indivíduos sociais, isto é, personagens que participam de uma forma de sociabilidade comum e estão em um ambiente em que as trocas comunicativas são possíveis. São indivíduos que possuem experiências sociais específicas no desenvolvimento de trajetórias biográficas ou percursos de vida, o que lhes permite

compor e compreender as situações sociais em que se envolvem cotidianamente (apud Koury, 2019).

Após as observações e registros do Largo da Carioca, segui para a Praça Tiradentes, cerca de 500 metros deste local. Ao chegar na praça, me posicionei na estação do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) onde havia outras pessoas, possivelmente também aguardando a condução. Fiquei no local por cerca de 20 minutos observando atentamente a Praça. Havia diferentes grupos espalhados na praça entre homens, mulheres, idosos e crianças. As crianças brincavam de bola com uma mulher e os demais estavam sentados e deitados nos bancos. Ainda na estação do VLT havia um homem idoso sentado com seus pertences. Me desloquei para o Centro da Praça e observei a dinâmica na porta do Teatro Carlos Gomes, no local havia um grupo de homens rindo, falando alto e bebendo alguma bebida, não podendo afirmar ser ou não alcoólica. Mais tarde vim a saber a que a movimentação da Praça estava relacionada ao fato daquele local fazer parte do roteiro de distribuição de comidas pelas Caravanas da sociedade civil⁴².

Em outra ocasião, retornei à Praça Tiradentes e o cenário de antes se repetia. O cotidiano da PSR se mistura à arquitetura e aos patrimônios culturais da Cidade e demarca a sua presença. A calça jeans, os sapatos, o jogo de bola e as embalagens plásticas com restos de comida e cobertores contrastam com o imponente monumento de bronze inaugurado no ano de 1862 – Estátua de equestre de Dom Pedro I.

⁴² São denominadas caravanas o grupo de pessoas que se reúne para distribuição de comida, cobertores, roupas, kit de higiene e kits proteção contra a covid 19, para a população em situação de rua em diferentes pontos da Cidade do Rio de Janeiro. Como a PSR tem a maior concentração no Centro da cidade, as caravanas também se concentram neste local. No intercurso da pesquisa de campo no Centro, foram mapeados 22 pontos de distribuição de comidas fixos. As distribuições ocorrem durante a semana e aos finais de semana.

Figura 7: Monumento histórico da Estátua equestre de Dom Pedro I na Praça Tiradentes



Figura 8: Calça jeans secando no gradil da Estátua equestre de Dom Pedro I na Praça Tiradentes



Figura 9: Sapatos encostados no monumento da Estátua equestre de Dom Pedro I na Praça Tiradentes.



Figura 10: Homem brincando de bola ao lado da Estátua equestre de Dom Pedro I na Praça Tiradentes.



Figura 11: Embalagem de quentinhas e cobertores ao lado da Estátua equestre de Dom Pedro I na Praça Tiradentes.



O próximo destino nesta sequência foi a Avenida Gomes Freire, o local estava com pouca movimentação de carros e transeuntes. Em frente a 5ª Delegacia de Polícia, cruzei com um homem adulto negro com sinais de desorientação pela forma como se comportava, andando de cabeça baixa e falando sozinho, um pé descalço e o outro calçado, vestimentas sujas e o seu corpo precarizado⁴³ - pele suja, cabelos, barba e unhas grandes que lhe davam uma aparência de abandono.

Na esquina da Avenida Gomes Freire com a Rua do Resende, avistei uma barraca feita de panos e pedaços de papelão. Ao lado de fora desta estrutura, havia um carrinho de feira, uma mochila, um caixote de madeira com uma almofada, um pequeno armário, um balde, uma vassoura, uma pá de lixo, um cesto de lixo, uma garrafa plástica, um tapete e outros pertences. A primeira ideia foi registrar a cena porque aquela perspectiva era a projeção de uma casa e me chamava atenção o fato de que, ao mesmo tempo que parecia desorganizada, havia um nível de organização.

⁴³ Para Graeff (2012), a noção de corpo precarizado é um signo que se lê na aparência das pessoas que vivem no universo da rua, o corpo por si só fala da sua condição vulnerável. A precarização do corpo está inscrita e marcada pelo frio, pelo cansaço, pela fome, pelas dores e pelas fraturas, estejam elas expostas ou silenciosamente presentes (p. 766).

Tudo parecia estar no seu devido lugar e limpo na medida do possível. A presença da vassoura e da pá de recolher lixo no cantinho é uma clara evidência do cuidado e da tentativa de garantir a limpeza do espaço. Por coincidência, mais tarde vim conhecer o casal que morava naquela casa e confirmei todas as minhas impressões iniciais, de fato aquele era um espaço residencial que eles usavam como endereço fixo.

Figura 12: Barraca de pano e papelão construída na Avenida Gomes Freire em frente ao número 447.



A parada seguinte foi a Praça da Cruz Vermelha, outro ponto emblemático de incidência da PSR no Centro. O local tem uma tradição de ocupação por homens adultos que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, que não aceitam acolhimento e que estão nas ruas há muitos anos⁴⁴. O cenário no momento da minha observação era de pessoas reunidas no centro e na mureta que circunscreve a praça, com predominância de homens adultos e negros. Entre os homens há um cadeirante e alguns aparentando serem idosos. Um grande colchão de casal emoldura a praça, nele estão deitados dois homens. Minha atenção também as embalagens de

⁴⁴ Essas informações estão baseadas em mapeamentos anteriores realizados pelo CREAS do território e equipe de abordagem social vinculada à Coordenação de Assistência Social do território.

quentinhas, cobertores e roupas espalhadas, além do acúmulo de lixo. Não foi possível permanecer muito tempo observando a dinâmica do local, todas essas observações e registro de imagem foram realizadas durante o percurso de uma volta na praça com rápidos intervalos de parada. Esse foi um momento tenso da caminhada porque tive a impressão de também estar sendo observada. Era um espaço dominado por homens e a minha presença feminina destoava, ainda que eu estivesse do outro lado da calçada. O estranhamento da minha presença pode estar atribuído ao meu fenótipo (mulher de estatura baixa, com cabelos castanhos preso com rabo de cavalo e franja), a vestimenta (trajando macacão jeans azul claro com blusa segunda pele floral e calçando tênis bege) e aos acessórios (usando óculos escuros, brincos e anéis de prata e uma mochila de couro azul). Para Fhehse (2013) todas as impressões etnográficas são indissociáveis das impressões que os “nativos têm de nós no campo (p.5).

Figura 13: Praça da Cruz Vermelha à distância



Em outras imersões no local, quando a vivência no campo de pesquisa se tornou mais intensa, eu confirmei que a Praça da Cruz Vermelha estava dentro do roteiro das caravanas de distribuição de comidas, assim como o corte de cabelo que acontece na calçada do prédio da Cruz Vermelha, isto posto, de certa forma, justifica a concentração da PSR no local.

O próximo roteiro depois da Praça da Cruz Vermelha foi o Centro Municipal de Saúde (CMS) Oswaldo Cruz, situado à Rua Henrique Valadares, unidade básica de saúde vinculada à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) que oferece o serviço de referência para a população de rua – Consultório na Rua. No local não havia nenhuma movimentação. As portas estavam entreabertas e com um segurança na porta. Não fiz nenhuma parada e segui o trajeto até o Centro de Acolhimento Provisório (CPA 4), localizado na rua Tenente Possolo, serviço implantado pela SMAS em parceria com a Coordenação da Diversidade Sexual para o acolhimento do público LGBTQIA+ em situação de rua no contexto da Pandemia. O objetivo da visita ao local era identificar a partir de uma conversa informal com a direção do espaço se havia casais formados entre os acolhidos e como essa questão era tratada na instituição, partindo do princípio que dentro da rede de acolhimento da SMAS não era oferecida essa modalidade de acolhimento, exceto quando se tratar de casais com filhos (dentro de um padrão cisheteronormativo) ou mães sozinhas com filhos.

A questão se mostrou complexa porque o acolhimento de casais não era instituído enquanto modalidade, mas com a diversidade do público LGBTQIA+ em um mesmo cômodo, os relacionamentos íntimos e amorosos se tornavam inevitáveis. Isto posto retornei para o meu foco inicial de abordar somente casais cis heterossexuais.

O percurso de volta até o meu ponto inicial da Praça XV foi mais complexo, com o entardecer, as ruas do Centro iam se tornando mais desertas e eu fiz parte do trajeto de volta de Uber, seguindo pela Rua do Riachuelo, passando pelos Arcos da Lapa, ambos os locais com grande incidência de Pessoas em Situação de Rua. Do passeio público em diante, seguir a pé, atravessando a Praça da Cinelândia a passos largos e apressados. Em diferentes pontos, grupos de PSR, homens, casais com crianças e mulheres sozinhas com crianças na escadaria do metrô. Um casal

namorando no banco chama a minha atenção, mas naquele momento não era a minha intenção aborda-los.

Figura 14: Incidência de homens nos Arcos da Lapa



Continuei meu trajeto pela Avenida Rio Branco até a Nilo Peçanha, naquele momento busquei voltar pelos locais mais movimentados. Naquela altura o desenho da rua já havia mudado completamente. Em função da aproximação com o horário do início da distribuição de refeições pelas caravanas. A partir das 18 horas, as pessoas passam a se deslocar para as regiões aonde passam as caravanas.

Das lições aprendidas nesta primeira incursão no campo, de imediato constatee que não seria possível iniciar uma pesquisa do escopo que eu planejei sem um aparato institucional. Havia uma clara mudança no perfil da PSR que inviabilizava para uma mulher sozinha a realização desta empreitada. Para contornar essa primeira dificuldade encontrada, solicitei autorização junto à SMAS para que eu (nesta altura licenciada pela instituição para o Doutorado) pudesse realizar o trabalho de campo acompanhando as equipes dos serviços de abordagem.

Mas, como toda pesquisa de campo corre o risco de encontrar uma pedra no seu caminho, eu fui surpreendida com a notícia que as autorizações para pesquisa de qualquer natureza junto aos órgãos da Prefeitura estavam suspensas em razão da Pandemia. Desta feita, precisei encontrar uma nova estratégia para a realização do trabalho de campo.

Enquanto estudava a melhor estratégia, continuei por uma semana indo ao Centro da Cidade do Rio de Janeiro fazendo observações sem abordar nenhum transeunte. Percebi que prosseguir sozinha no campo fazendo o trabalho que eu pretendia não era uma tarefa fácil, então passei a anotar os pontos de distribuição de comida, e conseqüentemente, a ir a estes locais observar a dinâmica deles.

A partir das leituras de Foote-Whyte (1975), avaliei que assim como o autor, usar a figura do mediador no trabalho como ponto de apoio, uma espécie de indivíduo-chave, poderia facilitar toda a minha movimentação no campo. A tarefa seguinte foi a identificação de um mediador, que assim como o “Doc” de Foote-Whyte, conhecesse bem o campo de pesquisa, e desfrutar de entrosamento com os “nativos” viabilizando a minha movimentação no campo.

Como já mencionado, a figura do mediador teve um papel fundamental na minha movimentação no campo de pesquisa e contribuiu sobremaneira para o mapeamento das áreas pesquisadas e a aproximação com os casais. Uma vez definido que eu passaria a contar com a presença de dois mediadores na pesquisa de campo, a tarefa seguinte foi montar uma agenda de dias e horários das atividades no campo. Como a disponibilidade de Doc 1 inicialmente era aos finais de semana, o ponto de partida para otimizar a pesquisa foi nos aproximarmos de algumas atividades que já eram realizadas com a PSR. Por intermédio de uma pessoa amiga, conheci o Instituto LAR⁴⁵, organização não governamental que faz um trabalho voluntário e sistemático com PSR e passei a acompanhar, com o consentimento e aprovação de seus dirigentes, as atividades ofertadas pela Instituição. Duas vezes

⁴⁵ Instituto LAR é uma organização sem fins lucrativos que tem como missão apoiar o processo de reinserção social promovendo o resgate da dignidade, da cidadania e da identidade social da PSR. A sigla LAR significa levantar, andar e recomeçar indicando que cada cidadão tem o potencial de se reerguer, retomar o controle de sua vida e iniciar uma nova caminhada em uma trajetória digna. A instituição atua em 4 eixos de ação: atendimentos individuais; atendimentos em grupo; atendimentos ao trabalhador; e alimentação básica. Oferece ainda o banho, roupa limpa, oficinas de arte, oficinas de música, palestras informativas, grupo de apoio aos dependentes químicos, passeios, eventos culturais, atendimentos com psicólogos e assistentes sociais, até a confecção de currículos, capacitações para o mercado de trabalho e a garantia dos direitos com o acesso à justiça.

na semana acompanhava o grupo de voluntários da Instituição LAR, no café da manhã aos sábados na Praça da Cruz Vermelha, na distribuição do almoço da Rua Pedro I e na distribuição do jantar que era oferecido na porta da Igreja Santo Antônio dos pobres na Rua dos Inválidos. Em todos esses locais o público era em sua maioria de pessoas do sexo masculino. Homens de diferentes faixas etárias, mas com predominância de jovens. Observa-se também que entre eles há pessoas com aparências do corpo mais precarizado pela exposição permanente nas ruas e outras que aparentam ser recém chegados no espaço da rua com roupas limpas e portando malas, mochilas, violão entre outros objetos.

Figuras 15 e 16: Dois momentos da distribuição de comida na Igreja Santo Antônio dos Pobres – Rua dos Inválidos e na Rua Pedro I



Deste ponto em diante, o trabalho de campo ganhou fôlego e forma e as caminhadas foram sendo intensificadas de forma concomitante nos dois territórios pesquisados: o Centro e Campo Grande. Segundo os princípios da etnografia de rua

mencionadas por Eckert e Rocha (2003)⁴⁶, as caminhadas na rua não possuem destino fixo e nunca são inocentes. A movimentação nos dois campos de pesquisa teve como ponto de partida as áreas aonde havia uma evidente concentração deste público e que também já eram áreas aonde Doc 1 e Doc 2 transitava com certa frequência.

2.2. Desbravando o Campo de Pesquisa

A partir do dia 1 de setembro, o trabalho de campo foi desenvolvido de forma concomitante nas regiões do Centro da Cidade e Campo Grande. A rotina do Centro foi acompanhada pelo Doc 1 e de Campo Grande pelo Doc 2.

O bairro de Campo Grande fica localizado na Zona Oeste da Cidade, fazendo fronteira com os bairros de Bangu e Santa Cruz, e distante 45 quilômetros do centro da Cidade. De acordo com o Censo do IBGE (2022), o bairro possui 367.160 mil habitantes, sendo considerado o bairro mais populoso da capital fluminense e do Brasil⁴⁷. O Censo de PSR realizado em 2020 apontou 230 pessoas em situação de rua na região, sendo um público majoritariamente masculino com baixa escolaridade e em idade produtiva, com histórico de uso abusivo de álcool e outras drogas e passagem pela Rede de Acolhimento institucional.

A PSR concentrada na região é formada por pessoas da própria região, de bairros vizinhos e de outras regiões mais distantes. A aproximação com o Unidade de Reinserção Social de Paciência é um fator que corrobora para a formação desse público na região. As pessoas que vão para esta URS e saem acabam se instalando no local pelo atrativo do comércio popular e também por se tratar de uma região muito residencial e que também conta com uma forte rede de solidariedade que distribui comidas e outros itens de necessidade para PSR, além do restaurante popular que atrai esse público.

No primeiro dia de pesquisa de campo em Campo Grande, cheguei no local com substancial antecedência ao horário combinado que era às 18h horas. A

⁴⁶ ECKERT, Cornélia. & ROCHA, Ana Luíza C. Da. Etnografia de rua: Estudo de antropologia urbana. Iluminuras. (2003) <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9160/5258>

⁴⁷ Fonte: Censo do IBGE (2022), PNAD e Projeções Geofusion. geofusion.com.br/blog/bairros-mais-populosos-do-brasil/#:~:text=O%20bairro%20mais%20populoso%20do,área%20de%2023%2C2%20Km².

sugestão de horário partiu do Doc 2, na sua avaliação o período da noite era mais adequado, uma vez que durante o dia as pessoas em situação de rua estão envolvidas com seus afazeres, *“eles se viram como podem, garimpam materiais recicláveis, vendem água no sinal, vendem doces, produtos na estação de trem”*. O termo “viração” usado por Doc 2 foi bastante abordado no trabalho etnográfico realizado por Silva e Milito (1995)⁴⁸ e também por Gregori (2000)⁴⁹ para designar a forma de trabalho e as condições de sobrevivência desse público.

No intervalo de tempo entre 14 e 18 horas, aventurei-me na realização de uma panorâmica no bairro pela região mais central, onde está localizado o grande comércio. Observei a presença de poucas pessoas em situação de rua naquele momento, mas havia uma grande movimentação de transeuntes, apesar da pandemia. Nas proximidades da rodoviária e nas redondezas do restaurante popular⁵⁰ situado na Rua Campo Grande, haviam pessoas deitadas no chão. Recordo que em conversas anteriores com Doc 2, ele já havia sinalizado sobre esses dois pontos de referência e concentração da PSR na região, e que parte deste público certamente eram acompanhadas pelos serviços assistenciais ofertados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)⁵¹ da região ou já tinham algum registro na Unidade.

Às 18h, nos encontramos como combinado, em frente ao Restaurante Popular no calçadão de Campo Grande, no local havia uma pequena movimentação

⁴⁸ SILVA, Hélio R. S. & MILITO, Cláudia. **Vozes do Meio fio**. Rio de Janeiro: Ed Relume Dumará (1995). Neste trabalho etnográfico os atores trazem à tona a teia de diálogos e representações que envolve meninos e meninas de rua.

⁴⁹ GREGORI, Maria Filomena. **Viração: experiências de meninos de rua**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Neste estudo, a antropóloga Maria Filomena Gregori desvenda fragmentos comoventes da vida dos meninos de rua de São Paulo. Nem sempre abandonando a esfera familiar, eles gradualmente se enredam no universo da rua e da delinquência, circulando e “se virando” como podem pela metrópole.

⁵⁰ O Restaurante Popular fica situado à rua R. Campo Grande, 880 - Campo Grande. Os Restaurantes Populares, anteriormente conhecidos como Restaurantes Cidadãos fazem parte de um antigo programa de segurança alimentar do estado do Rio de Janeiro criado pelo ex-governador Anthony Garotinho e destinado a servir refeições de alta qualidade a preços acessíveis para a população de baixa renda. A primeira unidade do programa, o Restaurante Popular Betinho, foi inaugurado em 2000 na região da Central do Brasil. Durante o governo Sérgio Cabral, o programa passou a ser denominado *Restaurante Cidadão*. Entre julho de 2016 e junho de 2017, quase todos os restaurantes populares que estavam em funcionamento foram fechados. Atualmente os restaurantes na Cidade do Rio de Janeiro foram municipalizados e 3 unidades estão em funcionamento: Bangu, Bonsucesso e Campo Grande.

⁵¹ CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social é a unidade pública vinculada à SMAS destinada ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade em decorrência da violação de direitos.

de pessoas, alguns trabalhadores ambulantes facilmente identificados por carregarem junto ao corpo sacolas com balas, isopores ou carrinhos e bicicletas com caixas, isopores; e também pessoas em situação de rua. O restaurante popular atende à população mais vulnerável de um modo geral.

Assim que encontrei Doc 2, ficamos por um tempo no local conversando. Algumas pessoas que estavam no local vieram falar com ele. Alguém do pequeno grupo que se formava perguntou a ele: “quem é ela?”. Eu estava protegida com máscaras e face Shield⁵² e luvas, percebi que o meu aparato de segurança destoava de Doc que usava somente máscara. De longe, avistei um casal mais afastado sentado no chão sobre o papelão. O local tinha pouca iluminação e desse modo achei mais prudente não me aproximar sozinha. Doc 2 sinalizou que não os conhecia.

Ao finalizarmos a conversa com o grupo que estava na porta do restaurante popular, nos aproximamos do casal. Ambos foram pouco receptivos, o homem visivelmente alcoolizado e ela com uma expressão séria. Apresentei-me a eles, perguntei os seus nomes, Doc 2 também os cumprimentou e mediou a conversa explicando de forma resumida que estávamos ali para fazer uma pesquisa com casais e perguntou se eles gostariam de participar. Diante da aceitação ele se retirou e eu fiquei sozinha com o casal. Foi um início tenso, a Pandemia nos obrigava a seguir um protocolo. Eu ofereci máscaras descartáveis e álcool gel, mas apenas ele aceitou usar a máscara, sua companheira permaneceu com a máscara na mão ao longo do nosso contato. O diálogo fluiu por cerca de 10 minutos, mas a movimentação de transeuntes no local tirava a atenção do casal. Além do fato de que estavam preocupados com o dinheiro para pagar o jantar no restaurante popular e com a aproximação do horário de fechamento do estabelecimento. Diante da tensão deles com essa situação eu sugeri que prosseguíssemos a conversa em outro momento. Ficou combinado um novo encontro na semana seguinte no mesmo local e horário, a ideia era aprofundar a entrevista já que este primeiro encontro foi superficial.

⁵² Face Shield é uma máscara de proteção facial. O seu objetivo é criar uma barreira física entre o rosto da pessoa que está usando e o ambiente à sua volta. Protegendo, assim, sua face contra diversos tipos de risco como: respingos, contaminações entre outros. Nesse momento eu estava usando para me proteger da contaminação do Covid 19.

Após o encerramento da entrevista, eu me aproximei novamente de Doc que estava me aguardando e nós seguimos o roteiro. Percorremos de carro um pequeno trecho na região mais central do bairro e o próximo destino foi a Estação do BRT de Campo Grande, que naquele momento estava desativada. No local havia uma moradia instalada com utensílios domésticos, uma pequena cozinha improvisada com uma panela e um fogareiro, colchões, lençóis, roupas, caixas e muitas outras coisas acumuladas. Conversamos com 3 homens adultos que relataram estarem morando no local, mas além deles outras pessoas ocupavam a Estação. Na conversa com o grupo ficou subentendido que existe um pacto entre eles quanto à segurança dos pertences no local. Na ocasião, não foi esclarecido se existe algum tipo de critério para ocupar o lugar. Com a permissão do grupo, realizei vários registros de imagem no local e me chama atenção o volume de pertences acumulado, a presença de animais de estimação e a organização do espaço de forma compartimentada e separada por panos como se fosse uma casa.

Figura 17: Etnografando na estação desativada do BRT de Campo Grande na presença de Doc2

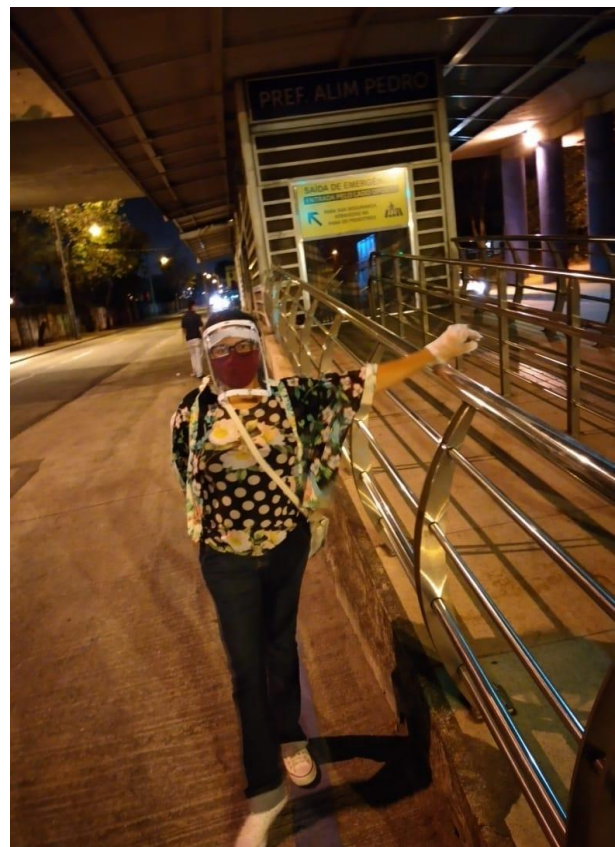


Figura 18: Moradia improvisada da estação desativada do BRT de Campo Grande



A próxima parada depois da Estação do BRT foi em frente a Caixa Econômica Federal que fica na rua Avenida Cesário de Melo, número 3166. No local, havia um grupo de voluntários religiosos faziam distribuição de lanches e kits de proteção contra a covid 19 para pessoas em situação de rua. Além da distribuição de lanche, os voluntários também conversavam com as pessoas de forma individualizada. Enquanto Doc cumprimentava os dois grupos: o de voluntários e o da PSR, eu fiquei observando atentamente a dinâmica do local e percebi a forma amistosa como os dois grupos se relacionavam. Não havia uma fila organizada, mas cada pessoa aguardava a sua vez de receber o lanche e com frequência faziam de forma verbal ou com gestos balançando a cabeça, um agradecimento.

No meio do grupo, identifiquei a presença de dois casais, nos aproximamos deles e os cumprimentamos. Eu me dirigir a um casal e Doc ao outro, mas naquele momento, apenas um dos casais tinha disponibilidade para participar da entrevista.

Figura 19: Distribuição de comida por grupo de voluntários



Aguardamos o término do lanche e diante de sua aceitação nos afastamos do grupo e sentamos do outro lado da calçada na porta da CEF. Antes do início da entrevista com o casal que concordou em ser entrevistado, Doc precisou se ausentar e eu prosseguir conversando com o casal. A entrevista transcorreu com empatia e

tranquilidade por quase uma hora, o que possibilitou abordar todos os tópicos do roteiro.

O segundo dia de trabalho de campo em Campo Grande não atendeu às expectativas, nenhum dos casais agendados no encontro anterior compareceram ao local combinado. Então, a programação desse dia foi observar atentamente a rua e a movimentação da PSR no entorno da rodoviária. Por coincidência, encontramos no calçadão em frente à rodoviária um senhor que estava aguardando a filha e, no decorrer da nossa conversa, concluímos que se tratava da mesma pessoa, a Laura, com a qual o Doc havia combinado a entrevista.

Enquanto Doc conversava com outras pessoas em situação de rua ao longo da calçada, eu voltei a minha atenção ao Senhor José. Sua figura era aparentemente muito frágil pelo seu biotipo franzino, sua pele bastante enrugada e o seu semblante triste. Ele me relatou que a sua filha tem 28 anos, é dependente química e que já trouxe inúmeros problemas para a família. A sua esposa é falecida e os seus outros filhos não aceitam a irmã morando na mesma casa devido ao seu comportamento. A forma como ele encontrou de manter o vínculo com a filha é ir toda semana ao seu encontro levando sempre algum tipo de alimento. Apesar da idade avançada e do cansaço que o seu corpo dá sinais, esse movimento de ir ao encontro da filha é a demonstração cabal do seu cuidado de pai. E isso abre uma reflexão para se pensar que o sofrimento das pessoas em situação de rua é extensivo aos seus familiares, quando esse rompimento se dá em razão da conduta do outro, que impõe um limite à convivência.

A minha agenda em Campo Grande aconteceu em mais duas ocasiões em que as entrevistas foram alinhavadas por Doc e se efetivaram com sucesso. Após esse período, foram surgindo algumas dificuldades de conciliar o horário do mediador do campo com o meu, agravada pela distância e pela logística para chegar ao território de Campo Grande. A distância geográfica entre Campo Grande e a minha residência é de 93 quilômetros e esse fato me impôs reavaliar a continuidade da pesquisa em Campo Grande. Em que pese os questionamentos à figura do mediador na condução dos roteiros e na identificação prévia dos casais, suas notas sobre o campo e sua contribuição na definição dos roteiros tornou viável a minha entrada no campo de pesquisa no contexto delicado da pandemia da covid 19.

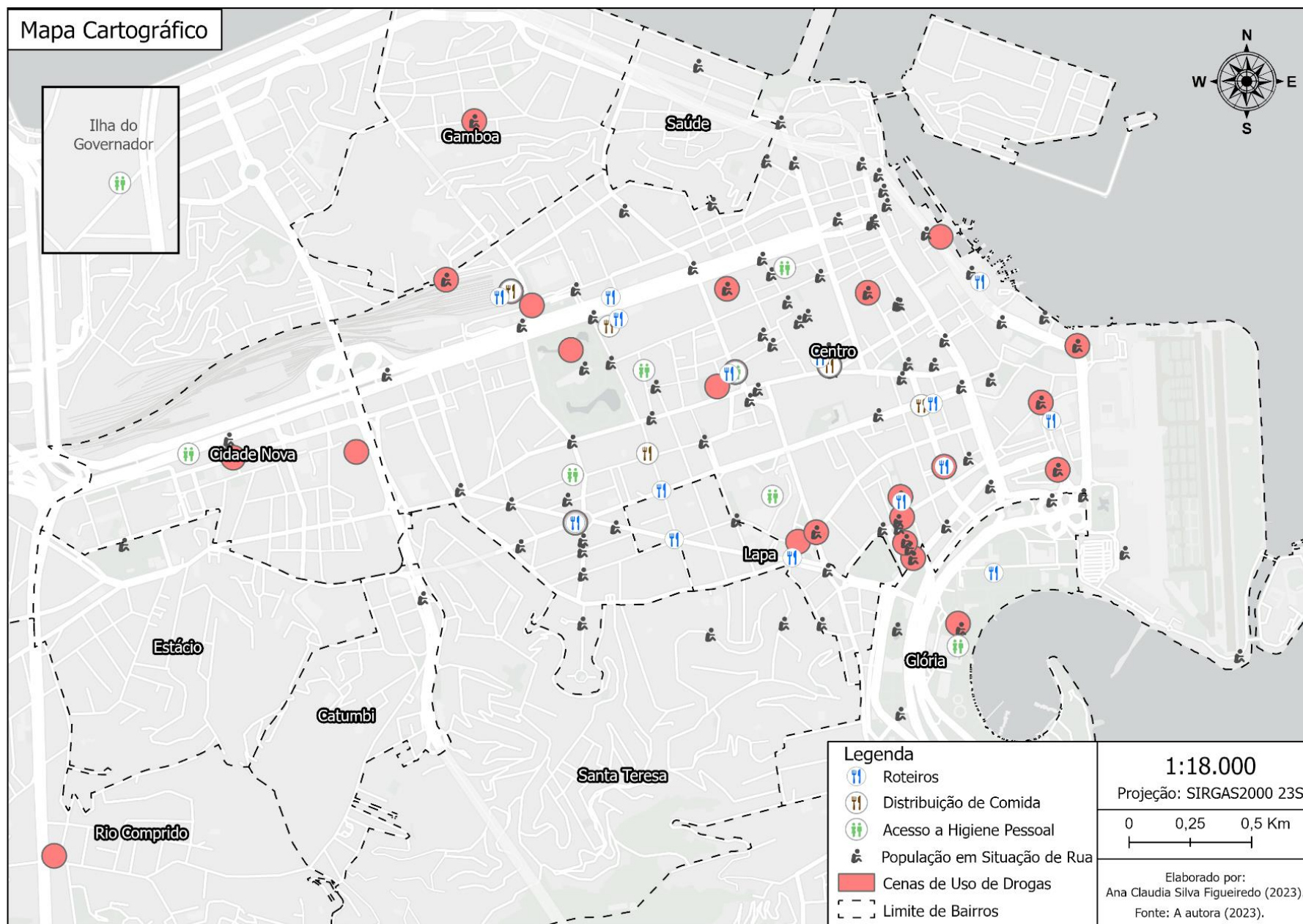
Do mês de setembro em diante fiquei fazendo a pesquisa somente no Centro da Cidade, nesta sequência acompanhada de outro mediador, Doc 1. O roteiro traçado nesta região foi elaborado por mim, todavia a presença do Doc foi relevante nesse processo de pesquisa, sobretudo, no que diz respeito a minha segurança na rua. Sua presença masculina possibilitou que eu explorasse diferentes áreas do Centro em diferentes horários. Isso contribuiu muito para a aproximação ao público alvo desta pesquisa e para a elaboração do mapa dos pontos de concentração de População em Situação de Rua e dos locais de distribuição diária de comida, roupas, cobertores, kit de higiene e segurança pessoal (tenda do Largo da Carioca, fundos da Biblioteca Parque e vários pontos das carreatas) – onde diariamente eram oferecidas cerca de 5000 mil refeições diárias pela Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH) pelas Igrejas, Instituições religiosas e filantrópicas, associações, movimentos sociais organizados e pela sociedade civil de um modo geral.

Foram mapeados na região do centro da Cidade 102 logradouros públicos⁵³ (avenidas, ruas, praças e jardins) com a presença de pessoas em situação de rua. Para cada logradouro, foram traçados o perfil e as principais características do local - presença de uma pessoa sozinha, casal, grupo, cenas de uso, presença de catadores de materiais recicláveis, objetos e pertences, casas improvisadas e distribuição de comidas – a fim de orientar melhor a identificação dos casais⁵⁴. É importante esclarecer que este mapeamento não é uma contagem de pessoas e nem substitui as pesquisas oficiais como o Censo de População em Situação de Rua e nem o monitoramento diário realizado pelas equipes do serviço de abordagem social da Secretaria Municipal de Assistência Social.

⁵³ Este mapeamento refere-se às observações do pesquisador realizadas nos dias e horários em que esteve no campo entre agosto de 2020 a maio de 2021. O quadro com o roteiro dos logradouros e perfil encontra-se no anexo 6.

⁵⁴ Nos anexos 7, 8, 9 e 10 detalham os dados específicos do mapeamento referente ao roteiro das caravanas de distribuição de roupas e comidas, pontos fixos de distribuição de comida, locais usados para o banho e as necessidades especiais e as cenas de uso.

Mapa 1: Mapa Cartográfico Provisório



O contato com o campo de pesquisa foi semanal, mas à medida que as entrevistas foram avançando, a presença no campo foi mais intensa e frequente com o objetivo de acompanhar a rotina dos casais que aceitaram compartilhar o cotidiano conjugal. Além das observações e percepções registradas diariamente no caderno e no diário de campo e do uso do gravador de áudio utilizado nas entrevistas, o registro das imagens (fotografias e vídeos) foi adotado como um recurso metodológico que possibilita uma visão mais ampla da dinâmica social retratada.

O conteúdo das entrevistas, associadas às observações e percepções do campo de pesquisa, o barulho, o cheiro da rua, a poluição visual e as imagens capturadas a partir do meu olhar estão distribuídas no corpo desta tese a partir dos capítulos 6, 7 e 8.

3. Contribuições das Teorias Socioantropológicas para o estudo dos temas da desigualdade, da pobreza e da exclusão social

A partir do exame das obras de literaturas clássicas como Tocqueville (2003), Simmel (1907) e Marx (2005, 2008) é possível compreender a desigualdade como um fenômeno histórico social marcado pela distribuição desigual de renda e pelo desequilíbrio no modo de vida dos grupos que vivem em uma mesma sociedade. A pobreza decorrente desse desequilíbrio gera as privações e ausência de oportunidades que possam viabilizar mudanças dentro da estrutura social⁵⁵.

Para Simmel (1907), os pobres “*Não são aqueles que sofrem carências ou privações específicas, mas os que recebem assistência ou deveriam recebê-la segundo as normas sociais*” (Simmel [1907], 1998, p.96-97 apud Ivo, 2008, p.171). Na concepção Simmeliana, a pobreza poderia oferecer riscos à sociedade, então a assistência aos pobres é imposta para manutenção da ordem social e para proteger os ricos dos pobres, “a fim de que os pobres não se tornem inimigos ativos e perigosos para sociedade”. A assistência que alguém recebe de forma pública pela coletividade é o que determina sua condição sociocultural e identitária de ser um indivíduo “pobre”. O seu foco de sua análise, portanto, não é a pobreza em si e nem os pobres, mas as formas institucionais que estes assumem dentro do contexto da sociedade.

⁵⁵ O tema da desigualdade social foi examinado por Tocqueville (1805 – 1859) em dois pequenos ensaios *Mémoire sur le paupérisme* e *le Deuxième article sur le paupérisme*, no qual o autor extenua sua preocupação com a questão da desigualdade social que se alastrava na Inglaterra. Nestes ensaios Tocqueville aborda a origem e o desenvolvimento do pauperismo na sociedade inglesa, berço da revolução industrial, a partir de um método comparativo com outras sociedades da Europa naquele contexto, buscando identificar suas causas, as principais tentativas de conter e prevenir a pobreza, a miséria e a indigência que se alastrava, assim como buscar estabelecer uma reflexão consciente entre o pauperismo e o direito à igualdade. O tema da pobreza também foi objeto de interesse de Georg Simmel (1858 – 1918), em sua obra *Les Pauvres* (1907) o autor oferece uma contribuição sociológica aos estudos sobre a pobreza destacando as questões fundamentais da teoria social e do método, tendo como ponto de partida as relações intersubjetivas da obrigação da dívida. Em sua concepção a pobreza não é apenas relativa, mas construída socialmente. A sociedade não é constituída pelos indivíduos, mas preexiste a eles e os constitui socializando-os. Quem são os pobres? “*Não são aqueles que sofrem carências ou privações específicas, mas os que recebem assistência ou deveriam recebê-la segundo as normas sociais*” (Simmel, [1907], 1998, p.96-97 apud Ivo, 2008, p.171). Para este autor a pobreza poderia oferecer riscos à sociedade, então a assistência aos pobres é imposta para manutenção da ordem social e para proteger os ricos dos pobres, “a fim de que os pobres não se tornem inimigos ativos e perigosos para sociedade”. A assistência que alguém recebe de forma pública pela coletividade é o que determina sua condição sociocultural e identitária de ser um indivíduo “pobre”. O seu foco de sua análise, portanto, não é a pobreza em si e nem os pobres, mas as formas institucionais que estes assumem dentro do contexto da sociedade.

Nas sociedades modernas a pobreza passou a ser abordada como uma questão social, demandando ao Estado e à sociedade intervenções que pudessem atender as necessidades dos mais carentes. Pobreza e desigualdade tratam-se, portanto, de conceitos distintos. O primeiro diz respeito a um padrão de vida marcado pela escassez de recursos para manutenção das necessidades básicas e o segundo se refere a padrões de vida relativos a toda sociedade. No debate atual a pobreza fundamenta-se nas formas mais agudas da desigualdade social que é a exclusão social.

No contexto das transformações sociais que eclodiram na Europa no final do século XVIII, principalmente na Inglaterra e na França, o tema da desigualdade social passou a constituir uma das questões centrais da teoria formulada por Karl Marx. Sua obra sofreu grande influência das mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais deste período, da filosofia alemã de Hegel e da economia política inglesa de Adam Smith.

Para este autor a produção capitalista começa de fato com a cooperação de mais de um trabalhador na confecção de um produto, quando um número maior de trabalhadores coopera entre si, o processo de trabalho aumenta e consequentemente tem-se o aumento no volume das mercadorias. O acúmulo de trabalho produzido por meio individual, multiplicado pelo trabalho cooperado produz a massa do mais valor, isso associado às jornadas de horas totais dedicadas ao trabalho produzem a acumulação do capital. A diferença a mais dessas horas + trabalho cooperado + tecnologia de produção resulta na mais valia. Marx destaca que para entendermos a acumulação do capital é necessário compreender a acumulação primitiva anterior a esta. Neste contexto de desigualdades, estavam os que possuíam a propriedade das terras e, portanto, as riquezas, e aqueles que expropriados de suas terras só lhes restava a própria pele e sua força de trabalho (2005, p.493- 495).

Dentro da estrutura do sistema capitalista, Marx observou o novo lugar e o valor das mercadorias, “antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (p. 157); e também que a coleção delas tinha um enorme valor simbólico. Para ele, a mercadoria apresenta um duplo caráter: valor de uso e valor de troca. Para explicar o estranhamento existente entre o trabalhador e a mercadoria, Marx desenvolveu o conceito de alienação.

Na sociologia de Marx (2008), a alienação encontra-se definida no capitalismo como o momento em que os homens perdem a si mesmos e a seu trabalho. Para Marx, as relações de classe eram alienantes, pois o trabalhador assalariado se encontrava em uma posição desigual perante o seu empregador. Dessa forma o capitalista conseguia dominar a produção e o trabalhador. Marx considerava o trabalho a mais importante expressão da natureza humana e quando o homem perdia o controle sobre ele, entrava em um processo que conduziria a sociedade a uma ordem social alienada: desigualdade crescente, pobreza, antagonismo social e luta de classes.

A desigualdade social na concepção de Marx (2008) é causada pela divisão de classes. Historicamente, as classes dominantes se utilizam da miséria gerada pela desigualdade como instrumento de domínio estabelecido sobre as classes dominadas. O ponto chave desse desequilíbrio de classes é a polarização entre quem detém e quem não detém os meios de produção e, por sua vez, o primeiro é privilegiado com a acumulação do capital.

No contexto da crise do trabalho, a teoria formulada por Marx, a partir da centralidade no mundo do trabalho, ganha novas nuances na atualidade. O esquema analítico da teoria marxista foi importante para explicar o funcionamento do capitalismo num dado momento histórico, mas insuficiente para explicá-lo na realidade. O modo de produção capitalista é estruturalmente excludente, logo, as transformações sociais advindas da crise no mundo do trabalho e da sociedade salarial tornam-se um dos fenômenos sociais mais emblemáticos para as sociedades atuais. O crescimento do desemprego, da precarização, da flexibilização é um fenômeno global que tem atingido a todas as sociedades indistintamente, abrindo um novo campo de debate e discussões sobre a emergência de novas formas de pobreza e exclusão social.

A noção de inclusão associada aos direitos de cidadania, ora promovidos pelo Estado de Bem-estar social no capitalismo pós segunda guerra mundial, a partir do final do século XX perdeu força com a perda do patamar alcançado no que diz respeito à garantia dos direitos sociais e ao lugar da responsabilidade pública. Dentro deste ponto de vista, a exclusão se contrapõe como uma negação aos direitos sociais e de cidadania conquistados. No debate atual, a noção de exclusão social está vinculada à globalização e às transformações decorrentes delas tais como, o

processo de internacionalização do capital, as mudanças no processo produtivo e nas relações de trabalho e no papel do Estado face às questões sociais.

O marco teórico conceitual utilizado como referência na construção das análises sociológicas da questão social, são as contribuições trazidas por Castel (1999). Embora suas reflexões tenham sido elaboradas a partir da realidade francesa, estas se apresentam muito apropriadas para pensarmos o surgimento da nova questão social em diversas sociedades no mundo.

Em sua obra “As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário”, (1999) o autor define uma nova concepção de pobreza, a partir do isolamento social promovido pelo afastamento dos sujeitos do mundo do trabalho. A problemática da vulnerabilidade social está relacionada com o processo de erosão dos sistemas de proteção social na sociedade salarial.

Esses novos sujeitos diferem da concepção de pobreza introduzida por Simmel⁵⁶, na qual poderiam ser considerados pobres todos aqueles que recebessem algum tipo de assistência, fosse do Estado fosse da caridade particular. Pobreza e exclusão social tratam-se, portanto, de conceitos distintos. Um diz respeito à ausência de condições materiais e à incapacidade financeira dos indivíduos manterem suas necessidades básicas como alimentação, moradia, vestuários e

⁵⁶ Em sua obra *Les Pauvres* (1907), o autor oferece uma contribuição sociológica aos estudos sobre a pobreza destacando as questões fundamentais da teoria social e do método, tendo como ponto de partida as relações intersubjetivas da obrigação da dádiva. Em sua concepção, a pobreza não é apenas relativa, mas construída socialmente. A sociedade não é constituída pelos indivíduos, mas preexiste a eles e os constitui socializando-os. A assistência que alguém recebe de forma pública pela coletividade é o que determina sua condição sociocultural e identitária de ser um indivíduo “pobre”. O ~~seu~~ foco de sua análise, portanto, não é a pobreza em si e nem os pobres, mas as formas institucionais que estes assumem dentro do contexto da sociedade. Nesta base analítica se manifesta uma oposição fundamental entre as categorias sociológicas e éticas sobre a pobreza. Seu ponto de partida é a trama dos direitos e obrigações na qual estão constituídas a sociabilidade humana. A obrigação de dar não deriva de um direito do outro, mas de uma imposição moral daquele que dá, determinada pela sua própria moralidade e responsabilidade ética. O ato de dar implica, portanto, em relações de poder uma vez que é mais confortável fazer caridade do que pensar na questão distributiva. Para este autor, no âmbito da “obrigação” da dádiva, o pobre desaparece como fim da ação (apud Ivo, 2008). A concepção de pobreza formulada por Simmel tem um caráter relativo que se diferencia e se amplia, ~~na~~ à medida ~~em~~ que estas mudanças se manifestam. O caráter dessa relatividade pode ser percebido na tensão existente na compreensão da dádiva, tanto como uma prática pública que supõe maior distância social, quanto da prática privada que supõe mais intimidade. Esta contradição entre a ação pública e privada de assistência abre espaço para a discussão das funções do Estado em relação à pobreza e o que de fato são mínimos de assistência aos pobres necessários para sua sobrevivência. O pensamento de Simmel foi formulado no contexto da constituição do Estado Moderno no início do século XX, no momento em que os sistemas de proteção social contra os riscos foram implementados em vários países da Europa e a assistência social se fortalecia como uma política residual.

outros; a exclusão social por sua vez contém elementos éticos e culturais e se refere às discriminações e estigmatização de alguns grupos. A exclusão se expande para além da pobreza, pode se expressar no abandono, na perda de vínculos e no esgarçamento das relações de convívio.

Para o referido autor, o debate acerca do fenômeno da exclusão social não pode ser pensado longe das transformações do mundo do trabalho, embora sua ideia inicial não fosse fazer uma sociologia do trabalho, o lugar de centralidade do trabalho é reconhecido em sua análise, conforme explicita abaixo:

O trabalho, como se verificou ao longo deste percurso, é mais que o trabalho e, portanto, o não trabalho é mais do que o desemprego, o que não quer dizer pouco. Também a característica mais perturbadora da situação atual é, sem dúvida, o reaparecimento de um perfil de “trabalhadores sem trabalhos” [...] os quais, literalmente, ocupam na sociedade um lugar de supranumerários, de “inúteis para o mundo” (Castel, 1999, p. 496)

A questão social decorrente desta problemática coloca-se como um desafio para a sociedade. Como manter a coesão social diante da ameaça de ruptura de alguns grupos cuja existência abala o conjunto da sociedade? A metáfora da metamorfose reside sobre o núcleo da nova questão social que é resultante destas transformações, na existência destes “inúteis para o mundo”, destes supranumerários e do crescimento de uma vulnerabilidade de massa.

Ao abordar o tema da exclusão social, Castel (1997) fala de um conjunto de privações relacionadas à instabilidade ou expulsão do emprego, inserção relacional, fragilidades dos suportes protetores ou isolamento social. Há um modo de existência de um certo número de grupos ou de indivíduos rejeitados do circuito comum das relações sociais, são os indigentes, “drop out”, sem domicílio fixo, ou seja, os “desfiliados”, indivíduos que deixam de pertencer, deixam de estar vinculados ao universo do trabalho e/ou à redes sociais mais amplas.

A sua tarefa sociológica consiste em analisar os fatores da exclusão social para medir os riscos da fratura social. As vulnerabilidades decorrentes das transformações operadas no mundo do trabalho podem ser compreendidas a partir de 2 eixos: o binômio integração e não integração ao mundo do trabalho; e a inserção e não inserção em uma sociabilidade sociofamiliar. A partir do eixo do

profissional, pode haver a integração ou a exclusão; e no eixo sociofamiliar a inscrição sólida em uma rede de sociabilidade ou o total isolamento social.

Consoante a este autor, a zona de intervenção consiste em uma tática para o enfrentamento da questão social e podem dar lugar às atividades de reparação; e a zona de vulnerabilidade é onde a problemática da questão social pode se mostrar mais visível:

- a. Zona de integração: goza-se de um trabalho permanente e pode-se mobilizar suportes relacionais sólidos;
- b. Zona de vulnerabilidade: há precariedade nas relações de trabalho e fragilidade nas relações sociais;
- c. Zona de desfiliação: ausência de trabalho e isolamento social;
- d. Zona de assistência: incapacidade de trabalho e forte inserção social.

Dentre as categorias de vulnerabilidades apontadas por Castel (1997), cabe ressaltar que a desfiliação é a categoria que se manifesta com maior impacto pela ruptura em relação às normas de reprodução social hegemônicas. Nela, a vulnerabilidade se caracteriza pela ausência de trabalho e pelo isolamento social.

O conceito de desfiliação proposto por este referido autor é fruto de uma série de rupturas. Esse é o espaço da existência social de maior expressão dentro do contexto das mudanças no mundo do trabalho, alterando as formas de sociabilidade provocadas pela ruptura de status advindas da não inserção no trabalho. Essas rupturas impactam nas referências sociais de moradia, família, amigos e outras formas de identidade e inserção social (Castel, 2000).

A exclusão pode ter conotações diferentes, variando de acordo com o grau de desenvolvimento econômico e evolução das políticas públicas. A ausência de mecanismos de proteção social amplos e universais por parte do Estado tem contribuído sobremaneira para o aumento da exclusão tanto na dimensão social quanto na esfera da sobrevivência. A exclusão se dá por diversos aspectos: não acesso aos meios de produção, a exclusão cultural, a exclusão geográfica que começa pela exclusão social, a exclusão educacional, econômica, da saúde, das

políticas públicas e da cidadania. O conjunto destas exclusões formam um quadro de violência social historicamente cometida contra os pobres.

Para que de fato uma situação de exclusão se estabeleça é preciso que haja falta de recursos para o atendimento às necessidades, a falta de oportunidades e de pertencimento pela ruptura dos laços sociais ou familiares. As populações empobrecidas estão inferiormente hierarquizadas e a exclusão se dá em razão do seu afastamento do mercado de trabalho e de sua desqualificação. As categorias de trabalhadores têm sido jogadas no desemprego, desvinculam-se, e tornam-se assim desnecessárias dentro do circuito econômico.

A crise no mundo do trabalho é uma questão emblemática e tem atingindo a todos os países indistintamente, mas os países pobres devido ao pouco avanço no campo das políticas de proteção social os impactos foram mais perversos. Destaca-se no quadro atual os impactos da política neoliberal, de um lado o aumento da demanda por mecanismos que ajudem a minimizar os efeitos da exclusão social e do outro a retração do poder público no que diz respeito à intervenção das falhas do mercado.

Além da inquestionável contribuição teórica de Castel no entendimento da categoria exclusão social, destacamos as importantes contribuições que Serge Paugam (2003) tem trazido para o centro deste debate na atualidade. Para este autor a pobreza tem um caráter multidimensional, para além da privação material, corresponde a um estatuto social específico e inferior. Há um crescente fenômeno de deslocalização social, de perdas de referências (dessocialização) e desqualificação social. A pobreza mais uma vez é percebida de forma negativa, como símbolo do fracasso social e degradação moral.

Nas sociedades modernas, a pobreza não se trata somente de um estado de carências materiais, ela corresponde igualmente ao lugar que ocupa o sujeito na hierarquia social, ou seja, o seu status social. O pobre sempre foi portador de uma condição humilhante (Paugam, 2003, p. 46).

Em concordância com Castel, Paugam (2003) também reconhece a assistência aos pobres como um dos fundamentos da ordem social nas sociedades modernas e a pobreza como uma disfunção do sistema econômico. “A pobreza não pode jamais ser representada como o avesso, a sombra, o bloqueio da riqueza. É um

artefato, um acidente – uma sobrevivência, uma anomalia, qualquer coisa de exótico” (Paugam, 2003, p.46)⁵⁷.

No contexto atual, a noção de pobreza não se define em si mesma, mas comparativamente a uma faixa de renda que cresce de acordo com o aumento da riqueza. Desse modo entende que o pobre é aquele que não tem o necessário ou que tem apenas o suficiente para viver. Pode-se, evidentemente, considerar outras implicações ligadas a essa condição social inferior ligada à baixa renda, tais como o acesso à educação, a possibilidade reduzida de transmitir aos filhos um capital cultural que lhes permitam alcançar uma verdadeira integração social e profissional (Paugam, 2003).

Na pesquisa realizada por este referido autor na França sobre indivíduos em situação de precariedade econômica e social, frequentemente sem qualificação profissional, e que recorrem aos serviços sociais, identifica-se 3 categorias de indivíduos: os fragilizados, os assistidos e os marginalizados. Trata-se de grupos de pessoas que estão afastadas do mercado de trabalho ou que correm o risco de serem demitidas em razão da concorrência e da falta de qualificação profissional. Os assistidos, os fragilizados e os marginais dentro do contexto apontado por Paugam compõem o quadro da nova pobreza e são formados pelo segmento de trabalhadores precarizados, sem qualificação e que são empurrados de forma progressiva para fora da esfera produtiva, interferindo na sua identidade e nas relações sociais.

Dentro desta linha analítica apontada pelo autor os fragilizados caracterizam-se como aqueles que sofrem de precariedade econômica e que recorrem aos serviços de proteção social como uma forma de segurança de renda. Os assistidos, em sua maioria, são formados por pessoas afastadas do mercado de trabalho ou em relações muito precárias que necessitam dos serviços de proteção social para suprir suas necessidades básicas. E os marginalizados referem-se aos grupos extremamente vulneráveis, formado por indivíduos que estão em processo de múltiplas exclusões: sem trabalho, sem renda, sem casa e sem família e sem cobertura o suficiente dos serviços de proteção social.

⁵⁷ Em alusão ao modelo weberiano de estratificação social, o autor destaca que a pobreza nas sociedades modernas pode ser analisada a partir de 3 dimensões que compõem o sistema social: a classe, o status e o poder.

Para Paugam (1999), as mudanças no mercado de trabalho e nas relações trabalhistas decorrentes das transformações atuais do capitalismo promoveram uma nova categoria de pobres, os quais acionam com frequência os serviços assistenciais para o atendimento de suas necessidades básicas. A esse processo de gradativa vinculação e dependência aos serviços sociais e da gradativa desvinculação e expulsão dos indivíduos do mercado de trabalho, o autor define como processo de desqualificação social (p.67). Este conceito valoriza o caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza e o status social dos pobres socorridos pela assistência.

A desqualificação social se inscreve, portanto, no conjunto de questões relativas à pobreza e aos processos de exclusão do mercado de trabalho. Trata-se de um processo dinâmico que tem múltiplas dimensões, além da questão econômica e social ela perpassa pela identidade dos sujeitos e a percepção que estes têm acerca de sua própria situação e de sua relação com os outros. A noção de desqualificação social trazida por este autor diz respeito à perda da qualidade social e consequentemente à exclusão social trazida pela perda dos direitos sociais e de cidadania (Paugam, 2003, p. 47).

A noção de exclusão ampliada por Paugam abre um leque de reflexões sobre o tema da pobreza e suas formas na atualidade. Contudo, destaca-se que no contexto brasileiro a exclusão, a desqualificação social e a desproteção sempre estiveram presente. O Estado brasileiro não viveu plenamente as pilastras do pleno emprego e, portanto, nunca assegurou plenamente um sistema de proteção social à classe trabalhadora.

A desqualificação social faz parte da realidade dos interlocutores desta pesquisa e é expressada em suas narrativas. R, 35 anos, relata que ao perder o seu emprego se sentiu desqualificado e diminuído porque ele foi perdendo suas referências e o seu valor para família. A sua relação familiar, que já era fragilizada, se atenuou e isso o levou ao rompimento total com a sua família.

Eu fui morar na rua porque fiquei desempregado, não tinha mais como pagar o aluguel. Os familiares e os amigos vão percebendo a sua situação. As pessoas vão se afastando. Eu não queria dar problemas para ninguém, não queria ir pedir ajuda e as pessoas baterem a porta na minha cara, então pensei que o único lugar onde eu não ia dar problema para ninguém era na rua. Eu estou aqui na rua e as pessoas te olham de forma diferente. É um espaço

que no meu lógico e psicológico eu tenho direito de morar, mas pela ordem, e pelo poder eu estou incomodando.

Assim como Sérgio, 35 anos, Rita, 55 anos, ao perder sua referência de trabalho teve o mesmo sentimento. O seu processo de exclusão, que culminou na ida para a rua, teve início também com a perda do trabalho. Isso denota a importância do trabalho como um eixo organizador da vida, sua perda corrobora para a perda de outros vínculos. Como mulher, Rita, 55 anos, ainda enfrentou outros tipos de desqualificação. Envolvida em um relacionamento abusivo, com o antigo companheiro, foi expulsa da própria casa pelo tráfico após anunciar o rompimento da relação. Buscou os meios legais para retomar o seu imóvel que herdara dos pais, mas não teve até o momento os seus direitos garantidos. Não ter o seu direito garantido pelos órgãos de proteção e defesa dos direitos também é uma forma de desqualificação. A nova condição lhe impôs a ruptura de outros vínculos, uma vez que se sente envergonhada de procurar o filho de outro relacionamento e as irmãs. Pelo fato de ninguém da sua família saber da sua situação de rua, Rita preferiu não ser fotografada e eu acho muito justo o seu desejo.

O aumento da desigualdade, da pobreza e da exclusão social, em maior ou menor escala, é um fenômeno global promovido pelas transformações atuais do Capitalismo. Dentro do contexto brasileiro, a realidade de Francisco, 35 anos, Rita, 55 anos e outros sujeitos desta pesquisa, são demarcadas pelas raízes da pobreza e da desigualdade social. Instigar e questionar o que difere a nova pobreza e os novos excluídos dos tradicionais pobres requer uma análise histórica do processo de constituição dessa sociedade.

A desigualdade no Brasil tem raízes históricas e estruturais e estão ligadas à formação da sociedade e do Estado brasileiro. Para Schwarcz (2019), o processo de Independência do Brasil foi muito conservador e visava manter a grande propriedade agrária e a mão de obra escrava, duas questões fundamentais que resultaram no racismo estrutural e nas contradições da sociedade brasileira. A escravidão além de fomentar um sistema econômico, moldou condutas e definiu desigualdades sociais.

Valladares (1991) acrescenta ainda que, no processo de transição das relações sociais senhorial-escravista para as relações burguesas-capitalista e da urbanização que emergia no Rio de Janeiro, três momentos históricos impactaram

o processo de crescimento da pobreza: Primeiro, a necessidade de higienização da cidade; segundo, a manutenção da ordem e o controle social da classe trabalhadora e por último, a necessidade de transformar o homem livre (o recém escravo e o imigrante pobre) em trabalhador assalariado.

O movimento de higienização tinha como objetivo conter as epidemias que se alastraram nas habitações coletivas precárias dos cortiços. A pobreza era tida como sinônimo de perigo e ameaça à ordem social, além de foco de epidemia era berço do crime e do vício. Para esta autora no discurso ideológico dominante o mundo estava dividido em dois lados, o mundo do trabalho, da moral e da ordem; e o mundo amoral, vadio e caótico. Nesse contexto as práticas da mendicância e da vadiagem eram consideradas crimes.

A noção de pobreza que se consolida no Brasil, portanto, é formada pelos ex-escravos e de todos aqueles resistentes ao trabalho assalariado e formal da ordem industrial. Era considerado pobre todo aquele que não conseguia se transformar em um trabalhador assalariado. Com o processo de expansão da industrialização a pobreza tornou-se cada vez mais uma situação complexa, o crescimento urbano nos grandes centros industriais corroborou sobremaneira para o crescimento das favelas, o aumento da marginalidade social, do subemprego e para as formas mais agudas da exclusão social que tem refletido na atualidade.

Adensando ao pensamento de Schwarcz e Valladares, Sposati (1998) endossa o discurso que a questão social e a exclusão no Brasil devem ser problematizadas a partir do marcador de raça, uma vez que os negros e indígenas/povos originários nunca foram totalmente incorporados à dinâmica da sociedade industrial e capitalista, a massa de trabalhadores foi formada por imigrantes brancos. Ademais, a cultura patrimonialista adotada pelo Estado brasileiro contribuiu sobremaneira para dividir a sociedade entre a elite e a ralé e não incorporou padrões básicos e universais de cidadania adotados nos países que experimentaram as políticas do Estado de bem-estar social.

A população em situação de rua, entre outros grupos excluídos da sociedade, constitui a ralé brasileira e é parte integrante da complexa pobreza forjada no submundo da economia informal, na invisibilidade e longe dos horizontes dos direitos de Cidadania, como frisa Telles (2001) e Souza (2009).

4. A População em Situação de Rua como expressão da Exclusão Social

Dentre as questões mais desafiantes da pobreza na contemporaneidade, a População em Situação de Rua configura-se como uma expressão da exclusão social. Escorel (2008, p. 139), em sua obra “Vidas ao léu: trajetória da exclusão social”, descreve que a PSR é composta de personagens e cenários do drama social que são naturalizados e banalizados em sua miséria e isolamento. Constantemente despojados de seus poucos pertences, instados a circular pelas ruas sem poder se fixar, sobrevivem a cada dia de teimosos, insistindo em continuar vivos e a expor suas misérias no espaço público.

No entendimento desta autora, a PSR tem suas trajetórias marcadas pela exclusão social e pelas vulnerabilidades e fragilidades decorrentes dela. O conceito de exclusão social adotado por Escorel se encontra embasado na matriz teórica proposta por Castel e outros autores que se destacaram no cenário internacional pela abordagem da nova questão social advindas das transformações do mundo do trabalho.

Além dos dois eixos de análise apontados por Castel (1997) da vinculação pelo Eixo econômico-ocupacional: centralidade no trabalho e da desvinculação pelo Eixo Sócio familiar: redes de apoio, solidariedade e assistência, já mencionados. Escorel (1991) acrescenta o Eixo Político: direitos de cidadania fragmentada, o Eixo Cultural: valores simbólicos negativos e o Eixo da Dimensão da vida: inclui a trajetória de inclusão e desvinculação.

A autora nesta obra aponta caminhos para se pensar o fenômeno da População em Situação de Rua para além da dimensão extrema da pobreza, da miséria e da exclusão, considerando a dimensão pessoal do sujeito, sem família, sem rumo, sem renda e sem lugar no mundo. Essa dimensão simbólica dos sujeitos e da rua são marcadas pela rotina de sobrevivência, escolhas de lugares, redes de apoio, busca por uma identidade, medos, muitas ausências e preconceito.

No que tange a dimensão ética e política da exclusão, Escorel (1995) recupera o conceito de isolamento e solidão expresso na obra de Hannah Arendt (1989) “Origens do totalitarismo” para falar do espaço de não cidadania, ao qual os grupos excluídos da sociedade são reduzidos à condição de *animal laborans* e

destituídos de qualquer direito. A principal característica do isolamento é a impotência e a incapacidade de agir. Nesta perspectiva o isolamento é visto como:

O isolamento é uma categoria da esfera política: não posso agir porque não há ninguém para agir comigo. É um fenômeno que surge com a destruição da esfera pública [...] o isolamento torna-se insuportável quando o homem isolado não é "de interesse de ninguém". E aí o isolamento torna-se solidão. A solidão para Hannah Arendt ocorre na esfera dos contatos sociais; refere-se à vida humana como um todo: como pessoa me sinto completamente abandonado por toda companhia humana (estou solitário, sozinho e só e não apenas isolado); e, manifesta-se mais nitidamente na companhia de outras pessoas. A solidão significa a experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter (Escorel apud Arendt, 1995, p. 9).

O sentimento de não pertencimento, isolamento e solidão é um componente presente, em alguma medida, da realidade das pessoas que estão excluídas da esfera econômica e social. Isto se mostra muito evidente nas falas de Gisele e Reginaldo, ambos egressos do sistema penitenciário por longos anos, ela por 22 anos e ele 10 anos (contando os dois momentos em que esteve preso). O afastamento da vida social e familiar experimentado durante os longos anos de prisão se estenderam após a remissão das suas penas, uma vez que não encontraram apoio e suporte de suas famílias. Essa ruptura dos vínculos familiares associada à incapacidade financeira para o autossustento lhes impuseram a rua como única alternativa. O “eu não me sinto mais fazendo parte dessa sociedade” passa a ser quase um sentimento genuíno por parte dos indivíduos que vivenciam essas experiências.

Assim como Escorel, Bursztyn (2008) vê a exclusão social e o isolamento como componentes da modernidade que fundamentam as formas agudas de desigualdade e refletem uma radicalização das diferenças. Populações empobrecidas são mais afetadas pela exclusão tornando-se cada vez mais desnecessárias e inúteis dentro do circuito econômico, acarretando custos com as políticas públicas e riscos de segurança. Para este autor a desigualdade levada a seu paroxismo pode gerar uma situação de dessemelhança, caracterizada pela ruptura dos laços de solidariedade e de pertencimento e uma mesma espécie, que permitem a identidade entre seres humanos.

Na definição de Bursztyn, (2008, p.139), a PSR é composta de pessoas desnecessárias, inúteis, nômades e excluídas do sistema, que sobrevivem de

esmolas, da caridade pública ou privada e de biscates e atividades informais. O autor chama atenção ainda para o fato que nem todos os excluídos são necessariamente miseráveis, “eles são, geralmente pobres e vão se constituindo em mundo à parte, compartilhando o mesmo universo espacial e temporal, mas não interagindo socialmente com os outros incluídos” (Bursztyn, 2008, p. 36).

Anderson e Snow (1998) a partir de uma etnografia realizada com *homeless e street people* em meados dos anos 80 em Austin, Texas (A Study of Homeless Street People), apontaram que existe uma tipologia de moradores de rua apoiada em três dimensões contrastivas: estilos de vida, aspectos cognitivos e tempo de vida nas ruas.

Para estes dois autores, o modo como os “moradores de rua” vivem os seus destinos compartilhados nas ruas não é uniforme, o padrão de adaptação vai depender de um conjunto de variáveis. Dentre os componentes da dimensão estilo de vida estão as variadas formas de trabalho e acesso à renda, a mobilidade no espaço urbano, as questões essenciais do cotidiano (a dormida, alimentação, higiene) e o uso de substâncias (álcool e drogas). A dimensão cognitiva diz respeito aos aspectos de orientação e sentido (identidade, aceitação e narrativas) e também as percepções de si, do grupo e em relação ao futuro: “*quanto mais a vida nas ruas é aceita sem discussão, mas habituada a pessoa fica às rotinas e vicissitudes e é menos provável que ela procure refúgio e pense na liberação*” (p.82). A dimensão de tempo está relacionada às demais, o tempo de exposição à rua influencia no padrão de comportamento e orientação cognitiva.

A partir da observação do cotidiano e das estratégias de sobrevivência dos diferentes grupos (os recém deslocados, os vacilantes regulares e vacilantes irregulares, os andarilhos tradicionais e andarilhos hippies, os mendigos tradicionais e mendigos redneck - tipo regional do sul dos EUA, e ainda doentes mentais), Anderson e Snow apontaram a existência de uma subcultura da vida na rua.

Essa essência da subcultura fundamenta-se num conjunto distinto de valores cultivados como: “*comportamentos e rotinas adaptativas que os moradores de rua criam a fim de lidar com aquele destino*” (p. 182). Esses comportamentos estão inscritos e estruturados por um conjunto de restrições organizacionais /

institucionais, políticas, ecológicas e morais que constituem as pedras angulares da subcultura da vida de rua.

Leibow (1993) em sua etnografia com mulheres sem teto acolhidas em um abrigo público na Cidade de Nova York constatou que a falta de moradia gera sentimentos de solidão e desespero. Para lidar com a solidão, as mulheres se voltaram umas para as outras em busca de amizade e confirmação de sua própria humanidade e também se voltaram para Deus em busca de esperança e senso de autoestima e de dar sentido às suas vidas.

Independente do contexto e do lugar em que se observa esse fenômeno, no Brasil e nos EUA, a ausência ou a fragilidade de políticas públicas mais efetivas têm sido uma realidade. Os mecanismos de proteção social por parte do Estado, não são suficientes para conter o aumento da exclusão social e consequentemente dos grupos mais vulneráveis, como a PSR. No contexto brasileiro ressalta-se os efeitos da ofensiva liberal na medida em que o Estado estava mais voltado para o processo de globalização da economia do que para os problemas sociais internos. Assiste-se a uma profunda redução dos investimentos públicos nas áreas sociais e a emergência de um Estado mínimo, que de certa forma passa a atuar com reforço de políticas compensatórias e minimalistas de satisfação de necessidades.

Bursztyn (2008) chama atenção para a especificidade brasileira do processo de exclusão social que sofreu forte influência da dinâmica populacional que se estabeleceu no país nas últimas décadas. As rotas de migração interna em diferentes momentos retratam o crescimento desordenado das cidades e a produção dos territórios de exclusão⁵⁸. No período que compreende a década do milagre econômico, houve um fluxo migratório do campo para os grandes centros urbanos impulsionado pelo crescimento industrial e a perspectiva de emprego; com o freio no crescimento industrial e a abertura do Programa de Integração Social as atenções dos investimentos voltaram-se às regiões da Amazônia e do Centro-Oeste do país. Na década de 1980, embora apontada como a década perdida, os fluxos migratórios do campo para a cidade persistem, porém, a ocupação agora está voltada para os centros urbanos de médio porte. O cenário a partir de 1990 é marcado pela forte

⁵⁸ A condição de vida da população urbana não pode ser medida apenas pela renda, ou seja, salários e rendimentos, mas na verdade pelo conjunto de facilidades e serviços essenciais, tais como saúde, educação, saneamento básico e segurança pública, entre outras questões como o lazer, a beleza do lugar que contribuem para a efetiva qualidade de vida da população (Harvey apud Bursztyn, 2008).

influência da política econômica neoliberal que produziu uma massa de pobres e miseráveis no campo e na cidade. O aumento do contingente de moradores de rua no país é fruto de uma combinação de fatores socioeconômicos e a ausência de políticas compensatórias de combate à pobreza.

Os grandes centros urbanos, como a cidade do Rio de Janeiro, se constituem como um *lôcus* privilegiado da expressão da heterogeneidade e da diversidade. Como sinaliza Velho (2007), uma das expressões mais evidentes da diversidade nas metrópoles é o modo de viver (p.12). A heterogeneidade é um fenômeno fundamental para a compreensão da sociedade complexa contemporânea. Junto à arquitetura urbana vão surgindo moradias improvisadas no ponto de ônibus, nas estações de metrô, nas estações de BRT, nas praças entre outros espaços públicos. As imagens dessas ocupações mostram como a cidade vai sendo ocupada, como as pessoas vão encontrando estratégias de se proteger do frio, do calor, da violência e dos olhares alheios.

Figura 20: A casa improvisada na marquise na Rua do Senado S/N



Figura 21: Barreira de compensados erguida do metro da Cinelândia para proteger contra o frio



Figura 22: Barracas de camping na Praça Paris



Figura 23: Tenda no Largo da Carioca usada como moradia pelo grupo de pessoas em situação de rua



A cidade do Rio de Janeiro configura-se como a segunda megalópole brasileira com a população de 6.775.561 habitantes, segundo estimativa do IBGE em 2021⁵⁹. Destacando-se no cenário internacional como a sétima cidade da América Latina mais populosa. Apresenta segundo IBGE o segundo maior PIB do país (e o 30.º maior do mundo), estimado em cerca de 329 bilhões de reais (IBGE/2016). Embora os seus indicadores de desenvolvimento indiquem um alto padrão econômico, se considerarmos a soma de todos os bens e serviços produzidos, a cidade historicamente conjuga uma discrepância social abissal.

Na coletânea sobre um século de Favela na cidade do Rio de Janeiro, Zaluar e Alvito (2006) destacam o paradoxo que tem vivido a Cidade desde o início do seu processo de crescimento no Brasil República, marcado pelas grandes transformações trazidas pela industrialização e a explosão demográfica, que culminaram no aumento da pobreza, na formação dos cortiços, cujas remoções se deram sob a justificativa de limpar as áreas centrais da cidade das doenças e vícios causados pela população pobre, e posteriormente no surgimento das favelas.

⁵⁹ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>

No cenário carioca ao longo dos anos, portanto, as favelas foram se consolidando como lócus da pobreza e áreas de habitação irregulares construídas sem qualquer planejamento urbano e atenção do poder público. De acordo com o Censo de 2022 (IBGE) na cidade do Rio de Janeiro existem 763 favelas e 22% da população carioca residem nesses aglomerados urbanos. Este mesmo censo aponta ainda que as favelas cariocas concentram a primeira e a terceira posição dos seis maiores aglomerados do Brasil: Rocinha (69.161 habitantes) e Rio das Pedras (54.793 habitantes).

De acordo com o levantamento realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) sobre o Mapa da Nova Pobreza, estima-se que do estado do Rio de Janeiro exista mais de 1,7 milhão de pessoas vivendo na pobreza, sendo que 22% desta população vivem abaixo da linha da pobreza. O número de pessoas que tinha renda domiciliar per capita de R\$ 497,00 mensais em 2021 aumentou 4 pontos percentuais desde 2019. Até 2020 o Rio de Janeiro ocupava o 19º lugar no ranking dos estados com mais pobres do país. Este estudo revela ainda, que nem o auxílio emergencial, pago pelo Governo Federal durante a pandemia, foi capaz de impedir o aumento da pobreza no Rio de Janeiro, configurando dessa forma como o único estado da federação onde esse aumento aconteceu.

O auxílio emergencial é pago a mais de 67 milhões de brasileiros, sendo mais de 5 milhões de pessoas atendidas no Rio de Janeiro, num total de 35% da população. Em julho e agosto deste ano, a pobreza no Brasil diminuiu 3,74%. O número de pessoas que vive com menos de um salário-mínimo caiu em quase 4%. Nas regiões Norte e Nordeste, que historicamente registram os piores indicadores sociais do país, o número de pobres encolheu em 3,17 % (Norte) e 2,3% (Nordeste). Entretanto, no RJ o movimento foi o contrário: a faixa da população mais pobre cresceu 1,55%.

Ela levou a essa redução de 15 milhões de pobres de antes da pandemia até agosto, só que agora, a partir de outubro, esse benefício cai a metade e, em dezembro, ele acaba. Então 15 milhões de pessoas que saíram da pobreza, equivalente a meia população da Venezuela, vão voltar pra pobreza" (Entrevista Marcelo Neri, economista da FGV).

O cenário da PSR na metrópole carioca, portanto, tem suas raízes na remoção de antigas favelas e invasões na década de 1960, e nos movimentos de

realocação habitacional que ao longo dos anos tem empurrado as populações mais pobres da cidade para as periferias mais distantes: conjuntos habitacionais, loteamentos e assentamentos precários. Nos últimos dez anos houve um aumento expressivo da PSR na cidade constituída por diferentes perfis e forma de uso do espaço físico: os que usam a rua como espaço de trabalho e produção de renda; e os que usam a rua como espaço de moradia permanente. Sendo sobre esse último o interesse particular desta pesquisa.

De acordo com Silva Filho (2007) esse contingente de trabalhadores informais, itinerantes, desabrigados e expulsos do crescimento econômico, formam os novos perfis da população em situação de rua no contexto da cidade do Rio de Janeiro. Sem renda, sem trabalho e sem família esses indivíduos buscam cotidianamente formas de sobrevivência. A vida nas ruas se caracteriza:

“por uma constante oferta e criação ou reciclagem de recursos subjetivos constantemente negociados e atualizados... A rua é fonte de recursos criativos. A exclusão dos que para ela migram acelera a formação de uma grande energia criativa que se reflete em vínculos que precisam ser atualizados diariamente e estratégias garantidas a cada momento” (p.29).

O modo de viver na rua é marcado pelo conjunto de desafios e estratégias de sobrevivência que os indivíduos lançam mão no cotidiano da rua. As narrativas mostram questões comuns nas ruas, mas também as estratégias individuais como a definição de prioridades e os diferentes níveis de resiliência às dificuldades que a rua impõe.

5. O modo de viver na rua

Figura 24: Cozinha criativa



As panelas expostas sobre a mureta histórica do Largo da Glória fazem parte da paisagem cotidiana do casal Cintia e Alex. Com frequência é possível vê-los cozinhando no local. Esse é um hábito cultivado pelo casal, apesar da precariedade como eles desenvolvem essa prática, com pouco recurso e sem espaço adequado para o preparo dos seus alimentos.

O ritual de cozinhar envolve necessidade, cuidado e ao mesmo tempo remete ao lugar da memória do tempo da casa e da família, ainda que os sentimentos em relação a estes espaços sejam contraditórios. A arte de cozinhar na rua foi uma prática comum observada entre os casais e faz parte de uma das muitas estratégias de sobrevivência que os indivíduos lançam mão no seu cotidiano a partir dos recursos disponíveis e da sua capacidade inventiva.

A população em situação de rua vive sob uma condição *sui generis*, qualquer descrição, por mais real que pareça, não será capaz de retratar na íntegra a realidade desses indivíduos. O meu esforço neste estudo é mostrar por meio das narrativas e observação participante como cada sujeito (casal) descreve a sua própria trajetória e suas vivências na rua, de forma a não generalizar suas práticas e condutas.

A partir das narrativas dos entrevistados, percebi que o modo de viver na rua é único e tem as suas próprias regras morais e o seu código de conduta. As adversidades do dia a dia vão conduzindo os indivíduos a criar estratégias, impondo-lhes novos aprendizados. Alguns hábitos já incorporados pela cultura como, a forma adequada de comer usando talheres sentado à mesa, usar a cama para dormir, usar o banheiro para fazer as necessidades fisiológicas sem constrangimentos, tomar banho e escovar os dentes diariamente, usar roupas limpas e exercer a sua intimidade sexual de forma privada, vão sendo suspensos e vão dando lugar ao improviso, que por sua vez assume o lugar do comum, e vai se naturalizando por uma questão de sobrevivência. Esse deslocamento de lugar ocorre também com as suas emoções, uma vez que elas sofrem interferências da dura realidade e vão sendo reelaboradas.

A fim de compreender o processo, como internalizamos determinadas práticas e a adequação dos lugares dentro do padrão civilizatório vou tomar como referência o conceito de civilização proposto por Norbert Elias (2011). Na sua visão evolucionista, algumas práticas; consideradas “bárbaras” e “primitivas”; foram

abandonadas e deram origem aos novos hábitos e costumes. O controle das excreções corporais, (cuspir, assoar, urinar, defecar, arrotar), foi transportado para o interior do homem, assim como a repressão das emoções e expressões corporais, antes executadas sem cuidado em relação à presença de outras pessoas, permitiu ao homem melhores condições de civilidade.

Para este autor, a internalização de determinadas práticas permite reconhecer culturalmente os espaços, os sistemas, as regras e costumes socialmente aceitos. O modo de vida diz do lugar que se fala, da condição social e da cultura a qual se pertence. O modo de vida da População em Situação de Rua, ainda que seja permeado de rupturas, não exclui esses indivíduos do padrão cultural da sociedade. O que é reproduzido na rua é o que foi aprendido. O exemplo mais fiel disso são as “moradias” improvisadas na rua, uma invenção que vai sendo construída a partir das memórias afetivas, dos recursos disponíveis e da criatividade dos sujeitos. A casa de papelão, de pedaços de compensados e madeiras, de panos vão sendo idealizadas com divisórias que simulam a sala, o quarto e a cozinha, assim como os objetos e os utensílios úteis e objetivos à vida diária.

Como modo de vida entende-se toda forma de organização da vida, como cada grupo cria suas estratégias de sobrevivência, uso do espaço e estabelece relações. Para Fuganti (2016, p. 3) *“é no modo de viver que está o segredo de qualquer coisa. A pedra do toque da liberdade, da escravidão, do pensamento, da submissão à sabedoria, está sempre no modo de vida”*. Em síntese o modo de vida diz muito da pessoa, da sua cultura e do seu lugar social no mundo. Adotar esta definição ao tema da PSR parece bastante útil para entender as regras e os códigos de conduta que se estabelecem na rua.

Garantir a sobrevivência na rua exige saber como usar o espaço urbano e os recursos disponíveis a partir da adoção de estratégias tais como: o mapeamento dos serviços públicos de assistência social e saúde, o mapeamento da rede de suporte para banho, alimentação, as formas de acessar renda entre outros, assim como estar vinculado a uma rede de solidariedade e cuidado mútuo.

Falar da reinvenção da vida na rua parte do princípio da existência de novas formas de “habitar”, da necessidade de reelaborar e reconstruir os sentidos da casa e da rua dentro de um novo contexto. O antagonismo existente entre a casa e a rua

está inscrito na forma como se reconhece socialmente esses espaços. A improvisação da casa na rua feita de panos, plásticos, papelões, barracas de camping, entre outros objetos, almeja o mesmo objetivo da casa concreta, formada pelo conjunto de paredes e teto, que é proteger os indivíduos dos fenômenos naturais (chuva, frio e calor e outras intempéries da natureza), assim como servir de refúgio para o ataque de terceiros.

Figura 25: Barraca de camping usada por casais em diferentes pontos da região central da cidade – Rua Primeiro de Março, Praça da Rua da Glória, Praça Paris



Sobre a concepção destes dois espaços vou tomar como referência o autor Roberto DaMatta (2012). Para este autor a “Casa e a Rua” são duas categorias sociológicas opostas dentro da gramática social brasileira. O espaço da casa é visto como um local privilegiado, íntimo, pessoal e privativo. Em oposição à casa, a rua se apresenta como o mundo das relações impessoais, baseado em leis universais, na rua do ponto de vista legal somos absolutamente iguais. Para este autor as pessoas se comportam de maneira diferente nestes dois espaços, um homem agressivo e violento em casa, na rua pode se mostrar uma pessoa virtuosa e amável. Na casa pode-se realizar coisas que são condenadas na rua e vice-versa. A casa e a rua neste sentido são regidas por códigos e princípios antagônicos. O código da casa está fundado na família e na amizade enquanto o código da rua está ancorado no formalismo da lei.

[...] Somos rigorosamente “subcidadãos” e não será exagerado observar que, por causa disso, nosso comportamento na rua (e nas coisas públicas que ela necessariamente encerra) é igualmente negativo. Jogamos o lixo para fora de nossa calçada, portas e janelas; não obedecemos às regras de trânsito, somos até mesmo capazes de depredar a coisa comum, utilizando aquele célebre e não analisado argumento segundo o qual tudo que fica fora de nossa casa é um “problema do governo”! Na rua a vergonha da desordem não é mais nossa, mas do Estado. Limpamos ritualmente a casa e sujamos a rua sem cerimônia ou pejo. Não somos efetivamente capazes de projetar a casa na rua de modo sistemático e coerente, a não ser quando recriamos no espaço público o mesmo ambiente caseiro e familiar (DAMATTA, 2000, P. 20).

Há de se considerar, nesse aspecto, que as imagens sociais projetadas em torno da rua não a reconhecem como espaço dos afetos. Nas esteiras da clássica oposição casa *versus* rua, dentro da proposta Da Mattiana (2012), a casa seria o local da intimidade e das trocas afetivas. Contribuindo para esse debate, o Pechman (2009, p. 353), entende que, desde o século XVII, a rua é tematizada pelo viés da “desordem”, do vício e do perigo: “é de lá que a ameaça promete corroer a sociedade, com a peste, as epidemias, as doenças, a sujeira, os miasmas, (...), a prostituição, a sexualidade, a mendicância, a incivilidade, a violência, a revolta, a insurreição e... a revolução”. Desse modo entendo, portanto, que o amor na (de) rua subverte, de algum modo, tais projeções.

Dentro do debate contemporâneo sobre o tema da exclusão social, a rua configura-se como um contexto adverso, como o *lócus* onde transitam indivíduos com diferentes histórias e trajetórias, tendo em comum os mesmos impactos perversos da desigualdade de renda e oportunidades, o desemprego estrutural, o abandono familiar e social.

[...] o processo de rualização é muito complexo. O habitar na rua é resultado de um conjunto de condicionantes econômicos, sociais, psicológicos e culturais, que exclui as pessoas do convívio social ou que não as deixa inserir-se, não permitindo que estabeleçam as relações de utilidade social, relações de interdependência com o conjunto da sociedade” (Castel, 1997, p.180).

Para Bourdieu (2008) os corpos dos indivíduos, do mesmo modo que as coisas, estão situados em um lugar físico e social. O espaço físico é definido pela exterioridade e o espaço social pela exclusão e distinção das posições. Dentro da estrutura social há contextos diversos de posições físicas e sociais. Logo não há espaços em uma sociedade hierarquizada que não seja hierarquizado.

Efetivamente, o espaço social se retraduz no espaço físico...o poder sobre o espaço que aposse do capital proporciona, sob suas diferentes espécies, se manifesta no espaço físico apropriado sob a forma de uma certa relação entre a estrutura espacial da distribuição dos agentes e a estrutura espacial da distribuição de bens públicos e privados. A posição de um agente no espaço social se exprime no lugar do espaço físico em que está situado (aquele do qual se diz que está “sem eira nem beira” ou “sem residência fixa” (Bourdieu, 2008, p. 160).

Entendo que a PSR se encaixe nesta posição de um agente que não tem lugar, nem no espaço físico nem no espaço social. E que por não possuírem nada, em uma relação de poder, essas posições não podem ser modificadas. Mesmo entre os pobres há uma hierarquização do lugar na pobreza, como os pobres trabalhadores x vagabundos, os pobres limpos e asseados x os mendigos desleixados e maltrapilhos. Na desordem da casa e do corpo está a marca da última categoria da pobreza.

No contexto desse cenário adverso da rua transitam indivíduos com diferentes histórias e trajetórias, tendo como matriz comum a extrema vulnerabilidade causada pela desigualdade de renda e oportunidades, o desemprego estrutural, o abandono familiar e social. O modo de viver na rua, em alguma medida, exige o exercício de reaprender a viver e organizar a vida e as emoções. Garantir a

sobrevivência exige saber como usar o espaço urbano e como acessar a rede de serviços essenciais como a renda, o mapeamento dos serviços públicos de assistência social e saúde, o mapeamento da rede de suporte para banho, alimentação assim como se vincular a uma rede de solidariedade e cuidado mútuo.

Anderson e Snow (1998) destacam que viver na rua exige uma tentativa de perceber e encontrar um sentido existencial a sua própria condição humana e resgatar uma identidade positiva em meio à experiência dramática da vida nas ruas. A subcultura é uma maneira que as pessoas encontram de organizar a rotina, o cotidiano e as estratégias de sobrevivência no mundo da rua, seja por meio de doações ou pelo trabalho à sombra resultante da catação de lixo, das performances de rua, do pedido de dinheiro, da troca de objetos pessoais ou do furto.

Para 80% dos casais a rua tem uma conotação negativa e parece associada ao medo da violência, à tristeza, ao abandono e à exclusão, à solidão, ao sofrimento, à vergonha e à falta de respeito e oportunidade, apenas 20 % atribuíram à rua ao sentimento de liberdade e escolha. Dentre as preocupações mais frequentes no cotidiano da rua, destaca-se: os riscos e a preservação da integridade física, a alimentação, o local para o banho, o local seguro para dormir, e no caso dos casais, o mais adequado para intimidade. Conforme os sentimentos e falas abaixo:

A rua não é boa para ninguém não. A rua ela acaba com a pessoa. É muito sofrimento (Safira, 57 anos).

Eu não me habituei à rua de jeito nenhum. Morro de vergonha das pessoas saberem que eu moro na rua. Ele sabe (referindo-se ao companheiro), eu choro, eu reclamo. Para ser bem sincera eu nunca vou me acostumar com a rua (Rita, 55 anos).

Eu quero sair da rua, estou cansado de rua, a rua cansa. É uma escola em tempo integral. Se analisar bem, a rua ensina tudo de uma maneira pior. Isso não é vida para ninguém, eu não gosto. O pior momento é deitar na rua, deitar no papelão. A gente se sente um lixo, excluído de tudo (Sérgio, 33 anos).

A rua pra mim é um local livre. É um espaço que no meu lógico e psicológico, eu tenho o direito de morar, mas pela ordem, pelo poder e pela lei, eles não permitem. A nossa presença incomoda, mas como vamos sair se não temos oportunidade? (Francisco 35 anos).

Na verdade, a rua não é lugar para ninguém dormir, porque na rua existe muita covardia. Às vezes, a gente está dormindo e nego passa e pega a tua mochila. Às vezes, um doidão que passa e dá

pedrada na cabeça dos outros. Se o abrigo do Antares tivesse bom eu ia para lá, mas lá está pior do que aqui. Então, tem que ficar aqui mesmo (Waldemar, 53 anos)

Obviamente que a exposição permanente na rua é uma preocupação comum aos homens e mulheres, mas evidentemente as mulheres estão mais expostas e vulneráveis ao ambiente da rua. Essa preocupação é expressa pelo universo feminino desta pesquisa. A presença masculina é apontada por 90% das entrevistadas como um fator de inibição ao grau de exposição da violência praticada por outros homens na rua.

Para Rita (55 anos) o ambiente da rua “*é perverso*”, o seu maior medo é sofrer algum tipo de violência sexual. Ela diz evitar andar em lugares ermos sozinha, “*eu só me sinto segura na presença do meu companheiro*”. Assim como Rita, Gisele (47 anos) e Safira (57 anos) também expressam temor pela violência no ambiente da rua. Gisele é uma mulher bonita e vistosa. Cabelo loiro, ondulado e comprido. Seios volumosos, cintura fina e glúteos grandes. Teve a sua dependência alcoólica exacerbada na rua e em decorrência dela se viu várias vezes exposta à violência sexual e relata já ter acordado nua na rua. Para Soraia (57 anos), “*viver na rua é um desafio constante*”. A violência, a ausência de uma rotina, a ausência de um local para fazer suas necessidades biológicas e tomar banho, na sua visão, são questões que causam muito desconforto e um sentimento de tristeza. No seu entendimento há uma diferença muito grande em ser mulher e ser homem na rua, uma vez que o corpo feminino exige muito mais cuidado.

Ele é homem e vejo que tudo para ele é mais fácil. Mulher exige mais cuidado, a gente tem vergonha de fazer xixi em qualquer lugar, tem o lance da menstruação, não é mais o meu caso, mas vejo que tudo para a mulher é mais complicado mesmo.

Ambos os relatos denotam a condição desigual de gênero e o grau de vulnerabilidade feminina no universo da rua. As mulheres estão potencialmente mais vulneráveis na sociedade como um todo, a violência física e sexual não é um privilégio de quem está em situação de rua, vide as estatísticas sobre a violência contra a mulher que mostram que o ambiente doméstico como o lócus em que mais essa violência é perpetrada, em especial pelos seus cônjuges ou ex-cônjuges. Na rua esse padrão também é reproduzido, e em alguma medida naturalizado, a exemplo do que Dulce vive no seu cotidiano. Ao mesmo tempo que ela reconhece a presença

do seu companheiro como uma forma de proteção à violência sexual, ela vivência episódios de agressão física e verbal por parte dele.

As pesquisas realizadas sobre essa temática apontam que, via de regra, a rua configura-se como um espaço violento para o público feminino. A violência, física e sexual são recorrentes e essas mulheres não contam com nenhum sistema de proteção e segurança. Rosa (2012) destaca em seu estudo com esse público que, as mulheres que vivem nas ruas buscam constituir relações que proporcionem a viabilidade da vida cotidiana, uma vez que sozinhas estão sujeitas a riscos constantes. Isso justifica a necessidade de buscar por parceiros como estratégia para se sentirem protegidas sexualmente.

Viver na rua para as mulheres é um duplo desafio, elas estão expostas à violência de um modo geral e à violência decorrente da sua condição de gênero. Elliot Liebow (1993), antropólogo e etnógrafo americano, em sua obra *Diga a eles quem eu sou (Tell Them Who I Am)* faz nessa obra um duplo registro sobre a vida cotidiana de mulheres sem-teto em um abrigo em Washington DC, buscando compreender os seus sentimentos e como a rua e os abrigos interferem na sua saúde mental.

A violência sexual a que as mulheres potencialmente estão expostas na rua acarreta outras vulnerabilidades ao corpo feminino, como as infecções sexualmente transmissíveis, a gravidez indesejada, o uso abusivo de álcool e outras drogas, entre outras questões de saúde. O uso abusivo de crack entre mulheres configura-se como um grave problema de saúde pública, como demonstra os estudos realizados pela FIOCRUZ (2014)⁶⁰. O corpo feminino vulnerável está exposto a sucessivas gravidezes não planejadas e com alto grau de comprometimento dos nascituros, além do abandono materno que se configura nessas situações.

⁶⁰ Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras? / organizadores: Francisco Inácio Bastos, Neilane Bertoni. – Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014. O capítulo 6 deste estudo apresenta o perfil das mulheres usuárias de crack e/ou similares. A pesquisa indica que amplo esforço deve ser empreendido no sentido de incorporar o referencial de gênero nas práticas de cuidado e na política de atenção à saúde desse/a usuário/a; expandir a rede de serviços de atendimento aos usuários; qualificar as práticas dos profissionais para lidar com a complexidade da prevenção e do tratamento dos usuários de crack, álcool e outras drogas; articular os serviços que compõem a rede da saúde e da assistência social para esse público.

A pesquisa realizada por Almeida (2018) na cidade do Rio de Janeiro com esse público aponta que, a gravidez entre mulheres que fazem uso abusivo do crack acontece muitas vezes em circunstâncias indesejáveis, como de abusos sofridos ou em circunstância da troca de sexo por dinheiro ou drogas. As sucessivas gestações, interrompidas ou levadas fazem parte da realidade das mulheres nesse contexto da rua⁶¹.

Além da questão da violência, a falta de um lugar adequado para a higiene do corpo e as funções fisiológicas são apontadas como preocupações comuns aos dois gêneros, tais como expressam os discursos:

Não poder tomar banho a qualquer momento é um lance que me incomoda muito. Isso é uma coisa que eu tenho saudade de casa, de poder tomar um banho demorado em paz, lavar a cabeça e ficar horas embaixo do chuveiro relaxando. Na rua a gente toma banho correndo e de qualquer jeito (R, 33 anos)

Eu tomo banho na Carioca, no MAM ou em qualquer lugar. Eu ando com meu sabonete, minha escova e pasta de dente na mochila, às vezes, papel higiênico também. Sempre que pinta uma oportunidade, eu tomo banho. Gosto de trocar de roupa quando dá. Eu não gosto de ficar fedido andando por aí. As pessoas sentem nojo de quem está na rua” (W, 32 anos)

Como eu desenho e passo de mesa em mesa vendendo nos bares, as pessoas me conhecem. Então uso o banheiro do McDonald's e Starbucks para as minhas necessidades. O banho, eu tomo aqui no Largo da Carioca mesmo. Aí o pessoal da doação dá sabão, papel higiênico, pasta de dente, escova (E, 45 anos)

Eu fico muito agoniada quando eu não consigo tomar banho e escovar os dentes. Eu tento sempre me manter com uma boa aparência e limpa. Olhe as minhas roupas... (tô sempre limpinha). Eu sinto vergonha que as pessoas me vejam como uma moradora de rua. Ele (fazendo referência ao companheiro) sempre elogia os meus dentes branquinhos e o cheiro da minha boca (D, 55 anos).

Para Vigarello (1996), a prática da limpeza corporal sempre existiu e teve diferentes significados a depender do contexto histórico. Na sua obra sobre o sujeito

⁶¹ De acordo com Almeida, D (2018, p.48), a pesquisa realizada com 438 mulheres ao longo de 23 meses, deflagra necessidades urgentes em políticas públicas, como trabalhos de prevenção, de ampliação no acesso ao planejamento familiar e cuidados de saúde para aquelas que mais necessitam e muito provavelmente continuarão procriando e repassando as mesmas dificuldades para as próximas gerações. Para ilustrar a magnitude desta questão segue o quadro abaixo organizado pela autora. Nesta pesquisa autora apontou que ao todas essas mulheres tiveram 1473 gestações entre 1 e 18 gestações deflagrando total ausência de planejamento familiar e suporte de saúde e social.

e o limpo, este autor destaca que a história da higiene corporal é também uma história social. Na idade média o banho tinha uma conotação festiva. As estufas de banho, feitas de água por fora e vinho por dentro, eram tidas como um local de prazer. A partir do século XVIII, a noção de limpeza corporal passou a ser vista sob uma perspectiva social e médica, a roupa branca e limpa era um indicativo de limpeza corporal, assim como os penteados, a maquiagem, o perfume e a boa aparência. A limpeza girava em torno da aparência. Somente a partir do final deste século, o banho se integrou à vida cotidiana de forma muito específica, à nobreza e às mulheres. O banho quente nos gabinetes da nobreza, era antes de tudo uma prática feminina (Vigarelo, 115). Aos poucos essa prática restrita às elites foi sendo difundida para as classes populares. A partir do século XIX o cuidado com o corpo e a higiene passaram a ocupar um lugar estratégico dentro da medicina difundindo a moralização da limpeza e o banho como sinônimo de ausência de doenças. A história do banho, portanto, mostra como esta ação foi se transformando em costumes individualizados, sendo incorporado às práticas cotidianas.

Como bem descreve Norbeth Elias (2011), a Idade Média deixou um legado de informações para muito do que se considera um comportamento social apropriado. O arsenal de etiquetas socialmente estabelecidas permitiu diferenciar o “bom comportamento” do comportamento “rústico e grosseiro”. Algumas funções corporais íntimas como urinar, defecar, vomitar, reter os ventos e o ato sexual, só seriam toleráveis dentro de espaços adequados.

Para o senso comum o modo de viver na rua não atende às exigências que caracterizam ao padrão de “civildade” aprendido, daí decorre o nojo e a repulsa que muitas pessoas sentem em relação à PSR. Sobre essa questão, Pimenta e Oliveira (1999) argumentam que ver alguém urinando ou defecando, tossindo sem evitar que a sua saliva entre em contato com o outro, deixar à mostra os excrementos e restos de menstruação, flatar em público entre outras funções fisiológicas que sofreram processo de privatização, são atitudes desaprovadas no espaço público que promovem constrangimento e sentimento de nojo e vergonha por parte de quem faz e por parte de quem é visto (p. 144).

Nojo e vergonha são emoções socialmente construídas que estão presentes em todos os indivíduos e que podem se manifestar a depender das situações a que são expostos. Pimenta e Oliveira descrevem que o nojo, o asco e a repugnância

cumprem uma função social e impõem aos indivíduos regulações e autocontroles como uma reação natural diante dos processos naturais do corpo e dos impulsos.

O indivíduo automaticamente evita, na frente dos outros, atitudes que acarretam desconsideração e embaraço ao outro. Essa delicadeza de sentimentos é o decoro em relação ao corpo, enquanto mediação no processo interativo, suas funções, os bons hábitos de higiene e as atitudes em público (p. 152).

A exposição permanente dos corpos das pessoas em situação de rua evidencia o grau de constrangimento a que estão expostas na cena da rua. Nojo e vergonha, portanto, se inscrevem como sentimentos que fazem parte da narrativa desse espaço. O sentimento de vergonha, mencionado no relato de Rita, tem uma conotação moral porque ela entende que sua condição na rua não é aprovada socialmente. A Rita se sente julgada pelo olhar do outro.

A vergonha é um sentimento produzido socialmente, não existe entre os animais na natureza. É um instrumento de disciplina, o regulador primário da socialização, que, embora não seja inata no homem, pode ser internalizada a ponto de julgarmos natural. O sentimento de vergonha exprime o desvio e a transgressão do sistema de conduta da comunidade (Pimenta e Oliveira, p. 153).

O não cumprimento às regras do grupo, como pontua essas duas autoras, acarretará além da sanção externa da vergonha, a sanção interna da culpa. Ambos se enquadram perfeitamente na narrativa de Rita.

O modo de vida na rua impõe, portanto, pelas suas próprias condições inadequadas, um grau de precariedade ao corpo que nem todos conseguem subverter ou driblar, a exemplo de Rita que se cuida para não parecer uma “moradora de rua”. A precariedade do corpo é visivelmente identificada na aparência das pessoas, no aspecto da pele, do cabelo, dos dentes, nas roupas não limpas, no odor que exala do corpo e na hexis corporal.

A hexis corporal na perspectiva de Bourdieu refere-se às maneiras duráveis de se portar, falar, caminhar, comer e rir. Graeff (2012, p. 763 apud Bourdieu, 1980, P. 117) no seu estudo etnográfico sobre moradores de rua na cidade de Paris, concluiu que o universo da rua aumenta a visibilidade do corpo porque não há um local seguro para dormir e para a higiene pessoal. A hexis corporal é incorporada a partir das situações sociais e repercutem simbolicamente sobre esses sujeitos e o modo como os outros os veem.

O tempo, mínimo que seja, de permanência nas ruas expõe os indivíduos às doenças, aos descuidados com o corpo e com as vestimentas, afetam a qualidade do sono e da alimentação e a um permanente estado de vigília e insegurança que afetam a sua saúde mental. O modo “natural” como se relacionam com as ruas e os objetos também servem de indicadores para identificar essa *hexis corporal*. Uma das memórias mais vivas que eu tenho do campo é a lembrança do modo como a Raquel e o Francisco andavam pelas ruas (ambos se autodenominam de catadores e sobrevivem com a renda adquirida da garimpagem – termo bastante usado pela PSR de um modo geral), sempre de olhos atentos às latas de lixo, em busca de coisas que pudesse ter algum valor no mercado da reciclagem ou que pudesse ter valor de uso para eles. Eles estavam sempre carregando ou arrastando consigo uma sacola com objetos. Isso tornava os seus corpos visivelmente carimbados e identificados e já fazia parte de um novo *habitus*, agora durável pela frequência.

Figura 26: Sequência de imagens mostrando a rotina do trabalho de garimpagem no lixo realizado por Maria nas ruas do Centro do Rio



No espaço da rua, o corpo precarizado, pelos seus efeitos, é facilmente identificado como um corpo social sem capital. A cena de Maria revirando o cesto de lixo na rua, não causa o mesmo incômodo que talvez eu causaria se acaso tivesse naquele lugar, porque as minhas vestimentas e aparência causariam alguma espécie de estranhamento.

Na teoria sociológica de Bourdieu capital é sinônimo de poder e consiste em ativos econômicos, culturais ou sociais que se reproduzem e promovem mobilidade social numa sociedade estratificada. Para este referido autor existem três tipologias de capital: capital econômico, capital social e capital cultural, podendo ainda ser acrescentado a essas tipologias o capital simbólico⁶².

Para Graeff (2012), a noção de corpo precarizado é um signo que se lê na aparência das pessoas que vivem no universo da rua, o corpo por si só fala da sua condição vulnerável. A precarização do corpo está inscrita e marcada pelo frio, pelo cansaço, pela fome, pelas dores e pelas fraturas, estejam elas expostas ou silenciosamente presentes (p. 766).

No universo da rua, as noites mal dormidas, as dores e os odores desempenham um papel importante na incorporação de disposições corporais que configuram aquilo que podemos chamar de “abandono do corpo”. O cansaço que, num primeiro momento, parece momentâneo ou suportável, se instala duravelmente. O corpo, antes silencioso, passa a ser ritmado pelas dores e pelo desconforto. Progressivamente – ainda que nem sempre de forma irreversível –, o abatimento se inscreve nos gestos e na postura (p. 767).

O corpo abandonado às condições de vida na rua, o “corpo precário” pode e deve ser pensado também como estigma, no seu sentido sociológico do termo: “marca individual que desqualifica e impede o indivíduo de ser plenamente aceito pela sociedade (Goffman 2000, p. 7). O “corpo precário” para o seu destino de desprezo social e estigmatização. Marcas e cicatrizes, cheiros, roupas, maneiras de falar,

⁶² O capital econômico corresponde ao comando de recursos econômicos como dinheiro e posses. O capital econômico corresponde ao capital acumulado, capital dominante que está na raiz de outras formas de capital. O capital social por sua vez remete a rede de obrigações sociais, contatos e prestígios advindos do capital econômico. O capital cultural constitui-se em ativos sociais relacionados à educação, intelecto, estilo de vida (fala e vestimentas) capazes de promover a mobilidade social em uma sociedade estratificada. O capital simbólico diz respeito ao que é apreendido simbolicamente numa relação de conhecimento ou, mais precisamente, de reconhecimento, pressupõe a intervenção do habitus como capacidade cognitiva construída.

e de agir: são inúmeras as disposições corporais distintas que contribuem para denunciar a condição social das pessoas que vivem nas ruas.

Nesta esteira das estratégias de sobrevivência identificadas na rua, destaca-se ainda a preocupação com a alimentação, com o acesso à renda e com a segurança física do corpo. A escolha do local de permanência irá interferir diretamente nessas garantias. Para os sujeitos desta pesquisa, o centro da cidade é apontado como um local “privilegiado” (mesmo com todas as falhas de infraestrutura dos serviços públicos) porque oferece todas essas possibilidades.

O centro da cidade do Rio de Janeiro, local em que foi configurada 90 % desta pesquisa, concentrou durante a Pandemia o maior volume de distribuição de comida da Cidade. Além dos pontos fixos de distribuição no Largo da Carioca pelo Serviço Franciscano de Solidariedade e nos fundos da Biblioteca Parque Estadual (situada na Avenida Presidente Vargas, nº 1261 esquina com a Praça da República) pela Fundação Leão XIII, as caravanas⁶³ aqueceram o volume de distribuição de comidas.

As caravanas, em geral são formadas por voluntários de projetos sociais, formalizados ou não, que têm se dedicado a atuar em prol das necessidades mais urgentes do público mais vulnerável da sociedade, a PSR. Esse trabalho ganhou relevância durante a Pandemia e além da questão da alimentação, distribuiu kits de proteção individual, kit de higiene e limpeza, roupas, calçados e cobertores para a PSR.

Desta ordem, a PSR passou a se concentrar nos pontos de distribuição fixa e nos roteiros de distribuição de comidas. Então, essa foi uma importante estratégia adotada nesta pesquisa, passei a fazer as minhas observações mais frequentes nestes espaços e identificar os casais. No local havia muitos casais formados, e como foi narrado por alguns deles, as filas de distribuição de comidas era um ponto de azaração e paqueras, também servia de ponto de encontro para aqueles que saíam para fazer algum tipo de trabalho e reencontrar os seus parceiros.

⁶³ As caravanas, em geral são formadas por voluntários de projetos sociais que fazem distribuição de comidas. Durante a pandemia este trabalho intensificou-se na Cidade do Rio de Janeiro em diferentes pontos. Além da distribuição de alimentos, as caravanas também fazem distribuição de roupas, sapatos, cobertores e materiais de higiene e limpeza.

Eu saio todo dia para reciclar ou para fazer outro bico, como carregar entulho. Deixo a mulher na calçada, porque eu não posso chamar aquilo de casa. Na volta a gente se encontra no local das Carreatas das comidas. Se não chego antes ela pega a minha quentinha (José, 56 anos)

Embora tenha sido apontado como um consenso, que não havia falta de comida na rua por conta da distribuição, alguns questionavam a sua qualidade e outros casais tinham o hábito de fazer sua própria comida nas suas cozinhas improvisadas.

Eu tenho trabalho, sou vendedor ambulante, também ajudo vender umas peças para outra pessoa aqui na rua mesmo. Às vezes a gente quer comer uma comida diferente porque essa comida de doação também não é das melhores. Com fome a gente come qualquer coisa. Quando dá eu levo ela (se referindo à companheira) para comer no restaurante. Segunda, quarta e sexta nós vem aqui na Carioca, tem comida aqui na Igreja. Às vezes a gente sai quando termina o trabalho, ela gosta de ir no barzinho beber. Tomar uma cerveja escutar música, algo diferente (João, 33 anos).

O casal Cesar e Vanusa adota na sua rotina dos finais de semana, uma reunião familiar com os filhos no Aterro do Flamengo, ocasião em que cozinham na panela de pressão, em um fogareiro improvisado, carne seca com aipim enquanto as crianças brincam de bola e tomam banho de mar. Importante destacar que não foi registrado cenas deste casal a pedido dos mesmos e também em razão da presença das crianças pequenas que estavam sempre em sua companhia.

Em ambos os discursos, há uma tentativa de preservar a individualização dos gostos, de escolher a sua própria comida. O ato de comer de forma individualizada, improvisando a sua própria comida, como a família que se reúne no Aterro do Flamengo para cozinhar, ou comendo no restaurante, são traços que denotam a preservação da individualidade e do gosto desses sujeitos. Tais posturas refutam a ideia de conformismo, comumente associado às pessoas que se encontram em uma posição desfavorável como se elas não tivessem o direito de escolha.

Figura 27: Cozinhas improvisadas nas ruas pelos casais – Largo da Rua da Glória e Praça Edson Cortes



Essa percepção do direito de escolha também se expressa nos argumentos da recusa aos serviços de acolhimentos ofertados, visto que 70% dos sujeitos dessa pesquisa têm histórico de acolhimento institucional e tem as suas próprias justificativas para a não permanência neste espaço coletivo.

Ante esta posição, estes indivíduos estão propensos ao julgamento público como se o direito individual de escolha não fosse legítimo. Fora as questões objetivas de cunho financeiro, as questões subjetivas estão implicadas nesse processo de ida para as ruas.

A reinvenção da vida nas ruas, se dá nos mínimos detalhes. Obviamente há semelhanças nas situações, mas cada sujeito encontra o seu eixo e vive do seu jeito particular. Isso está presente nas narrativas sobre o modo como cada um vê a sua situação cotidiana, nas suas perspectivas e sonhos ou mesmo na ausência deles. Todos trazem uma memória afetiva dos tempos passados e que carregam ainda consigo no presente. O modo de vida diz do lugar que se fala, da condição social em que cada um está inserido. Ainda que a vida nas ruas seja permeada de

rompimentos e rupturas, *o habitus* de viver na casa está introjetado no inconsciente coletivo como espaço adequado de moradia, isso evidencia-se a todo momento na tentativa expressa de reprodução da casa no espaço da rua. Não raro, observa-se as construções de barracos com divisórias estabelecendo espaços da sala, quarto e cozinha. Acumulando utensílios e objetos que tenham utilidades objetivas e afetivas. Este fato é claramente identificado nas “casas” improvisadas na rua. Há uma preocupação, sobretudo, feminina com a organização do espaço onde vivem e onde dormem. Não raro, observa-se as construções de barracos com divisórias estabelecendo espaços da sala, quarto e cozinha e a acumulação de utensílios e objetos que tenham utilidades objetivas e afetivas. Este fato é claramente identificado nas “casas” improvisadas na rua, há uma preocupação, sobretudo feminina, com a organização do espaço onde vivem e onde dorme.

Figura 28: Cenas do cotidiano dos casais na Rua



Gloria e Waldemar estão desde o início da pandemia morando de forma improvisada na marquise do ponto de ônibus, no pequeno espaço de menos de 4 metros quadrados. No local há uma cama formada com pedaços de papelão, uma caixa grande de papelão, sacos plásticos e caixotes com roupas. A escolha do local, ainda que não verbalizado, talvez não tenha se dado de forma aleatória, pois com a pandemia e a redução dos transeuntes na rua ficou totalmente ermo favorecendo a privacidade do casal.

6. Memórias e os vínculos

Figura 29: A casa inventada e seus objetos simbólicos carregados de memória afetiva



A “casa” erguida no recuo deste prédio situado na Avenida Gomes Freire, número 447 no Centro do Rio de Janeiro é a referência de moradia de Maria (34 anos) e Francisco (35 anos). Após um longo dia de garimpagem nas ruas é o local para onde desejam voltar e descansar os seus corpos cansados. A casa inventada é construída de sobras de materiais diversos sem valor econômico e objetos de valores simbólicos que remetem à memória afetiva de outros tempos vividos.

Os vínculos e as memórias afetivas se inscrevem como dois componentes importantes da vida social. No contexto da rua, as memórias afetivas assumem um

importante papel de conexão entre a vida antes e depois da rua. São registros do passado ao qual os indivíduos recorrem com frequência no seu momento atual, podendo ainda ser constituídos de boas e más lembranças da vida de antes.

Toda memória afetiva traz em sua essência uma carga de sentimento. Consoante Damásio (2004, p. 92), “[...] *um sentimento é uma percepção de um certo estado do corpo, acompanhado pela percepção de pensamentos com certos temas e pela percepção de um certo modo de pensar.*”. A memória é feita de sentimentos e emoções vividas com pessoas e com objetos. São lembranças que ficam no inconsciente que podem a todo momento ser acionadas a partir do contato com sons, cheiros e gostos que reconhecemos, assim como da saudade de alguém ou de alguma coisa:

Eu tenho saudade da comida que a minha vó fazia pra mim, eu fui criado por ela (Sérgio); Eu me sinto bem aqui na rua, tenho a minha companheira, mas tem hora que eu paro e penso na minha vida de antes; eu nunca tive bom relacionamento com o meu pai, a minha mãe morreu quando eu tinha 9 anos de idade. Eu ainda me lembro dela, uma mulher bonita e carinhosa com os filhos. Se ela fosse viva, talvez tudo fosse diferente (Sandro).

As lembranças e a saudade estão presentes nos discursos e servem a todo momento para demarcar que antes desta experiência na rua, as pessoas viveram outras histórias e não querem ser vistas apenas sob esse prisma da rua. Alguns relatos endossam essa percepção:

Eu já fui casado, tenho duas filhas, quatro netos, tenho mãe. Eu já tive um negócio próprio. Eu tinha um trailer de lanche em Casemiro, ganhava o meu dinheiro, tinha a minha casa. Eu estou nessa situação por causa do álcool. Eu comecei a beber, perdi a mulher, perdi tudo. Agora eu estou aqui (Marcos)

Eu tenho cinco filhos. Gostava de trazer eles para passear na rua. Um filho meu se envolveu com “coisa errada, com gente errada”, foi para as ruas e nunca mais voltou. Eu comecei a ir para rua atrás dele, levava a foto dele. Fui perdendo o gosto de voltar pra casa, fui deixando tudo de lado e fiquei desnorteada. De tanto ficar na rua atrás dele acabei ficando por aqui. Nunca achei ele. Ainda penso nele. Quando estou com saudades dos outros meninos (se referendo aos outros filhos) eu vou em casa, fico uns dias e volto. Agora eles já cresceram. Já tô acostumada em ficar aqui, é muito tempo na rua e a gente acostuma mesmo. (Glória está há 28 anos na rua, mas faz com uma certa periodicidade o movimento casa/rua).

Para Lins e Barros (1989), o ato de lembrar serve de referência. As noções de tempo e espaço, estruturantes dos quadros sociais da memória, são fundamentais para reconstrução do passado na medida em que as localizações espaciais e temporais das lembranças são a essência da memória. Todos os sujeitos desta pesquisa são porta-vozes de suas próprias histórias. O presente é marcado por acontecimentos que a todo momento os remete ao passado vivido. Na minha primeira abordagem com Marcos ele me relatou de forma espontânea como era a vida dele antes da rua, numa tentativa clara de me mostrar que ele já havia sido um homem empreendedor, que teve sua família e o seu próprio negócio. Assim como Marcos, Valéria justifica também de forma espontânea, o motivo pelo qual foi para as ruas numa tentativa frustrada de reencontrar o filho perdido, fato que a desmotivou voltar para casa depois de anos.

As lembranças afetivas são registros importantes que a todo momento são acionados e estão presentes na fala desses sujeitos. Moran (1994) explica que a afetividade é um componente básico do conhecimento e determinante no processo de construção da memória sensorial e intuitiva. No seu entendimento o afetivo se manifesta em situações em que haja clima de acolhimento, empatia, inclinação, desejo, gosto, paixão e compreensão para consigo e para com os outros e com os objetos de conhecimento.

O afetivo dinamiza as interações, as trocas, a busca, os resultados. Facilita a comunicação, toca os participantes, promove a união. O clima afetivo prende totalmente, envolve plenamente, multiplica as potencialidades (p. 235).

As narrativas observadas nesta pesquisa, portanto, são permeadas de histórias e de diferentes conteúdos afetivos, marcados tanto pelas rupturas quanto pela necessidade do estabelecimento de novos vínculos de sobrevivência, de afinidade, de amor, amizade, solidariedade e companheirismo. Paugam (2019) no seu estudo sobre *Le Lien Social* parte do fundamento que o homem é um indivíduo antropológicamente solidário e não pode viver sem esses múltiplos vínculos que lhe asseguram, a um só tempo, a proteção frente aos riscos do cotidiano e o reconhecimento de sua existência e de sua identidade enquanto ser humano.

Para este autor o vínculo é um tema central na organização da sociedade, destacando-se como um dos fundamentos dos laços sociais abordados por

Durkheim na divisão do trabalho social na formulação dos conceitos chaves da solidariedade mecânica e da solidariedade orgânica, que deram origem à teoria da evolução da solidariedade. Paugam destaca ainda que a vida em sociedade coloca todo ser humano, desde seu nascimento, em uma relação de interdependência com os outros, e que a solidariedade constitui, em todos os estados da socialização, a base do que se poderia chamar de *homo sociologicus*, o homem vinculado aos outros e à sociedade não somente para assegurar sua proteção diante dos riscos da vida, mas também para satisfazer sua necessidade vital de reconhecimento, fonte de sua identidade e de sua existência enquanto homem.

No entanto, nas sociedades modernas há uma proporção importante de pessoas cujos laços que os vinculam aos outros e à sociedade são fracos, talvez mesmo inexistentes, em certos casos. Nos dias de hoje, o isolamento e a decomposição dos laços sociais constituem um fator essencial de desigualdade. A questão é que alguns grupos menos vulneráveis estão protegidos, enquanto outros mais vulneráveis, como a PSR, estão particularmente mais expostos.

O conceito de vínculo proposto por este autor refere-se a um tipo de laço forte e obrigatório, interdependente, normativamente regulado e/ou integrado. Ele pode ser formado entre indivíduos/indivíduos ou entre indivíduos/grupos e entre grupos/grupos todos pertencentes à sociedade como o todo. Na sua concepção os diferentes tipos de vínculos sociais podem ser definidos a partir das dimensões da proteção e do reconhecimento. Embora de natureza múltiplas e diferentes, os vínculos oferecem aos indivíduos proteção e reconhecimento necessários para sua existência social. A proteção diz respeito a todos os apoios que os indivíduos podem mobilizar ao longo da vida (família, comunidade, trabalho, os recursos sociais, etc); e o reconhecimento refere-se à interação social entre os indivíduos, e sobretudo, à necessidade de reconhecimento do outro. A partir desta reflexão define quatro tipos principais de vínculos que o homem pode estabelecer: o Vínculo de Filiação, o Vínculo por Participação Eletiva, o Vínculo da Participação Orgânica e o Vínculo de Cidadania (2008, p. 64):

De acordo com esta tipologia, o vínculo de filiação abrange duas formas diferentes, a consanguinidade, a filiação "natural", baseada no reconhecimento do parentesco biológico entre a criança e seus pais; e a filiação adotiva ou social. Dentro de uma perspectiva mais abrangente, este vínculo estabelecido a partir de

uma dimensão biológica ou adotiva, constitui o fundamento absoluto da pertença social. Independente se a filiação é natural ou social, a família tem um papel importante na socialização e identidade desse vínculo, além de contribuir para o equilíbrio do indivíduo fornecendo os cuidados de proteção física e de segurança emocional. O vínculo estabelecido por meio da *participação eletiva* faz parte da socialização extrafamiliar, durante a qual o indivíduo entra em contato com outros indivíduos a quem conhece no âmbito de vários grupos e instituições. Durante a aprendizagem social, o indivíduo é ao mesmo tempo limitado pela necessidade de integrar, mas ao mesmo tempo autônomo, na medida em que pode construir sua própria rede de afiliações, a partir da qual pode afirmar sua personalidade sob o olhar dos outros. A participação eletiva diferencia-se dos demais elos sociais, o seu caráter eletivo, reserva aos indivíduos a liberdade de estabelecer relações interpessoais de acordo com seus desejos, aspirações e valências emocionais. Dentro deste vínculo estão inseridos a formação do casal, onde um indivíduo se integra a outra rede familiar que não a sua. Isso representa uma forma de ampliação do seu círculo de pertencimento.

Ao contrário dos laços de parentalidade, onde os indivíduos não podem fazer escolhas, nos vínculos da participação eletiva existe essa autonomia. Contudo, essa escolha pode estar enquadrada em determinações sociais e culturais. A relação conjugal, frisos do autor, assume uma função protetora para os dois cônjuges, e ao mesmo tempo a função de reconhecimento a partir de quatro perspectivas: o olhar do homem em sua esposa, o da mulher em seu parceiro e, finalmente, o julgamento de cada um deles no olhar do outro em sua direção. Para este autor, ao contrário da família e do casal, a amizade é fracamente institucionalizada. Embora a amizade possa estar associada ao conceito de fraternidade e lealdade, ela não está sujeita a regulamentos estritos, mesmo que socialmente tenha o seu valor reconhecido. É vista de forma desinteressada e desapegada das contingências sociais que caracterizam outras formas de sociabilidade (p. 70).

Em que pesem as diferenças, esse sentimento de solidariedade é uma tônica muito presente entre as pessoas em situação de rua. Entre os entrevistados, o cuidado mútuo apresenta-se como uma característica marcante dos relacionamentos íntimos e amorosos que nascem e se desenvolvem no contexto da rua.

Os demais vínculos apontados por este autor dizem respeito ao laço estabelecido e formado dentro do campo escolar e no mundo do trabalho. Trata-se de um tipo de vínculo que tem um significado dentro da lógica produtiva da sociedade industrial, a integração profissional não significa apenas a realização no trabalho, mas também a segurança e as garantias legais do trabalho. Em síntese é a garantia do reconhecimento material e simbólico do trabalho e da proteção social resultante do emprego. Do contrário, esse vínculo é ameaçado quando nem a satisfação nem a garantia das seguranças estão preservadas. O público-alvo desta pesquisa encontra-se fora da esfera de cobertura deste vínculo.

O vínculo de cidadania, por sua vez baseia-se no princípio de pertencimento a uma nação e diz respeito ao reconhecimento dos direitos e deveres de seus membros como cidadãos plenos. No contexto das sociedades democráticas, os cidadãos são iguais perante a lei, mas isto não quer dizer que não existam desigualdades econômicas e sociais, os esforços são realizados para que todos os cidadãos sejam tratados da mesma forma e formem um corpo juntos com uma identidade e valores comuns.

No que tange à PSR, os direitos de cidadania também estão longe de serem assegurados pelo Estado brasileiro. Este grupo encontra-se fora da esfera de cobertura dos direitos de cidadania básica, tais como documentação, além da garantia mínima de direitos sociais como moradia entre outros. Estão desvinculados do trabalho. Os vínculos de filiação e parentesco estão fragilizados. A vinculação eletiva de amizade entre seus pares e de relacionamentos conjugais se apresentam como uma forma de laço que se opõe ao isolamento e à solidão que experimentam nas ruas. Os casais de rua vão contra tudo que se pensa sobre morar na rua, porque a ideia de rompimento e isolamento está cristalizada na forma de olhar estes sujeitos.

Na concepção de Paugam (2019, p. 225) o laço é forte sempre que permitir ao indivíduo se proteger contra os riscos da vida e satisfazer suas necessidades vitais. Nem todos os indivíduos terão ao longo de sua vida o desenvolvimento de todos esses laços e vínculos porque os processos são desiguais e diversificados assim como o tratamento que estes recebem das instituições.

Os vínculos e os laços afetivos e amorosos, objetos de investigação desta tese, também podem ser observados a partir do campo das emoções. Na perspectiva

antropológica as emoções podem ser compreendidas como manifestações socialmente construídas e expressas por meio da linguagem. As emoções são adquiridas a partir da educação e da socialização dos indivíduos, não podendo ser considerado como algo inato.

A antropologia das emoções⁶⁴ se inscreve como uma chave de leitura importante na compreensão da realidade a partir do entendimento da intersubjetividade como produto e produtor das construções e interações sociais. Nesse sentido as experiências individuais são resultantes da interação entre os indivíduos e a cultura, a sociedade. Os sentimentos são dirigidos a outros e causados pela interação com os outros, no contexto social e cultural, diversos fatores influenciam na esfera emocional.

Le Breton (2019) descreve a emoção como um acontecimento extremamente complexo, que está sediada no indivíduo e decorre da interpretação e significação que ele faz de uma determinada situação. As emoções assumem um lugar relevante na vida dos indivíduos na medida em que são parte integrante da cultura e das experiências vividas. Para este autor os sentimentos e as emoções não são definidos como:

[...] estados absolutos, substâncias que se podem transpor de um indivíduo ou grupo a outro. Elas tampouco são, ao menos não exclusivamente, processos fisiológicos cujos segredos estariam contidos no corpo. Trata-se de relações. Ainda que os homens de todo planeta disponham do mesmo aparelho fonador, eles não falam necessariamente a mesma língua. Igualmente, embora a estrutura muscular e nervosa seja idêntica, isso não pressagia os usos culturais aos quais ela se presta (Le Breton, 2019, p. 9 e 10)

As emoções e os sentimentos embora façam parte de uma mesma matriz se expressam de forma e tempo diferente. As emoções são breves e explícitas e facilmente percebidas em gestos, tais como mímicas, posturas e modificações fisiológicas (expressão de raiva, medo, felicidade, tristeza, nojo, surpresa e

⁶⁴ Segundo Ceres Vitória e Maria Claudia Coelho (2019), embora presente em todos esses momentos do pensamento antropológico, a emoção não é aí pensada como eixo organizador de uma área autônoma de estudos, ao contrário de outras temáticas já dotadas dessa autonomia em momentos anteriores da história da antropologia, tais como o parentesco, o gênero ou a sexualidade. A antropologia das emoções se constituiu como área autônoma de investigação na cena antropológica norte-americana nos anos 1980. Três autoras são referências canônicas: Lila Abu-Lughod, Catherine Lutz e Michelle Rosaldo. De suas obras extraímos alguns conceitos-chave que nos servirão aqui para delinear os contornos gerais do campo (Ceres Vitória e Maria Claudia Coelho).

desespero), enquanto os sentimentos além de não serem perceptíveis são diluídos numa sucessão de momentos conexos e podem ter uma variação de significados dependendo das experiências, das crenças e valores culturais. Le Breton (2009) sinaliza que não podemos fazer uma nítida distinção entre essas expressões uma vez que ambos se integram e decorrem de uma mesma impregnação social.

De acordo com Damásio (1996, 2000), as emoções têm uma função social e um papel relevante no processo de interação social. São reações e comportamentos que se manifestam voltados para a sobrevivência. Para este referido autor existem 3 níveis de emoção: primária, secundária e de fundo. Como emoções primárias ou básicas entende-se as emoções de alegria, tristeza, medo, raiva, supressa e repugnância; as emoções secundárias ou sociais referem-se às reações de ciúme, culpa, orgulho, embaraço e vergonha; e as emoções de fundo são aquelas que causam bem-estar, mal-estar, calma e tensão (p. 74 e 75). As emoções integram os mecanismos que regulam a vida, conjunto complexo de reações químicas e naturais.

Rezende e Coelho (2010) afirmam que a abordagem sobre as emoções não é uma tarefa recente, destacando que autores como Émile Durkheim e Georg Simmel também se dispuseram a pensar as emoções de modo não naturalista e muito mais atrelado ao mundo social; assim como também, na antropologia, Radcliffe-Brown, Ruth Benedict e Marcel Mauss procuraram compreender as tramas das regras e as formas coletivas de expressão dos sentimentos, explorando sua função e comparando seus padrões e/ou configurações. Entretanto, é na década de 1970 e na antropologia norte-americana que se percebe o grande impulso ao estudo dos comportamentos, aos conceitos de pessoa, de *self* e das emoções, quando a cultura passa a ser definida como uma “teia de significados”.

Para estas autoras “os sentimentos são tributários das relações sociais e do contexto cultural em que emergem” (2010, p.11). A referência deste argumento é a fábula antropológica vivida por Laura Bohannon que descreve a reação de uma tribo africana diante da obra clássica de Hamlet. Dentro daquele universo amor e ciúme eram compreendidos e experimentados de outras formas, portanto, a obra teve pouca repercussão naquele contexto; isto posto as autoras compreendem que o papel da antropologia das emoções é justamente questionar ideias universais que, muitas vezes, temos a respeito dos nossos sentimentos e dos sentimentos dos outros.

Dentro do campo das emoções, o amor configura-se como um dos temas mais emblemáticos e mobilizadores das sociedades humanas, o qual teve diversas conotações ao longo dos tempos.

7. Amores de papelão

Neste capítulo descrevo a partir das narrativas dos participantes desta pesquisa o cotidiano conjugal nas cenas da rua, abordando os aspectos inerentes à conjugalidade e às interferências da própria condição de rua na vida destes indivíduos.

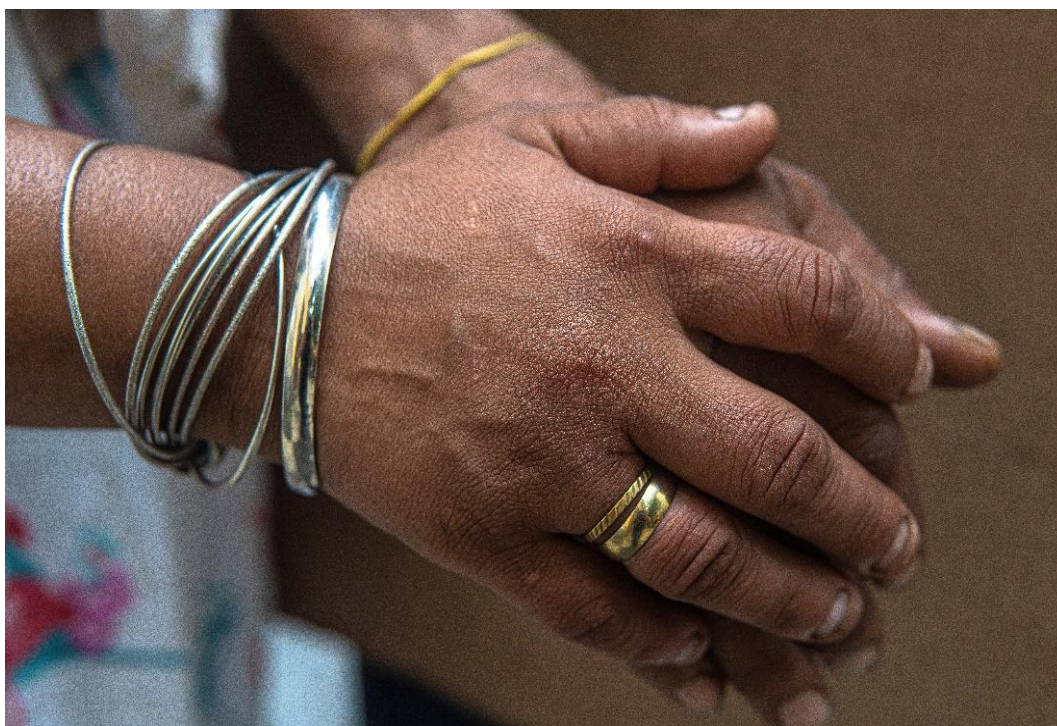
Amores de papelão faz alusão às experiências conjugais vividas entre casais no contexto da rua, e às referências comuns e identificatórias com a rua existentes entre os membros do casal. Diferencia-se dos demais casais pelas suas particularidades, fundada em uma espécie de solidariedade que marca a trajetória conjugal desde o seu processo de construção até dissolução. Os amores de papelão também estão suscetíveis às mudanças e aos paradigmas da modernidade sobre o amor e o casamento que afetam a sociedade de um modo geral.

No processo de construção da conjugalidade há diferentes variáveis que podem aproximar e assemelhar os casais em situação de rua dos casais domiciliados, uma vez que estas relações se formam dentro de um processo relacional e a relação é construída a partir de diferentes trocas e ações recíprocas formando uma identidade conjugal. Contudo, a dinâmica, a rotina e o perfil conjugal se distanciam considerando as interferências diretas que a rua impõe na vida desses indivíduos.

As vivências conjugais neste contexto também são permeadas de sonhos, projetos e desejos em maior ou menor escala. A aliança de compromisso exibida na mão direita de Maria reforça o seu discurso que ela e Francisco são casados e querem ser vistos e percebidos como tal pelos seus pares e demais.

O casamento, a casa, os filhos entre outros desejos são projeções que estão incorporados às narrativas dos sujeitos desta pesquisa e fazem parte de um conjunto de aspirações comuns a todos os casais, independente da sua condição econômica mais ou menos satisfatória.

Figura 30: Aliança de compromisso



Para compreender como a trajetória destes casais se inscrevem na realidade observada e as estruturas significantes que dão sentido a cada um deles é importante antes de tudo descrever o perfil conjugal destes sujeitos ante a análise dos conteúdos trazidos e abordados nas suas narrativas.

Descrição do perfil conjugal dos entrevistados

- **Casal A (Gomes Freire):** O casal Francisco (35 anos) e Maria (34 anos) estão juntos a três anos e meio e estão em situação de rua há quatro anos. Ambos já foram casados e têm filhos de relacionamentos anteriores. Ela casou-se aos 13 anos e tem três filhas, uma adulta e duas adolescentes; ele tem um casal de filhos adolescentes. Sua saída de casa foi motivada pelo uso abusivo de drogas e os constantes conflitos familiares. Francisco no último relacionamento, antes de conhecer Maria, foi abandonado na véspera do casamento. Esse fato associado ao desemprego e à relação conflituosa com a sua família (pais e irmão) foi o estopim para sua saída de casa. O casal se conheceu na porta de uma “boate” na praça Tiradentes que a Maria frequentava. Nunca ficou claro a sua atuação no local. No dia em que se

conheceram Francisco relata ter ficado a noite inteira conversando com Maria e que gostou do jeito dela, além da sua beleza. Já pela manhã, após longas horas de conversa, se beijaram. Ambos relatam que foi um encontro de almas e desde então não se desgrudaram mais. O cotidiano de vida deles é intenso, fazem tudo juntos. Tanto Francisco quanto Maria estão muito acostumados com a rotina da rua, encontram uma forma de sobrevivência e organização da vida no espaço das ruas. Estão fixados na rua Gomes Freire há mais de 3 anos, mudam de calçada, mas estão sempre na mesma região. Eles são simpáticos e contam sempre com alguma ajuda da vizinhança local (comerciantes locais e guardadores de carro). Isso foi constatado na ocasião em que a Comlurb passou e levou todos os seus pertences que estavam na casa improvisada de pedaços de compensados e panos. Maria se refere a este espaço como sendo sua casa, organizada, enfeitada como tal. Ambos relatam que o fato de estarem na rua não interfere na qualidade da vida sexual deles. Sobre os planos para o futuro dizem desejar casar-se na Igreja, cuidar um do outro e terem filhos. Maria relata usar como método contraceptivo, a injeção e o coito interrompido. O uso abusivo de drogas é uma questão séria para ambos, ela bem mais comprometida do que ele. Muitas vezes ela some e ele vai atrás dela na Central do Brasil. Esse é um ponto de conflito na relação do casal que gera situações limites de tensão. O casal tem consciência deste fato e reconhece a necessidade de buscar tratamento para a dependência química.

- **Casa B (Marechal Câmara)** – O casal Sérgio (33 anos) e Rita (55 anos) estão juntos há dois anos, se conheceram na Central de Recepção de Adultos e Famílias na Ilha do Governador (Unidade de acolhimento público vinculado à SMAS para PSR). Ele está na rua há três anos e ela há pouco mais de dois anos. Ela já foi casada e tem um filho adolescente, ele teve outros relacionamentos afetivos, mas nunca foi casado e não tem filhos. Rita relata que foi expulsa de casa pelo tráfico após ter um envolvimento amoroso com um antigo inquilino que alegou que fez obras de melhorias em seu imóvel. Apesar de ter recorrido à Defensoria Pública não obteve sucesso até o momento. Rita é técnica de contabilidade e trabalhou em vários lugares de carteira

assinada. Sua expulsão de casa coincidiu com o seu desemprego. A sua família não sabe da sua condição de rua. Ela sente vergonha da sua situação e por esta razão afastou-se de seus familiares, mas esporadicamente mantém contato com a irmã, a prima e o filho. Rita tenta a todo custo manter-se limpa na rua, essa é uma preocupação que está presente em seu discurso. O seu relacionamento com Sérgio é conturbado por causa do uso abusivo que ele faz do álcool. Nessas ocasiões ele fica agressivo e ela teme pela sua segurança física. O medo da violência está muito presente no seu relato, o seu principal medo na rua é sofrer algum tipo de violência sexual. O relacionamento conjugal com Sérgio passa pela segurança que a presença masculina impõe na rua para as mulheres. Os sentimentos de Rita são contraditórios em relação ao seu companheiro que ao mesmo tempo é o seu algoz e protetor. Sérgio tem um histórico de abandono materno, foi criado pela avó materna e faz muitas referências à Rita como uma pessoa que cuida dele, que se preocupa com ele e que significa para ele a sua família. Faz parte dos planos de Sérgio conseguir um trabalho e casar com Rita, poder proporcionar a ela uma vida digna e uma casa. A vida sexual do casal sofre interferências da ausência de privacidade na rua. O enlace sexual ocorre com mais frequência quando o casal tem a oportunidade de dormir na hospedaria (hotéis de preços mais populares) e ambos relataram não usar nenhum método contraceptivo.

- **Casal C (Rua do Senado)** – O casal Waldemar (53 anos) e Glória (53 anos) estão juntos há 28 anos vivendo na rua. Ele saiu de casa aos 25 anos após sofrer ameaças de morte pelo tráfico de drogas. Desde então, os vínculos familiares que já eram fragilizados pelos intensos conflitos, foram definitivamente rompidos. Relata que teve “namorinhos” na adolescência, mas que nunca teve outros relacionamentos conjugais sérios antes da Glória e também não tem filhos. Glória foi casada e tem 5 filhos de outro relacionamento anterior, o seu mais velho fugiu de casa na adolescência e ela nunca mais o encontrou. Ele foi dado como desaparecido. Daí em diante ela passou a fazer o movimento casa x rua, com frequência, à procura do seu filho. Depois dessa intensa rotina sem sucesso durante um longo tempo, acabou ficando pela rua de forma definitiva e teve sua saúde mental afetada. Nesse ínterim

conheceu Waldemar e a partir daí seguiram juntos, isso já faz 28 anos. Ela visita com relativa frequência os filhos adultos e os netos, mas diz que não tem mais vínculo com a casa, preferindo morar na rua (segundo ela a casa não lhe traz boas lembranças). Quando Glória vai em casa e não retorna com brevidade, Waldemar relata que fica alucinado e sem chão com a sua ausência. Dentre as coisas que ele mais gosta na sua companheira cita o cuidado dela com ele, a comida que às vezes ela faz e também o fato dela ler para ele os trechos da bíblia (ele não é alfabetizado), esse é um momento descrito por ele como sendo muito prazeroso. O relacionamento do casal é marcado por um forte vínculo de amizade e companheirismo, apesar dos conflitos e desentendimentos desencadeados pelo uso abusivo do álcool por parte de Waldemar. A vida sexual não é mais tão intensa quanto antes, segundo ela. Os encontros íntimos acontecem de forma mais esporádica e ela avalia que ele perdeu o interesse sexual por ela. De sua parte o interesse continua o mesmo. O casal não faz uso de nenhum método contraceptivo. Não foi relatado nenhum plano e projeto conjugal, nenhum dos dois vislumbra o rompimento com a rua. A casa deles improvisada no ponto de ônibus é um modo de viver introjetado e naturalizado.

- **Casal D (Rua dos Inválidos)** – o casal Manoel (38 anos) e Safira (57 anos) estão juntos a um ano e dois meses. Ele está na rua há 5 anos na rua e ela há quase 3 anos. Ele relata que teve outros relacionamentos amorosos, mas que nunca viveu maritalmente com alguém. De um desses relacionamentos, teve um filho, hoje com 15 anos. Safira foi casada e tem 3 filhos adultos do seu casamento anterior. A sua saída de casa para as ruas foi motivada pelo assassinato do seu filho, fato este que abalou totalmente o seu emocional, depois deste episódio precisou buscar tratamento médico para superar a perda. Começou a fazer tratamento no Centro Psiquiátrico do Rio de Janeiro por conta das constantes crises de ansiedade que passou a sofrer. A partir deste momento, foi estabelecendo vínculos com o centro da cidade e começou a ficar na rua indo para casa somente aos finais de semana. Antes de conhecer Manoel, teve outro relacionamento rápido com outra pessoa na rua. O casal está junto há dois anos e se conheceu em uma marquise na avenida Presi-

dente Vargas na porta da Biblioteca Parque (ponto de concentração e encontro da PSR). Ambos ressaltam a importância da amizade e do suporte emocional que um dá para o outro na rua. Para Manoel, a presença de Safira lhe propiciou outra vida, antes de conhecê-la, tinha uma relação intensa com a droga e não tinha nenhum prazer em viver. Ela é o seu ponto de equilíbrio e a pessoa mais importante da sua vida. ‘ela é a minha mulher, minha mãe, minha irmã e a minha família. O nosso sonho é poder ter a nossa casa e viver com mais dignidade sem o medo da violência da rua.

- **Casal E (Largo da Carioca)** - João (33 anos) e Regina (32 anos), ele natural de São Paulo e ela do Espírito Santo. Ambos estão morando no Rio de Janeiro há quase dois anos e se conheceram na Central de Recepção de Adultos e Famílias Tom Jobim na da Ilha do Governador, na ocasião em que foram encaminhados pelas equipes de abordagem da SMAS para Triagem. Os dois relataram já terem sido casados e terem filhos desses relacionamentos, ele tem 2 filhos e ela 3 filhos. João relata histórico de passagem pelo sistema penitenciário por duas ocasiões. Desde 2012, após remição da pena e o seu direito de cumprir a pena em liberdade, ele está em situação de rua. Regina fala de forma reticente sobre a sua vida no Espírito Santo, não deixou claro porque veio para o Rio de Janeiro. Relata fazer uso de medicação controlada para epilepsia e por esta razão fica sonolenta parte do dia. João se apresenta como um trabalhador autônomo, trabalha realizando fretes e como vendedor ambulante de água e refrigerantes. O casal tem um burrinho sem rabo grande que usa para fazer os fretes e também como uma espécie de casa móvel. Durante o dia o casal se concentra no Largo da Carioca e à noite se desloca para áreas do centro da cidade menos movimentadas. O casal faz pouca demonstração pública de carinho e são discretos ao falar das questões mais íntimas da relação.
- **Casal F (Rua Uruguaiana)** – O casal Cesar (40 anos) e Vanusa (35 anos) estão juntos a 10 anos e se conheceram na rua. Quando ela engravidou do primeiro filho tiveram uma oportunidade de sair da rua. Neste ínterim, a vida seguiu e mesmo com dificuldades eles se organizaram. Em maio de 2020, com o agravamento da Pandemia e sem condições de custear o aluguel e as despesas da casa, foram despejados e retornaram para as ruas, agora

com os três filhos em idade de 10, 8 e 6 anos. O cotidiano do casal é intenso por conta das demandas das crianças. Elisa passa o dia com as crianças no trecho entre a Uruguaiana e a Rua da Alfandega. A rotina deles é orientada pelos horários da distribuição de comida. Na parte da manhã ela se dirige com as crianças para o Largo da Carioca e à noite eles ficam na esquina da Rua Uruguaiana com Avenida Presidente Vargas. Eventualmente se deslocam para outros lugares. A outra árdua tarefa diária é a banho das crianças e a garantia de um lugar seguro para a família dormir, com frequência vão para a Marechal Câmara nas proximidades da Defensoria Pública. A tarefa de Vanusa é cuidar dos filhos, Cesar tem o papel de provedor, trabalha na reciclagem entre outros biscates que faz ao longo do dia. A dinâmica familiar intensa não permite um momento do casal, as crianças estão colocadas como uma prioridade. O casal demonstra um sentimento de família e uma relação de muita parceria e cuidado mútuo. A vida sexual é pouco priorizada e sofre interferências das crianças e dos agentes externos e isso não é retratado como uma preocupação por parte deles. Aos finais de semana, eles adotam na sua rotina a reunião familiar com os filhos no Aterro do Flamengo, ocasião em que cozinham na panela de pressão, em um fogareiro improvisado, carne seca com aipim enquanto as crianças brincam de bola e tomam banho de mar. Importante destacar que não foi registrado cenas deste casal a pedido dos mesmos e também em razão da presença das crianças que estavam sempre em sua companhia. O casal tem um projeto de vida familiar e o maior desejo deles é voltar a viver em uma casa e retomarem a suas rotinas habituais de uma família. Demonstram excessiva preocupação com a situação das crianças. Na rua, o maior temor deles é que uma das suas filhas sofram algum tipo de assédio ou violência sexual.

- **Casal G (Praça Tiradentes)** – O casal Eduardo (48 anos) e Mônica (42 anos) estão juntos há dois anos. Se conheceram em Niterói, ele já estava em situação de rua e ela tinha acabado de chegar do Espírito Santo, tinha vindo com uma perspectiva de trabalho (ela saiu de casa com essa finalidade) que não deu certo. Inicialmente ficaram amigos e na sequência firmaram um relacionamento amoroso. Mônica relata que foi uma opção acompanhar

Eduardo na rua. Ao contrário dela, a rua se impôs para ele como uma necessidade após a perda do trabalho e a ausência de referências familiares. Mônica já foi casada e tem 3 filhos e uma neta. De Niterói seguiram para o Centro do Rio de Janeiro em busca de acolhimento institucional e trabalho. Estiveram acolhidos na Central de Recepção de Adultos e Famílias Tom Jobim por um curto espaço de tempo. Ambos relataram descontentamento com as normas de funcionamento do espaço e retornaram para as ruas. A rotina do casal na rua é bastante organizada, eles trabalham diariamente cantando latinhas e outros materiais recicláveis, se alimentam nos locais de distribuição de comidas, acessam os serviços públicos e filantrópicos disponíveis na cidade com frequência e buscam locais iluminados e movimentados para dormir. Mônica é uma pessoa muito comunicativa e cativante, impulsiona o casal para frente. Em pouco tempo em que começaram a frequentar uma instituição espírita se engajaram nas atividades e passaram a receber um auxílio para custear o aluguel de um quarto. Essa foi uma ajuda importante que possibilitou além do rompimento com a rua, a possibilidade de retorno para o trabalho. Ao fazer uma autorreflexão sobre a experiência de viver um relacionamento íntimo e amoroso na rua, Mônica relata que essa foi a maior experiência da vida dela, a relação com Eduardo é intensa porque eles passam a maior parte do tempo juntos. Na rua um tem que cuidar do outro, um depende do outro e isso fortalece o amor e a amizade. Quanto à sexualidade, Mônica diz que a rua interfere na vida sexual do casal e é preciso encontrar um ponto de equilíbrio entre o desejo e a oportunidade que é regulada pela dinâmica do espaço da rua.

Para fins de análise dos conteúdos apresentados destaco alguns pontos essenciais tomados como referência sobre a conjugalidade a partir das narrativas e observação do campo de pesquisa.

- i. A relevância e o significado dos relacionamentos íntimos amorosos para os casais em situação de rua;
- ii. O cotidiano íntimo amoroso no contexto da rua e os impactos na vida dos casais;
- iii. A intimidade dos casais e as interferências da rua na vida sexual;

- iv. Concepção sobre o amor, família e casamento e as expectativas nos relacionamentos: planos, projetos e sonhos narrados pelo casal.

Compreender como os vínculos íntimos e amorosos desses casais se inscrevem no contexto da rua requer compreender todas as mudanças e as transformações que o amor e o casamento têm sofrido na contemporaneidade tanto do ponto de vista afetivo quanto sociocultural. A vivência amorosa no contexto da rua está circunscrita dentro de um padrão cultural de referência.

Para Costa (1998, p. 7)⁶⁵, o amor não é natural, o amor é uma invenção, assim como o fogo, a roda, o casamento, a democracia e outras imagens do universo. O amor é um conceito socialmente construído e as relações íntimas com esse caráter são determinadas pelo momento histórico e social que ditam padrões e modelos. As transformações socioeconômicas e culturais que a sociedade foi passando ao longo dos séculos impactaram na concepção do amor, na dinâmica das relações amorosas, no casamento e no surgimento de novas formas de relacionamentos afetivo-sexuais, assim como na subjetividade dos indivíduos.

Costa (2005) argumenta que, na bibliografia sociológica contemporânea não há uma definição adequada para o amor. O tema tem sido observado sob diferentes concepções e orientações: “cognitiva normativa, racionalidade / ordem, tema relegado nas ciências sociais (emoções e amor estavam no segundo plano), e a partir dos anos 80 passou a ser um tema de interesse da sociologia, sobretudo nos aspectos históricos sociais” (p. 113). Para este referido autor o amor como modelo histórico cultural pode ser analisado a partir de 5 dimensões: o campo das emoções, como socialização, como prática cultural e no campo das interações sociais (p. 114).

No campo das emoções, o amor romântico se expressa como “um vínculo com o outro que não conhece desejo mais ardente que a vontade de conduzir a própria vida no corpo da pessoa amada”. Como idealização, o amor romântico promete ao indivíduo o reconhecimento pleno de sua singularidade, incluídas aí todas as dimensões, particularidades e mesmo idiossincrasias pessoais. Como modelo de relação, condensam-se historicamente no amor romântico a unidade entre paixão sexual e afeição emocional, a unidade de amor e matrimônio e, frequentemente, os planos de constituição de uma prole. Como prática cultural, o amor

⁶⁵Costa, Jurandir Freire. A invenção do Amor: Entrevista concedida à Folha de São Paulo. São Paulo, domingo, 15 de novembro de 1998. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs15119805.htm>.
Costa, J. F. (1999). Sem fraude nem favor – estudos sobre o amor romântico. 5.ed. Rio De Janeiro: Rocco.

romântico corresponde a um repertório de discursos, ações e rituais mediante os quais as emoções amorosas, observadas as devidas diferenças culturais, são evocadas, percebidas, transmitidas e intensificadas. No campo das interações sociais, o amor romântico corresponde a uma forma radicalizada do que Luhmann qualificou como “interpenetração interpessoal”: uma interação que se destaca do mundo social anônimo, levando os amantes a se valer de modelos de significação e interpretação e de símbolos comunicativos que, de tão diferenciados, muitas vezes se tornam herméticos a quem esteja fora da relação (p. 114-115).

Embora o ideal de amor romântico tenha se firmado como matriz de referência para as escolhas e o comportamento individual nas sociedades contemporâneas, o amor e o casamento ocidental têm sido marcados por diferentes configurações ao longo dos séculos. De acordo com Araújo (2002), Del Priore (2014) e Pretto, Maheirie e Toneli (2009), a concepção de amor no Cristianismo é idealizada como uma forma em si mesmo, “tudo suporta, tudo releva, é sacrifício, abdição e dedicação” (2009, p 396). O matrimônio nesse contexto era um culto sagrado preconizado no interior da família e era concebido como um negócio, não existia o sentimento de amor marital, isto estava reservado para o adultério. O amor cortês que emerge no século XII tem como perspectiva a recusa às normas e padrões estabelecidos pela igreja e sociedade (2000, p. 386). Na idade média o casamento passou a ser instituído como um dos seis sacramentos, tornando-se indissolúvel. Esse novo modelo cristão instituiu a liberdade e a igualdade no consentimento, mas não concedeu espaço ao desejo. As práticas amorosas eram rigidamente controladas e toda atividade sexual com outro fim que não era a procriação eram condenadas. As regras da igreja católica controlavam a cama dos casados e proibiam as práticas sexuais mais ousadas (2014, p.42). A valorização do afeto e do erotismo como base do relacionamento conjugal, assim como a ideologia do amor-romântico, é uma invenção da ideologia burguesa na modernidade a partir do século XVIII, quando a sexualidade passou a ocupar um lugar de centralidade dentro do casamento. Esse novo modelo de casamento com predomínio do erotismo na relação conjugal impôs aos cônjuges que se amem ou que pareçam se amar e que tenham expectativas a respeito do amor e da felicidade no matrimônio. Essa imposição trouxe muitas contradições para o casamento na medida em que se acentuaram as idealizações e os conflitos resultantes da desilusão pelo não atendimento das expectativas. O amor romântico antes da modernidade não existia no casamento, o exercício da

sexualidade e do prazer se dava fora desta esfera. No decorrer do século XIX o amor romântico fez do amor *passion* um conjunto de crenças e o amor passou a ser projetado na idealização do outro, assumindo um caráter sonhador e fantasioso dos romances.

Na concepção de Costa (1999, p. 147 apud Pretto et ali p. 396), o “amor romântico” só frutificou onde a cultura burguesa impõe as regras da satisfação emocional individualista” (p.147) e acabou instituindo uma das contradições inerentes a essa concepção de amor: a vivência concreta era diversa da proposta amorosa, a qual foi se transformando em exigência para os amantes, elevando suas expectativas em relação ao parceiro e, por conseguinte, suas frustrações.

A modernidade trouxe significativas mudanças no campo afetivo e na intimidade. Para Giddens (1998), essas transformações estão associadas à mudança de chave da subordinação feminina ao lar e ao marido. O *ethos* do amor romântico era o meio pelo qual uma mulher conhecia seu príncipe. As mudanças nas relações entre homens e mulheres no decorrer do século XX estabeleceu uma diferença entre relação conjugal e família. Os novos valores trouxeram flexibilidade nas relações afetivas e na sexualidade dentro e fora do casamento. O amor e o casamento desde o limiar do século XXI passou a ser representado por um ato de vontade, regido por necessidades e anseios de prazer e realização. Há uma maior flexibilidade nos modelos de família e casamento, assim como nas formas de amar.

Giddens (1998) destaca que a ideia do amor romântico desde a sua origem suscita a questão da intimidade. Na atualidade, a ideia de amor romântico tende a fragmentar-se sob a pressão da emancipação e da autonomia sexual feminina. O amor romântico agora depende da identificação projetiva do amor *passion*, como um processo pelo qual os potenciais parceiros tornam-se atraídos. A abertura de um em relação ao outro é a condição para o surgimento do que o autor chama de amor confluyente. Ao contrário do amor romântico e idealizado, o amor confluyente é ativo, contingente e não é para sempre. O amor confluyente introduz a questão do erotismo no cerne do relacionamento conjugal e transforma a realização do prazer sexual como um elemento chave na manutenção e dissolução do relacionamento.

Singly (2007) chama atenção para as transformações que a família e a esfera conjugal têm sofrido na contemporaneidade, atribuindo tal fato à autonomia

feminina decorrente da inserção no mercado de trabalho, a autonomia relativa da sexualidade dentro da esfera conjugal e fora do circuito obrigatório do matrimônio, assim como, as relações entre homens e mulheres menos hierarquizadas, a relação entre pais e filhos mais horizontalizadas e o processo de individualização na família. Todas essas mudanças contribuíram sobremaneira, para a criação de novos modelos e arranjos familiares, e até mesmo para o que se entende por família.

Essa nova família moderna é, portanto, caracterizada como individualista, a família tornou-se um espaço em que os indivíduos acreditam que protegem a sua individualidade; como relacional, todos os membros estão ligados entre si; e ao mesmo tempo privada e pública, o Estado tornou-se um elemento da vida doméstica e intervém na proteção e cuidados dos seus membros.

Decerto ao longo da história das sociedades, a família desenvolveu um papel importante na vida dos indivíduos, seja na atenção aos cuidados primários, seja na reprodução dos valores culturais e morais. É inegável, portanto, que grande parte dessa importância que tem a família, deve-se à dedicação feminina. Ideologicamente reconhecida como um *locus* de afetividade, a família como instituição social e histórica também é contraditória; as relações que nela se efetivam são permeadas pelo poder. As inúmeras mudanças que afetaram esta instituição ao longo das últimas décadas não foram suficientes para dirimir velhas questões como a violência contra as mulheres e as crianças neste espaço. A força do patriarcado e do machismo persiste oprimindo as mulheres e de alguma forma “vigilando” seus corpos, interferindo na sua sexualidade e nos seus direitos reprodutivos.

Assim como Singly, Goldemberg (2001) endossa que essas mudanças nos relacionamentos afetivos fomentadas pelo sentimento moderno do individualismo afetou o nível de tolerância entre o casal e o nível de clareza do que é considerado norma ou desvio nos relacionamentos conjugais. Ao mesmo tempo em que o modelo de família nuclear continua existindo, a realidade mostra inúmeras formas de relacionamentos afetivo-sexuais. Estes relacionamentos passaram a ser orientados por uma escolha do casal e de acordo com os seus interesses. A autora sinaliza que o conceito de “campo de possibilidades” cunhado por Velho (cf. Gilberto Velho, 1981) explica muito bem este processo de escolha nos relacionamentos.

Bauman em *Amor Líquido* (2004) descreve sobre a fragilidade dos laços humanos, especialmente, sobre a fluidez das diferentes formas das relações amorosas na pós-modernidade. O conceito de amor líquido pode ser atribuído à falta de rigidez nas relações amorosas e forma instantânea como os relacionamentos ocorrem, sem nenhuma perspectiva duradoura. Os relacionamentos caracterizam-se pela falta de comunicação afetiva e compromisso, pela instabilidade e pelo exíguo tempo em que começam e terminam (esse modelo não permite a construção de uma identidade do casal). Para este referido autor esses relacionamentos podem ser considerados de “bolsos” porque são carregados de modo fácil e sem esforço, assim como descartados do mesmo modo.

Esse impacto da pós-modernidade para a vida afetiva acompanha a velocidade de todas as mudanças econômicas, tecnológicas, culturais e cotidianas que afetam a vida dos indivíduos. As mudanças culturais que ocorreram no padrão afetivo é uma prerrogativa que está posta para a sociedade como um todo, mesmo para aqueles que estão fora dos processos produtivo e de consumo.

Pensar a conjugalidade no contexto da rua rechaça a concepção que as PSR “são solitárias e enclausuradas em si mesmo”, a maneira como os casais trazem a intimidade e o afeto para o espaço aberto abre a perspectiva para compreender melhor o mundo das relações interpessoais (Frangello, 2004, P.208).

Os relacionamentos íntimos e amorosos que acontecem na rua, conforme Frangello (2004) também identificou, se justificam por uma diversidade de motivos, quais sejam: atração física mútua, carência afetiva ou sexual, afinidades, necessidade de proteção entre outros interesses. A partir das narrativas dos entrevistados foi possível constatar que no processo de escolha dos cônjuges estão implicados uma noção subjetiva de capital. Dentre os critérios identificados destaca-se: o padrão de beleza, o cuidado com a higiene do corpo, não ser usuário de crack, ser um homem trabalhador ou uma mulher trabalhadora, o medo de estar sozinho na rua, os interesses e gostos comuns, entre outros – mas de alguma forma todos trazem em si uma lógica de capitais e valores, mesmo não estando inseridos intrinsecamente nos espaços dominantes que eles se reproduzem. Haja vista as falas dos entrevistados que reforçam esses valores atribuídos aos seus processos de escolhas dos cônjuges:

Eu não quero uma mulher cracuda; A minha mulher é limpa, tem boa aparência, pinta os cabelos e tem os dentes branquinhos; Ele é homem e me protege na rua. Eu tenho um problema no pé e quando eu fico doente ele cuida de mim; eu gostei dele porque logo percebi que ele é um homem trabalhador, corre daqui corre dali. Não anda com gente errada.

O processo de escolha entre os parceiros afetivo-sexuais para Singly é orientado a partir do lugar que estes indivíduos ocupam na sociedade. Logo é comum que essas escolhas aconteçam entre indivíduos que dispõem de um mesmo capital cultural e social. Outros interesses, no jogo do cenário contemporâneo, podem influenciar na autonomia das escolhas e nesta mediação, como as características pessoais. Esse capital estético se revela como um elemento importante no mercado matrimonial⁶⁶.

Os casais que vivem nas ruas, apesar de sua condição, não estão indiferentes às interferências dos valores e costumes que predominam na sociedade. A idealização do amor romântico também está presente nas narrativas, sobretudo feminina, de parte dos entrevistados. Contudo, a rua não parece oferecer, pelo menos a priori, o ambiente “ideal” para o romantismo do amor. Do ponto de vista pragmático, na rua não há nenhum tipo de privacidade e conforto que favoreçam o ritual que envolve as relações íntimas e amorosas. Neste espaço, os indivíduos, por força das circunstâncias, vão sofrendo um processo de adequação da vida como um todo.

Para Goldemberg (2001, p. 5), a forma tradicional de relacionamento afetivo-sexual vem sofrendo inúmeras modificações, mas o casamento continua a constituir um problema que homens e mulheres sentem de maneira diferente. Na contemporaneidade a relação entre homens e mulheres são mais igualitárias, as relações são mais livres e podem inventar suas formas de parceria amorosa. Casar, separar, casar de novo, namorar, cada um na sua casa, ter um(a) amante, ter um filho sem casar... São muitas as possibilidades de escolha.

⁶⁶ Para explicar o mercado matrimonial na contemporaneidade Singly mobiliza o conceito de capital elaborado por Bourdieu (1986). Dentro desta concepção o capital é tratado como um conjunto de ativos econômicos, sociais e culturais que se reproduzem e ao mesmo tempo promovem mobilidade social dentro de uma sociedade estratificada. Essas tipologias elaboradas por Bourdieu servem para identificar a posição dos indivíduos dentro da sociedade, e diz muito do lugar e de sua condição de fala.

Goldemberg (2001) usa como referência Simone de Beauvoir *O Segundo Sexo* (1980) para explicar que entre os casais há uma multiplicidade de possibilidades. Os casais podem ser unidos por um grande amor sexual que os deixa livres em suas amizades e ocupações; podem ser ligados por uma amizade que não proíbe sua liberdade sexual; ou ainda podem ser ao mesmo tempo, amigos e amantes, mas sem procurar um no outro sua razão exclusiva de viver. Dentro desta perspectiva as relações podem ser constituídas de diferentes sentimentos tais como: a camaradagem, o prazer, a confiança, a ternura, a cumplicidade, o amor.

Nesta pesquisa, buscou-se identificar a partir das narrativas dos casais como a conjugalidade se inscreve na cena da rua. Cada um traz uma bagagem de vida e de relacionamentos anteriores, ainda que pese os sentimentos de amor e amizade e o prazer sexual nestas relações, o sentimento de camaradagem e cumplicidade é um forte vínculo presente nestes casais, sobretudo pelas circunstâncias em que estes relacionamentos são constituídos em um ambiente de medo e insegurança.

Na concepção de Féres-Carneiro (2010)⁶⁷, a conjugalidade é um processo complexo e envolve diversos níveis de relacionamentos e contextos que resultam na definição de uma relação afetiva estável. Cada um dos parceiros ao se engajar na relação à dois, experimenta uma reconstrução da sua realidade individual, criando referências comuns e uma identidade conjugal. Dentro desta lógica a conjugalidade é resultado da dinâmica de duas individualidades (dos sujeitos e dois desejos) mais a unidade do casal (identidade conjugal), inaugurando assim um terceiro sujeito.

No imaginário social, evoca-se a ideia do casal como um par associado por vínculos afetivos e sexuais de base estável, com um forte compromisso de apoio recíproco, com o objetivo de formar uma nova família incluindo, se possível, filhos. A relação conjugal dá-se, portanto, dentro de um contexto sócio-histórico e também familiar no qual o indivíduo, ao se socializar, internaliza pautas de ações psicossociais complexas. Tais pautas dizem respeito tanto a aspectos do processo de socialização primária quanto a processos secundários. Assim, a relação conjugal tem início com a criação de um território comum, no qual começam a ser compartilhadas experiências que produzem pautas de interação social significativas para o casal, relativizadas pela

⁶⁷ Esta referida autora parte de uma fundamentação teórica psicanalista, a qual compreende que a formação do casal se revela a partir do reencontro com o primeiro objeto de amor na infância (a figura materna). A formação do casal é resultado, portanto, do entrelaçamento de duas subjetividades (PIGNATARO & FERES-CARNEIRO & MELLO, 2019).

experiência de construção psicossocial de cada indivíduo. O aspecto de formação da conjugalidade deve ser visto como contínuo e não meramente envolvendo as fases iniciais de engajamento amoroso, pois são os padrões de relacionamento que mantêm a conjugalidade e sua qualidade, ao longo do tempo, permitindo que esta resista às diversas circunstâncias, às mudanças previsíveis e imprevisíveis do ciclo de vida (Féres-Carneiro (2010, p. 270).

Para esta referida autora o vínculo conjugal é constituído de três representações: uma proveniente do vínculo mãe/bebê; outra da posição de casais dos pais; e da organização familiar. A conjugalidade, portanto, ocorre do entrelaçamento de “eus” naquilo que seria a trama identificatória conjugal. E a qualidade conjugal dependerá do tipo de identificação realizada pelos parceiros na construção da conjugalidade

Féres-Carneiro tal como Goldemberg, olha e fala de casais e da conjugalidade a partir da realidade dos segmentos médios da sociedade. Onde o projeto e a ideia de casal estão bem definidos, dentro de um padrão de escolha a partir do estilo de vida, dos projetos comuns de filhos e aquisição de bens e da preservação da individualidade. Neste contexto, a dissolução do casal está pautada na satisfação ou na insatisfação dos cônjuges. Os casais em situação de rua, a priori, não se encaixam neste padrão de casal evocado no imaginário social. Para compreender suas perspectivas é importante considerar as distintas trajetórias desses sujeitos (bagagem de vida e de afetos), antes e durante a sua permanência na rua, uma vez que tudo isto irá implicar nas formas de concepção e construção dos seus relacionamentos afetivos.

A família contemporânea é elástica e comporta uma variedade de modelos. Nas famílias pobres a realização dos papéis conjugais e familiares não passam por ciclos tão definidos, as questões financeiras interferem na instabilidade das uniões e desencadeiam arranjos familiares que envolvem uma rede de parentesco como um todo. Os vínculos familiares não se desfazem com o fim das relações, tanto em razão das obrigações quanto pelo fato destas famílias ocuparem o mesmo espaço físico.

Sarti (2008) destaca que a vulnerabilidade das famílias pobres ajuda explicar a frequência das rupturas conjugais e as configurações das relações de gênero. Dada a instabilidade de trabalho que ameaça o papel masculino de provedor

do lar, a mulher assume as responsabilidades do lar e o papel de chefe de família, embora a presença masculina na casa imprima uma imagem de respeito na comunidade. A rede familiar e comunitária tem um papel fundamental na sobrevivência destes grupos, a definição de famílias enredadas proposta pela autora parte deste entendimento.

A família pobre, constituindo-se em rede, com ramificações que envolvem o parentesco como um todo, configura uma trama de obrigações morais que enreda seus membros, num duplo sentido, ao dificultar sua individualização e, ao mesmo tempo, viabilizar sua existência como apoio e sustentação básicos (SARTI, 2008, p. 31).

No universo da rua o ideal de família é a família possível. São pessoas que se encontram na mesma situação de vulnerabilidade, isolamento e solidão e que, portanto, passam a se intitular como uma família formando os mais diversos arranjos: pessoas que vivem em grupo, casais heterossexuais ou homossexuais com filhos ou sem filhos, pessoas solitárias que vivem com seus animais de estimação entre outros perfis.

As emoções e os vínculos de qualquer natureza (amorosos ou de amizade) assumem um lugar de centralidade na vida das pessoas que vivem nas ruas. Todas as narrativas dos entrevistados falam de perdas significativas e da ausência de apoio. A solidariedade é um sentimento comum entre os entrevistados, assim como o cuidado mútuo. Na ausência dos vínculos familiares (materno, paterno, fraternal, filial e outros), o objeto de vinculação passa a assumir diferentes papéis para o outro. Isso aparece de forma expressa na fala de Francisco, assim como de outros entrevistados.

Francisco não tem contato com a sua família desde o momento que foi para as ruas, mas diz sentir muitas saudades dos dois filhos adolescentes que moram com a mãe. Pouco antes de perder o emprego, começou uma reaproximação com eles depois da separação. Fica visivelmente emocionado ao falar dos filhos e diz que não sente falta de outros familiares. Se a sua mãe fosse viva, talvez sim. Antes de conhecer a Maria teve uma grande desilusão amorosa, foi abandonado pela noiva no dia do casamento. Conheceu a Maria na rua e se apaixonou por ela imediatamente “eu cuido dela e ela cuida de mim”.

Maria e Francisco são dependentes químicos. Por mais de um encontro presenciei ambos sob efeitos de drogas, ela sempre mais do que ele. Há uma evidente constatação do cuidado dele em relação a ela. Dentro desse contexto, sem entrar nos aspectos psicológicos, há uma relação de dependência mútua entre eles e acordos tácitos. Os vínculos estabelecidos dão sustentação um ao outro. Ao contrário de Francisco, Maria tem contato com os seus familiares. É categórica ao falar que já teve uma vida normal, que já teve casa, marido, pai, mãe e filhos e que agora Francisco é a pessoa que ela quer ao seu lado para sempre.

Entre os entrevistados, todos relataram ter vivido outras experiências conjugais anteriores aos relacionamentos atuais. Entre os homens 80 % têm filhos e entre as mulheres 90%. Apenas dois casais têm filhos em comum. Há um entendimento entre os entrevistados que vivenciar a conjugalidade na rua (fora dos padrões normativos da casa) é um grande desafio, sobretudo na vida sexual.

A referência à família, à casa e à vida que ficaram para trás é uma marca presente em outros relatos. Novos vínculos vão sendo criados na cena da rua, a vida acontece. Existe uma sucessão de eventos que vão dando sentido à vida conjugal. Todo relacionamento conjugal sofre um processo de adaptabilidade que é a capacidade do casal se reestruturar à medida que os fatores relacionais e ambientais se fazem presentes. A conjugalidade em si tem seus próprios desafios, no contexto fora de casa essas questões são multidimensionais. O convívio conjugal é afetado por diferentes fatores de tensão que podem culminar na dissolução do vínculo.

Como apontado por Mosmann & Wagner & Feres Carneiro (2006), a qualidade conjugal constitui-se um processo dinâmico e interativo do casal e resulta na avaliação que cada cônjuge tem do seu relacionamento. Coesão e adaptabilidade são dois indicadores da qualidade conjugal. Para estes autores, a teoria de Olson⁶⁸ (p. 320-321) é um modelo circumplexo do sistema conjugal que permite avaliar a qualidade do relacionamento conjugal e familiar a partir das dimensões de coesão, adaptabilidade e comunicação. A coesão é definida pelo autor como o vínculo emocional que os membros da família têm em relação um ao outro. Há quatro níveis de coesão, identificados, segundo esse modelo: Emaranhado, conectado, separado e desprendido. A adaptabilidade pode ser entendida como o potencial de

⁶⁸ Esta teoria encontra-se detalhada por Olson na publicação: Olson, D. (2000). Circumplex Model of Marital and Family Systems. *Journal of Family Therapy*, 22, 144-167.

mudança/adaptação aos papéis e regras do sistema, tornando as reações caóticas, flexíveis, estruturadas ou rígidas.

De acordo com esta teoria, os níveis de coesão centrais ou equilibrados (separado e conectado) geram funcionamento ótimo familiar e conjugal, enquanto que os níveis extremos ou desequilibrados (desprendido e emaranhado) normalmente geram problemas a longo prazo para os relacionamentos. A adaptabilidade familiar pode ser entendida como o potencial de mudança/adaptação na liderança, papéis e regras do sistema (p. 320).

A partir das narrativas e da observação do campo foi possível identificar diferentes perfis de relacionamentos entre os casais em situação de rua. A convivência intensa provocada pela própria dinâmica da rua associada ao fato de trabalharem juntos, enfrentarem os mesmos problemas e dramas cotidianos, não terem uma rede de apoio e suporte familiar, entre outros fatores individuais como o uso abusivo de álcool e outras drogas, acabam culminando em um nível de tensão e violência entre eles.

A descrição do cotidiano conjugal muitas vezes se mistura com o cotidiano de trabalho e viração pela sobrevivência. A vivência do casal, “as coisas de casal” aparecem em segundo plano porque há uma preocupação com a sobrevivência. O conflito é um ponto comum dos relacionamentos. Entre os 20 casais entrevistados 45% verbalizaram situações limites em que ocorreram a violência masculina e 20% disseram que ocorreu violência mútua. Dentre os casais que eu acompanhei o cotidiano de forma mais sistemática, 28% relataram episódios de violência.

Celso e Clara: É difícil estar casado vivendo assim, na rua desgostamos facilmente um do outro. Não acredito em mais nada. Várias pessoas me procuraram, queriam nos ajudar. A prefeitura chegou a nos propor ficarmos separados e é impossível. Assim, muito difícil. Deixar nossos móveis na rua, ameaçaram que se não aceitar o Conselho Tutelar ia levar nosso filho, como se a culpa das ruas fossemos nós. Hoje vendemos nossos móveis e dormimos em papelão e o nosso filho no colchonete. Estamos descrentes.

Glória (53 anos): Eu queria ter um lugar para morar, me incomoda muito não tem um espaço fechado, está no meio da rua, aí as pessoas ficam te olhando. Eu tentei várias vezes, só Deus sabe, correr atrás da minha casa minha vida, mas eu não consegui até hoje.

Francisco (35 anos): Fazemos praticamente tudo junto. Esse é o nosso dia a dia há três anos juntos, onde ela está, eu estou, onde eu estou ela está. Nosso lazer é o nosso trabalho e as paisagens, as localidades, onde a gente está. Se tem lugar de música, a gente dança, a gente curte, mas estamos ali trabalhando. Se estamos na praia, estamos trabalhando, curtindo uma praia, estamos tomando nosso banho de mar! É assim nosso lazer. Eu tenho vontade de levar ela no cinema.

Maria (34 anos): Eu gostaria de cozinhar para ele e cuidar dele como merece. Ter um cachorro, ter filhos com ele.

Sandro (43 anos): A gente gosta de ir lá no Aeroporto. Eu vou andando naquelas pedras e vou lá para o meio do mar, sumo lá para dentro e fico lá com minha mulher. Gostaria de ver ela totalmente nua, pelada andando dentro de casa.

A convivência conjugal em si tem os seus reveses, no contexto da rua esse cotidiano possivelmente é atravessado por outras questões que extrapolam a conjugalidade e estão no campo da incapacidade de suprir suas necessidades básicas. A qualidade conjugal é afetada pelas questões do cotidiano e os indicadores de coesão e adaptabilidade tendem a se concentrar em escalas mais extremas: relacionamentos com nível de coesão emaranhado e quanto ao grau de adaptabilidade entre o caótico e o flexível.

Em outro momento deste texto já foi explicado que não é o objetivo desta pesquisa estabelecer diferença entre casais que moram nas ruas e casais que não moram nas ruas. Contudo, é evidente a partir das narrativas, que os valores e as percepções acerca da conjugalidade, do casamento, do amor e dos relacionamentos afetivos se assemelham aos demais casais.

A partir da observação da dinâmica do cotidiano na rua, foi possível identificar que os casais possuem uma rotina, há casais em que as tarefas são realizadas de forma conjunta e outras que são definidas pela condição de gênero. Ao exame da condição feminina neste contexto, evidenciou-se a ambivalência afetiva causada pelas situações de conflitos e violência.

Essa violência conjugal, ao qual as mulheres de um modo geral estão submetidas, não pode ser entendida como uma extensão das outras formas de violência (social), ela é uma violência estrutural e específica, mediatizada pela gramática sexual (homem-mulher), sendo transversal a todas as classes sociais e etnias.

A violência conjugal é uma expressão da violência de gênero, portanto, é caracterizada pela exposição permanente da vítima a um mesmo agressor, com o qual essa, geralmente, divide o mesmo território doméstico e mantém relações de parentesco ou afetividade.

De acordo com Bourdieu (1999), a naturalização da dominação masculina dentro e fora da esfera familiar está vinculada à incorporação do *habitus* e às divisões espaciais que determinam a ordem social hegemônica. As injunções continuadas, silenciosas e invisíveis do mundo sexualmente hierarquizado, preparam as mulheres a aceitar como evidentes, naturais e inquestionáveis as prescrições arbitrárias inscritas na ordem das coisas.

A divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas ‘sexuadas’), em todo um mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, de pensamento e de ação (p.17).

O conceito de *habitus*, como indica Bourdieu, refere-se ao conhecimento adquirido pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias. O *habitus* é um sistema de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações construídas pelos sujeitos. A dominação masculina e a violência, normalmente, resultante dela, constituem o elemento fundamental de enquadramento da mulher na ordem social de gênero.

Nesse jogo de naturalização do mundo e das coisas, tudo leva a crer que há, segundo Bourdieu, um “código secreto”, o *habitus*, transmitido sem passar pela linguagem e pela consciência, através de sugestões inscritas nos aspectos aparentemente insignificantes das coisas, das situações e das práticas.

As modalidades das práticas, as maneiras de olhar, de apurar, de ficar em silêncio, ou mesmo de falar (‘olhares desaprovadores’, ‘tons’, ou ‘ares de censura’, etc), são carregados de injunções tão poderosas e tão difíceis de revogar por serem silenciosas e insidiosas, insistentes e insinuantes (2008, p.38).

Apesar das mudanças trazidas pela modernidade que alteraram o papel da mulher e as formas de relacionamento entre o homem e a mulher (casamento, namoro, rolo, ficar, sexo casual, entre outros tipos de vínculos conjugais), a violência continua sendo uma ameaça ao corpo feminino, majoritariamente cometida por parte dos seus cônjuges ou ex-cônjuges.

7.1. Tipologias dos casais em situação de rua

Alguns autores como Singly, Feres Carneiro e Aboim apontam que na contemporaneidade há diferentes tipos de relacionamentos íntimos e amorosos e formas de viver a conjugalidade. Na concepção de Aboim (2004) a vida conjugal é feita de emoções e rotinas que influenciam o tipo de vínculo existente entre o casal. Na contemporaneidade a conjugalidade assume um aspecto paradoxal que é conciliar a autonomia e individualização com os interesses conjugais.

Para Singly (1996, 2000) a autonomia é uma característica do casal moderno e o conceito de individualização, pode ser entendido como a busca de gratificação pessoal e autodeterminação do self, por um lado, e realização afetiva através de uma relação de alteridade, em que, em última instância, o sentido para a própria individualidade existe porque o outro existe. Os indivíduos podem estar mais ou menos divididos entre o eu e o nós em uma relação de complementaridade ou também de tensão e conflito na medida em que os objetivos individuais e do outro são divergentes por qualquer motivo.

Contudo essa noção de individualismo é um valor reivindicado muito mais pelas pessoas que dispõem de um dote cultural ou social. Os casais de classes mais populares dispõem de menos recursos para impor a sua autonomia, logo há um recolhimento à vida familiar imposto pela própria condição familiar. Isso mostra-se bastante evidente na realidade dos casais em situação de rua que se recolhem em si mantendo um relacionamento fechado sem a presença de outros familiares e amigos.

Singly (2000, p. 139) aponta para a existência da tipologia de dois modelos de casais: associativos e fusionais. Neste primeiro modelo pressupõe-se maior autonomia entre os casais (permite uma separação entre a vida pessoal e a vida familiar) e no segundo uma tendência para que passem a maior parte do tempo

juntos e numa relação de codependência (a vida pessoal e a vida familiar estão fundidas). A escolha da fusão ou da autonomia na vida conjugal vai depender da natureza da situação proposta por cada casal.

A fusão conjugal na modernidade ao qual Singly se refere diz respeito à intimidade afetiva, à produção da vida material e à concretização do projeto conjugal. Quanto menor a autonomia financeira menor a autonomia individual entre os cônjuges, e maior a fusão. Os casais de classes populares são regidos pelas normas funcionais e dispõe de menos recursos para impor seus saberes alternativos⁶⁹, não há uma separação entre as áreas comuns e as áreas protegidas do casamento e pouca valorização da self feminina e masculina. A própria condição social impõe um recolhimento à vida familiar, a exemplo do que observei na rotina dos casais interlocutores desta pesquisa.

Além de Singly, Aboim (2004) a partir de um estudo realizado, na região metropolitana de Lisboa, com mulheres que estavam em uma relação conjugal e tinham filhos em idade escolar, identificou seis tipos de orientação amorosa: a aliança romântica, o companheirismo apaixonado, a aliança de amizade, companheirismo de apoio, companheirismo em construção e amor de alternância apontando as dinâmicas de coesão conjugal, a partir do nível de autonomia feminina em cada uma delas e o tipo de fusão estabelecido na relação conjugal. Além dessas tipologias apontadas, a autora destaca que há uma pluralidade de formas como as pessoas podem viver a conjugalidade, esses modelos não se esgotam e nem definem um formato absolutamente dominante de expressão do sentimento conjugal.

Para Aboim a aliança romântica e o companheirismo apaixonado caracterizam-se como estilos de conjugalidade fortemente fusionais, em que a autonomia pessoal é minimizada e o romantismo amoroso é o alicerce da construção do casal por excelência. *Esse modelo de conjugalidade está além do ideal de “casamento instituição”, pelo acento expressivo que os afetos sinalizam na concepção do casal, numa mistura de “amor sublimado” e de instituição* (p. 148). O companheirismo apaixonado por sua vez distingue-se da aliança romântica pela valorização da paixão na construção da relação conjugal. *É um modelo*

⁶⁹ Saberes Alternativos estão ligados as formas de autonomia. A diminuição da dependência está diretamente ligada ao nível de engajamento profissional da mulher e do seu desenvolvimento cultural. Quanto maior essas formas de autonomia menos fusionais serão os casais.

transversal a vários meios sociais e mostra-se como uma atualização modernista do casal fusional do romantismo...coloca o ónus na intimidade emocional entre o casal (p. 148).

A aliança de amizade, outro modelo definido pela autora, apoia-se na cumplicidade do casal sob a valorização do “amor amizade” - menos romântico e menos fusional na sua configuração. Abre espaço para compreensão da autonomia pessoal. *A amizade como sentimento de união conjugal pode, no entanto, ser expressa de maneiras consideravelmente distintas, particularmente permeáveis aos contextos específicos* (p. 149). O companheirismo de apoio e amizade, distingue-se do modelo anterior e caracteriza-se como um modelo estruturado no valor da igualdade, baseado nas trocas das funções na rotina, que são a base da sustentação conjugal. *O laço de grande amizade existente entre o casal funda alicerces na cooperação mútua, tratando-se assim de uma fusão construída através da cooperação, da partilha de ideais e de projetos* (p. 149).

O companheirismo em construção define-se, segundo esta autora como um estágio da relação que foi progressivamente se construindo, se formando e se consolidando após uma fase inicial de fusão apaixonada para uma relação sustentada na amizade, no companheirismo e na autonomia individual dos membros do casal. E por fim o amor de alternância que é modelo de conjugalidade associativa, onde a valorização da autonomia pessoal se inscreve no interior da própria concepção de afetividade e de relação a dois. *A visão da relação conjugal funda-se simultaneamente na valorização de uma grande intimidade e cumplicidade entre o casal, ressaltando as gratificações sexuais e amorosas da relação que se deseja manter vivas ao longo do tempo, e na cooperação companheirista e paritária que deve presidir a organização das rotinas do dia-a-dia* (p.150).

Considerando, em que pese, as diferenças de universo do público retratado na pesquisa realizada em Portugal por Aboim e os interlocutores da pesquisa desta tese, as questões relativas à rotina do cotidiano e as emoções presentes nas dinâmicas conjugais, em alguma medida, atravessam todas as relações conjugais. Na construção do perfil conjugal dos 7 casais apresentados neste estudo, os quais eu descrevi suas trajetórias, rotinas e dinâmicas conjugais tomei como referência as características de quatro das tipologias apresentadas por Aboim, a saber: o companheirismo apaixonado, a aliança de amizade, o companheirismo de apoio e

amizade e o amor de alternância, bem como a noção de casais funcionais apresentadas por Singly e os indicadores de qualidade conjugal de coesão e adaptabilidade apontados por Mosmann & Wagner & Feres Carneiro (2006) a partir da teoria de Olson.

O ambiente da rua é descrito pelos casais como um espaço desfavorável para a vida conjugal, sobretudo pela ausência de privacidade para a intimidade sexual. Isso encontra-se refletido nas dificuldades que os casais encontram no cotidiano conjugal para manter a frequência sexual. Tal fato corrobora também para que a vida sexual seja secundarizada. Uma vez que a vida na rua exige outras preocupações de sobrevivência tais como a alimentação, a renda, o lugar “adequado e seguro” para dormir, o espaço para realização da higiene. Os sujeitos nesse espaço passam por constante processo de adaptação. Apenas dois casais relataram não sofrerem interferência da rua.

Entre os casais, com exceções da minoria, independente de outras características individuais e de particularidades, há um espírito de camaradagem e solidariedade que atravessa todas essas relações. O sentimento de camaradagem consiste em um comportamento que privilegia a coesão, a solidariedade e a coordenação de esforços individuais. Não há uma preocupação com a instituição normativa do casamento, o interesse está focado na sobrevivência cotidiana.

Ainda que na prática o romantismo não faça parte desses relacionamentos em sua totalidade, as narrativas trazem uma referência ao amor romântico idealizado. O casamento e a concepção de filhos configuram-se como demandas femininas, assim como o trabalho e a preocupação pela manutenção financeira da família como uma preocupação masculina, respaldado nas diferenças históricas de gênero e dos papéis masculino e feminino. A edificação da casa e do lar é um desejo almejado pelo casal.

Os estudos realizados por Goldemberg (2011) apontam que a felicidade feminina no Brasil está intimamente ligada à ideia de “capital marital”, pois elas se sentem duplamente poderosas, além de terem um marido, acreditam que são mais fortes. Num mercado em que os homens são escassos, as casadas se sentem poderosas por terem um produto raro e extremamente valorizado pelas mulheres.

brasileiras. Além do corpo ser um capital importantíssimo no Brasil, o marido também é um capital, talvez até mais fundamental do que o corpo.

No contexto desta pesquisa realizada com homens e mulheres em situação de rua, a presença masculina assume diferentes significados. O parceiro conjugal assume diferentes significados na vida do outro como endossam os relatos abaixo. O sentimento de amor se expressa de diferentes formas pelos interlocutores desta pesquisa: amor de rua (sem expectativas para o futuro); amor de amizade e de convivência; amor companheiro; amor de convivência; amor de verdade e apaixonado; amor de cuidado e amor de família.

Quadro 5: Relato dos entrevistados

Manoel (38 anos)	Ela trouxe outra vida para mim. Por causa dela tô até parando de usar droga. Se não fosse ela, a vida seria horrível. Ela cuida de mim.
Safira (57 anos):	É um companheiro, um filho e um amigo. Exatamente isso, eu acho que para mim sexo não é tudo na vida. Existem outros fatores da vida que são importantes para mim. E ele está sempre junto comigo, existe um amor de convivência. Estava muito triste sem ele. Ele me deu força para continuar sobrevivendo com os problemas que eu passei.
Sérgio (33 anos):	Para mim é tudo porque eu não tenho família, não tenho ninguém, ela é tudo na minha vida porque me sinto às vezes muito sozinho. Ficava por aí com amigos usando drogas, cansei disso aí, dessa realidade, prefiro ficar com ela. Estamos juntos na dificuldade e no sofrimento e um cuida do outro.
Rita (55 anos):	Ele me ajuda muito assim nessa questão de ir ao médico comigo sabe, brigar pelas coisas que eu quero, de ser atendida. Ele me apoia em tudo, em todas as coisas que eu faço ele me apoia, algumas coisas não, mas a maioria está do meu lado quando preciso ele que está do meu lado entendeu?
Francisco (35 anos)	Ela para mim é tudo, é um relacionamento que eu quero. Já falei pra ela que só vai me ver longe de mim: só se eu morrer ou se ela sumir da minha vida. Fora isso, eu tô casado com ela, até a morte. Eu não sou nada, eu vou vegetar sem a Maria. É um amor de verdade que sinto por ela. Sou apaixonado por ela. O casamento para o casal, tem que ser a coisa mais importante. Porque se resolveu casar, é se dedicar a esse casamento. A pessoa que não sabe o que é o amor, ela não sabe viver.
Maria (34 anos)	Já tive um relacionamento normal, de casa dona de casa. Entendeu? Mas eu nunca tive um relacionamento assim, um amor de companheirismo. De ficar lado a lado, estando bem estando mal, de cabelo em pé, ou não, dando crise ou não, triste, sozinha dizendo: “sai, some, não quero te ver nunca mais e ele tá ali, juntinho do meu lado.”
Glória (53 anos)	Eu gosto de conversar porque eu não gosto de ficar sozinha. Quando eu o conheci, ele tinha um diálogo melhor comigo, mas de uns tempos para cá, eu estou sentindo que estou sendo rejeitada. Agora ele não tem muita importância não. É mais um amor de amizade e de convivência.
Francisco (33 anos)	A importância, tipo assim a responsabilidade mesmo, ela está na rua cuidar dela, protegê-la, não deixar acontecer mal com ela. De a gente estar junto assim companhia mesmo, companheira para tudo. Dela falando com outro homem já não gosto. falo já para ela evitar isso para não ter confusão na rua.
Safira (57 anos)	O amor é uma coisa pura. É um sentimento inexplicável. Ele é minha família. Ele é meu amigo, é meu filho, meu marido. Porque já não tenho mais filhos.

Rita (55 anos)	Eu penso assim que tenho um pouco de culpa de estar com ele sem ser casada, sem regularizar a situação. Porque é pecado porque Deus não está abençoando por isso, a gente está vivendo uma relação. Eu penso em casar e ver ele largando totalmente as drogas.
Glória (53 anos)	O amor para mim é tudo. A pessoa tendo amor ela vai ter mais compaixão, ter mais misericórdia. Mais carinho, mais atenção, mais entendimento. No amor a gente pode tudo. Mas sem amor a gente não pode nada. O casamento é bom quando a gente arruma um parceiro maneiro que respeita a gente, ter compartilhamento com a gente, se interessa mais pelo que a gente faz e deixa de fazer.
Francisco (35 anos)	O primeiro é o respeito, o segundo é a fidelidade e o outro é simplesmente amar. Enquanto tiver fidelidade, a gente tem um acordo. A gente se conheceu na rua, estamos na mesma situação. Uma precisa do outro. Então é um amor de rua, que nasceu na rua.
Maria (34 anos)	Nosso pacto é até a morte. Não tem esse negócio que vou separar. Até a morte, é eu e ele. Somos um só, e a fidelidade em primeiro lugar.

Fonte: própria autora.

Os casais em situação de rua estão apensados em uma dinâmica muito particular, suas vivências e trajetórias sofrem a todo momento interferência do espaço que estão entreposto. Definir uma tipologia que abarque todas as variáveis e características comuns ou não se constituiu em um grande desafio desta tese.

No quadro abaixo, apresento a partir dos referenciais teóricos sinalizados os tipos de conjugalidade identificadas, o tipo de aliança e coesão estabelecida pelo casal e os sentimentos, o grau de adaptabilidade e as questões da rotina que afetam os relacionamentos e os planos e expectativas dos relacionamentos.

Quadro 6: Tipologias dos vínculos conjugais e outros aspectos relevantes da conjugalidade.

1						
Tipos de Conjugalidade	Tipo de Aliança e coesão	Sentimentos e Emoções atribuídos ao relacionamento	Questões da Rotina que afetam o relacionamento	Grau de satisfação	Perfil quanto a flexibilidade	Planos e expectativas dos relacionamentos
A. Companheirismo apaixonado	Fusão total entre os indivíduos (romântica)	Amor apaixonado	Ciúme e o uso abusivo de álcool e outras drogas	alto	Fechado	Convergentes-Casamento e Maternidade
B. Relação pragmática	Fusão de solidariedade por conveniência	Sentimentos contraditórios – o cuidador também é o agressor	Violência conjugal e ausência de privacidade	baixo	Fechado	Divergentes- Mudança de comportamento do cônjuge e rompimento com a rua.
C. Aliança de amizade	Fusão de solidariedade	Amor de amizade	Falta de atenção, de carinho e de sexo	médio	Aberto	Divergentes: rompimento e Manutenção da relação
D. Companheirismo de apoio e cuidado	Parceria, solidariedade e cuidado	Proteção e cuidado mútuo	Ausência de privacidade	alto	Fechado	Convergentes- Manutenção dos interesses em comum e Projeto de saída das ruas
E. Companheirismo solidário	Fusão parcial	Bem estar	A ausência de privacidade para a vida íntima	médio	Não respondeu	Sem expectativas
F. Companheirismo Parental	Fusão familiar	Sentimento de família, companheirismo e união	A ausência da oferta de mais serviços públicos que atendam as necessidades diárias de quem vive nas ruas	alto	Fechado	Convergentes- Projeto familiar de retorno a moradia
G. . Companheirismo, Camaradagem e parceria	Fusão de Solidariedade	Proteção e cuidado mútuo	Ausência de trabalho	alto	Fechado	Manutenção e fortalecimento da relação

Fonte: própria autora.

O casal A apresenta características de um modelo conjugal baseado na fusão total entre os indivíduos. Há uma expressiva valorização da paixão na construção da relação conjugal – **companheirismo apaixonado**. O discurso e o comportamento são compatíveis e o casal demonstra harmonia e conexão. Conversam de mãos dadas, trocam beijos e carícias com frequência. A todo momento, a postura de Francisco é de proteção a sua companheira. Segundo ele, a sua vida não existe sem Maria. Ela também relata que a sua vida não tem sentido sem ele: *ele é a minha família e o meu amor*. Ambos são ciumentos, mas ela declara ter mais ciúmes do que ele: *eu não gosto que ele tenha amizades com homens que não são casados, homens solteiros não são boas companhias*. O sentimento de solidariedade e cooperação mútua está presente e se alimenta precisamente da junção de rotinas cotidianas, ponto essencial de apoio para a intensidade da troca que se pretende efetivar na relação conjugal. A vida sexual se dá de maneira intensa e sofre pouca interferência da rua. O casal está adaptado a dinâmica da rua e, do ponto de vista deles, consegue organizar o dia. Na sua rotina, estão as atividades de trabalho (garimpagem) e renda, a alimentação, o banho e a volta para o seu ponto de referência (a casa improvisada). Quando o garimpo “explode”, ou seja, conseguem arrecadar um bom dinheiro na reciclagem, eles realizam algumas atividades de lazer como ir à praia, ir em um boteco comer, beber cerveja e dançar, e em algumas ocasiões costumam dormir na hospedaria. Esse programa é apontado como a melhor atividade de lazer do casal. Ambos relatam que esse é um momento de intimidade plena do casal e podem desfrutar de total privacidade. Além das possibilidades de tomar banho demorado e poder assistir televisão juntos. Tanto Maria (34 anos) quanto Francisco (35 anos) falam livremente da afetividade que um sente pelo outro, fazem praticamente tudo juntos, dão demonstrações de carinho e ciúme um do outro. O uso abusivo de drogas é um ponto de tensão que interfere na relação do casal, as situações de conflito do casal são decorrentes dessa tensão provocada pelo efeito da droga.

Figura 31: O beijo



Diferentemente do casal A, o casal B (Sérgio, 33 anos e Rita 55 anos) mantem um relacionamento conjugal baseado na fusão **que eu defino como sendo pragmático** (a fusão se dá por conveniência de ambas as partes). Os dois membros do casal buscam a proteção e segurança um no outro. O sentimento de Rita em relação a Sérgio é dual porque ao mesmo tempo que ele a protege da violência sexual na rua ele também é o seu agressor, ainda que ela justifique que esse fato só ocorra quando ele faz uso de bebidas alcoólicas e drogas. O relacionamento é marcado pelo movimento de rupturas e reconciliação a todo momento. Rita sempre cede às chantagens emocionais de Sérgio, o qual se mostra arrependido e faz promessas quando ela ameaça romper definitivamente a relação. Rita confronta a todo momento a validade deste relacionamento porque tem muita dificuldade de conceber a vida conjugal fora do padrão da casa e da privacidade que ela exige. O exercício da vida sexual na rua é uma demanda masculina, o sentimento feminino nesse campo é mediatizado pelo constrangimento. Além disso, Sérgio expressa que ela tem um sentimento de culpa, fruto da sua educação religiosa *“Eu sinto um pouco de culpa de estar com ele sem ser casada, sem regularizar a situação. Porque é pecado porque Deus não está abençoando por isso, a gente está vivendo uma*

relação. Eu penso em casar e ver ele largando totalmente as drogas”. O sentimento de amor entre o casal é pouco verbalizado e as demonstrações de carinho são reticentes. O relacionamento amoroso do casal parece situacional, não há convergências de planos do casal. Um olha para dentro da relação e o outro olha para fora como se estivesse à espera de uma oportunidade.

Figura 32: Pier da Praça XV



O casal C configura-se como um relacionamento baseado na fusão de **aliança de amizade e de parceria**. Trata-se de um modelo menos romântico e menos fusional na sua configuração. É um estilo de funcionamento conjugal capaz de abrir mais campo para a expressão da autonomia pessoal (justifica-se pela

independência de gênero ou centrada na “proteção de alguma intimidade pessoal”). Pouca importância para sexualidade. A amizade como sentimento de união conjugal pode, no entanto, ser expressa de maneiras consideravelmente distintas, particularmente permeáveis aos contextos específicos. Com efeito, esse modelo se justifica sobretudo pela dependência de gênero que atua como liame fusional entre o casal, denotando o peso simbólico das expectativas relacionais que o romantismo foi historicamente edificando. Algumas rotinas são fusionais. Há uma tendência ao fechamento feminino na família e mais abertura masculina para fora da família, uma vez que há uma naturalização das diferenças de gênero em papéis e identidades muito diferenciadas tradicionalmente instituídas. Os membros do casal se referenciam um no outro, ainda que alguns aspectos da conjugalidade tenham sido desgastados com o tempo, como o enfraquecimento do padrão de desejo e atenção na relação. Waldemar (53 anos) associa o desgaste da relação ao tempo de convivência longo e ao costume e dependência que o tempo produz nos relacionamentos.

São vinte oito anos juntos. Eu tenho que tomar conta dela e ela tem que tomar conta de mim. Um olhando para o outro. Nós sofremos muito juntos eu e ela e quando ela não está perto de mim ela se sente triste. E também quando não estou perto dela me sinto meio abatido. Sinto a maior saudade quando ela vai embora. Eu gosto da comunicação dela. Ela é boa de leitura. Eu não sei ler, ela ler a Bíblia pra mim. Ela senta ao meu lado e dita para mim, ela lê e eu vou escutando. Isso que acho maneiro nela. Não gosto quando ela vai no mercado, aí quando ela volta com um montão de bagulho, um montão de bolsa, ela vai juntando bagulhada toda.

Diferente de Waldemar (53 anos) que naturaliza as questões que afetam o relacionamento, a sua companheira Glória (53 anos) não tem uma visão tão satisfatória do relacionamento, e avalia que o tempo desgastou as coisas que ela gostava no casamento e no seu companheiro.

Eu gosto de conversar porque eu não gosto de ficar sozinha. Quando eu o conheci, ele tinha um diálogo melhor comigo, mas de uns tempos para cá, eu estou sentindo que estou sendo rejeitada. Agora ele não tem muita importância não.

Figura 33: Casal em troca de olhares



Durante a realização das entrevistas ficou perceptível que parte dos desentendimentos do casal está relacionado à falta de diálogo no cotidiano. Alguns temas trazidos pela entrevista suscitaram reflexão e demonstração de carinho.

O casal D justifica-se pelos ideais de um projeto conjugal comum, estão fundidos pelos **sentimentos proteção e cuidado mútuo**. A conjugalidade é percebida a partir do valor subjetivo que cada um deposita na relação. A expectativa de ambos os cônjuges é o cuidado que um oferece ao outro no ambiente da rua. As rotinas são fusionais e se fundem com as atividades individuais. A vida sexual tem a sua relevância, não é o foco principal do casal. O amor justifica-se pela relação de confiança e de apoio mútuo entre cônjuges. Nos discursos ambos falam do lugar

que um ocupa na vida do outro, há um sentimento de família presente nos seus discursos. O sofrimento psíquico, apontado por Safira (57 anos), causado pelo assassinato do seu filho é reconfortado com a presença de Manoel (38 anos) na sua vida e todo o seu amparo e apoio nos momentos que ela mais precisa. Ele é a pessoa amiga que lhe ouve, cuida dela e não questiona o seu passado. Na mesma proporção Safira é retributiva a Manoel, cuida dele na rua e é o seu único ponto de apoio, uma vez que ele não tem nenhum tipo de contato com seus familiares. O casal tem pouca abertura para sociabilidade e estão na maioria das vezes sozinhos. Ambos ressaltam a importância do cuidado mútuo e do suporte emocional que um dá para o outro na rua. Para Manoel, a presença de sua companheira lhe propiciou outra vida, antes de conhecê-la ele tinha uma relação intensa com a droga e não tinha nenhum prazer em viver. Ela é o seu ponto de equilíbrio e a pessoa mais importante da sua vida. ‘ela é a minha mulher, minha mãe, minha irmã e a minha família. O nosso sonho é poder ter a nossa casa e viver com mais dignidade sem o medo da violência da rua.

O casal E define o seu relacionamento como **amor de rua (estão em uma situação comum e são solidários um com o outro)**, a fusão se dá pelo sentimento de solidariedade e apoio. Ambos vieram de outros estados e não possuem nenhuma relação afetiva com a cidade, também não têm nenhuma referência familiar por perto e isso contribui para o aumento da conexão entre eles. Ambos reconhecem a importância de um na vida do outro dentro do contexto de isolamento e solidão da rua. João assume na relação uma postura dominadora, as falas de Regina são sempre secundárias e de confirmação da dele, ficando claro a sua submissão diante do seu olhar reprovador em pequenas atitudes como rir e falar alto. João se apresenta como uma pessoa empreendedora e que gosta de trabalhar, ele tem um “burrinho sem rabo” e realiza pequenos fretes na região do Centro, além de trabalhar também como ambulante vendendo água, balas e chinelos. O trabalho informal lhe traz uma relativa autonomia financeira e isso reforça a sua autonomia individual na relação. O casal fala muito do cotidiano na rua, mas pouco sobre os seus sentimentos e planos em conjunto, demonstrando que o relacionamento vivido está baseado no presente. Não identifiquei entre eles um projeto de casal. O sexo tem um lugar relevante na relação, o casal relata ter uma vida sexual ativa e satisfatória. Parte dos recursos financeiros advindos do trabalho informal e dos benefícios assistenciais que recebem (ambos recebem o auxílio Brasil) são

investidos na alimentação, materiais de higiene e limpeza e no lazer. Entre as atividades de lazer citadas estão ir à praia, fazer um lanche e tomar uma cervejinha, frequentar lugares com música e dormir em hospedarias.

Figura 34: Casal no Largo da Carioca



O casal F Rua é composto por uma família nuclear, pai, mãe e 3 filhos com idade de 10, 8 e 6 anos. O casal mantém uma conjugalidade mediada pela parentalidade. O cotidiano conjugal é intenso por conta das demandas das crianças. Vanusa passa o dia com as crianças no trecho entre as Ruas Uruguaiana e Alfândega. A rotina deles é orientada pelos horários da distribuição de comida. Na parte da manhã ela se dirige com as crianças para o Largo da Carioca e à noite eles ficam na esquina na Uruguaiana com a avenida Presidente Vargas. Eventualmente, se

deslocam para outros lugares. A outra árdua tarefa diária é o banho das crianças e a garantia de um lugar seguro para a família dormir. A maior tarefa de Vanusa é cuidar dos filhos. César tem o papel de provedor da família, trabalha na reciclagem e outros biscates que faz ao longo do dia. A dinâmica familiar intensa quase não permite que o casal se centre na conjugalidade, as crianças estão colocadas como uma prioridade. O casal demonstra um sentimento de família e uma relação de muita parceria e cuidado mútuo. A vida sexual é pouco priorizada e sofre interferências das crianças e dos agentes externos e isso não é retratado como uma preocupação por parte deles. Aos finais de semana eles adotam na sua rotina de reunião familiar passear com os filhos no Aterro do Flamengo, ocasião em que cozinham na panela de pressão, em um fogareiro improvisado, carne seca com aipim, enquanto as crianças brincam de bola e tomam banho de mar. Importante destacar que não foi registrado cenas deste casal a pedido dos mesmos e também em razão da presença das crianças que estavam sempre em sua companhia. O casal tem um projeto de vida familiar e o maior desejo deles é voltar a viver em uma casa e retomarem a suas rotinas habituais de uma família. Demonstram excessiva preocupação com a situação das crianças. Na rua, o maior temor deles é que uma das suas filhas sofram algum tipo de assédio ou violência sexual.

O casal G está junto há dois anos. Se conheceram em Niterói, ele já estava em situação de rua e ela tinha acabado de chegar do Espírito Santo e estava perdida na rua. A partir deste encontro inusitado engataram uma amizade e em seguida um namoro. Ao contrário de sua companheira, a rua se impôs para ele como uma necessidade após a perda do trabalho e a ausência de referências familiares na cidade. Mônica relata que veio para o Rio de Janeiro por vontade própria, deixando os filhos já grandes com a avó materna e o pai. Ao conhecer a história de Eduardo se identificou com ele e de dispôs a ficar com ele mesmo nessa condição. Ela já foi casada, tem 3 filhos e uma neta. Ele deu poucos detalhes da sua vida de antes da rua, se mostrando sempre muito reticente. De Niterói, seguiram para o centro do Rio de Janeiro em busca de acolhimento institucional e trabalho. Estiveram acolhidos na Central de Recepção de Adultos e Famílias Tom Jobim por um curto espaço de tempo, mas ambos relataram descontentamento com as normas de funcionamento do espaço e retornaram para as ruas. A rotina do casal na rua é bastante organizada, eles trabalham diariamente catando latinhas e outros materiais

recicláveis, se alimentam nos locais de distribuição de comidas, acessam os serviços públicos e filantrópicos disponíveis na cidade com frequência e buscam locais iluminados e movimentados para dormir. Mônica é uma pessoa muito comunicativa e cativante, impulsiona o casal para frente. Em pouco tempo em que começaram a frequentar uma instituição espírita se engajaram nas atividades e passaram a receber um auxílio para custear o aluguel de um quarto. Essa foi uma ajuda importante que possibilitou além do rompimento com a rua, a possibilidade de retorno para o trabalho. Mônica e Eduardo mantêm uma relação de parceria e camaradagem. Apesar do contexto em que se conheceram e iniciaram o vínculo amoroso, eles demonstram estabelecer uma relação muito equilibrada, consoante ao que Aboim define como “amor de alternância”. Ao fazer uma autorreflexão sobre a experiência de viver um relacionamento íntimo e amoroso na rua, Mônica relata que essa foi a maior experiência da vida dela, a relação com Eduardo é intensa porque eles passam a maior parte do tempo juntos, na rua um tem que cuidar do outro, um depende do outro e isso fortalece o amor e a amizade. A confiança no outro é fundamental. Quanto a sexualidade, Mônica diz que a rua interfere na vida sexual sim, mas não afeta o desejo e a vontade de estar juntos. A vida sexual na rua é marcada por improvisos e exige uma disponibilidade de ambas as partes de se adequarem à situação.

Esses relatos expressam o lugar que os vínculos afetivos ocupam no contexto da rua e os diferentes significados a depender da história e da construção de cada casal. A convivência diária e intensa, devido à ausência de projetos individuais, torna a relação mais intensa e fragilizada.

Sobre o grau de intensidade e fragilidade que essas relações ganham no cenário da rua, Frangello (2004) aponta que, por menor que seja o tempo passado juntos a relação ganha intensidade e as questões da fragilidade que envolvem o casal não impedem que as manifestações de carinho e afeto de ambas as partes sejam realizadas: os olhares, os abraços, o beijo e o cuidado com o outro.

O olhar e o sorriso de Maria capturados em um dos muitos encontros que eu estive com o casal traduzem o quanto é tão intenso e afetuoso a relação deles a despeito das inúmeras dificuldades encontradas na rotina do casal. As emoções e sentimentos presentes nestes discursos são experiências muito subjetivas a depender da percepção e das expectativas de cada um na relação.

Figura 35: Café da manhã



No processo de construção dos vínculos afetivos, as emoções, os sentimentos e as memórias afetivas são componentes indissociáveis. Isso mostra-se muito evidente nos relatos em que o vínculo está muito associado ao bem-estar e à alegria que a presença de um faz na vida do outro. “Sem ela eu vegeto”; “Sem a Glória eu sou um parasita”, “Ele é a minha alegria de viver”, entre outras expressões que dão a dimensão da importância dos vínculos e das emoções no contexto da rua.

8. A intimidade e constrangimento dos casais na rua

Figura 36: A cama na varanda



O Campo da Sexualidade é uma dimensão da vida humana cercada de mitos e preconceitos. As Ciências Sociais têm contribuído de diferentes formas sobre esse tema, realizando pesquisas acerca do comportamento sexual e o papel da sexualidade e das representações sociais a partir do ponto de vista de diferentes grupos. Os estudos identificados sobre a sexualidade da população em situação de rua em geral abordam esse tema sob a perspectiva das vulnerabilidades e risco a que estes grupos estão expostos no processo de saúde e doença, há pouca preocupação sobre o exercício pleno da sexualidade desse grupo.

A cama na varanda, como sugere a imagem, está para além da metáfora usada por Navarro (2012) para propor o debate sobre os tabus dos relacionamentos íntimos e amorosos na modernidade. Ela expressa um modo de viver a intimidade e a sexualidade sem paredes e faz parte do cotidiano das pessoas que estão em situação de rua. A sexualidade, segundo Jablonski (1998), constitui-se um fator relevante de análise dentro dos relacionamentos afetivo-sexuais, a atividade sexual e desejo se inscrevem como dois campos potentes para manutenção destes vínculos.

Contudo, historicamente essas relações não têm sido simétricas. Até o século XVI, a vida sexual dos indivíduos estava restrita à esfera conjugal e ao matrimônio, o sexo era observado como um rito sagrado. O sexo não estava relacionado ao prazer, mas à procriação. O prazer se dava fora do matrimônio e era uma prerrogativa masculina. Somente a partir da segunda metade do século XX, com a emancipação feminina e com as mudanças advindas desse processo, que a satisfação sexual foi dissociada do casamento e tornou-se um terreno de interesse feminino.

Consoante Giddens (1998), a sexualidade na cultura moderna tem sido interpretada de diferentes formas, a principal delas é a mudança de papel relacionada à sexualidade liberada da ligação intrínseca com a reprodução e diz respeito à emergência da sexualidade plástica. Tais transformações nesse campo da intimidade, como frisa o autor, estão relacionadas às mudanças no papel feminino. Na modernidade, as vivências e as práticas sexuais passaram a ser um imperativo existencial, apesar dos avanços que a modernidade trouxe para este campo as transformações relativas à moral e ao papel masculino e feminino ainda permanecem como tabu para alguns grupos e segmentos sociais.

Bozon (2004) aponta que na sociedade individualizada contemporânea as trajetórias e experiências sexuais são diversificadas e tornam-se cada vez mais um elemento principal da construção dos indivíduos. Inúmeros fatores contribuem para modelar essas experiências dos diferentes grupos, tais como: as trajetórias pessoais, a religião, as condições de vida e as redes de sociabilidade, os padrões das relações, uso do corpo e a posição na estrutura social.

As desigualdades sociais e econômicas, diferenças culturais e étnicas, relações de dominação e de colonização muitas vezes atuam nas relações, desejos e sonhos sexuais; a desigualdade dos grupos sociais e culturais se expressa em relações assimétricas entre os corpos e em representações sexuais estereotipadas do outro cultural e social, que mais reforçam do que deslocam essas situações de desigualdade. Ou seja, existe uma tradução sexual das relações desiguais (BOZON, 2004, p.97)

O autor chama atenção para o fato como estas estruturas sociais e culturais, associadas às trajetórias pessoais dos sujeitos, podem interferir no comportamento sexual, considerando que ao longo da vida a sexualidade pode sofrer várias interpretações.

Singly (2000) destaca que, na modernidade, a sexualidade tornou-se um território conjugal. A partir da virada do século XX a sexualidade deixou de ser uma atividade restrita ao matrimônio. O pós 68 rompeu com a utopia conjugal que a sexualidade é inseparável da vida afetiva e com o padrão diferenciado de sexo para homens e mulheres (estigma X obrigação).

Bozon e Heiborn (2001), ressaltam a importância do movimento feminista nas mudanças ocorridas no campo da sexualidade e na denúncia dessa “dupla moral sexual”, destacando três fenômenos importantes nesse campo: o surgimento dos métodos contraceptivos, o advento da epidemia da AIDS/HIV na década de 80 e a perda do valor da virgindade e a valorização do prazer feminino.

Analisar a sexualidade do ponto de vista socioantropológico implica tratá-la como qualquer outro domínio da vida social. Isso justifica o enfoque dado à PSR neste estudo. O olhar da sociedade para o campo da sexualidade da PSR tem sido visto de uma forma estigmatizada por dois ângulos: assexuado (não tem vida sexual porque a rua não oferece condições para tal prática); ou pervertido (faz o exercício livre e irresponsável, sendo vulnerável e promíscuo em suas relações).

A instabilidade emocional e as condições sociais e materiais, que casais que vivem em situação de rua estão constantemente submetidos, são questões que por si só remete ao reexame da sexualidade. A intimidade e a sexualidade passam por um processo de adaptação, uma vez que esta sexualidade passa a ser compartilhada pela ausência de privacidade. O espaço da rua não é concebido socialmente como um espaço adequado para o exercício das práticas sexuais. Haja vista o tom reprovador da sociedade pela quebra do decoro social.

A falta de individualidade na rua não afetará a todos os indivíduos na mesma proporção, uns serão mais sensíveis do que outros. O constrangimento com o corpo também se dará nesta dimensão de variável. No decurso desta pesquisa, lembro do meu constrangimento em ter presenciado uma mulher defecando nas escadarias do metrô da Cinelândia (saída Rua Santa Luzia). O local estava pouco movimentado e eu fiquei sem saber o que fazia, se voltava ou se seguia o meu caminho, tamanho o meu incômodo. Segui e passei por ela sem olhar para trás. Fiquei me questionando se aquela situação era realmente constrangedora para ela ou se ela havia desenvolvido alguma forma de lidar com a falta de privacidade no espaço público.

Esse foi um gatilho importante para analisar a dimensão da intimidade e do constrangimento do corpo na cena da rua. Assim como o ato de defecar o ato sexual é prática culturalmente restrita ao espaço privado, a não observância dessas regras depõe contra o decoro social.

Para todos os entrevistados a ausência de privacidade na rua interfere em alguma medida na vida sexual, para uns mais do que para outros, como expressam os relatos:

Safira (57 anos): Na rua não tem como, é perturbação de cachorro e de tudo. Na rua a gente fica tenso porque pode passar um lunático e jogar um litro de gasolina e tacar fogo. Outros passam e chamam de mendigo. Nós não somos mendigos. A gente independente de fazer ou não fazer, continua a mesma coisa, a gente não se separa. O sexo para mim ficou em segundo lugar na minha vida. Tudo tem o seu momento.

Maria (34 anos): Privacidade, a gente não faz sexo de dia aos olhos das pessoas. A minha privacidade é dentro da minha “casa” (referindo-se à cabana improvisada), é só mesmo de madrugada, quando todo mundo tá dormindo. Nem nos finais de semana porque tem muita movimentação. Para mim impede um pouquinho. A gente espera a hora certa pra transar. Às vezes, demora quinze dias para ter a hora e privacidade certa.

Francisco (35 anos): Diminui a frequência de fazer sim. Mas o desejo continua com certeza, aumenta mais ainda. Vamos para hotel. Vamos no hotel. Sempre quando a gente dá uma estourada boa no garimpo, a primeira coisa.

Sandro (43 anos): Não é tranquilo porque na rua tudo é muito mais difícil. Você não pode andar pelado, fazer o que gostaria. Tem hora que não dá para você fazer nada porque você está no meio da rua. Você fica vulnerável, pode arrumar problemas.

José (56 anos): Não existe, a rua destruiu. Não tem como, não tem como fazer isso em público. Quando a gente consegue um dinheirinho da reciclagem ou do Bolsa Família ou do Auxílio do Governo a gente vai dormir num lugarzinho. Toma um banho, namora, assiste tv, descansa.

Waldemar (53 anos): Aqui não pode. Quando a gente quer fazer amor, tem a Catedral, a gente leva nosso colchão tudo escuro a gente fica lá dentro. Aqui passa muito carro. Na rua é muito ruim, e dá problema ainda. Atentado ao pudor.

Glória (53 anos): Não estou tendo quase relação nenhuma porque ele está descontrolado da mente, não me procura mais. Mas quando a gente fazia, interferia sim. Na rua não pode, um dia ele fechou com uma tábua ali, fechou aqui, mas quem passa ali mete a cara.

A ausência de um espaço de privacidade e intimidade na rua mostra-se como um desafio para os casais que vivem neste contexto. A cabana, a barraca, o cafofo, a casinha improvisada são estratégias utilizadas pelos casais para driblar a ausência de proteção, assim como os constrangimentos e os olhares reprovadores da sociedade.

No pequeno espaço de menos de 2 metros quadrados, Cintia (28 anos) e Alex (31 anos) improvisam uma moradia construída de pedaços de pano, plástico e papelão encontrados no lixo, definidos por eles de cafofo. A engenharia inventiva do casal me chama atenção em dois pontos: primeiro pelo fato da estrutura montada estar apoiada sobre as pilastras da mureta histórica que emoldura o relógio da Glória e segundo pelo grande volume de coisas acumuladas em torno desta estrutura. Certamente nem Cintia nem Alex têm noção do valor arquitetônico daquele lugar, mas relatam que gostam de estar naquela região pela facilidade de acessos, pela rede de amigos e serviços que o lugar dispõe. Em toda a extensão da rua da Glória há um comércio popular de coisas usadas espalhadas pelo chão e o casal trabalha na comercialização de objetos que eles garimpam na rua e ganham de doação.

Figura 37: Moradia improvisada na mureta histórica da Rua da Glória



Tanto Cintia quanto Alex se referem ao “cafofo” como uma moradia de fato, em que pese as condições desfavoráveis do espaço. Ambos demonstram preocupação com seus pertences uma vez que parte deles são mercadorias de trabalho, então isso gera uma grande expectativa em relação às ações da ordem urbana que acontecem à revelia desses sujeitos. Os encontros com o casal sempre se deram nas imediações da moradia e do trabalho deles. Cintia mantém um forte vínculo com o espaço da casa, embora a sua moradia seja na rua, ela cultua práticas e rotinas do espaço doméstico. Suas roupas pessoais e de cama são dobradas e guardadas na mala e seus utensílios domésticos organizados em um carrinho. Chama a atenção a presença dos livros e o cuidado deles em não entrar no cafofo calçados. Alex aprecia a leitura e nas suas andanças vai colecionando livros de seu interesse. Segundo ele, é uma forma de se desconectar da realidade.

Ambos falam do desconforto de estarem na rua e o quanto isso afeta o relacionamento conjugal deles. A vida sexual do casal é regulada por agentes externos: as pessoas que passam, o trânsito e o barulho dos carros e os agentes públicos que sempre vistoriam o local. Isso interfere na qualidade do prazer e na realização das fantasias. O sexo sofre um processo de adaptação e as relações ocorrem quando o casal avalia que o ato não irá trazer nenhum risco para eles e nem para os outros. Há uma evidente preocupação com o barulho e o incômodo que isso pode causar para o outro.

O comportamento de Cintia e Alex denota uma preocupação com os padrões de decoro analisados por Santos e Aguieros (1999). Para estas autoras o padrão de decoro contribui para delimitar o respeito que uma pessoa deve à sociedade e aos outros e regula o modo como se dá a interação entre as pessoas.

Delimitam mesmo o comportamento que nem mesmo se deve dar na presença da família e que nem por isso deixa de ser algum modo regulado dos padrões sociais de conduta: o próprio indivíduo no recato da solidão é não raro o outro de si mesmo, a alteridade reguladora de sua mais íntima conduta. (p. 106).

Dentre as situações que são regidas pelas regras sociais que mais trazem constrangimentos ao corpo destaca-se o sexo. Pelas regras sociais a vida sexual das pessoas deve estar restrita à esfera íntima. Qualquer subversão dessa ordem representa uma quebra do decoro social. A intimidade está restrita ao ambiente íntimo da casa, que também tem suas próprias regras de conduta.

Ainda de acordo com essas autoras supracitadas, a casa é tida como um local de maior flexibilidade moral por causa da sua relação com a intimidade, uma vez que o acesso à casa e aos bastidores pode ser mais controlado. O que é condenável no espaço público torna-se eventualmente permissível no espaço privado. E mesmo dentro de casa há uma separação do espaço íntimo e do espaço em que todos têm acesso, como a sala (p. 115).

A impossibilidade dessas separações ou mesmo a inexistência da casa torna os indivíduos mais vulneráveis e suscetíveis às interferências do público, tal qual pode-se observar na realidade das pessoas em situação de rua. A noção de público e privado se inter cruzam a todo momento. A intimidade exposta da casa sem portas e janelas parece implicar no duplo constrangimento para quem está de dentro e para quem está de fora dela.

A partir destas observações do cotidiano na rua foi possível constatar que o sentimento de constrangimento é a todo momento atingido, obviamente que não na mesma medida para todos. Viver na rua se mostra como uma experiência marcada de simbolismos negativos como o isolamento, a solidão, a tristeza, a vergonha, o fracasso, a impotência, a falta de esperança. Contudo, os indivíduos buscam formas de dar sentido a sua existência por meio de mecanismos de resiliência e readaptação dos espaços. Pensar como as relações íntimas e amorosas e a vida sexual se dão neste espaço exige reconhecer que a PSR é formada por pessoas que mesmo excluídas do modo de produção e dos acessos aos bens da sociedade, permanecem conectadas à mesma cultura e costumes. Estes indivíduos também são formados de sonhos e sentimentos. O amor é uma clara evidencia de sua humanidade.

Logo, não se pode ver os relacionamentos íntimos e amorosos neste contexto, como algo inusitado. No cotidiano de quem vive nas ruas, essa é uma prática corriqueira, tal qual é na vida das pessoas domiciliadas. As pessoas se divertem, paqueram, mantêm relações sexuais, namoram, casam-se, ou seja, têm uma vida afetiva e sexual que consideram normal a partir da realidade delas. E isso é corroborado nas narrativas dos sujeitos desta pesquisa.

Em que pese as interferências sobre a vida sexual, a frequência sexual é uma determinação imposta pelo próprio casal. Entre os interlocutores desta pesquisa, observou-se uma variação de frequência máxima de 3 relações sexuais semanal e a

mínima de 1 relação sexual a cada 3 meses. A frequência no contexto da rua não necessariamente é delineada pela ausência de desejo, mas pelo conjunto de fatores que interferem no enlace sexual.

As pesquisas realizadas sobre sexualidade, como sinaliza Catão et al (2010) apud Lopes e Maia (2005); e Vilela e Doreto (2006), demonstram que homens e mulheres vivenciam a sexualidade de formas distintas e a satisfação sexual também é mensurada a partir de pontos diferentes. O exercício da sexualidade mostra-se mais livre entre os homens, eles apresentam menos queixas sobre a interferência da rua no sexo e a satisfação sexual está muito associada à ereção: “o *sexo para o homem é mais simples, só não pode brochar na hora H, mulher é tudo mais complicado, tem menstruação, tem gravidez aí já viu*” (Manoel). Na análise dos discursos femininos a satisfação sexual é almejada no orgasmo, mas os fatores ambientais, assim como, as questões próprias do corpo feminino - o ciclo menstrual, a menopausa, as doenças ginecológicas e a comunicação entre o casal – interferem diretamente na satisfação sexual.

As fantasias sexuais são um campo comum aos dois gêneros, mas as mulheres mostraram-se mais abertas a falar sobre esse tema. As fantasias relatadas estão relacionadas à adequação do espaço físico para intimidade, como expressa Mônica e Sandro. *Eu gostaria de ficar deitada com ele em uma cama, sem nenhuma perturbação. Na rua o sexo é rápido, é sempre a mesma posição. A gente procura um cantinho, uma moita, mas fica aquela preocupação na cabeça, e nem sempre é bom* (Luciana). Para Eduardo a sua grande fantasia é imaginar o dia que ele vai poder ficar “*totalmente à vontade*” com a sua mulher andando nua pela casa e ele contemplando o corpo dela.

Embora as fantasias sexuais sejam consideradas ainda um tabu, elas são um componente importante no desenvolvimento da sexualidade humana. As fantasias estão diretamente ligadas ao surgimento dos desejos sexuais. Para a pesquisadora Carmita Abdo⁷⁰ (2021), fundadora e coordenadora do Programa de Estudos da Sexualidade do Instituto de Psiquiatria dos Hospitais das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, as fantasias acontecem como um incremento para relação e

⁷⁰ Fantasias sexuais: especialistas explicam o que são e quais as mais comuns | Sexualidade | G1 (globo.com).

<https://g1.globo.com/saude/sexualidade/noticia/2021/11/15/fantasias-sexuais-especialistas-explicam-o-que-sao-e-quais-as-mais-comuns.ghtml>

exploram a criatividade. As fantasias são livres, funcionam como ideias, algo novo pode ser colocado em prática ou não. “Quem se permite fantasiar, normalmente, faz isso para tornar a ação sexual mais interessante, mais intensa, ou mesmo porque não tem como ou não desejar viver isso na realidade” (p. 3).

9. Considerações finais

O contexto em que esta pesquisa foi realizada, no auge da Pandemia do Covid 19, entre agosto de 2020 e maio de 2021, potencializou os desafios pertinentes ao próprio campo de pesquisa e se impôs como um importante marcador redefinindo o tempo e o desenvolvimento desta etnografia.

A Pandemia promoveu inúmeras transformações em diferentes lugares do mundo. Na cidade do Rio de Janeiro, os impactos mais severos se deram sobre as populações mais vulnerabilizadas que residem nas regiões mais pobres da cidade. As medidas de afastamento impostas pelas vigilâncias epidemiológicas e sanitárias alteraram a dinâmica de toda a cidade, em especial da região Central, culminando em um grande esvaziamento da região e o aumento expressivo da população em situação de rua (PSR).

A etnografia realizada na rua, como sinaliza Eckert e Rocha (2003), consiste no desenvolvimento da observação sistemática da mesma na descrição de cenários e personagens que fazem parte da rotina deste espaço, o que por si só implica em alguns desafios. A rua apresenta uma infinidade de informações que exige do pesquisador uma observação e um registro cuidadoso, assim como o trato dado a essas observações.

Além da observação participante e das entrevistas, que me permitiram analisar diversas nuances do campo de pesquisa como a interação do grupo estudado e suas particularidades, o uso das imagens nesta tese possibilitou documentar o modo como a PSR ocupa o espaço urbano, as práticas e ritos dos casais em situação de rua, o modo de viver na rua de forma improvisada na estação do BRT, na marquise do ponto de ônibus, em barracas e em outras estruturas inventivas que remetam à idealização de uma casa e seus aposentos. As imagens documentadas serviram ainda para registrar momentos de descontração entre os casais, sorrisos, troca de afetos e olhares, entre outras situações de intimidade e rotina. Elas se somam ao texto escrito e servem para ajudar traduzir aquilo que o texto escrito não conseguiu, ademais a linguagem imagética possui mais força metafórica e torna a percepção dos fenômenos sociais mais sensível, conforme Peixoto (1998).

O foco desta investigação etnográfica sobre a trajetória de casais em situação de rua abre a possibilidade de ampliar o debate sobre a PSR, para além das questões objetivas e do campo, das necessidades materiais destes sujeitos, considerando os aspectos subjetivos e as necessidades afetivas e emocionais inerentes à vida humana. Neste processo destacam-se alguns pontos relevantes que colaboraram para o alcance dos resultados desta pesquisa como, a delimitação do campo, as estratégias de inserção, a interlocução com os entrevistados e a aceitação dos casais em participarem da pesquisa permitindo compartilhar suas rotinas e intimidades.

A análise do conjunto do material etnográfico aponta a pobreza e a vulnerabilidade extrema como um traço comum aos casais em situação de rua, assim como a fragilidade e a ruptura dos vínculos, em maior ou menor medida são marcadores presentes na trajetória desses sujeitos. A descrição do modo de viver na rua retrata o ritual e a cultura da rua de forma objetiva, traduzida nas dificuldades diárias e nas estratégias de sobrevivências que vão sendo construídas neste espaço. Viver na rua se configura como um modo muito particular de vida, inventivo e resiliente, e no qual as pessoas mobilizam diferentes recursos internos, como a memória afetiva, para darem prosseguimento à vida.

Nos discursos femininos, o processo de ruptura com a casa está vinculado a perdas afetivas de um modo geral, Valéria e Soraia são duas situações dramáticas de mães que perderam os filhos e entraram em um processo de sofrimento sem suporte emocional para superar a perda. As ruas, via de regra, configuram-se como um espaço violento para o público feminino. A violência física e sexual é recorrente e não conta com nenhum sistema de proteção e segurança. Viver na rua, para as mulheres é um duplo desafio, elas estão expostas à violência de um modo geral e à violência decorrente da sua condição de gênero. A violência conjugal também se configura como uma realidade entre os casais em situação de rua, obedecendo ao mesmo padrão de violência conjugal e doméstica que acomete mulheres domiciliadas. Contudo, no espaço da rua essas violências se tornam mais invisíveis e naturalizadas.

Entre os 20 casais que participaram desta pesquisa, 45% relataram episódios de violência, sendo que em 20% essa violência acontecia de forma mútua. Entre os 7 casais que acompanhei de forma sistemática, 35% relataram episódios

de violência. Nos discursos femininos, essa questão se mostra muito contraditória, uma vez que a presença masculina também é vista pelas mulheres como uma forma de proteção contra a violência sexual que estão suscetíveis com frequência no espaço da rua, ainda que as relações sejam abusivas, isso é relativizado nestes discursos.

No contexto da rua, as relações afetivas tendem a ser mais intensas e centradas no casal, não há interferências de familiares e de amigos ou de agentes externos na relação. Nestes relacionamentos não há uma valorização expressiva com a instituição matrimonial porque não há preocupação com o *status quo* do casamento, bens e filhos, normalmente associado aos segmentos médios da sociedade. A preocupação do casal está centrada no cotidiano da rua e na sobrevivência diária deles.

Os vínculos íntimos e amorosos também se apresentam como um fator importante no processo de ruptura com as ruas. O apoio mútuo funciona como um suporte de proteção e impulso para construção de novos projetos individuais, tal como foi possível observar nas narrativas de Francisca e Edwilson; Mônica e Eduardo; e Antônio e Amanda, que encontraram no vínculo conjugal um ponto de equilíbrio e uma forma de reorganizar a vida e impulsionar mudanças para o processo de ruptura com as ruas. A existência do projeto conjugal se inscreve nesta perspectiva como um alicerce para o resgate e aumento da autoestima e também como meta conjunta a ser alcançada a partir da definição de prioridades e desejos dos cônjuges.

Quanto à sociabilidade, em geral os casais preferem se manter mais reclusos do grupo como forma de evitar crises de ciúmes e conflitos. A descrição do cotidiano conjugal muitas vezes se mistura com o cotidiano de trabalho e viração pela sobrevivência. A vivência do casal, as questões do casal aparecem em segundo plano porque há uma preocupação com a sobrevivência.

A qualidade conjugal não pode ser analisada pelos padrões clássicos da terapia de casais, uma vez que o nível de tensão do cotidiano por si só aponta que os indicadores de coesão e adaptabilidade tendem a se concentrar em escalas mais extremas. Na avaliação dos casais o grau de satisfação refere-se ao nível de atenção e companheirismo presente na relação, bem como o interesse sexual existente entre eles.

A vida sexual do casal no contexto da rua é regulada por agentes externos e a atividade sexual passa por um processo de adaptação ao novo ambiente, podendo interferir na qualidade do prazer e na realização das fantasias. A noção de público e privado se inter cruzam a todo momento e a intimidade exposta fora da casa, sem portas e janelas parece implicar no duplo constrangimento tanto para os membros do casal quanto para quem transita pela rua. O exercício da sexualidade mostra-se mais livre entre os homens, eles apresentam menos queixas sobre a interferência da rua no sexo e na satisfação sexual. Na análise dos discursos femininos, a satisfação sexual é almejada no orgasmo, mas os fatores ambientais, assim como as questões próprias do corpo feminino - o ciclo menstrual, a menopausa, as doenças ginecológicas e a comunicação entre o casal – interferem diretamente na satisfação sexual. As fantasias sexuais são um campo comum aos dois gêneros, mas as mulheres mostraram-se mais abertas a falar sobre esse tema.

A invenção da casa de rua apresenta-se como uma necessidade dos casais em busca da privacidade, contudo ficou evidente que esta é uma demanda muito mais feminina e isso se expressa no cuidado e na organização dos espaços, das roupas, dos utensílios e dos pertences. Maria, Glória, Vanusa e Regina, durante os muitos encontros que realizamos juntas, demonstraram preocupação em me receber com a calçada varrida e a “casa” em ordem, fazendo um enorme esforço para que eu as pudesse reconhecer como boas esposas e boas donas de casa.

A construção da identidade conjugal é composta de semelhanças e diferenças entre homens e mulheres adultos. No universo feminino no processo de escolha conjugal, está ancorado na segurança que a presença masculina trás no contexto da rua, e também ao significado que “ter um companheiro” pode representar subjetivamente, e perante as outras pessoas, estar casada ou estar solteira têm diferentes significados nesse contexto. Ter um marido impõe respeito perante os outros homens na rua. “Ser *mulher sozinha na rua é complicado, qualquer um se aproxima de você. A presença dele já dá uma moral, impõe respeito. Neguinho já fica ligado que eu não estou na pista pra rolo, entende?*” (Safira). A concepção masculina também é atravessada pela noção de cuidado e de zelo. A mulher aparece como a figura responsável pelo cuidado afetivo, como alguém que vai dar carinho e substituir todas as outras perdas afetivas, como afirmou Manoel: “*Ela me traz calma, sossego e paz interior. Sem ela eu ficava por aí*

perambulando, bebendo e usando drogas, sem rumo e sem referência. Com ela, eu fico quieto no meu canto, a gente procura um lugar afastado pra ficar sozinhos”.

A referência da família, da casa e da vida antes da rua são temas recorrentes e presentes nos discursos dos sujeitos desta pesquisa. Novos vínculos vão sendo criados na cena da rua e a vida vai acontecendo. Há uma sucessão de eventos que vão dando sentido à vida conjugal, todo relacionamento conjugal sofre um processo de adaptabilidade que é a capacidade do casal se reestruturar à medida que os fatores relacionais e ambientais se fazem presentes. A conjugalidade em si tem seus próprios desafios, e no contexto fora de casa, essas questões são multidimensionadas. O convívio conjugal é afetado por diferentes fatores de tensão que podem culminar na dissolução do vínculo.

O vínculo afetivo apresenta-se como uma necessidade face à solidão, o isolamento e a insegurança que a rua reproduz, sobretudo para as mulheres. As memórias afetivas assumem um importante papel de conexão entre a vida antes e depois da rua. São registros do passado aos quais os indivíduos recorrem com frequência no seu momento atual, podendo ainda ser constituídos de boas e más lembranças da vida de antes.

Viver na rua se mostra, portanto, como uma experiência marcada de simbolismos negativos que exigem dos indivíduos buscar formas de dar sentido a sua existência por meio de mecanismos de resiliência e readaptação dos espaços. O ambiente da rua é descrito pelos casais como um espaço desfavorável para vida conjugal, sobretudo pela ausência de privacidade para a intimidade sexual. Ademais, a rua exige um constante processo de adaptação dos indivíduos com as preocupações diárias de sobrevivência, com a alimentação, a renda, o lugar “adequado e seguro” para dormir, o espaço para realização da higiene entre outras necessidades humanas.

A convivência conjugal em si tem os seus reveses, o cotidiano é atravessado por outras questões que extrapolam a conjugalidade. Os depoimentos indicam que, subvertendo expectativas e projeções em torno deste ambiente, a rua pode também significar, para quem nela sobrevive, um lócus de construção de redes de afeto e não somente um espaço de dor, de isolamento e de solidão. Portanto, a rua, espaço físico e social onde estão situados os corpos desses sujeitos, é também lugar de

construção e reconstrução de valores, de modos de vida, de estratégias de sobrevivência, de vínculos de amizade e também de histórias de amores.

No universo da rua, as relações íntimas e amorosas são construídas por afinidades e também pelas dificuldades impostas pela própria rua. O sentimento de solidariedade é um sentimento comum aos casais, independente da intensidade do vínculo afetivo e das projeções e planos do casal, assim como o cuidado mútuo. Todas as narrativas dos entrevistados falam de perdas significativas e da ausência de apoio. Na ausência dos vínculos familiares (materno, paterno, fraternal, filial e outros), o objeto de vinculação passa a assumir diferentes papéis para o outro. Há um entendimento entre os entrevistados que vivenciar a conjugalidade na rua (fora dos padrões normativos da casa) é um grande desafio, sobretudo na vida sexual. O vínculo que se estabelece neste espaço, em que pese questionamentos se são fortes ou fracos, servem de sustentação e dão sentido à vida. Tal como todos os casais estão suscetíveis às mudanças e interferências, embora as vivências cotidianas tenham particularidades impostas pela dinâmica da rua.

Na construção do perfil conjugal dos casais neste estudo, foi usado como referência as características das tipologias apresentadas por Aboim (2004) e Singly (2000) e os indicadores de qualidade conjugal de coesão e adaptabilidade apontados por Mosmann & Wagner & Feres Carneiro (2006). Na construção dessas tipologias foram considerados os tipos de alianças e graus de coesão estabelecidos entre os casais, os sentimentos e emoções atribuídos ao relacionamento conjugal, as questões da rotina e da dinâmica que afetam o relacionamento, o grau de satisfação, o perfil quanto à flexibilidade da relação e aos planos e expectativas do casal.

Contudo, o grande desafio nesse processo de tipificação foi identificar as especificidades e particularidades das relações afetivas que se estabelecem no contexto da rua. Amores de papelão têm em comum o lugar da rua aonde esses vínculos íntimos e amorosos são tecidos, o sentimento de solidariedade como um princípio presente na sua constituição e a rotina marcada de incertezas e questões ligadas à sobrevivência. *Amores de papelão* são resilientes, nem forte nem frágeis, vão sendo construídos a partir do que cada indivíduo dispõe de si naquele momento. Assim como todos os casais, a conjugalidade é feita de acordos e pactos que levam em consideração a condição em que vivem, mas as escolhas se dão com base nos processos identificatórios. As exigências em relação ao corpo, que em alguma

medida potencializam o desejo, são relativizadas pela condição precária dos corpos no espaço da rua, visivelmente identificada na aparência das pessoas, no aspecto da pele, do cabelo, dos dentes, nas roupas não limpas, no odor que exala do corpo e na hexis corporal.

Para Marcos, quando o amor é de verdade, não tem dificuldade.” *Eu e a Michele nós amamos de verdade. Se eu catar latinhas ela cata comigo, se eu catar papelão ela cata junto comigo, se eu pegar uma coisa pra vender ela vai junto, então quando o amor é de verdade a gente dorme no pedaço de papelão ou em qualquer lugar, a Michele é guerreira*”.

A partir das narrativas e da observação do campo foi possível identificar diferentes perfis de relacionamentos entre os casais em situação de rua. Os relacionamentos estão ancorados nos sentimentos de amor, companheirismo, camaradagem, amizade, solidariedade e apoio mútuo e as relações são fusionais e há pouco espaço para o exercício da individualidade. A qualidade conjugal é afetada pelas questões do cotidiano e os indicadores de coesão e adaptabilidade tendem a se concentrar em escalas mais extremas.

Nesta tese, busquei elencar argumentos que justifiquem a sua relevância social, trazendo elementos que desmistificam a percepção sobre as pessoas em situação de rua, especialmente os casais que vivem essa realidade. No meio de tantas adversidades, encontram um espaço para a individualização e para a satisfação pessoal, o que considero um grande achado desta pesquisa. Do ponto de vista acadêmico, estimo que esse estudo possa abrir outros interesses sobre o campo da subjetividade da PSR, em geral observada sobre a ótica do coletivo. Também almejo que a pesquisa realizada possa balizar políticas públicas que de fato atendam interesses da PSR, como por exemplo, que o acolhimento de casais seja de fato uma prerrogativa dentro da política de acolhimento.

O esforço empreendido nesta pesquisa foi compreender como os casais em situação de rua vivenciam a conjugalidade neste contexto e a relevância que esta parceria tem efetivamente um na vida do outro. A experiência com casais com diferentes perfis contrapõe a percepção do senso comum de que o espaço da rua não é favorável à construção de vínculos afetivos duráveis em função da própria dinâmica da rua e do modo de viver que o espaço impõe.

À guisa de conclusão, destaco que a rua se mostrou como um espaço contraditório, de exclusão e inclusão ao mesmo tempo. No meio da rotina estressante pela busca da sobrevivência diária, esses indivíduos se reinventam e criam formas de satisfação pessoal. O vínculo que se estabelece neste espaço, em que pese questionamentos se são fortes ou fracos, servem de sustentação e dão sentido à vida. No meio da solidão e do isolamento, uma companhia afetiva tem significados que, talvez, não seja possível atestar sem entrar no campo do subjetivo. Os relacionamentos estão ancorados nos sentimentos de amor, companheirismo, camaradagem, amizade, solidariedade e apoio mútuo. Entre os 20 casais entrevistados, 4 casais tiveram a oportunidade de rompimento com a rua durante o processo de realização desta pesquisa, iniciando uma nova etapa da vida conjugal. Diante desta perspectiva fica a instigante pergunta: Como esta mudança vai inferir no novo padrão desta relação?

10. Referências bibliográficas

ABOIM, Sofia. **Conjugalidade, afectos e formas de autonomia individual**. *Análise Social*, vol. XLI (180), 2006, 801-825. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218722486G7qLJ6ju3Yw99KV9.pdf>

ABOIM, Sofia. **Emoções e rotinas: A construção da autonomia na vida conjugal**. Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção Atelier: Famílias, 2004. Disponível em: https://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR4628d1ab9eb22_1.pdf. Acesso em: 22 de setembro de 2022.

ALMEIDA, Diana Jenifer Ribeiro de. **Entre o sagrado, o profano, o insano e o possível: versões da maternidade entre usuárias de crack em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

ALVITO, Marcos e ZALUAR, Alba (orgs). **Um Século de Favela** (3a ed). Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ARAÚJO, Carlos H. **Migrações e vida nas ruas**. In: No Meio da Rua: Nômades Excluídos e Viradores. Marcel Bursztyn (org.). Ed Garamond, 2008.

ARAÚJO, Maria de Fátima. **Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações**. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online]. 2002, vol.22, n.2, pp. 70-77. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932002000200009. Acesso em: 10 de junho de 2022.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **“Cisgênero” nos discursos feministas: uma palavra “tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida”**. Campinas IEL, Unicamp, 2018.

BAUMAN, Zigman. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Efeitos do lugar**. In: A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-A-economia-das-trocas-lingu%C3%ADsticas.pdf>. Acesso em: 22 de setembro de 2022.

BOURDIEU. Pierre. **The forms of capital**. In: J. Richardson (Ed.) Handboock of Teory and Reseach for the Sociology of Education. (NewYork, Greenword. 1986), p. 241-258. Disponível em: <https://home.iitk.ac.in/~amman/soc748/bourdieu_forms_of_capital.pdf> Acesso em:

BOZON, Michel. **Sociologia da Sexualidade**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRASIL. **Decreto Federal. nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar. **Pesquisa Nacional de a População em situação de Rua**. Brasília, MDS / SAGI / SNAS, 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. PNAS/2004. Brasília: MDS, 2005.

BRASÍLIA, **Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social**. 2009. p. 193-217. Organização: Júnia Valéria Quiroga da Cunha e Monica Rodrigues. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2023.

BURSTYN, Marcel. **Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão: o caso das populações de rua**. In: No Meio da Rua: Nômades Excluídos e Viradores. Marcel Bursztyn (org.). Ed Garamond, 2008.

CASTEL Robert. **A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”**. CADERNO CRH, Salvador, n. 26/27, p. 19-40, jan./dez. 1997.

CASTEL Robert. **As armadilhas da exclusão**. In: BELFIORE-ANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). Desigualdade e a questão social. 2ª edição. São Paulo: EUC, 2000 p. 17-49.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CASTEL, Robert. **Da indigência à exclusão. A desfiliação: precaridade do trabalho e vulnerabilidade relacional**. In: LANCETTI, Antônio (Org). Saúde Loucura 4: grupos e coletivos. São Paulo: HUCITEC, 1994. P. 21-48.

CASTEL, Robert. **Rupturas irremediáveis: sobre Tristão e Isolda**. “Lua Nova”: Revista de Cultura e Política. Sujeito e Objeto. Nº 43. São Paulo: CEDEC, 1998, P. 171-188.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. **Por uma sensibilização do olhar** – sobre a importância da fotografia na formação do antropólogo. Revista USP: São Paulo, v. 6, n.1: e-179923, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/gis/article/view/179923/167868>>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. **Lévi-Strauss: razão e sensibilidade**. Revista de Antropologia n. 42. São Paulo: USP, 2000. <https://www.scielo.br/j/ra/a/TrcFJDTMqK8dtwcL8cFD4Hk/>. Acesso em: 10 de setembro de junho de 2022.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. Videoaula (2017). **A fotografia na Antropologia**. Por Sylvia Caiuby Novaes. Disponível em: <https://www.inarra.com.br/video-aulas.https://youtu.be/UuB-m8NJXR0>>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. **Antropologia e Imagem**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF v. 15 n. 3, dezembro. 2020.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. **A construção de imagens na pesquisa de campo em Antropologia**. Iluminuras, Porto Alegre, v.13, n.31, p.11-29, jul./dez. 2012.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. **O silêncio eloquente das imagens fotográficas e sua importância na etnografia**. Cadernos de Arte e Antropologia. Vol. 3, nº 2, 2014.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. 2004. **“Imagem em foco nas Ciências Sociais”**. Pp.11-18, em Escrituras da imagem, editado por S. Caiuby Novaes et al. São Paulo: Edusp.

CEFAÏ, Daniel. **Grande exclusão e urgência social no Brasil: cuidar dos moradores de rua em Paris**. Dossiê Fronteiras Urbanas: Contemporâneas, v.3, nº 2, p. 265-286, jul/dez 2013.

CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade etnográfica**. In: A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998. 320p.

COSTA, Jurandir Freire. **A invenção do Amor: Entrevista concedida à Folha de São Paulo**. São Paulo, domingo, 15 de novembro de 1998. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs15119805.htm>>. Acesso em 12 de junho de 2023.

COSTA, Jurandir. Freire. **Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico**. 1999. 5.ed. Rio De Janeiro: Rocco.

COSTA, Sérgio. **Amores fáceis: Romantismo e consumo na modernidade tardia**. Novos Estudos CEBRAP 73, novembro 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/sXdntPChgRhRBPDvbwRznWs/?format=pdf>>. Acesso em 12 de junho de 2023.

DAMÁSIO, A. **Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

DAMÁSIO, A. **O Erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAMÁSIO, A. **O Mistério da Consciência: do corpo e das emoções do conhecimento de si**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua: espaço**. Cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DAMATTA, Roberto. **Antropologia da saudade**. In: _____. Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

DAMATTA, Roberto. **O ofício do etnólogo ou como ter Anthropological Blues**. In: Publicações do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, 1974.

DAMATTA, Roberto. **On the brasilian urban poor: An Anthropological report**. In: Democracy and Social Policy Series. Working paper, n. 10, spring, 1995.

DEL PRIORE. Mary. **Histórias íntimas: Sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2014. P. 11 -53.

ECKERT, Cornélia. & ROCHA, Ana Luíza C. Da. **Etnografia de rua: Estudo de antropologia urbana**. Iluminuras, 2003. Disponível em:

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador, volume 1: Uma história dos Costumes**. Tradução: Ruy Jungmann; revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador. Vol. II parte 2 sinopse** (principalmente itens I, II, V. VI). Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.

ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA - ENSP/Fiocruz. **Webinário “Estar na rua e Covid-19 - velhos problemas e novos desafios”**. 31 de agosto de 2021. Disponível em: <Webinário debate problemas e desafios da população em situação de rua (fiocruz.br)>. Acesso em: 12 de janeiro de 2023.

ESCOREL, Sarah. **Exclusão Social no Brasil contemporâneo: um fenômeno sócio-cultural totalitário?** XIX Encontro Anual da ANPOCS GT - Cidadania, conflito e transformações urbanas Caxambú - MG, Outubro de 1995.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

ESCOREL, Sarah. **Vivendo de Teimosos: moradores de rua da Cidade do Rio de Janeiro**. In: No Meio da Rua: Nômades Excluídos e Viradores. Marcel Bursztyrn (org.). Ed Garamond, 2008.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **A construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais.** In: Revisão Crítica da Literatura. Paidéia: maio-ago. 2010, Vol. 20, No.46, 269-278. Disponível em: <www.scielo.br/paideia>. Acesso em 12 de janeiro de 2023.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade.** Psicol. Reflex. Crit. 10 (2), 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/prc/a/sgP4Z3tFm3p6bVJHPgFZqzf/?lang=pt>>. Acesso em: 15 de março de 2022.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade.** .Psicol. Reflex. Crit. 11 (2), 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79721998000200014>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2022.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Família e Casal arranjos e demandas contemporâneas.** Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Psicoterapia de casal na pós-modernidade: rupturas e possibilidades.** Artigos • Estud. psicol. (Campinas) 22 (2) Jun, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/XbD8scBcQN7XHvGvDhnrHPM/?lang=pt>>. Acesso em: 14 de abril de 2022.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade.** Estudos de Psicologia, (Natal) 8, Dez 2003, p. 367-374. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/jjMtGzvc7JSFpVByjMKJqym/abstract/?lang=pt>

FIOCRUZ. **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras?** Organizadores: Francisco Inácio Bastos, Neilane Bertoni. Rio de Janeiro: Editora ICICT/FIOCRUZ, 2014.

FREHSE, Fraya. **A rua no Brasil em questão (etnográfica).** Anuário Antropológico, 2013.

FUGANTI, Luiz. **A formação do pensamento ocidental.** In: aula 1 –Introdução ao curso. Disponível em: <<http://escolanomade.org/2016/03/18/aula-1-introducao/>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2022.

GEERTZ. C. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2008.

GEHLEN, Ivaldo; SCHUCH, Patrice (orgs.). **Relatório quanti qualitativo, contendo o cadastro censitário e o modo de vida cotidiana da população adulta em situação de rua de Porto Alegre.** Porto Alegre: IFCH-UFRGS, Fasc, 2016. Disponível em: <<https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http%3A%2F%2Fproweb.pr>

ocempa.com.br%2Fmpa%2Fprefpoa%2Fasc%2Fusu_doc%2Frelatorio_adultos_final_revisado_18_mar_(1).docx&wdOrigin=BROWSELINK/>. Acesso em: 17 de setembro de 2022.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: UNES, 1993.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988.

GOLDEMBERG, Mirian. **Dois é par: uma referência fundamental nos estudos de gênero e conjugalidade nas camadas médias urbanas brasileiras**. Resenhas e Críticas Bibliográficas. *Physis*, 15 (2). 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73312005000200010/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

GOLDENBERG, Mirian. **Sobre a invenção do casal**. Estudos e Pesquisas em Psicologia. UERJ, 2001. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/7693/5557>

GRAEFF, LUCAS. **Corpos precários, desrespeito e autoestima: o caso de moradores de rua de Paris-FR**. Psicologia USP, São Paulo, 2012, 23 (4), 757-775. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/53527/>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2022.

HEILBORN, Maria Luíza. **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

<https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9160/5258>

HYDE, Cheryl. **Review of Tell Them Who I Am: The Lives of Homeless Women**. Elliot Liebow. Reviewed by Cheryl Hyde, Boston University. *The Journal of Sociology & Social Welfare*: Vol. 22 : Iss. 1, 1995. Article 15. Disponível em: <<https://scholarworks.wmich.edu/jssw/vol22/iss1/15>>. Acesso em: 22 de setembro de 2022.

IVO, Anete B. L. **Georg Simeel e a “sociologia da pobreza”**. Cad. CRH vol.21 nº 52. Salvador Jan/Apr, 2008.

JABLONSKI, Bernardo. **Até que a vida nos separe: crise do casamento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Sobre Erving Goffman e a análise do fracasso em The Presentation of Self in Everyday Life Dilemmas**. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 12, núm. 3, pp. 525-540, 2019. UFRJ. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5638/563860652013/html/#:~:text=Como%20Simeel%2C%20Goffman%20parte%20da,as%20trocas%20comunicativas%20s%C3%A3o%20poss%C3%ADveis>>. Acesso em: 22 de setembro de 2022.

KUNZ, Gilderlândia Silva; HECKERT, Ana Lucia; CARVALHO, Silvia Vasconcelos. **Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES**. Fractal: Revista de Psicologia, 2014, v.26, n.3, p. 919-942. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/fractal/v26n3/0104-8023-fractal-26-03-0919.pdf>>. Acesso em: 4 jun. 2020.

LE BRETON, David. **Antropologia das emoções**. Tradução: Luís Alberto S. Peretti. Petrópolis: Vozes, 2019.

LE BRETON, David. **Paixões Ordinárias: antropologia das emoções**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEVI-STRAUSS, C. **O campo da Antropologia**. In: Antropologia estrutural dois. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LIEBOW, Elliot. **Tell Them Who I Am: The Lives of Homeless Women**. New York: Free Press, 1993

LINS E BARROS, Myriam Moraes. **Memória e Família: Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. J. 1989. p. 29-42.

LINS, Regina Navarro. **A cama na varanda - arejando nossas ideias à respeito de amor e sexo: novas tendências**. Ed. Tec ampliada, Rio de Janeiro: Best-seller, 2012.

MACHADO, Ricardo William Guimarães; NUNES, Nilza Rogéria de Andrade. In: NUNES, Nilza Rogéria de Andrade; SENNA, Mônica de Castro Maia; CINACCHI, Giovanna Bueno (org.). **População em situação de rua: abordagens interdisciplinares e perspectivas intersetoriais**. 1.ed. - Porto Alegre, RS: Editora Rede UNIDA, 2022.

MALINOWSKI, B. **"Objetivo, método e alcance desta pesquisa" e "Introdução: o assunto, o método"**. In: MALINOWSKI. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, Ana Lúcia Lucas. **Famílias sob viadutos: imagens da precariedade ou da vontade de viver**. Cadernos de Antropologia da Imagem, nº 17 - A família em imagens, Organizadoras: Clarice Peixoto e Patrícia Monte Mor. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

MARTINS, Ana Lúcia. **Livres acampamentos da miséria**. 1993.

MARTIS, José de Souza (organizador). **Vergonha e decoro na vida cotidiana da metrópole**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução: Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo, 2008. Versão pdf. Disponível em:

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo. Versão pdf, 2005. Disponível em:

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis /RJ: Editora Vozes, 1990. Versão pdf. Disponível em:

MAUSS, Marcel. **A Expressão Obrigatória dos Sentimentos**, in S. Figueira (org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.

MAUSS, Marcel. **Manual de etnografia**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

MORAN, José Manuel. **Influência dos meios de comunicação no conhecimento**. *Ciência da Informação*, v. 23, maio/ago. 1994. p. 233-238. 39.

MOSMANN, Clarisse Pereira; LOMANDO, Eduardo; WAGNER, Adriana. **Coesão e adaptabilidade conjugal em homens e mulheres hetero e homossexuais**. *Barbaroi* [online]. 2010, n.33, pp. 135-152. ISSN 0104-6578.

MOSMANN, Clarisse Pereira; WAGNER, Adriana; FERES-CARNEIRO, T; **Qualidade conjugal: mapeando conceitos**. *Paidéia*, 2006, 16 (35), 315-325. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/paideia/a/JWGT5GmwYYdCfdwxSTFQjdh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 de dezembro de 2022.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil**. Texto para discussão nº 2246, Brasília: IPEA, 2016.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020)**, Texto para discussão Nº 73, Brasília: IPEA, 2020.

NATALINO, Marco Antônio Carvalho. **Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil 2012-2022**). Nota Técnica Cidade: Brasília Editora: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Ano: 2022 Edição 1ª. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11604/1/NT_Estimativa_da_Populacao_Publicacao_Preliminar.pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2023.

NERI, Marcelo C. **Mapa da Nova Pobreza**. Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 - FGV Social. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza>>. Acesso em: 25 de março de 2022.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade; CINACCHI, Giovanna et al (org.). **População em situação de rua em tempos de pandemia da Covid-19**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2021. 60 p. (Coleção Interseções. Série Estudos). Disponível em: <http://www.editora.puc-rio.br/media/Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua_book.pdf>. Acesso em: 24 maio. 2022.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade; SENNA, Mônica de Castro Maia; CINACCHI, Giovanna Bueno (org.). **População em situação de rua: abordagens interdisciplinares e perspectivas intersetoriais** (Organizadoras). Porto Alegre:

Editora Rede UNIDA, 2022. (Série Saúde & Amazônia, v.19). Disponível em: <<https://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Livro-Populacao-em-situacao-de-rua-abordagens-interdisciplinares-e-perspectivas-intersectoriais.pdf>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2022.

OLIVEIRA, Patrícia Rossi de. **Memória e poder: lembranças de um tempo que não passou**. Vivência, São Paulo, nº 9, p. 87-89, 2005. Disponível em: Acesso em: 18 maio de 2012.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever**. Revista de antropologia, p. 13-37, 1996.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza**. Tradução: Camila Giorgetti et all. São Paulo: Educ. Cortez, 2003.

PAUGAM, Serge. **Le lien social**. Paris: Presss Universitaires de France, 2008.

PAUGAM, Serge. **O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social**. In: B. Sawaia (Org). As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

PECHMAN, Robert. **9 Cenas, algumas obs-cenas da Rua**. Fractal: Revista de Psicologia, [online], v. 21, n. 2, p. 351-368, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/240773041_9_cenas_algumas_obs-cenas_da_rua>. Acesso em: 23 abril de 2020.

PEIXOTO, Clarice E. **Envelhecimento e Imagem: As fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro**. São Paulo: Annablume, 2000.

PEIXOTO, C. E. **Caleidoscópio de imagens: o uso das imagens e a sua contribuição à análise das relações sociais**. In FELDMAN-BIANCO, B.; MOREIRA L. M. Desafios da Imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. São Paulo: Papirus, 1998 / 2001. p. 231-224.

PEIXOTO, Clarice E. **Filme (vídeo) de família: das imagens familiares ao registro histórico**. In: PEIXOTO, Clarice (org.). Antropologia & Imagem: narrativas diversas. Rio de Janeiro: Garamond/Faperj, 2011, v.1. p.11-26.

PEIXOTO, Clarice E. **As Imagens da e sobre a família**. In: Famílias em Imagens. Orgs. Bárbara Copque, Clarice Ehlers Peixoto e Gleice Mattos. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2013.

PEIXOTO, Clarice E. **Antropologia visual: como transmitir esse conhecimento?** Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2014, Natal/RN.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. **Memorial do Clarice Ehlers Peixoto**», *Interseções* [Online], 21-1 | 2019, posto online no dia 15 abril 2019, consultado o 23 julho 2023. URL: <http://journals.openedition.org/intersecoes/345>

PEIXOTO, Clarice E. **Antropologia & Imagens: O que há de particular na Antropologia Visual Brasileira**. Cadernos de Arte e Antropologia, Vol. 8, nº 1/2019, pag. 131-146. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cadernosaa/2137>>. Acesso em: 23 abril de 2020.

PIGNATARO, Marina Beatriz; FERES-CARNEIRO, Terezinha; MELLO, Renata. **A formação do casal conjugal: um enfoque psicanalítico**. *Pensando fam.* [online]. 2019, vol.23, n.1, pp. 34-46.

PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.26.1, 2019, p.208-232. **Entrevista Serge Paugam**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/BrwsMQ66MGnKHskw6qcQ3Bf/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 23 abril de 2023.

REZENDE DE CARVALHO, Maria Alice. **Alexis Tocqueville**. In: Os sociólogos: Clássicos das Ciências Sociais. Sara S. Teles, Solange L. Oliveira (orgs.). Petrópolis: Vozes, 2018 – p. 54 a 70.

REZENDE, Claudia Barcellos e COELHO, Maria Cláudia. **Antropologia das Emoções**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. Série Sociedade e Cultura, 2010.

RODRIGUES, Jose Carlos. **O tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé Ltda, 1975.

ROSA, Anderson da Silva. **Mulheres em situação de rua na Cidade de São Paulo: um olhar sobre trajetórias de vida**. Tese de Doutorado – Pós-graduação em Enfermagem: Universidade Federal de São Paulo: São Paulo, 2012.

SAMAIN, Etienne. **'Ver' e 'dizer' na tradição etnográfica**: Bronislaw Malinowski e a fotografia. UFRGS: Horizontes Antropológicos, n.2.1995.

SAMAIN, Etienne. **Antropologia visual e fotografia no Brasil**: Vinte anos e muito mais. Cadernos de Antropologia e Imagem. Rio de Janeiro: 2005. p. 115/132.

SAMAIN, Etienne (org.). **“As imagens não são bolas de sinuca”**. In: Como pensam as imagens. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

SAMAIN, Etienne. In: **Como pensam as imagens? Conferência realizada pelo Laboratório de Ensino, Pesquisa e produção em Antropologia da Imagem e do Som**, 2016. Disponível em: <<https://vimeo.com/162587162>>. Acesso em

SANTOS, Christiane S. dos; AGUIEIROS, Gabriela H. **O corpo e a intimidade: os espaços do constrangimento.** In: MARTIS, José de Souza. Vergonha e decoro na vida cotidiana da metrópole. Editora Hucitec, 1999.

SARTI, Cynthia A. **Famílias enredadas.** In: Famílias: Redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo: Ed. Cortez, 2008.

SCHWARCZ, Lilia. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p.294.

SERRA, Pedro Martins; BICUDO, Marcus de Campos. **Desigualdades e laços sociais: por uma renovação da teoria do vínculo: Entrevista com Serge Paugam.** Plural, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 208-232, 2019. DOI: 10.11606/issn.2176-8099.pcs.2019.159915. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159915>. Acesso em: 24 maio. 2022.

SILVA FILHO, Dario de Sousa e. **Pobreza desigual entre a população de rua do Rio de Janeiro: formação de redes e critérios subjetivos de estratificação e ocupação.** XXVII Encontro Anual da ANPOCS, 2007.

SILVA FILHO. Dario de Sousa e. (ENSP/Fiocruz). **Webinário “Estar na rua e Covid-19 - velhos problemas e novos desafios”.** 26 de agosto de 2021. Webinário debate problemas e desafios da população em situação de rua (fiocruz.br)

SILVA FILHO. Dario de Sousa e. **Ciclo de Formação Interna em Habitação Primeiro Módulo 1. “Conhecimento achado na rua”.** 18 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6zJM2kUfH0Y>>. Acesso em: 22 de setembro de 2022.

SILVA, Claudia Lúcia da. **Estudo sobre a População Adulta em Situação de Rua.** São Paulo: Dissertação de Mestrado. Departamento de Serviço Social, PUC, 2012.

SILVA, Hélio R. S. **A Situação Etnográfica: Andar e Ver.** Novos Horizontes, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, jul/dez, 2009.

SILVA, Hélio; Milito, Claudia. **Vozes do meio-fio: etnografia.** Editora Relume Dumara, 1995.

SILVA. Felipe Maia Guimarães da. **Karl Marx.** In: Os sociólogos: Clássicos das Ciências Sociais. Sara S. Teles, Solange L. Oliveira (orgs.). Petrópolis: Vozes, 2018. p. 31 a 53.

SIMMEL, Georg. **Les Pauvres.** Paris: PUF, 1998.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea.** Tradução: Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua.** Petrópolis: Vozes, 1998. 528 p.

SONTAG, Susan. **Ensaio sobre Fotografias**. Rio de Janeiro. Companhia das letras, 2004. Disponível em: <<https://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Sobre-fotografia-Susan-Sontag.pdf>>. Acesso em 12 de janeiro de 2023.

SOUZA, Jessé de. **Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

SPOSATI, Aldaíza. **O caminho do reconhecimento dos direitos da população em situação de rua: de indivíduo a população**. In: BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. (Org.). Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. p. 193-217. Organização: Júnia Valéria Quiroga da Cunha e Monica Rodrigues. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2023.

TELLES, Vera. **Cidadania e Pobreza**. São Paulo: Editora 34, 2001.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. **Ensaio sobre a pobreza: estudos sobre os paradoxos da pobreza e da desigualdade em países em desenvolvimento**. Trad. Juliana Lemos. Rio de Janeiro: UniverCidade. Versão pdf, 2003.

VALLADARES, Lícia. **Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil**. In: Boschi, Renato. Corporativismo e Desigualdade: A construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

VELHO, Gilberto. **Observando o Familiar**. In: Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VELHO, Gilberto. **Rio de Janeiro: Cultura, Política e Conflito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

VICTORA, Ceres; COELHO, Maria Cláudia. **A antropologia das emoções: conceitos e perspectivas teóricas em revisão**. Horiz. antropol., Porto Alegre, ano 25, n. 54, p. 7-21, maio/ago. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0104-71832019000200001>>. Acesso em: 22 de setembro de 2022.

WHITE, Willian Foote. **Treinando a observação participante**. In: Desvendando máscaras sociais. Org. Alba Zaluar. Rio de Janeiro: Francisco Alves editora, 1975: 77-86.

Anexo 1: Roteiro Entrevista Semiestruturada

1. Identificação dos pesquisados: nome, idade, sexo, orientação sexual, escolaridade, raça/etnia, se possui referências familiares, se é cadastrado no Cadastro Único de Programas do Governo Federal e beneficiário de algum programa de Transferência de Renda.
2. Como vocês definem a rua? O que significa morar na rua?
3. O que motivou a ida para as ruas?
4. Tem alguma experiência com abrigos? Se teve quais? (Rede pública ou privada. Se teve como foi essa experiência? Se não, porque?
5. Como era a vida de vocês de morar na rua? Do que mais sentem falta?
6. Como é a organização de vocês no que se refere a manutenção diária da vida: cuidados de higiene, alimentação, renda, trabalho, dormida, lazer, etc.
7. Como o casal se conheceu?
8. Qual a importância / significado desta relação? O que um representa na vida do outro?
9. Qual o tipo de compromisso existente? Existe algum tipo de pacto e acordo entre o casal? (O que é permitido e o que não é permitido) Se existe, quais?
10. Na sua opinião o que sustenta a relação, o que fortalece o relacionamento do casal?
11. O que mais gostam e menos gostam nesse relacionamento? Estimular que expressem em sentimentos ou narrativas de situações reais que tenham vivenciado.
12. Como vocês mediam (resolvem) as situações de conflito? Há violência? Quais as estratégias utilizadas pelo casal para superação dos conflitos?
13. Vocês já tiveram outros relacionamentos anteriores? Em caso afirmativo, o que tem de diferente em relação aos outros relacionamentos?
14. Pode descrever como é o cotidiano da vida conjugal morando nas ruas?
15. O que incomodam vocês enquanto casal na rua?
16. O que pensam sobre o amor, o casamento, a família?
17. Como é a vida sexual no contexto da falta de privacidade?
18. O que sentem falta nesse sentido? A rua interfere no desejo e na frequência sexual?
19. Fazem uso de algum método contraceptivo? Se fazem quais?

20. O que fazem juntos? O que gostariam de fazer juntos?
21. Fazem algum tipo de plano como casal? Há um projeto de casal? Planejam alguma coisa para o futuro?
22. Quais sentimentos lhe veem a cabeça ao imaginar a ausência do outro?
Como se imagina diante da ausência do outro?

Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Projeto: “Amor de Papelão” - trajetórias de casais que vivem em situação de rua na Cidade do Rio de Janeiro.

Pesquisadora: Ana Claudia Silva Figueiredo. Endereço eletrônico: annafigueiredo72@gmail.com, celular: 21 98868 1889.

Orientador: Prof^o Dr. Valter Sinder, Endereço eletrônico: vsinder@puc-rio.br; **Co-orientadora:** Prof^a Dra. Maria Sarah da Silva Telles Endereço eletrônico: sarah@puc-rio.br.

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCIS), Departamento de Ciências Sociais, PUC-Rio. Endereço: Rua Marquês de São Vicente, nº 225, Vila, casa 18 - Gávea. CEP: 22453-900 - Rio de Janeiro/RJ. Telefone: 55-21 - 3527-1555.

Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio: Instância da Universidade que avalia do ponto de vista ético os projetos de pesquisa de seus professores, pesquisadores e discentes, quando solicitada. Endereço: Rua Marques de São Vicente, nº 225 - Gávea. CEP: 22453-900 - Rio de Janeiro/RJ. Telefone: 5521 3527 1619.

Prezados participantes, Sr. _____ e
Sra. _____.

Por meio deste instrumento venho convidá-los a participar da minha pesquisa intitulada **“Amor de Papelão”: trajetórias de casais que vivem em situação de rua na Cidade do Rio de Janeiro.** Trata-se de pesquisa destinada à elaboração da tese de doutoramento em Ciências Sociais, Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Justificativa:

Esta pesquisa tem como objetivo compreender o significado dos relacionamentos afetivos e sexuais para os casais heterossexuais que vivem em situação de rua na Cidade do Rio de Janeiro. As questões que orientam esta pesquisa parte da compreensão acerca do cotidiano dos casais que vivem nas ruas e como

essas relações são construídas nesta realidade, bem como, qual o significado destes relacionamentos e qual a relevância que os parceiros afetivos podem assumir um na vida do outro em contexto de muitas dificuldades. Para conhecermos a realidade de como vivem os casais em situação de rua pretende-se entrevistar 20 (vinte) casais que tenham interesse em participar de forma voluntária deste estudo.

Benefícios:

Esta pesquisa visa possibilitar a partir dos seus relatos pessoais conhecermos o cotidiano dos casais moradores de rua, suas questões afetivas, suas experiências e quais as suas perspectivas e as expectativas conjugais no contexto da rua.

Caso concordem em participar desta pesquisa, saibam que esta escolha é livre e a qualquer momento vocês poderão desistir. Se acontecer alguma que vocês não concordem ou não gostem poderão se recusar a responder ou mesmo desistir de participar da entrevista e retirar o consentimento. A recusa de vocês não trará nenhum prejuízo pessoal, nem para si, nem para o pesquisador. A participação de vocês também não acarretará nenhum gasto, não receberão nenhuma ajuda financeira por isso, o objetivo é apenas contribuir para mostrar quais são os desafios de viver na rua enquanto um casal.

As entrevistas serão realizadas no dia, na hora e no local de interesse do participante e com média de duração de 60 minutos. As gravações, fotos e vídeos serão realizadas somente com o prévio consentimento de vocês e todo o material registrado deverá preservar as suas identidades, isto é, não utilizaremos o seu nome e utilizaremos o recurso de borrão da imagem a fim de não os identificar. Os participantes desta pesquisa não terão em hipótese alguma, sua identidade revelada, sendo codificado por meio de letras (A, B, C, D), visando garantir o seu anonimato. Cabe informar que os dados coletados serão utilizados nesta pesquisa e os resultados poderão ser divulgados em eventos e/ou revistas científicas, documentários de vídeos e outros.

Cabe informar que todo material produzido como, gravações de áudio e vídeo, fotos, transcrições e outros ficarão armazenadas em pen drive em arquivos

no Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio, por um período de cinco anos e após este prazo o material será descartado.

Avaliação dos riscos da pesquisa:

Esta pesquisa está sendo financiada com recursos próprios, já que não recebo bolsa de estudo e custeios para a realização da mesma, sendo assim todos os eventuais gastos no decorrer da pesquisa, tais como transporte, lanche, equipamentos de proteção, entre outros que se façam necessários serão custeados pela pesquisadora.

A colaboração de vocês é muito importante para realização deste estudo e não acarretarão prejuízos financeiros, ameaças e riscos pessoais e morais. É importante que vocês se sintam seguros e não tenham dúvidas sobre a dinâmica da pesquisa, os objetivos da pesquisa, a finalidade e uso das informações, bem como sobre a garantia do sigilo e do anonimato, sobre o tempo que essas informações ficarão arquivadas.

Em havendo alguma situação ou incidente no decorrer da pesquisa que ofereça alguma forma de risco ao participante, fiquem cientes que a entrevista será a qualquer momento interrompido, havendo desconforto com as perguntas vocês poderão questionar ou não responder aquilo que não se sentem confortável, caso ao final desta entrevista por algum motivo haja arrependimento, será garantido o direito de descarte deste material.

Se eventualmente a entrevista provocar em vocês sentimentos muito desagradáveis entre outras demandas, poderemos solicitar acompanhamento junto aos serviços públicos especializados para atendimento à População em Situação de Rua: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua – Centro Pop, Rede de Acolhimento Institucional pública e privada, Consultório de Rua, Núcleo da Defensoria Pública para População em Situação de Rua entre outras iniciativas da sociedade civil organizada que ofereçam atendimento para população em situação de rua.

Caso estejam de livre acordo em participarem voluntariamente desta pesquisa, após terem lido e compreendido todas as informações referentes a este estudo, os procedimentos a serem realizados e as garantias de confidencialidade, solicitamos que assinem este termo de consentimento em duas vias, as quais uma devem ficar sob a responsabilidade da pesquisadora e a outra sob as suas responsabilidades como participantes.

- Vocês concordam que esta entrevista seja gravada? () Sim () Não
- Vocês concordam em serem fotografados? () Sim () Não
- Vocês concordam que esta entrevista seja filmada? () Sim () Não

Assinatura do Participante 1

RG nº _____

Assinatura do Participante 2

RG nº _____

Assinatura da Pesquisadora

RG nº _____

Rio de Janeiro, ____/____/____.

Anexo 3: Autorização do Comitê de Ética para realização da pesquisa

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



CÂMARA DE ÉTICA EM PESQUISA DA PUC-Rio

Parecer da Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio 070/2020 – Protocolo 82/2020

A Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio foi constituída como uma Câmara específica do Conselho de Ensino e Pesquisa conforme decisão deste órgão colegiado com atribuição de avaliar projetos de pesquisa do ponto de vista de suas implicações éticas.

Identificação:

Título: "Amor de papelão" trajetórias de casais que vivem em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro (Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio)

Autora: Ana Claudia Silva Figueiredo (Doutoranda do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio)

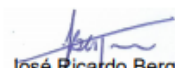
Orientador: Valter Sinder (Professor do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio)

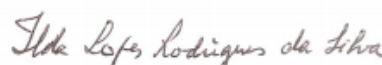
Co-orientadora: Sarah da Silva Telles (Professora do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio)

Apresentação: Pesquisa qualitativa interpretativista de caráter etnográfico que visa compreender o significado dos vínculos afetivos e sexuais para os casais heterossexuais que vivem em situação de rua nas zonas do centro e sul da cidade do Rio de Janeiro. A abordagem aos participantes será mediada por equipes de serviços de atendimento a população em situação de rua. Utilizará como recursos metodológicos observação participante, entrevista semiestruturada na perspectiva de história de vida, gravação de áudio, vídeo e produção de texto. A observação participante seguirá estudos de Foote-White (1975). Conta com referencial teórico para o conceito de vínculo em Palpam (2008) e nas contribuições da antropologia das emoções em Le Breton (2009;2019).

Aspectos éticos: O projeto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentados estão de acordo com os princípios e valores do Marco Referencial, Estatuto e Regimento da Universidade no que se refere às responsabilidades de seu corpo docente e discente. O Termo expõe com clareza os objetivos da pesquisa e os procedimentos a serem seguidos. Garante o sigilo e a confidencialidade dos dados coletados. Informa sobre a possibilidade de interrupção na pesquisa sem aplicação de qualquer penalidade ou constrangimento.

Parecer: Aprovado


Prof. José Ricardo Bergmann
Presidente do Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-Rio


Profa. Ilda Lopes Rodrigues da Silva
Comissão da Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2020

Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
Câmara de Ética em Pesquisa da PUC-Rio – CEPq/PUC-Rio
Rua Marquês de São Vicente, 225 - Gávea - 22453-900
Rio de Janeiro - RJ - Tel. (021) 3527-1612 / 3527-1618
e-mail: yrac@puc-rio.br

Anexo 4: Tabelas com os dados da abordagem social descentralizadas por coordenadorias de assistência social.

Tabela 1- 1ª CAS

MAPEAMENTO POR BAIRRO - AÇÕES DE ABORDAGEM SOCIAL 2022 - 1ª CAS (ATÉ 20/12/2022)				
Nº	BAIRROS	NÚMEROS DE ATENDIMENTOS	NÚMEROS DE ENCAMINHAMENTOS	NÚMEROS DE ACOLHIMENTOS
1	BENFICA	87	75	6
2	CAJU	4	4	1
3	CATUMBI	26	22	4
4	CENTRO	35.019	28.659	13.627
5	CIDADE NOVA	612	494	204
6	ESTÁCIO	280	224	33
7	GAMBOA	18	15	4
8	LAPA	4.722	4.470	3.007
9	MANGUEIRA	18	17	0
10	PAQUETÁ	1	0	0
11	RIO COMPILO	200	137	16
12	SANTA TERESA	19	14	3
13	SANTO CRISTO	86	79	7
14	SÃO CRISTÓVÃO	48	36	10
15	SAÚDE	18	16	1
16	VASCO DA GAMA	4	4	2
TOTAL		41.162	34.266	16.925

Banco de Dados da SMAS - 2022

Tabela 2 – 2ª CAS

MAPEAMENTO POR BAIRRO - AÇÕES DE ABORDAGEM SOCIAL 2022 - 2ª CAS ZONA SUL (ATÉ 20/12/2022)				
Nº	BAIRROS	NÚMEROS DE ATENDIMENTOS	NÚMEROS DE ENCAMINHAMENTOS	NÚMEROS DE ACOLHIMENTOS
1	BOTAFOGO	1.421	694	130
2	CATETE	871	584	112
3	COPACABANA	7.951	5.786	989
4	COSME VELHO	1	0	0
5	FLAMENGO	695	350	46
6	GÁVEA	148	79	10
7	GLÓRIA	1.586	1.044	165
8	HUMAITÁ	96	51	8
9	IPANEMA	1.461	961	118
10	JARDIM BOTÂNICO	49	30	9
11	LAGOA	100	79	10
12	LARANJEIRAS	4.520	1.017	264
13	LEBLON	719	434	84
14	LEME	186	118	25
15	ROCINHA	7	4	1
16	SÃO CONRADO	35	34	2
17	URCA	119	45	3
18	VIDIGAL	1	1	0
TOTAL		19.966	11.311	1.976

Banco de Dados da SMAS - 2022

Tabela 3 – 2ª CAS

MAPEAMENTO POR BAIRRO - AÇÕES DE ABORDAGEM SOCIAL 2022 - 2ª CAS GRANDE TIJUCA (ATÉ 20/12/2022)				
Nº	BAIRROS	NÚMEROS DE ATENDIMENTOS	NÚMEROS DE ENCAMINHAMENTOS	NÚMEROS DE ACOLHIMENTOS
1	ALTO DA BOA VISTA	1	1	0
2	ANDARAÍ	63	44	7
3	GRAJAÚ	43	44	6
4	MARACANÃ	67	50	22
5	PRAÇA DA BANDEIRA	36	28	0
6	TIJUCA	3.732	973	281
7	VILA ISABEL	132	103	48
TOTAL		4.074	1.243	364

Banco de Dados da SMAS - 2022

Tabela 4 – 3ª CAS

MAPEAMENTO POR BAIRRO - AÇÕES DE ABORDAGEM SOCIAL 2022 - 3ª CAS (ATÉ 20/12/2022)				
Nº	BAIRROS	NÚMEROS DE ATENDIMENTOS	NÚMEROS DE ENCAMINHAMENTOS	NÚMEROS DE ACOLHIMENTOS
1	ABOLIÇÃO	0	0	0
2	ÁGUA SANTA	2	2	1
3	CACHAMBI	6	6	1
4	DEL CASTILHO	8	8	0
5	ENCANTADO	7	7	0
6	ENGENHO DA RAINHA	1	1	0
7	ENGENHO DE DENTRO	19	9	2
8	ENGENHO NOVO	5	4	1
9	HIGIENÓPOLIS	5	5	0
10	INHÁUMA	4	1	0
11	JACARÉ	10	10	0
12	JACAREZINHO	0	0	0
13	LINS DE VASCONCELOS	7	6	1
14	MARIA DA GRAÇA	7	7	0
15	MÉIER	3.196	1.292	512
16	PIEDADE	0	0	0
17	PILARES	1	1	0
18	RIACHUELO	4	4	0
19	ROCHA	0	0	0
20	SAMPAIO	6	6	1
21	SÃO FRANCISCO XAVIER	4	3	0
22	TODOS OS SANTOS	2	2	1
23	TOMÁS COELHO	0	0	0
TOTAL		3.294	1.374	520

Banco de Dados da SMAS - 2022

Tabela 5 – 4ª CAS

MAPEAMENTO POR BAIRRO - AÇÕES DE ABORDAGEM SOCIAL 2022 - 4ª CAS (ATÉ 20/12/2022)				
Nº	BAIRROS	NÚMEROS DE ATENDIMENTOS	NÚMEROS DE ENCAMINHAMENTOS	NÚMEROS DE ACOLHIMENTOS
1	BANCÁRIOS (ILHA)	2	2	0
2	BONSUCESSO	5446	2121	163
3	BRÁS DE PINA	17	10	4
4	CACUJA (ILHA)	63	50	3
5	CIDADE UNIVERSITÁRIA (ILHA)	16	9	1
6	COCOTÁ (ILHA)	175	86	14
7	COMPLEXO DO ALEMÃO	1	1	1
8	CORDOVIL	1	0	0
9	FREGUESIA (ILHA)	20	11	6
10	GALEÃO (ILHA)	1460	537	775
11	JARDIM AMÉRICA	5	4	2
12	JARDIM CARROÇA (ILHA)	17	11	2
13	JARDIM GUANABARA (ILHA)	40	25	2
14	MANGUINHOS	71	42	1
15	MARÉ	799	760	1
16	MONERÔ (ILHA)	12	5	0
17	OLARIA	31	18	0
18	PENHA	309	201	8
19	PENHA CIRCULAR	21	13	0
20	PORTUGUESA (ILHA)	39	23	5
21	RAMOS	1724	245	101
22	RIBEIRA (ILHA)	0	0	0
23	TAUÁ (ILHA)	43	30	0
24	VIGÁRIO GERAL	5	5	0
TOTAL		10317	4229	1089

Banco de Dados da SMAS - 2022

Tabela 6 – 5ª CAS

MAPEAMENTO POR BAIRRO - AÇÕES DE ABORDAGEM SOCIAL 202 - 5ª CAS (ATÉ 20/12/2022)				
Nº	BAIRROS	NÚMEROS DE ATENDIMENTOS	NÚMEROS DE ENCAMINHAMENTOS	NÚMEROS DE ACOLHIMENTOS
1	BENTO RIBEIRO	1	0	0
2	CAMPINHO	5	2	1
3	CASCADURA	107	79	1
4	CAVALCANTI	3	3	0
5	COELHO NETO	326	66	6
6	ENGENHEIRO LEAL	2	1	0
7	GUADALUPE	2	2	1
8	MADUREIRA	4608	2122	268
9	MARECHAL HERMES	63	56	0
10	QUINTINO BOCAIUVA	1	0	0
11	RICARDO DE ALBUQUERQUE	12	11	0
12	ROCHA MIRANDA	13	12	0
13	TURIAÇU	8	8	1
14	VAZ LOBO	4	3	0
TOTAL		5155	2365	278

Banco de Dados da SMAS - 2022

Tabela 7 – 6ª CAS

MAPEAMENTO POR BAIRRO - AÇÕES DE ABORDAGEM SOCIAL 2022 - 6ª CAS (ATÉ 20/12/2022)				
Nº	BAIRROS	NÚMEROS DE ATENDIMENTOS	NÚMEROS DE ENCAMINHAMENTOS	NÚMEROS DE ACOLHIMENTOS
1	ACARI	1540	243	59
2	ANCHIETA	12	8	2
3	COSTA BARROS	5	3	2
4	IRAJÁ	1318	554	85
5	PARQUE COLUMBIA	3	3	1
6	PAVUNA	397	105	6
7	VICENTE DE CARVALHO	29	15	4
8	VILA DA PENHA	14	9	0
9	VILA KOSMOS	10	9	1
10	VISTA ALEGRE	1	1	0
TOTAL		3329	950	160

Banco de Dados da SMAS - 2022

Tabela 8 – 7ª CAS

MAPEAMENTO POR BAIRRO - AÇÕES DE ABORDAGEM SOCIAL 2022 - 7ª CAS (ATÉ 20/12/2022)				
Nº	BAIRROS	NÚMEROS DE ATENDIMENTOS	NÚMEROS DE ENCAMINHAMENTOS	NÚMEROS DE ACOLHIMENTOS
1	ANIL	7	7	1
2	BARRA DA TIJUCA	523	470	51
3	CIDADE DE DEUS	59	58	7
4	CURICICA	23	19	3
5	FREGUESIA	51	36	6
6	GARDÊNIA AZUL	5	5	2
7	ITANHANGÁ	2	2	0
8	JACAREPAGUÁ	82	73	10
9	PECHINCHA	38	34	1
10	PRAÇA SECA	25	25	6
11	RECREIO DOS BANDEIRANTES	292	238	15
12	TANQUE	31	25	7
13	TAQUARA	1869	853	395
14	VARGEM GRANDE	8	7	1
15	VARGEM PEQUENA	10	6	1
16	VILA VALQUEIRE	4	1	1
TOTAL		3029	1859	507

Banco de Dados da SMAS - 2022

Tabela 9 – 8ª CAS

MAPEAMENTO POR BAIRRO - AÇÕES DE ABORDAGEM SOCIAL 2022 - 8ª CAS (ATÉ 20/12/2022)				
Nº	BAIRROS	NÚMEROS DE ATENDIMENTOS	NÚMEROS DE ENCAMINHAMENTOS	NÚMEROS DE ACOLHIMENTOS
1	BANGU	717	603	3
2	JARDIM SULACAP	1	1	0
3	MAGALHÃES BASTOS	7	5	1
4	PADRE MIGUEL	105	81	1
5	REALENGO	1827	709	113
6	SENADOR CAMARÁ	67	57	0
7	VILA MILITAR	0	0	0
TOTAL		2724	1456	118

Banco de Dados da SMAS

Tabela 10 – 9ª CAS

MAPEAMENTO POR BAIRRO - AÇÕES DE ABORDAGEM SOCIAL 2022 - 9ª CAS (ATÉ 20/12/2022)				
Nº	BAIRROS	NÚMEROS DE ATENDIMENTOS	NÚMEROS DE ENCAMINHAMENTOS	NÚMEROS DE ACOLHIMENTOS
1	CAMPO GRANDE	1663	908	220
2	COSMOS	2	2	0
3	INHOAÍBA	3	3	0
4	SANTÍSSIMO	12	12	1
5	SENADOR VASCONCELOS	1	0	0
TOTAL		1681	925	221

Banco de Dados da SMAS - 2022

Tabela 11 – 10^a CAS

MAPEAMENTO POR BAIRRO - AÇÕES DE ABORDAGEM SOCIAL 2022 - 10ª CAS (ATÉ 20/12/2022)				
Nº	BAIRROS	NÚMEROS DE ATENDIMENTOS	NÚMEROS DE ENCAMINHAMENTOS	NÚMEROS DE ACOLHIMENTOS
1	BARRA DE GUARATIBA	5	2	0
2	GUARATIBA	35	9	3
3	PACIÊNCIA	769	101	8
4	PEDRA DE GUARATIBA	198	41	5
5	SANTA CRUZ	3257	1009	167
6	SEPETIBA	1	0	0
	TOTAL	4265	1162	183

Banco de Dados da SMAS - 2022

Anexo 5: Vocabulário etnográfico

1. Mendigo⁷¹: termo usado para designar pessoas que estão com o corpo precarizado (pessoas que estão aparência e roupas sujas), que andam esmolando nas ruas, sem se integrar com o grupo de PSR e sem usar os serviços de referência para este público;
2. Cracudo – usuário de crack que normalmente estão nas cenas de uso;
3. Nóia – pessoa sob efeito de drogas
4. Bagulho – algum tipo de droga
5. Boca – lugar aonde se comercializa a droga
6. Pinga - cachaça
7. Suave – tranquilo, sereno, sem estar sob efeito de droga
8. Tô de boa - tranquilo
9. Garimpagem – catando material reciclável
10. Reciclagem – pontos de venda de material reciclável
11. Rolo – situação complicada, transação ilícita
12. Rolé - passeio
13. Catar pet – catar garrafas plásticas e latinhas
14. Fazer um corre – trabalho informal
15. Bico – trabalho informal
16. Frete no burrinho sem rabo – carroceria puxada a tração humana
17. Manguear - esmolar
18. Cafofo – cabana, abrigo provisório na rua
19. Cabana – casa improvisada na rua
20. Filar a boia – comer de graça em algum lugar
21. Rango - comida
22. Carreatas – carros que passam distribuindo comida e roupas e kits de proteção durante a pandemia
23. Os caras - polícia
24. Cana - cadeia
25. Esculachar – humilhar, bater, espancar

⁷¹ Nenhum dos entrevistados se autodenominou como mendigo, entre as pessoas que estão em situação de rua há uma diferenciação entre as categorias mendigo e população em situação de rua.

- 26. Zoar – caçoar, gozar ou tirar onda com alguém
- 27. Neguinho – usado para se referir a uma pessoa indeterminada
- 28. Mina – namorada, garota que está saindo ou ficando
- 29. Moita – espécie de esconderijo

Anexo 6. Mapeamento da População em Situação de Rua na Região da AP 1 – Centro⁷²a partir da observação do pesquisador no campo de pesquisa.

TERRITORIO		PERFIL DESCRIÇÃO
1.	PRAÇA TIRADENTES	O local é ocupado por diferentes perfis de pessoas em situação de rua. Há presença de casais homo e heterossexuais, família com crianças, grupo formado por homens adultos em cena de uso, mulheres e homens sozinhos. Durante os finais de semana percebeu-se o aumento da incidência deste público em diferentes pontos da praça por conta da distribuição de comida (o local faz parte do roteiro das caravanas). O local é demarcado pela presença física e simbólica da PSR, os seus pertences na praça reforçam os sinais da sua presença.
2.	RUA DO TEATRO	Presença de homem idoso sozinho deitado no chão com cobertor e muitos pertences ao seu redor.
3.	RUA DOM PEDRO	Casal hetero habitando no local em moradia improvisada de pano e papelão.
4.	RUA SILVA JARDIM	Homem adulto sozinho no local se alimentando.
5.	RUA HENRIQUE VALADARES	Presença de homens adultos em trânsito carregando materiais recicláveis.
6.	RUA DO LAVRADIO	Presença de grupos de homens adultos em cena de uso. Família com criança morando na praça da Escola Municipal Celestino da Silva. E também de mulher adulta em atividade de catação de materiais recicláveis. No local há presença diária de catadores de materiais recicláveis.
7.	LARGO DE SÃO FRANCISCO	Apesar da presença intensa da polícia e da guarda municipal o local concentra diferentes perfis de moradores de rua. No local há

⁷² Esta pesquisa foi realizada entre os meses de agosto de 2020 e abril de 2021, o mapeamento dos pontos críticos de população em situação de rua refere-se as observações do pesquisador realizadas nos dias e horários em que este esteve em pesquisa de campo. Portanto, não tem a pretensão de substituir pesquisas oficiais e nem confrontar o trabalho de monitoramento realizado pelas equipes de abordagem social da Secretaria Municipal de Assistência Social.

		um grande acúmulo de pertences e lixo produzido pelo grupo. Presença de homens em cena de uso.
8.	RUA 7 DE SETEMBRO	Trânsito de catadores de materiais recicláveis a noite.
9.	AVENIDA GOMES FREIRE	Homem adulto sozinho aparentando transtorno mental. Presença de casal com casa improvisada e trânsito de catadores de materiais recicláveis.
10.	<u>RUA DO SENADO</u>	Concentração as quartas-feiras e aos sábados por conta das atividades do Instituto LAR que oferta lanches, cestas básicas, banho e roupas. Presença de casal com moradia improvisada.
11.	RUA DOS INVÁLIDOS IGREJA SANTO ANTONIO DOS POBRES	Incidência da PSR na parte da noite por conta da distribuição de comidas. Presença de casal.
12.	RUA DO REZENDE	Presença de homens sozinhos em diferentes trechos da rua.
13.	PRAÇA DA CRUZ VERMELHA	Local de grande incidência da PSR. Diferentes perfis ocupam a praça com predominância de homens adultos conversando e jogando cartado. O entorno da Praça há muito acúmulo de lixo formado por embalagens de quentinhas com restos de comida. No centro da praça há um colchão de casal, na mureta que contorna a praça acúmulo de roupas e cobertores. Homens em cena de uso.
14.	RUA MEM DE SÁ	Presença de homens em situação de mendicância e em atividade de catação de materiais recicláveis ao longo da rua.
15.	RUA DO RIACHUELO	Presença de homens adultos dormindo nas calçadas ao longo de toda a rua, com maior incidência no entorno da caixa econômica federal e do supermercado mundial.
16.	RUA WASHINGTON LUÍS	Presença de homens adultos em cena de uso.
17.	RUA CARLOS DE CARVALHO	Presença de homem adulto dormindo.

18.	RUA CARLOS SAMPAIO	Presença de homens adultos em cena de uso.
19.	TENENTE POSSOLO	Presença de homens portando volumes de materiais recicláveis. O local é frequentado por população em situação de rua por conta do CPA 4
20.	RUA FREI CANECA	Presença de catadores de materiais recicláveis de ambos os sexos por conta do depósito de reciclagem.
21.	RUA DA CARIOCA	Trânsito de catadores de materiais recicláveis
22.	LARGO DA CARIOCA	Ponto de incidência de diversos perfis de população em situação de rua. No local a oferta de banho e comida diariamente distribuída na tenda da Irmandade Franciscana, além da van da assistência social e da tenda da guarda presente. Presença de casais homo e heterossexuais no local.
23.	RUA URUGUAIANA	Presença de camelos ambulantes. Presença de família (casal com filhos).
24.	AVENIDA PASSOS	Trânsito de catadores de materiais recicláveis. No local há um depósito de reciclagem.
25.	RUA REPÚBLICA DO LÍBANO	Trânsito de população em situação de rua e catadores ao longo da rua por conta do Centro Pop.
26.	RUA MIGUEL COUTO	Presença de casal
27.	RUA DO OUVIDOR	Presença de catadores de materiais recicláveis na parte da noite
28.	RUA DO ROSÁRIO	Presença de catadores de materiais recicláveis na parte da noite.
29.	RUA GONÇALVES DIAS	Presença de catadores de materiais recicláveis na parte da noite
30.	RUA DA ALFANDEGA	Presença de pedintes e catadores de materiais recicláveis
31.	RUA DA CONCEIÇÃO	Presença de catadores de materiais recicláveis na parte da noite.

32.	RUA DOS ANDRADAS	Presença de catadores de materiais recicláveis na parte da noite
33.	PRAÇA MONTE CASTELO	Presença de homens dormindo nos bancos da Praça. Presença de casais. Barracas de acampamento.
34.	PRAÇA MAHATMA GANDHI	No local há presença de homens e mulheres, muitas barracas de acampamentos armadas, papelões, cobertores e roupas espalhados em toda a praça.
35.	RUA BUENOS AIRES	Presença de pedintes e catadores de materiais recicláveis
36.	RUA DA QUITANDA	Trânsito de catadores de materiais recicláveis
37.	AVENIDA RIO BRANCO	Presença de população em situação de rua ao longo da via, principalmente à noite embaixo das marquises. Presença de casais.
38.	PRAÇA PIO X	Presença de população em situação de rua ao longo da via, principalmente à noite embaixo das marquises. Roteiro da carreta de distribuição de comidas e roupas. Presença de casais.
39.	ARCOS DA LAPA	Presença de população em situação de rua ao longo da via, principalmente à noite embaixo das marquises. Roteiro da carreta de distribuição de comidas e roupas.
40.	RUA ALMIRANTE BARROSO	Roteiro da carreta de distribuição de comidas e roupas. Barracas de acampamento. Presença de famílias com crianças.
41.	RUA GRAÇA ARANHA	Presença de população em situação de rua em diferentes perfis ao longo da via, principalmente à noite embaixo das marquises. Barracas de acampamento. Presença de famílias com crianças.
42.	RUA MEXICO	Roteiro da carreta de distribuição de comidas e roupas. Barracas de acampamento. Presença de casais.
43.	PRAÇA CINELÂNDIA	Presença de população em situação de rua ao longo da via, principalmente a noite embaixo

		das marquises. Roteiro da carreta de distribuição de comidas e roupas. Presença de casais.
44.	RUA PEDRO LESSA	Presença de mulher idosa aparentando transtorno mental.
45.	RUA SANTA LUZIA	Presença de mulher com crianças
46.	RUA PRESIDENTE WILSON	Presença de homens adultos em cenas de uso
47.	PRAÇA DE MOROE	Presença de homem idoso
48.	PRAÇA MAHATMA GANDHI	Presença de população em situação de rua durante o dia e a noite. Presença de pessoas em cena de uso.
49.	PRAÇA PARIS	Presença de homem cadeirante. E grupos de homem cozinhando.
50.	PRAÇA MINISTRO EDUARDO ESPINOLA	Presença de grupo de homens dormindo nas marquises dos prédios.
51.	AVENIDA BEIRA MAR	Homens trabalhando como guardadores de carro. Barracas de acampamento.
52.	MAM E AEROPORTO SANTOS DUMONT	Local de grande incidência de população em situação de rua e diversos perfis. O local faz parte do roteiro das carretas da distribuição de comida. Presença do movimento organizado.
53.	PRAÇA DO MAM	Local de grande concentração de população em situação de rua e diversos perfis (adultos, idosos e casais). O local faz parte do roteiro das carretas de distribuição de comida. O local é usado como um ponto para o banho e a lavagem de roupas. O local pode ser considerado como uma cena de uso.
54.	AVENIDA ALMIRANTE SILVIO	Local deserto presença de casais e homens fazendo uso de drogas.
55.	<u>AV. MARECHAL CAMARA</u>	Local de grande concentração de população em situação de rua e diversos perfis (famílias com crianças, casais, adultos e idosos). O local faz parte do roteiro das carretas de distribuição de comida. Presença do movimento organizado.
56.	RUA ERASMO BRAGA	Presença de homens idosos dormindo

57.	RUA GENERAL JUSTO	Homem trabalhando como guardador de carros
58.	PRAÇA MARECHAL ANCORA	População em situação de rua com diversos perfis trabalhando como vendedores ambulantes e famílias de pedintes com crianças.
59.	PRAÇA XV	Local de grande incidência de população em situação de rua e diversos perfis. Os bancos da praça são usados para dormir e também são ocupados com colchoes, roupas e outros objetos. No trecho próximo ao Cais homens pescam e cozinham.
60.	PRAÇA MERCADO MUNICIPAL	Presença de homens separando material de reciclagem
61.	PAÇO IMPERIAL	Presença de família (pai, mãe e filhos) e de idosos.
62.	RUA DO CARMO	Presença de catadores de materiais recicláveis
63.	PRAÇA RUI BARBOSA	Presença de catadores de materiais recicláveis
64.	PRAÇA DO EXPEDITO	Presença de homens em trânsito
65.	RUA JOAQUIM MURTINHO	Presença de homens e mulheres em cena de uso.
66.	LADEIRA DE SANTA TERESA	Presença de homens tomando banho e lavando roupas.
67.	RUA JOAQUIM SILVA	Presença de homens em cena de uso
68.	AV. PRES. VARGAS COM AMOROSO LIMA TRECHO 1 - CORREIOS	Local de grande incidência de população em situação de rua dormindo e em cena de uso.
69.	AV. PRES. VARGAS TRECHO 2 - CANAL	Local de grande incidência de população em situação de rua. Usam o local para tomar banho e lavar roupas. Local de Cena de uso também.
70.	AV. PRES. VARGAS TRECHO 3 SAMBODROMO	Local de grande incidência de população em situação de rua. Presença de homens acesando renda como vendedores ambulantes.

71.	AV. PRES. VARGAS - TERMINAL PROCÓPIO FERREIRA	Local concentra pessoas em situação de rua acessando renda como vendedores ambulantes, o local faz parte também do roteiro das caravanas de distribuição de comida. Presença de catadores de materiais recicláveis e homens em cena de uso.
72.	AV. PRES. VARGAS TRECHO 5 CAMPO DE SANTANA E BIBLIOTECA PARQUE	Vendedores ambulantes acessando renda Local de distribuição de comida: Fundação Leão XIII
73.	AV. PRES. VARGAS TER- CHO 6 URUGUAIANA	Presença da população adulta acessando renda e pedintes. Roteiro da caravana de distribuição de comida. Presença de catadores de materiais recicláveis
74.	AV. PRES. VARGAS – TRECHO 7 – PRAÇA PIO X E CANDELÁRIA	Acesso a renda – presença de homens adultos – catadores que trabalham e dormem no local nos dias úteis retornando para suas casas no final de semana.
75.	CIDADE NOVA – PRÉDIO DA PETROBRAS	Presença de homens adultos e mães com crianças em situação de mendicância.
76.	AV. MARECHAL FLORIANO	Presença de catadores de materiais recicláveis
77.	RUA VISCONDE INHAÚMA	Presença de catadores de materiais recicláveis
78.	RUA THEOFILO OTONI	Presença de catadores de materiais recicláveis
79.	RUA DO ACRE	Presença de catadores de materiais recicláveis
80.	RUA DOS BENEDITINOS	Presença de catadores de materiais recicláveis
81.	RUA MAIRINKE VEIGA	Presença de catadores de materiais recicláveis
82.	BECO DE BRAGANÇA	Presença de catadores de materiais recicláveis
83.	RUA LEANDRO MARTINS	No local há um posto de compra de materiais recicláveis atraindo os catadores.
84.	RUA SENADOR POMPEU	Presença de catadores de materiais recicláveis e pessoas em situação de mendicância.

		Grupo de pessoas em cenas de uso no período noturno.
85.	CAMPO DE SANTANA	Presença da população adulta acessando renda e em situação de mendicância. Cena de uso.
86.	LAPA	Alta incidência de pessoas em situação de rua acessando renda; presença de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil. Grupo de homens em cena de uso.
87.	AV. PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	Presença de homens adultos e idosos deitados nas marquises dos prédios. Barracas de acampamentos.
88.	AV. CHILE	Permanência de população adulta associada a prática de atos ilícitos
89.	AV. PASSOS	Homens acessando renda – pedintes e vendedores ambulantes
90.	PASSEIO PÚBLICO - PRAÇA PARIS	Permanência de população adulta – homens alcoolistas
91.	AV. RODRIGUES ALVES	Homem imigrante em situação de mendicância e homem aparentando transtorno mental.
92.	RUA DO RIACHUELO	Homens e casais – catadores de materiais recicláveis
93.	RUA GOMES FREIRE	Homens com transtorno mentais.
94.	METRO DO ESTÁCIO	Presença de famílias com crianças e crianças em situação de trabalho infantil
95.	METRO DA PRAÇA ONZE	Presença de famílias com crianças
96.	RUA DO PASSEIO CINELANDIA	Mulheres com crianças em situação de mendicância, homens adultos e idosos também em situação de mendicância. Presença de casais sentados nos bancos da praça. No local há colhões e cobertores esticados no chão. No período noturno grupo de pessoas em cena de uso.
97.	AV. NILO PEÇANHA COM RUA SÃO JOSE	Grupo de homens realizando atividade de catção de materiais recicláveis
98.	RUA REPÚBLICA DO PARAGUAI	O local é trânsito de catadores de matérias recicláveis. No trecho da esquina com a Rua

		da Carioca presença de uma família acampada.
99.	RUA DO LIVRAMENTO	Homens adultos em Cena de uso
100.	RUA LEANDRO MARTINS	Homens adultos em Cena de uso
101.	RUA AUGUSTO SEVERO	Presença de vários grupos. Homens, idosos, casais homo e heterossexuais. Trabalhadores do sexo. O local também é uma cena de uso.
102.	PRAÇA VÍGILIO DE MELO FRANCO	Presença de homens atuando como guardadores de carro. No período noturno o local é uma cena de uso.

Anexo 7: Roteiro das caravanas de distribuição de alimentos mapeadas durante a pesquisa de campo

1	Praça da Cruz Vermelha
2	Rua dos Inválidos
3	Arcos da Lapa
4	Praça da Cinelândia
5	Largo da Carioca
6	Praça XV
7	Avenida Marechal Câmara – Porta da Defensoria Pública
8	Avenida Presidente Vargas – ao longo de toda via foi observado pontos de distribuição de comidas
9	Central do Brasil
10	Biblioteca Parque - Fundos
11	Museu de Arte Moderna – entorno
12	Rua Mem de Sá esquina com a Rua do Rezende
13	Avenida Graça Aranha
14	Avenida Almirante Barroso
15	Praça Tiradentes

Anexo 8: Pontos fixos de distribuição de alimentos mapeadas durante a pesquisa de campo

1	Tenda Franciscana do Largo da Carioca
2	Fundos da Biblioteca Parque – Fundação Leão XIII
3	Central do Brasil
4	Igreja Santo Antônio dos Pobres
5	Praça da Cruz Vermelha
6	Avenida Graça Aranha com Almirante Barroso

Anexo 9: Locais acessados para o banho, lavagem de roupas e necessidades fisiológicas

1	Trailer Largo da Carioca
2	Igreja da Catedral Metropolitana de São Sebastião do Rio de Janeiro
3	Instituto Lar
4	Chafariz do MAM – Praça Pistóia
5	Centro de Referência Especializado de Atendimento para População em Situação de Rua
6	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
7	Central de Recepção de Famílias e Adultos Tom Jobim
8	Barres no entorno da Praça Tiradentes
9	Bares no entorno da Central do Brasil
10	Avenida Presidente Vargas – Trecho dos Correios - Valão

Anexo 10: Locais de cenas de uso identificadas na Região do Centro

1	Lapa
2	Terminal Procópio Ferreira
3	Central do Brasil
4	Praça Cruz Vermelha
5	Rua Senador Pompeu
6	Praça Tiradentes
7	Cinelândia
8	Praça Marechal Âncora
9	Praça Virgílio de Melo Franco
10	Av. Augusto Severo
11	Rua Leandro Martins
12	Rua da Conceição
13	Praça Tiradentes
14	Praça Dom Pedro I
15	Praça Floriano Peixoto
16	República do Paraguai
17	Largo da Carioca
18	Av. Marechal Câmara
19	Av. Graça Aranha
20	Rua Amoroso Lima
21	Praça Mahatma Ghandi
22	Praça Pistóia – Jardins do MAM
23	Rua do Livramento
24	Campo de Santana
25	Mergulhão da Praça XV
26	Praça do Rio Comprido
27	Sambódromo